



MOBILIDADE E INCLUSÃO NUMA EUROPA MULTILINGUE

O VADE-MÉCUM MIME

MIME
Mobilidade e Inclusão na
Europa Multilingue
Mobilidade e Inclusão
numa Europa Multilingue



MIME

Mobilité et inclusion dans
une Europe multilingue

A investigação resultante recebeu financiamento do Sétimo Programa-Quadro da União Europeia ao abrigo da convenção de subvenção n.º 613344 (projeto MIME).

Documento original em inglês disponível em <http://www.mime-project.org/vademecum/>:

© 2018

ISBN 978-2-8399-2402-3

Projeto MIME

Mobilidade e Inclusão na Europa Multilingue

www.mime-project.org

Imagem da capa:

Ferdinand Hodler, 1917, «Die Dents-du-Midi von Caux aus»,

Wikimedia Commons (em inglês).



*Europa
Demokratia
Esperanto*

Tradução em Francês por Pierre Dieumegard pela Europa-Democracia-Esperanto

Esta tradução não foi feita por tradutores qualificados e financiados pela União Europeia. Pode conter (provavelmente, certamente...) erros, mas também tem algumas explicações adicionais para facilitar a compreensão dos leitores franceses.

Enquanto não tiver sido efetuada e verificada uma melhor tradução por pessoas mais competentes, é prudente considerar este documento apenas como uma versão provisória, destinada a facilitar a compreensão, e remeter para o documento original em inglês.

O objetivo deste documento «provisório» é permitir a um maior número de pessoas na União Europeia compreender os documentos produzidos para a União Europeia (e financiados pelas suas contribuições).

Ilustra a necessidade de multilinguismo na União Europeia: sem traduções, grande parte da população é excluída do debate. **É desejável que a administração da União Europeia assuma a tradução de documentos importantes, para que todos os europeus possam compreender o que se trata e discutir em conjunto o seu futuro comum.**

Para traduções fiáveis, a língua internacional esperanto seria muito útil devido à sua simplicidade, regularidade e precisão.

Na Internet:

Federação Europeia-Demokratia-Esperanto: <http://e-d-e.org/> ou <http://demokratia.eu>

Europa-Democracia-Esperanto (França): <http://e-d-e.em//contact@e-d-e.org>

O VADE-MÉCUM MIME

Mobilidade e inclusão numa Europa multilingue

François Grin

Chefe de redação

Manuel Célio Conceição

Peter A. Kraus

László Marác

Žaneta Ozolina

Nike K. Pokorn

Anthony Pym

Editores

Projeto MIME — Descrição quantitativa

- Cerca de 1500 páginas de relatórios e atividades científicas
- mais de 260 apresentações em conferências científicas e eventos públicos
- mais de 40 conferências e workshops temáticos dedicados
- mais de 60 publicações científicas especificamente dedicadas aos resultados do projeto
- participação de cerca de 220 partes interessadas, organizações da sociedade civil e administrações em atividades de projeto
- 22 instituições parceiras em 16 países
- aproximadamente 70 acadêmicos, de estudantes de doutorado a professores titulares
- 11 disciplinas participantes
- 4 anos de pesquisa

e um conjunto de peritos à sua disposição, que podem ser contactados para trabalhos especializados de avaliação e análise em www.mime-project.org/expertise

Obrigado

Através do projeto MIME (2014-2018), as equipas de pesquisa participantes tiveram a sorte de ter uma equipa experiente, incluindo Joe LoBianco, Amin Maalouf, Tove Malloy, Tom Moring e Tom Ricento. Gostaríamos de expressar a nossa gratidão pelo seu apoio.

Agradecimentos especiais ao Professor Tom Moring, Presidente do Conselho Consultivo, cujas competências em matéria de multilinguismo e de comunicação foram inestimáveis na produção deste vade-mécum, e ao professor Wolfgang Mackiewicz, conselheiro especial do projeto, que partilharam generosamente connosco a sua profunda experiência das instituições europeias e a sua visão a longo prazo da Europa multilingue. Seus comentários e conselhos foram fundamentais para a formação deste livro.

Domínios temáticos Disciplinas MIME



Análise da política linguística



Minorias, maiorias e direitos linguísticos



Diversidade linguística, mobilidade e integração



Ensino, ensino e aprendizagem de línguas



Tradução, tecnologia linguística e estratégias alternativas



Tópicos especiais



Economia



Ciências da Educação



Financiamento



Direito



Filosofia política



Ciência Política



Psicologia



Sociolinguística



Sociologia



Tradução



Geografia urbana

O consórcio MIME

Universidade de Genebra
GenÈve, STwiss

Universiteit van Amsterdã
Amesterdã, Países Baixos

Univerza v Ljubljani
Liubliana, Eslovénia

Universidade de Augsburg
Augsburg, Alemanha

Universidade do Algarve
Faro, Portugal

Universidade Rovira i Virgili
Barcelone, Espanha

Latvijas Universitate
Riga, L-Etónia

**Sveucilište Josipa Jurja
Strossmayera em Osijeku**
Osijek, Croatie

Ciência Po Paris
Paris, França

**MTA Társadalomtudományi
Kutatóközpont**
Budapeste, Hongrie

Vrije Universiteit Brussel
BRUxelles, Belgique

Università di Milano-Bicocca
Rio de janeiro, Itália

Universidade de Leipzig
Leipzig, Alemanha

**Universidade de Reims Champagne-
Ardenne**
Reims, França

Humboldt-Universität zu Berlim
Berlim, Alemanha

Katholieke Universiteit Leuven
Onda L, Bélgica

**Universidade de Limerick — Ollscoil
Luimnigh**
Limerick, Irlanda

Universidade de Edimburgo
Edimburgo, Escócia

Uppsalauniversitet
Uppsala, Suécia

Universitatea din Oradea
Oradea, Roumanie

Observatório das Finanças
GENève, Suíça

SCIPROM Sàrl
St-Sulpice, Suisse

Tabela de Conteúdos

Introdução 13

Análise da política linguística 28

- 1 Por que as questões linguísticas não podem ser deixadas para si mesmas? 30
- 2 É necessária uma linguagem comum para ter uma democracia viável? 32
- 3 O «mercado livre» pode gerir a diversidade linguística? 34
- 4 Por que uma boa tipologia é útil para a seleção e conceção de políticas linguísticas? 36
- 5 Como identificar e medir a desvantagem linguística? 38
- 6 O que é uma «abordagem complexa» para a seleção e conceção de políticas linguísticas? 40
- 7 Por que as projeções demolinguísticas devem informar as escolhas da política linguística? 42
- 8 Como o ensino de línguas estrangeiras influencia os custos da migração? 44
- 9 Que desigualdades socioeconómicas entre falantes de línguas diferentes devem ser abordadas pelas políticas públicas? 46
- 10 Em que línguas devem ser prestados cuidados de saúde? 48
- 11 Os custos da política linguística são importantes? 50
- 12 Por que as simulações computacionais são úteis na seleção e conceção de políticas linguísticas complexas? 52
- 13 Quais são as implicações legais gerais da pesquisa MIME? 54

Minorias, maiorias e direitos linguísticos 56

- 14 O governo deveria retardar o declínio das comunidades minoritárias? 58
- 15 Devem ser ensinadas línguas minoritárias aos falantes da língua maioritária? 60
- 16 As minorias «únicas» e «não únicas» estão em situações semelhantes quando confrontadas com a dominação linguística nacional? 62
- 17 Qual é a importância da concentração demolinguística para a sobrevivência das línguas minoritárias num mundo de mobilidade crescente? 64
- 18 Que princípios ajudam a antecipar o potencial de conflito das diferenças étnicas e linguísticas? 66
- 19 Por que razão não basta aprender apenas uma das línguas oficiais num contexto multilingue? 68
- 20 Como combinar os princípios da territorialidade e da personalidade? 70
- 21 Como a hegemonia de uma língua «externa» afeta a política doméstica? 72
- 22 Como devem os Estados vizinhos cooperar na gestão da diversidade? 74
- 23 Por que razão é importante o reconhecimento visível (por exemplo, nos sinais de trânsito, etc.) de uma língua minoritária? 76
- 24 A subsidiariedade permite políticas linguísticas mais abrangentes? 78
- 25 Como podemos permitir que os pensionistas móveis cumpram as suas obrigações e exerçam os seus direitos? 80

Diversidade linguística, mobilidade e integração 82

- 26 Os Estados podem impor requisitos linguísticos para a entrada ou naturalização de migrantes? 84
- 27 Os cidadãos europeus móveis consideram-se «europeus»? 86
- 28 Que princípios devemos usar para adaptar as políticas linguísticas? 88
- 29 Devem os Estados-Membros fornecer educação sobre a língua materna aos migrantes? 90
- 30 O inglês é suficiente para chegar aos recém-chegados antes de aprenderem a(s) língua(s) local(is)? 92
- 31 Devem os Estados prestar serviços aos migrantes na sua própria língua? 94
- As políticas linguísticas podem melhorar os resultados em matéria de emprego das mulheres imigrantes? 96
- 33 Como pode a política linguística melhorar a «motilidade» dos migrantes? 98
- 34 Como adaptar as políticas linguísticas nacionais ao contexto de cidades específicas? 100

- 35 Por que devemos combinar diferentes estratégias de comunicação? 102
- 36 Como devem os municípios recolher e partilhar dados sobre os perfis linguísticos das suas comunidades de residentes? 104
- 37 A mobilidade leva a uma utilização crescente do inglês em detrimento das línguas locais? 106
- 38 A política europeia pode melhorar a inclusão social nos contextos urbanos locais? 108
- 39 Como as políticas de integração de línguas estrangeiras refletem as preferências e atitudes da maioria? 110
- 40 Devem os concelhos regular o uso da linguagem no espaço público? 112

Ensino, ensino e aprendizagem de línguas 114

- 41 Como os sistemas escolares inclusivos podem gerir melhor a diversidade linguística? 116
- 42 Como podem ser utilizadas redes de aprendizagem não formal e informal para apoiar o multilinguismo? 118
- 43 Como promover a mobilidade e a inclusão através do multilinguismo no ensino superior? (ES)? 120
- 44 Como podemos ajudar os estudantes a aprender a língua do país de acolhimento? 122
- 45 Como os sistemas educativos podem responder à dinâmica das regiões linguisticamente complexas? 124
- 46 Quais são as competências dos professores mais necessárias para fazer face às diferenças linguísticas nas escolas inclusivas? 126
- 47 Qual a melhor forma de avaliar as competências linguísticas informais? 128
- 48 Por que razão é aconselhável combinar a «orientação internacional» e a «localização regional» na estratégia linguística das universidades? 130
- 49 Como a validação linguística pode promover a mobilidade e a inclusão? 132
- 50 Como podem as autoridades apoiar a manutenção de competências linguísticas estrangeiras para adultos? 134
- 51 Como podem ser utilizadas as competências linguísticas existentes dos migrantes para os ajudar a aprender a língua do país de acolhimento? 136
- 52 Quem pode beneficiar da formação de competências linguísticas recetivas? 138
- 53 Qual é o papel do inglês nos espaços de aprendizagem multilingues e multiculturais? 140

Tradução, tecnologias linguísticas e estratégias alternativas 142

- 54 A tradução automática substituirá tradutores humanos? 144
- 55 O que é intercompreensão e para que serve? 146
- 56 Os serviços de tradução e interpretação reduzem os incentivos para aprender as línguas de acolhimento? 148
- 57 Devemos promover uma linguagem planejada como Esperanto como uma língua franca internacional? 150
- 58 Deve a tradução automática ser usada em serviços públicos? 152
- 59 Deve o inglês, como língua franca, estar disponível em várias variedades? 154
- 60 Quais são as abordagens linguísticas adequadas para atender às necessidades linguísticas dos reformados móveis? 156
- 61 Como a intercompreensão pode ser usada em contextos profissionais? 158
- 62 Quais são as melhores maneiras de trabalhar com tradução automática? 160
- 63 Quem deve trabalhar como intérprete ou tradutor? 162
- 64 Como e quando devem ser prestados serviços de tradução e interpretação aos migrantes recém-chegados? 164

Tópicos especiais 166

- 65 Como aplicar o conceito de inclusão aos pensionistas móveis? 168
- 66 As pessoas multilingues são mais criativas? 170
- 67 Como funciona a proteção do multilinguismo na legislação da UE em matéria de defesa do consumidor? 172

- 68 Como podemos evitar a manipulação de divisões étnicas para fins geopolíticos? 174
- 69 O monolinguismo no comércio mundial afeta o ensino e a prática das finanças? 176
- 70 A abordagem dos ciganos à aprendizagem de línguas contém lições úteis para a política de ensino de línguas? 178
- 71 O que pode ser feito para ajudar os reformados móveis que precisam de cuidados institucionais? 180
- 72 Como promover o multilinguismo na legislação europeia dos consumidores? 182

Como usar este livro?

1. **Leia a introdução**,
para obter uma primeira visão do projeto MIME
2. **Ir para «Principais Resultados»**
para obter nossas principais conclusões edescoberto
3. **Passeie entre os 72 capítulos**
de acordo com suas necessidades e interesses.

Texto da quarta capa da edição em papel:

Este Vade-mécum é uma ferramenta prática do projeto MIME sobre Mobilidade e Inclusão numa Europa Multilíngue, financiado pela Comissão Europeia. Usando uma abordagem inovadora que combina onze disciplinas diferentes, este vade-mécum oferece uma resposta inovadora e integrada aos desafios da política linguística que geralmente são tomadas separadamente. Destina-se àqueles cujas atividades profissionais ou políticas os levam a trabalhar sobre os problemas do multilinguismo, a tomar posição sobre estas questões e, direta ou indiretamente, a agir sobre decisões de política linguística a nível local, nacional ou supranacional.

Introdução

O vade-mécum MIME: introdução

François Grin, coordenador do projeto MIME

MIME significa «Mobilidade e Inclusão numa Europa Multilingue». Trata-se de um projeto de investigação sobre o multilinguismo financiado pela Direção-Geral da Investigação e da Inovação da Comissão Europeia. Durante os seus quatro anos de atividade (2014-2018), o projeto gerou um grande número de publicações, como artigos científicos, capítulos de livros e edições especiais de periódicos, bem como relatórios de atividades regulares.

Este *Vade-mécum MIME* é um dos principais produtos do projeto. No entanto, é diferente do restante dos resultados do MIME, como publicações científicas normais, como artigos em revistas científicas, livros ou capítulos de livros. O *Vade-mécum MIME* é diferente em seus objetivos, estrutura e formato.

Este *Vade-mécum* é, antes de mais, um instrumento para as pessoas que normalmente não participam na investigação universitária, mas cujas atividades profissionais ou políticas as levam a ter em conta os problemas do multilinguismo, tomarem posição sobre estes problemas e, direta ou indiretamente, orientarem as decisões de política linguística a nível local, nacional ou supranacional. Por conseguinte, nestas tarefas, é necessário ponderar frequentemente as vantagens e desvantagens respetivas das medidas políticas propostas pelos vários atores sociais e políticos no domínio do multilinguismo. O *Vade-mécum MIME* é projetado para ajudá-los a lidar com este tipo de situação.

O MIME é um projeto de investigação sobre o multilinguismo (2014-2018) financiado pela Comissão Europeia no âmbito do 7.º PQ

Este vade-mécum oferece um conjunto de ferramentas e resultados de pesquisa.

Esta introdução tem três objetivos:

1 analisa as características essenciais do projeto MIME. Isto ajuda a abordar o resto do *Vade-mécum* com uma compreensão mais profunda dos desafios da diversidade linguística;

2 apresenta a estrutura do *Vade-mécum*, explicando o que este documento propõe (mas também, sem menos importância, o que não se pretende fornecer);

3 contém instruções práticas sobre como utilizar este *Vade-mécum*.

O MIME oferece uma abordagem inovadora com (i) um ângulo de análise política (ii) uma perspectiva interdisciplinar que combina onze disciplinas diferentes, (iii) um quadro de gestão da diversidade que integra questões linguísticas habituais consideradas separadamente.

O projeto MIME visa o *desafio multilingue para o cidadão europeu*. Em resposta ao pedido da Comissão Europeia, examina um vasto leque de aspetos do multilinguismo, revogando um projeto de dimensão invulgar. A MIME responde às seguintes perguntas:

- ▶ Como podem os europeus equilibrar as necessidades de mobilidade numa sociedade moderna integrada e tecnologicamente avançada com a necessidade de manter e beneficiar da diversidade linguística e cultural da Europa?
- ▶ O que implica este desafio em termos de práticas de comunicação, de utilização dos direitos linguísticos e linguísticos, de ensino de línguas e de aprendizagem de línguas?
- ▶ Como é que isto se traduz nas políticas relativas às línguas nacionais, às línguas minoritárias e às línguas dos imigrantes ou das línguas tradicionais?

Estas questões vão muito além do que a maioria das abordagens da política linguística normalmente aborda. Por conseguinte, o projeto MIME destina -se também a incentivar a inovação política linguística a três níveis principais.

Em primeiro lugar, a sua abordagem está enraizada na análise das políticas públicas. Isto distingue-o de outras pesquisas sobre linguagem e multilinguismo, que se concentram principalmente na observação das práticas linguísticas dos atores em contextos específicos. Em vez disso, o projeto MIME oferece um quadro integrado em que uma ampla gama de perceções, desde o recente trabalho sociolinguístico sobre processos de micronível até considerações macroníveis sobre justiça linguística da teoria política, podem ser acordadas de uma perspetiva orientada para as políticas.

Em segundo lugar, o projeto MIME é profundamente interdisciplinar. Os parceiros do projeto representam onze disciplinas diferentes, incluindo ciência política, filosofia, sociolinguística, tradução, sociologia, ciências da educação, história, economia, geografia, direito e psicologia. No entanto, os líderes de equipa têm experiência prévia de sua disciplina particular em diversidade linguística e/ou cultural. Basicamente, essas diretrizes disciplinares estão amplamente distribuídas no projeto, permitindo uma abordagem equilibrada e abrangente para gerir a diversidade linguística.

Em terceiro lugar, o projeto MIME considera conjuntamente uma vasta gama de problemas linguísticos que são geralmente estudados separadamente, permitindo uma abordagem abrangente para gerir a diversidade linguística. Simultaneamente, tem em conta problemas como:

- ▶ a proteção e a promoção das línguas regionais e minoritárias na Europa;

- ▶ a presença e visibilidade num Estado- Membro da UE das línguas oficiais de outros Estados-Membros (em resultado da mobilidade intraeuropeia);
- ▶ os desafios da segunda ou da aprendizagem de línguas estrangeiras nos sistemas educativos, o que levanta, em especial, o problema do papel especial das grandes línguas, incluindo uma ou mais línguas francas;
- ▶ problemas linguísticos relacionados com a apresentação de outras línguas (frequentemente não europeias) que acompanham os fluxos migratórios;
- ▶ o problema de uma comunicação eficaz e justa nas organizações multilingues - e não apenas das próprias instituições europeias;
- ▶ uma série de questões específicas relacionadas com a gestão do multilinguismo, tais como as dimensões linguísticas da proteção dos consumidores ou as necessidades linguísticas específicas dos pensionistas estabelecidos noutra Estado-Membro da UE.

Temos de repensar o planeamento linguístico em resposta a mudanças profundas decorrentes da globalização e do desenvolvimento tecnológico.

Até à data, estes vários desafios têm sido tradicionalmente estudados separadamente dos outros, utilizando abordagens que priorizam um determinado ângulo (especialmente linguística aplicada ou ciências da educação, muitas vezes ciência política, às vezes direito internacional, menos frequentemente outras disciplinas). No entanto, a atenção a um problema específico, do ponto de vista de uma determinada disciplina, pode deixar questões e perspetivas igualmente importantes a este respeito.

Uma abordagem fragmentada da gestão da diversidade linguística é cada vez mais dececionante em resultado de duas grandes tendências. A primeira é a globalização, que aumenta a frequência do contato interlinguístico. A diversidade linguística tornou-se uma característica obrigatória das sociedades modernas, seja no trabalho, na escola ou durante as férias, e espalha-se pela vida económica (produção, consumo, comércio). A segunda tendência importante é o desenvolvimento tecnológico, especialmente no domínio da informação e da comunicação, ambos intimamente ligados às competências linguísticas e à utilização da língua.

No seu conjunto, estas tendências sublinham o facto de as sociedades estarem a sofrer mudanças rápidas e fundamentais. Esta mudança afeta a língua e o multilinguismo de várias formas, muitas vezes por esbater as fronteiras entre os tipos de desafios linguísticos. Embora a análise permaneça útil para a análise sistemática dos problemas linguísticos contemporâneos, essa análise também deve considerá-los como diferentes facetas de uma questão global: que papel queremos atribuir ao multilinguismo na sociedade europeia contemporânea?

**Devem ser tidas em
conta as
interconexões entre o
micronível
(indivíduos), o nível
meso (organizações)
eo nível macro
(Estado ou
sociedade).**

O desafio destas tendências combinadas é a crescente interligação dos níveis de problemas linguísticos, em que os microníveis (indivíduos e agregados familiares), o nível meso (com ou sem fins lucrativos, públicos ou privados, tais como universidades e empresas do setor privado) e macronível (sociedade como um todo, local, nacional ou mundial) se influenciam mutuamente. Esta tendência não é específica da linguagem, mas, no seu caso, levanta questões de especial complexidade. Por exemplo, a proteção de uma língua minoritária já não pode ser estritamente prevista dentro dos limites de uma determinada região: o destino da língua depende também da sua visibilidade na Internet e da sua disponibilidade noutros locais, por exemplo, em cidades onde jovens membros da comunidade frequentam o ensino superior. É provável que a integração linguística dos migrantes possa ser um processo mais complexo e multilingue do que antes.

No passado, a «integração» era muitas vezes equivalente à aquisição da língua local. No entanto, como resultado da mudança tecnológica e cultural, o processo de aprendizagem é mais provável hoje em dia ser associado a várias formas de manutenção da «linguagem herdada»: o mais pequeno custo das viagens e telecomunicações internacionais torna a língua do país de origem prontamente disponível na vida diária das pessoas. As tendências geopolíticas afetam as atividades domésticas, assim como as opiniões pessoais podem ter uma ressonância global através das redes sociais. A força e as modalidades destas interações entre níveis podem variar de caso para caso, comparando os decisores políticos com uma grande variedade de condições locais.

Em suma, repensar o desafio da linguagem exige que assumamos o controle de um nível considerável de complexidade e manipulá-lo de uma perspetiva sistêmica. As ideias aceites sobre a política linguística nem sempre são adequadas para lidar com esta tarefa. A missão fundamental do projeto MIME é fornecer um quadro analítico para abordar esta complexidade. O objetivo geral do projeto, agora, não é fornecer uma análise linguística detalhada dos processos de comunicação em contextos específicos (como já foi feito em projetos de investigação anteriores), mas sim desenvolver uma abordagem que gere, a um nível mais geral, respostas políticas coerentes aos desafios da diversidade linguística, e ilustrar essas respostas com aplicações a situações específicas. Por último, o projeto MIME visa propor:

A Europa enquanto projeto social e político exige tanto a mobilidade como a inclusão, mas ter mais de um significa muitas vezes menos do que o outro, e vice-versa.

► Um conjunto de análises interligadas e mutuamente compatíveis dos problemas linguísticos que ajudam a navegar por uma vasta gama de questões (políticas, sociais, educativas, de comunicação, etc.), mas também ajudam a deslocar-se eficazmente entre os níveis micro, meso e macro em que os processos linguísticos ocorrem;

► Um conjunto de instrumentos orientados para as políticas que os analistas, os decisores políticos e os cidadãos no seu conjunto podem adaptar-se e aplicar-se a conceitos específicos, tendo também em conta as rápidas mudanças que afetam estes contextos.

A referência analítica do núcleo do projeto MIME é o modelo de compromisso, que fornece um quadro unificador. O projeto parte da ideia de que os problemas linguísticos com que os cidadãos europeus e as suas autoridades se confrontam podem ser abordados através do prisma de um problema comum. Este problema comum é um problema de tensão entre dois objetivos, nomeadamente a mobilidade e a inclusão.

O modelo de compromisso é um instrumento clássico para a análise depolíticas. Pode ser aplicada a qualquer problema em que a sociedade tem de tomar decisões e, em particular, precisa de equilibrar objetivos desejáveis mas não convergentes. O multilinguismo é um desafio precisamente porque está ligado a dois objetivos distintos que não são facilmente reconciliados:

► Por um lado, a Europa significa tornar-se uma união altamente integrada, cujos cidadãos podem circular livremente entre os Estados-Membros para o trabalho, o estudo, o lazer ou a reforma. Isso é chamado de mobilidade, um conceito que denota uma gama mais ampla de processos do que a migração física e inclui a crescente variedade de motivações e modalidades relacionadas com o movimento geográfico, ou por vezes virtual, das pessoas. A mobilidade requer uma comunicação fácil entre pessoas de diferentes origens linguísticas. Tal pode ser alcançado através de uma combinação adequada de estratégias que envolvam a aprendizagem de línguas, bem como várias formas de utilização das línguas. No entanto, a mobilidade põe em causa a associação tradicional entre uma determinada língua e uma área geográfica específica;

► Por outro lado, o «desafio multilinguístico» levanta questões de inclusão, em que as línguas desempenham um papel fundamental. O leque de línguas faladas na Europa é crucial para definir a sua diversidade, que é reconhecida como um valor central da União. Esta diversidade manifesta-se na especificidade linguística das diferentes partes da UE, onde os Estados-Membros têm línguas oficiais diferentes (por vezes mais de uma, com disposições diferentes, a nível nacional e/ou subnacional, para lidar com esta diversidade). A inclusão, então, refere-se a um sentimento de pertencimento e conexão com um local de residência — talvez porque nascemos aqui, ou mudamos e escolhemos morar lá. Este sentimento de pertença pode ser expresso, nomeadamente, através da participação na vida social, política, económica e cultural do país, região ou zona de residência local. Isso implica familiaridade com a língua local. Assim, as condições necessárias para a manutenção e/ou emergência de um sentimento de pertença e de ligação exigem que as muitas línguas e culturas que compõem a

diversidade europeia sejam reconhecidas e consolidadas. Cultivar a diversidade historicamente enraizada, bem como o reconhecimento da singularidade dos elementos, pequenos ou grandes, que compõem essa diversidade, não resultam em nenhum tipo de rejeição ou exclusão do outro. Pelo contrário, é a preservação do ambiente linguístico que permite que os residentes mais velhos se sintam confiantes em sua capacidade de estender a inclusão aos recém-chegados. Isto é importante, dada a importância que as pessoas atribuem à língua e à cultura nos processos de construção de identidade. Mas, embora a inclusão envolva a integração dos recém-chegados nas condições locais, não exige que os recém-chegados abandonem as características linguísticas e culturais que trazem consigo, e pode levar em conta o surgimento de identidades multicamadas.

A tensão entre mobilidade e inclusão é particularmente aguda no campo da linguagem.

O projeto MIME consolida então a ideia de que surge um problema de compromisso entre «mobilidade» e «inclusão». Por um lado, se a sociedade optasse por insistir exclusivamente nas necessidades de inclusão num determinado lugar na UE, tal poderia conduzir a obstáculos materiais ou simbólicos à mobilidade dos cidadãos. Ao apresentá-la de forma diferente, uma insistência exclusiva na «inclusão» tornaria a mobilidade mais onerosa para as pessoas, em termos materiais ou simbólicos. Uma maior inclusão resulta geralmente em menos mobilidade. Inversamente, uma atenção exclusiva à mobilidade pode ter um efeito adverso na inclusão, uma vez que, através das forças uniformes que incentiva, pode minar o sentimento de pertença, a especificidade e o enraizamento associados a diferentes lugares na UE. Na pior das hipóteses, se esta ênfase na mobilidade for entendida como comprometendo as línguas e as culturas locais, pode causar um impacto negativo em alguns cidadãos que podem sentir-se destituídos do seu sentimento de pertença (no local de residência). A mobilidade não trabalhada pode ser perturbadora para os processos de inclusão.

A missão central do MIME é identificar políticas linguísticas que possam melhorar a compatibilidade entre mobilidade e inclusão em áreas como os direitos linguísticos, o uso de uma língua na esfera pública, a educação linguística e a comunicação em arranjos específicos

Em suma, nous têm os ingredientes típicos de um compromisso, no qual dois objetivos, ambos validamente direcionados, muitas vezes envolvem diretrizes que podem estar em oposição uns aos outros. A fim de resolver o compromisso, o projeto MIME tem dois objetivos:

A coesão social a nível europeu exige uma combinação equilibrada de mobilidade e inclusão, também em termos de utilização das línguas, direitos linguísticos e competências linguísticas.

O multilinguismo reveste-se de uma importância crucial numa altura em que a UE, enquanto projeto social e político, tem de repensar as condições para a sua atração pelos cidadãos

► Identificar, sob os constrangimentos existentes (que, pelas razões acima expostas, limitam o alcance da mobilidade, preservando simultaneamente um certo nível de inclusão, e vice-versa), o melhor equilíbrio entre mobilidade e inclusão;

► Identificar orientações políticas que possam contribuir para atenuar esta restrição — em especial para formular medidas (ou novas combinações de medidas) que possam aumentar a mobilidade sem impedir a inclusão e melhorar a inclusão sem restringir a mobilidade. O princípio orientador consiste em aumentar a compatibilidade entre a mobilidade e a inclusão.

O Deputado IME reexamina os problemas linguísticos tradicionais de acordo com este modelo de compromisso, a fim de realçar as adaptações às disposições existentes que podem aumentar a compatibilidade entre a mobilidade e a inclusão em vários domínios (disposições constitucionais, vida quotidiana em vários bairros, sistemas educativos, etc.) e, por vezes, propõe disposições radicalmente novas. A mobilidade e a inclusão são cruciais para o êxito da Europa enquanto projeto social, económico e cultural. São importantes para si mesmos, mas também como duas faces da mesma moeda, porque, tomadas em conjunto, criam a base de uma sociedade europeia coesa: a coesão a nível europeu depende da combinação equilibrada de mobilidade e inclusão. Este equilíbrio, naturalmente, é algo dinâmico que muda ao longo do tempo, mas a perspetiva geral sobre a coesão a longo prazo pode resumir-se da seguinte forma: A Europa será coesa:

► Se os seus cidadãos puderem facilmente circular entre Estados-Membros e não se limitarem a um único Estado onde nasceram ou teriam estudado. Tal exige o apoio de disposições e instituições que facilitem a mobilidade para o trabalho, os estudos, o lazer e a reforma. Esse apoio pode dizer respeito à prestação legal de direitos linguísticos, à conceção dos currículos escolares, à regulamentação do multilinguismo nas embalagens de bens de consumo, às condições em que o acesso aos serviços públicos é garantido, etc.;

► e se, embora tirando pleno partido das oportunidades educativas, profissionais e outras oferecidas pela mobilidade, os cidadãos forem incluídos na comunidade local em que estão estabelecidos, por um período de tempo curto ou mais longo. Isto requer o apoio à vitalidade das várias comunidades, grandes ou pequenas, que diferem das outras e demonstram a sua singularidade, nomeadamente através das suas características linguísticas específicas. Por conseguinte, a coesão implica também prestar atenção às preocupações daqueles que optaram por não se mover, ou que não têm motivos especiais para o fazer, mas que estão no papel da sociedade de acolhimento. O seu sentimento de pertença não deve ser ameaçado, mas enriquecido pela chegada de cidadãos europeus móveis, linguística e culturalmente diferentes.

O MIME não diz respeito a uma faceta específica do multilinguismo, mas à gestão do multilinguismo de forma integrada, como característica que atravessa diferentes situações. Este volume fornece conceitos, modelos, princípios, referências e exemplos de práticas de sucesso.

OMIME aborda questões cruciais para a Europa enquanto projeto político, social, económico e cultural, uma vez que a gestão do multilinguismo pode contribuir significativamente para a sua coesão (ou, se mal gerida, pode impedi-lo seriamente). A forma como a União Europeia se coloca em relação à diversidade das suas línguas também tem impacto na forma como os cidadãos podem ter relações com esta empresa. Num momento de rápida mudança, em que os fortes sinais das urnas eleitorais em vários Estados-Membros mostram que a União Europeia, enquanto instituição, precisa de reaproximar o significado da Europa enquanto projeto coletivo, a importância da gestão competente do multilinguismo não pode ser sobrestimada.

Tendo em conta o seu âmbito temático, o projeto MIME não se refere a um aspeto específico do multilinguismo — como preparar melhor os professores para aulas linguísticas diversificadas, ou conceber sistemas para a proteção dos direitos linguísticos das minorias nacionais, ou serviços de tradução fluidos para a UE, ou para assegurar a integração linguística dos migrantes adultos. É para todas as questões desde o início, mas em primeiro lugar é desenvolver uma abordagem integrativa que identifique explicitamente as interconexões entre essas questões e nos permita pensar em conjunto sobre elas. O MIME está preocupado com a forma como todas estas questões se fundem num desafio transversal e que podemos enfrentar este desafio de uma política linguística integrada. Estas prioridades estão refletidas no presente Vade-mécum.

Este Vade-mécum pretende-se como uma ferramenta para pensar o multilinguismo como um problema abrangente e fornecer aos leitores conceitos, referências e, em última análise, inspiração para conceber as suas próprias respostas políticas aos problemas práticos que o multilinguismo coloca em contextos específicos. Alguns utilizadores, quer nas suas missões nacionais ou supranacionais da função pública, quer no seu envolvimento político (a nível local, nacional ou supranacional), têm de pensar numa variedade surpreendente de questões linguísticas. Podem incluir o montante adequado de assistência financeira a prestar aos centros culturais que prestam umaminoria linguística tradicional. Outros utilizadores precisam de conhecer os prós e os contras das abordagens alternativas à integração linguística dos migrantes adultos. As muitas questões levantadas em relação a tais assuntos, que à primeira vista parecem estar claramente circunscritas, não têm necessariamente uma resposta clara e inequívoca: por exemplo, a escolha das estratégias de apoio à aprendizagem da língua de acolhimento dependerá, nomeadamente, do perfil pessoal dos imigrantes em causa, das tradições da sociedade de acolhimento em relação à diversidade linguística, do grau de perceção da distância interlinguística entre a(s) língua(s) oficial(ais) do país de acolhimento e a(s) língua(s) utilizada(s) pelo grupo de imigrantes em causa, etc. Por outras palavras, não existem soluções de tamanho único.

Por todas estas razões, este Vade-mécum tem uma orientação clara baseada no conceito (discutível) de «melhores práticas». O que é melhor é sempre específico, e o que funciona em algum lugar não é necessariamente relevante em outros lugares. Além disso, num período de mudança acelerada, o que é melhor num determinado momento pode deixar de ser adequado alguns anos mais tarde. Por outro lado, este Vade-mécum dá prioridade às ferramentas que os leitores podem adotar e adaptar-se aos seus próprios objetivos. Ao apresentar estes instrumentos, a nossa prioridade é a coerência: garantimos que correspondam a uma perspectiva integrativa de gestão da diversidade linguística como uma questão social transversal, que é uma condição para uma boa política pública. Mas também os ilustramos com exemplos de práticas bem-sucedidas - uma noção que consideramos muito mais frutuosa do que «melhores práticas». Mostrar como um problema foi tratado em algum lugar não significa que a mesma estratégia deve ser copiada para outro lugar; no entanto, uma análise sólida de um problema linguístico e informações específicas sobre a forma como foi resolvido com êxito num determinado contexto podem fornecer ao leitor ferramentas úteis e fornecer uma inspiração estimulante.

Em suma, em vez de publicar recomendações ou fornecer receitas completas, este Vade-mécum visa ajudar os utilizadores a enfrentar os desafios da diversidade linguística como um problema social em grande escala e dotá-los de instrumentos com os quais possam identificar as pedras angulares de um plano político para a sua própria política linguística, no seu próprio contexto, atendendo às suas próprias necessidades.

**Não existe uma solução universal.
Não damos receitas ou
recomendações de um problema.**

Se no trabalho de um funcionário de uma administração nacional ou supranacional, na atividade política de um membro eleito de um legislador local, nacional ou internacional, ou em debates públicos envolvendo os meios de comunicação social, as pessoas ou os cidadãos no seu conjunto, há todo o tipo de situações em que é necessária orientação.

Este Vade-mécum ajudará os utilizadores a desenvolver a sua autonomia nas discussões sobre questões de gestão da diversidade, ponderando os prós e contras de várias propostas apresentadas por outros intervenientes ou grupos de interesses. Nosso foco no conceito de ferramentas que nossos leitores podem adotar também reflete nossa consciência de mudanças rápidas e onipresentes. Soluções que agora podem ser sensatas podem já não ser suficientes mais tarde — a visibilidade crescente nos últimos anos do problema dos fluxos migratórios é provavelmente o exemplo mais óbvio. Soluções específicas são transitórias, mas as ferramentas têm uma vida útil muito mais longa. Ao ajudar os utentes a assumir o controle dos elementos-chave de uma política de linguagem, esperamos fornecer aos leitores um serviço que se revelará útil a longo prazo.

Este Vade-mécum é uma ferramenta para os utilizadores identificarem prioridades para os seus próprios projetos políticos, nos seus próprios contextos.

Este Vade-mécum, que não se destina a gerar automaticamente planos políticos, incentiva os leitores a tornarem-se participantes ativos na seleção, conceção e avaliação das políticas linguísticas. Os pormenores do trabalho de análise de políticas podem então ser confiados a um grupo de trabalho especializado em política linguística, mas as páginas seguintes ajudarão os funcionários eleitos ou os políticos com responsabilidades neste domínio a desenvolver uma noção muito mais clara do que querem obter e porquê. Sem dúvida, a seleção e a conceção prévia de uma política linguística, bem como a sua subsequente avaliação, são um empreendimento altamente complexo que exige trabalho especializado, razão pela qual os profissionais da política linguística também são necessários. Mas, como mostra este Vade-mécum, esses profissionais devem ser um grupo de trabalho verdadeiramente interdisciplinar, envolvendo especialistas de uma gama completa de ciências sociais e humanas. A razão, muito simplesmente, é que a diversidade linguística é uma realidade que abrange várias dimensões do quotidiano das pessoas, das organizações e da sociedade como um todo.

Problemas de linguagem estão relacionados, e formam um sistema. A política linguística existe para influenciar este sistema, que também podemos pensar como o nosso «ambiente linguístico», como outras políticas públicas têm sido desenvolvidas para gerir o nosso ambiente natural. O ambiente linguístico é muito variado. Isto continua em áreas específicas como «consciência intercultural nas escolas multilingues», «serviço público de interpretação nos tribunais», aulas de línguas para adultos em centros sociais, etc., e vemos-as como facetas de um ambiente linguístico global. Esta última engloba, portanto, todas as características linguísticas que caracterizam o ambiente do nosso quotidiano. Inclui os direitos linguísticos, as competências linguísticas, a utilização das línguas e as representações linguísticas numa variedade de «áreas» (tais como escolas, trabalho, administração, etc.) em que os seres humanos interagem através da língua.

Embora o projeto MIME trate do multilinguismo como um sistema integrado, também analisou uma vasta gama de problemas linguísticos específicos como facetas particulares do nosso ambiente linguístico. Os problemas considerados no MIME vão desde os direitos linguísticos constitucionalmente definidos das minorias nacionais até ao progresso na tradução automática, desde o papel da educação informal na formação linguística até à modelização matemática da dinâmica linguística, ou das dimensões linguísticas da proteção do consumidor às necessidades linguísticas dos reformados móveis a nível internacional, para citar apenas alguns dos problemas considerados neste projeto. O exame de cada um deles em pormenores teria exigido um empreendimento muito maior — de fato, um programa de pesquisa abrangente, resultando em uma espécie de enciclopédia do multilinguismo. Tal empresa exigiria muito mais do que um projeto de quatro anos.

Este livro não é nem uma enciclopédia nem um manual, mas oferece uma ampla e prática cobertura do ambiente linguístico que as políticas linguísticas tentam influenciar

Os princípios gerais e as conclusões aplicam-se igualmente a questões de política linguística não abordadas no presente Vade-mécum.

Como resultado, este Vade-mécum não é uma enciclopédia. Apesar do seu foco em ferramentas, também não é um manual especializado. Nossa abordagem aqui é diferente, e este Vademecum é um livro introdutório, porque se concentra em fornecer aos leitores acesso rápido a instrumentos bem direcionados que eles podem usar para si mesmos. Assim, fizemos uma seleção de 72 tópicos que consideramos de particular importância, e que são organizados em seis grupos:

- ▶ Análise da política linguística (questões 1 a 13)
- ▶ Minorias, maiorias e direitos linguísticos (questões 14-25)
- ▶ Diversidade linguística, mobilidade e integração (questões 26-40)
- ▶ Educação, ensino e aprendizagem de línguas (questões 41 a 53)
- ▶ Tradução, tecnologias linguísticas e estratégias alternativas (questões 54-64)
- ▶ Assuntos especiais (questões 65 a 72).

Dentro de cada grupo, as entradas do Vade-mécum foram selecionadas para fornecer ampla cobertura de perguntas práticas, e as entradas para este Vade-mécum podem ser usadas como passos para abordar outras questões.

Os leitores podem notar que, embora estejamos em grande parte ausentes, alguns aspetos da gestão da diversidade linguística não são discutidos aqui. Por exemplo, não estudamos o corpus da linguagem (como a reforma ortográfica, a inovação terminológica ou a escolha de um alfabeto); não discutimos as manifestações culturais da linguagem na literatura e nas artes; também não abordamos (ou apenas marginalmente) temas da economia linguística, como as taxas de retorno das competências linguísticas no mercado de trabalho. Estas questões não foram levantadas no convite à apresentação de propostas da Comissão Europeia e, por conseguinte, foram deixadas de lado pelo MIME, cujo âmbito de aplicação já ultrapassa o da maioria dos projetos de multilinguismo, tanto em termos de desafios analíticos como de execução política. No entanto, essa ancoragem do Vade-mécum na análise de políticas, onde são avaliados prós e contras de vários cenários de política linguística, fornece uma ponte natural para algumas das dimensões econômicas do multilinguismo, e a literatura citada em várias entradas fornece indicadores nessa direção particular.

Cada entrada abre com uma pergunta de título, à qual uma resposta é dada. Nossa prioridade em todos os lugares é a eficiência: cada entrada corresponde a uma página dupla. O tratamento das 72 questões abordadas neste Vade-mécum está enraizada em nosso referencial analítico e sempre se refere, direta ou indiretamente, ao compromisso entre mobilidade e inclusão.

Nem todos os leitores também estarão interessados em cada uma das perguntas que levantamos. As necessidades dos nossos leitores são provavelmente diferentes, quanto mais não seja devido à natureza das suas atividades (como funcionários públicos, políticos, meios de comunicação social ou cidadãos interessados), e nem todos procurarão o mesmo tipo de informação. Algumas unidades vão querer ir diretamente para algumas entradas selecionadas. No entanto, a navegação através das outras secções, em especial a dedicada às questões gerais de política linguística, pode ser utilizada para colocar preocupações específicas num contexto mais amplo de gestão da diversidade como um todo, e ajudar os leitores a colher mais benefícios deste Vade-mécum.

As 72 entradas permitem um acesso rápido, eficaz e direcionado às principais questões de política linguística

Todas as entradas são organizadas de forma semelhante: após um breve comentário sobre a questão de abertura, explicando por que essa questão é importante, revisamos os resultados importantes da pesquisa ("O que a pesquisa nos diz? englobando trabalhos anteriores e conectando-os com os avanços emergentes do projeto MIME. Segue-se uma secção («Ilustração e Provas») centrada em factos e números, e uma secção de conclusão dedicada às «impactâncias políticas». Finalmente, em cada caso, fornecemos algumas referências que podem ser usadas não apenas para estudar um assunto com mais pormenores, mas também para aceder tópicos relacionados à política linguística.

Principais resultados

François Grin, Manuel Célio Conceição,
Peter A. Kraus, László Marác, Žaneta Ozolina,
Nike K. Pokorn, Anthony Pym

O projeto MIME gera uma vasta gama de resultados de investigação, fornecendo orientações para a seleção e conceção de políticas linguísticas na Europa. Começamos por salientar quatro grandes conclusões, das quais se podem extrair orientações políticas gerais.

1

O multilinguismo não pode ser deixado a si próprio e deixar que não seja uma opção. As políticas linguísticas são uma faceta inevitável do governo; são necessárias e justificadas. A linguagem está profundamente interligada com os processos políticos, sociais, económicos e culturais que afetam indivíduos e grupos. Não só as diferentes respostas à diversidade resultam de níveis de bem-estar mais ou menos elevados em toda a sociedade, mas também envolvem uma distribuição mais ou menos justa dos recursos. Além disso, evidências sugerem que as políticas que promovem o multilinguismo individual e englobam a sociedade produzem benefícios materiais e simbólicos que excedem seus custos e promovem maior equidade na sociedade. As informações sobre os efeitos positivos para a sociedade no seu conjunto das políticas que adaptam e apoiam a diversidade devem ser divulgadas de forma mais ampla e sistemática.

2

A mobilidade e a inclusão são para todos; daí resulta que as políticas devem basear-se numa visão global da mobilidade e da inclusão. Esta visão abrangente é necessária para garantir que a diversidade linguística seja também positivamente sentida pelos cidadãos que não estão interessados ou que não estão preocupados com ela. Por conseguinte, o apoio à mobilidade das pessoas em toda a União Europeia deve ser acompanhado de disposições que facilitem a inclusão de pessoas e grupos móveis na(s) língua(s) e cultura(s) locais. A inclusão nas condições locais contribui para tornar a mobilidade de outros não ameaçadores; ele gera o senso de segurança que permite que os moradores criem espaço para os recém-chegados, incluindo a diversidade que esses recém-chegados podem trazer

para a sociedade local.

3

Políticas bem concebidas que combinem mobilidade e inclusão são muitas vezes complexas, mas são necessárias e possíveis. A combinação da mobilidade com a inclusão não é fácil e existe mesmo tensão entre elas, uma vez que facilitar a mobilidade por si só pode comprometer a inclusão na sociedade local, com as suas características linguísticas e culturais específicas; em contrapartida, insistir apenas na inclusão ignora os desafios da mobilidade, cuja importância está a aumentar com a globalização. Assim, ao escolher medidas que promovam a inclusão, deve ser dada prioridade às que não prejudicam a capacidade das pessoas para se deslocarem em toda a Europa — uma União para o trabalho, a educação, o lazer ou a reforma. Simetricamente, ao escolher medidas que facilitem a mobilidade, deve ser dada prioridade às que garantam as condições necessárias para o florescimento das características linguísticas e culturais de cada lugar, com a sua dinâmica e singularidade específicas (muitas vezes multilingue).

4

A coesão social resulta da combinação equilibrada entre mobilidade e inclusão. A mobilidade aumenta o leque de oportunidades oferecidas aos cidadãos; a inclusão reforça o sentimento de pertença das pessoas e preserva a especificidade dos diferentes lugares na Europa. Alcançar este equilíbrio, e a conceção de políticas linguísticas inteligentes para este fim, é talvez uma das condições que devem ser cumpridas para regenerar o projeto de integração europeia em tempos de globalização e de mudança.

Estas quatro conclusões baseiam-se nos resultados da pesquisa que o leitor pode encontrar nas 72 entradas seguintes. Esses resultados são categorizados em seis categorias temáticas.

1

A política linguística enquanto política pública, com o objetivo de promover o conhecimento dos princípios que devem orientar a escolha, a conceção e a avaliação das políticas linguísticas, a fim de as tornar eficazes, eficazes em termos de custos e justas, na medida em que lidam com o «desafio multilingue do cidadão europeu» (entradas 1-13).

2

Política linguística, onde examinamos, em particular, a forma como as disposições constitucionais, jurídicas e regulamentares existentes podem ser melhoradas, a fim de assegurar uma melhor coesão através de um equilíbrio bem regulamentado de direitos e práticas entre as diferentes línguas (pontos 14-25).

3

O tratamento da **diversidade linguística como um problema social**, que é crucial para definir a posição das pessoas que falam línguas diferentes. O projeto destaca como as mudanças contemporâneas afetam as escolhas das pessoas em relação ao uso da linguagem, como as características da linguagem se harmonizam com a formação da identidade grupal, e como isso se reflete nas características visíveis do espaço em que vivemos (entradas 26-40).

4

Os princípios que devem reger a **orientação e as práticas linguísticas dos sistemas educativos**, incluindo a nível superior, a fim de dar resposta às necessidades linguísticas dos europeus e dotá-los dos instrumentos necessários para a mobilidade, mas também para assegurar que a mobilidade não seja perturbadora e, em combinação com medidas que reforcem a inclusão nas sociedades locais, melhorem a coesão da Europa em consequência (entradas 41 a 53).

5

Autilização ótima de estratégias de comunicação mutuamente complementares em situações multilingues, abrangendo clássicos como a tradução e interpretação, mas também a tradução automática, a utilização de diferentes línguas veiculares e o desenvolvimento de competências de acolhimento em línguas estreitamente relacionadas com a primeira língua (entradas 54-64).

6

Uma exploração das **fronteiras do multilinguismo** através de uma série de estudos-piloto sobre temas especiais que não foram explorados. Estes temas incluem as implicações (geopolíticas) da diversidade em matéria de segurança, as exigências linguísticas da proteção dos consumidores, o potencial da experiência histórica dos ciganos com a diversidade linguística para sugerir abordagens inesperadas aos desafios do multilinguismo, as necessidades linguísticas especiais dos reformados móveis a nível internacional, as ligações entre o multilinguismo individual e a criatividade e as implicações da diversidade linguística na resposta às crises financeiras (pontos 65-72).

Análise da polítinguística

- 1 Por que as questões linguísticas não podem ser deixadas para si mesmas? 30
- 2 É necessária uma linguagem comum para ter uma democracia viável? 32
- 3 O «mercado livre» pode gerir a diversidade linguística? 34
- 4 Por que uma boa tipologia é útil para a seleção e conceção de políticas linguísticas? 36
- 5 Como identificar e medir a desvantagem linguística? 38
- 6 O que é uma «abordagem complexa» para a seleção e conceção de políticas linguísticas? 40
- 7 Por que as projeções demolinguísticas devem informar as escolhas da política linguística? 42
- 8 Como o ensino de línguas estrangeiras influencia os custos da migração? 44
- 9 Que desigualdades socioeconómicas entre falantes de línguas diferentes devem ser abordadas pelas políticas públicas? 46
- 10 Em que línguas devem ser prestados cuidados de saúde? 48
- 11 Os custos da política linguística são importantes? 50
- 12 Por que as simulações computacionais são úteis na seleção e conceção de políticas linguísticas complexas? 52
- 13 Quais são as implicações legais gerais da pesquisa MIME? 54

1 Porque é que as questões linguísticas não podem ser deixadas a si próprias?

François Grin, Marco Civico Universidade de Genebra

Dada a complexidade das questões linguísticas, é tentador os governos dizerem que os problemas linguísticos serão resolvidos por si próprios e evitar tomar decisões linguísticas. No entanto, não é realmente uma opção, pela simples razão de que os Estados não podem funcionar *sem* linguagem. Ao administrar a justiça, cobrar impostos ou isentar a educação, os Estados utilizam uma ou mais línguas, mas não as outras; por definição, eles tomam decisões sobre linguagem. Nunca há falta de política linguística, e mesmo estas decisões inevitáveis devem basear-se numa ponderação justa das vantagens e desvantagens das opções concorrentes. No entanto, duas razões adicionais muitas vezes entram em jogo. A primeira é que muitos Estados consideram que é seu dever proteger as pequenas línguas; o segundo é que, quando várias línguas coexistem no mesmo espaço, os Estados muitas vezes precisam arbitrar entre suas reivindicações contra recursos materiais e simbólicos. Por todas estas razões, os Estados devem adotar uma política linguística.

O que diz a pesquisa?

A fim de compreender plenamente a necessidade de os Estados se envolverem na política linguística, temos de começar por dois aparentes paradoxos sobre a diversidade linguística. A primeira é que, ao mesmo tempo, a diversidade diminui e cresce. Diminui objetivamente porque as pequenas línguas correm ou até desaparecem, devido à complexa interação de vários processos sociais, políticos e económicos, levando a um certo grau de homogeneização. Ao mesmo tempo, a diversidade está aumentando na percepção subjetiva de milhões de pessoas — especialmente aquelas que vivem em grandes cidades com imigração significativa.

O segundo paradoxo, ecoando o primeiro, é que a diversidade pode ser considerada ameaçada e ameaçadora. Como acabamos de ver, algumas línguas estão ameaçadas de extinção ou já desapareceram, e muitos Estados consideram, com razão, como um dos seus deveres de proteção dessas línguas. Ao mesmo tempo, a presença de línguas diferentes no mesmo espaço não é necessariamente uma realidade pacífica. Pode haver concorrência por recursos materiais e simbólicos, e os Estados são muitas vezes chamados a arbitrar entre diferentes línguas. Assim, seja para *proteção e promoção* (porque alguns componentes da diversidade estão *ameaçados*) ou para *arbitragem e*

delimitação (porque alguns componentes da diversidade são percebidos erradamente ou corretamente como *ameaçando* outros), os Estados devem se envolver na política de linguagem.

Ilustrações e provas

Quase todos os casos de política linguística podem ser caracterizados como principalmente « proteção e promoção » ou « arbitragem », embora as duas funções muitas vezes se misturem.

Principalmente proteção e promoção:

- * prestação de serviços de língua irlandesa no âmbito do *programa linguístico* do Governo irlandês¹;
- * o reconhecimento, na Lei da Língua Finlandesa, do direito dos moradores de utilizar a língua em conjunto das autoridades².

Principalmente arbitragem e demarcação:

- * regulamentação da utilização dos franceses e dos neerlandeses nos tribunais da região de Bruxelas³;
- * oferta de cursos opcionais de língua materna em escolas públicas de Hamburgo⁴;
- * estabelecimento do castelhano como língua oficial do Estado espanhol⁵;
- * reconhecimento constitucional das fronteiras linguísticas estáveis das regiões linguísticas na Suíça⁶.

Proteção e arbitragem:

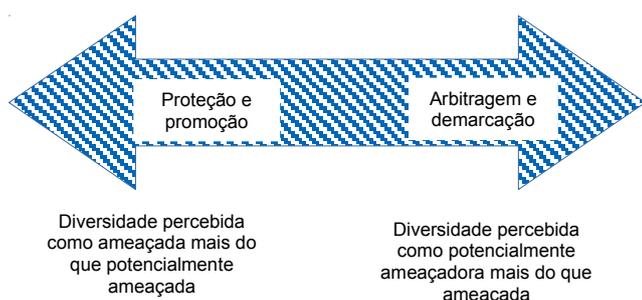
- * proteção constitucional dos direitos educativos e culturais dos falantes húngaros na Roménia⁷;
- * isenção da minoria dinamarquesa do limiar de

- 1 www.taoiseach.gov.ie/eng/Irish_Language_Policy/Official_Languages_Scheme_2016-2019.pdf
- 2 www.finlex.fi/en/laki/kaannokset/2003/en20031086.pdf
- 3 www.ejustice.just.fgov.be/eli/loi/1935/06/15/1935061501/justel
- 4 www.diver.uni-hamburg.de/-images/08122016-bericht-hube-ev.pdf
- 5 www.congreso.es/consti/constitucion/indice/titulos/articulos.jsp?ini=1&fin=9&tipo=2
- 6 www.admin.ch/opc/fr/classified-compilation/19995395/201702120000/101.pdf
- 7 www.admin.ch/opc/fr/classified-compilation/19995395/201702120000/101.pdf

representação de 5 % no Landtag do Land alemão de Schleswig-Holstein¹.

Implicações políticas

É impossível para um país não ter nenhuma política linguística. Isto aplica-se a entidades supranacionais, como a União Europeia, e estende-se a qualquer estrutura que tenha competência sobre as pessoas em determinadas áreas, devendo comunicar interna ou externamente. Uma vez estabelecida a necessidade de uma política linguística, esta deve ser selecionada, concebida e avaliada com base em princípios sólidos desenvolvidos no domínio geral da análise política e devidamente adaptados à política linguística. Entre estes princípios, *os principais* são a eficiência e a equidade, que são abordadas em outras entradas do presente Vade-mécum.



Referências e aprofundamento

- Arzoz, X. (Ed.) (2008). *Respeitar a diversidade linguística na União Europeia*. Amesterdão: É o John Benjamins.
- Bayley, R., Cameron, R., & Lucas, C. (Eds.) (2013). *O Manual de Oxford da Sociolinguística*. Oxford: Oxford University Press (em inglês).
- Griin, F. (2003). Diversidade como Paradigma, Dispositivo Analítico e Objetivo de Política. Em W. Kymlicka & A. Patten (Eds.), *Direitos Linguísticos e Teoria Política* (pp. 169-188). Oxford: Oxford University Press (em inglês).

¹ www.verfassungen.de/de/sh/verfassung08-i.htm

2 Uma linguagem comum é necessária para ter uma democracia viável?

Helder De Schutter, Nenad Stojanović, Sergi Morales-Gálvez, Katholieke Universiteit Leuven

A maioria dos especialistas em sociedades divididas e conceção institucional concorda amplamente que é mais difícil estabelecer e manter uma democracia estável e funcional em um país com múltiplas línguas e esferas públicas linguisticamente fragmentadas do que em países mais homogêneos. O filósofo britânico do século XIX, John Stuart Mill, escreveu que «entre um povo sem simpatia, especialmente se eles leem e falam línguas diferentes, a opinião pública unida, necessária para o funcionamento de um governo representativo, não pode existir». Nos últimos anos, pesquisadores reafirmaram essa tese. Um filósofo político contemporâneo Philippe Van Parijs, por exemplo, afirma que o surgimento de uma língua comum, visto como uma condição necessária para a democracia, é possível pela disponibilidade de uma linguagem comum. Ele argumenta que não pode haver «uma democracia viável sem línguas linguisticamente unificadas» (Van Parijs, 2000, 236).

O que nos diz a pesquisa?

Temos de reconhecer que a profunda diversidade linguística é um desafio para a democracia. Mas não é intransponível. A Suíça é um exemplo. É um país multilíngue sem língua franca, fragmentado em 26 cantões, dos quais todos, exceto quatro, são oficialmente unilíngues. O país tem quatro línguas nacionais (alemão, francês, italiano e romanche) e quatro esferas públicas linguisticamente distintas. No entanto, é amplamente considerado como uma das democracias mais estáveis e bem sucedidas do mundo contemporâneo. Os acadêmicos tendem a ter como certo o sucesso do modelo suíço de democracia. Em geral, eles estão muito menos interessados em sucessos e preferem se concentrar em casos difíceis. Dito isto, uma coisa é ter uma democracia que funcione com apenas duas ou três línguas oficiais. Alcançar o mesmo objetivo na presença de muitas outras línguas é mais problemático.

Em particular, para que a UE se torne uma democracia viável, tem de abordar a questão do multilinguismo, uma vez que tem 24 línguas oficiais e não tem língua franca oficial.

Ilustrações e provas

Países profundamente multilíngues, como o Canadá e a Bélgica, têm enfrentado dificuldades consideráveis nas últimas décadas (ver o referendo de 1995 sobre a soberania no Quebec, o impasse institucional e o aumento do nacionalismo flamengo na Bélgica desde a década de 1970). O argumento poderia ser estendido a países como o Reino Unido (com a Escócia), a Espanha (com a Catalunha e o País Basco) ou a Índia, mas nessas sociedades há pelo menos uma língua franca — inglês, espanhol, hindi — que a maioria das pessoas fala ou pelo menos entende, o que não é o caso na Bélgica e no Canadá. Pesquisadores que exploraram o caso da Suíça, no que diz respeito à gestão da diversidade etnolinguística, geralmente atribuem seu sucesso ao federalismo e/ou à chamada natureza «sociativa» de suas instituições baseadas na partilha de poder, na autonomia dos grupos, na atribuição proporcional de cargos parlamentares e empregos públicos e no veto das minorias (Lijphart, 1977). Embora concordemos que o federalismo é uma instituição importante, não pode, por si só, explicar a estabilidade da democracia suíça. Os países federais precisam de instituições adequadas para equilibrar tendências centrífugas. Este equilíbrio não é oferecido, como afirmamos, por *instituições consociativas*, mas por instituições *centrípetas* (ver Horowitz 1985; Stojanović 2009 (em inglês)).

Em conclusão, acreditamos que as sociedades que não compartilham uma língua franca comum precisam de outras instituições — não apenas federalismo e consociacionismo — para se tornarem e/ou permanecerem democracias viáveis. Em particular, precisam de *instituições centrípetas* baseadas na regra da maioria. (É claro que eles devem ser complementados por um sistema de controles e equilíbrios, especialmente os tribunais, para evitar um «majority tranny» e para proteger os direitos das minorias.)

Implicações políticas

Entre as instituições e mecanismos centrípetos, pensamos na eleição direta e popular do Presidente e na

utilização frequente de instrumentos democráticos diretos ascendentes, como as iniciativas populares e os referendos, que podem contribuir para uma gestão harmoniosa da diversidade linguística nos Estados-Membros e, implicitamente, no conjunto da União Europeia. Estas instituições poderiam promover a emergência de um demos unificado e de um sistema partidário baseado em partidos multilingues e não em partidos monolingues. As recentes reformas introduzidas na UE pelo Tratado de Lisboa em 2009 — eleições indiretas do Presidente do Conselho Europeu e introdução de iniciativas de cidadania europeia — estão precisamente neste sentido. Mas são provavelmente insuficientes (o Presidente não é eleito diretamente pelos cidadãos da UE; iniciativas de cidadania europeia bem sucedidas não são vinculativas e não provocam votos populares) para promover um sistema verdadeiramente multilingue de partidos europeus e uma democracia centrípeta. Outra ideia promissora, recentemente (abril de 2017) relançada pelo governo italiano e apoiada pelo presidente francês Emmanuel Macron e pelo líder social-democrata alemão Martin Schultz, é atribuir os 73 lugares britânicos no Parlamento Europeu, que permanecerão vagos após o Brexit, a um único círculo eleitoral à escala da UE. Espera-se que tal possa proporcionar incentivos suficientes para que os partidos apresentem listas

multilingues supranacionais nas eleições para o Parlamento Europeu ou mesmo para se tornarem verdadeiros partidos europeus e multilingues.

Referências e aprofundamento

- Lijphart, A. (1977). *Democracia nas Sociedades Plurais*. New Haven: Yale University Press (em inglês).
- Reilly, B. (2012). Conceção Institucional para Democracias Diversas: Consociationalism, Centripetalism and Communalism Compared. *Ciência Política Europeia*, 11, 259-270.
- Stojanović, N. (2009). A Democracia é Possível em um País Multilingue? A Experiência Suíça e o Paradoxo da Democracia Direta. Em D. Sinardet & M. Hooge (Eds.) *A democracia é Viável sem uma Opinião Pública Unificada?* Bruxelas: Re-Bel e-book 3.
- Van Parijs, P. (2000). A Europa deve ser belga? Sobre a cidadania democrática nas políticas multilingues. Em I. Hampsher-Monk & C. McKinnon (Eds.) *Necessidades de Cidadania* (pp. 135-153). Londres: Um contínuo.

3 O «mercado livre» pode gerir a diversidade linguística?

Bengt-Arne Wickström, Michele Gazzola, Torsten Templin, Humboldt-Universität zu Berlin

Em geral, não há boas razões para interferir nas interações espontâneas entre os indivíduos quando os resultados dessas interações afetam apenas os indivíduos envolvidos. Tal é particularmente o caso quando os bens e serviços são comercializados nos mercados. No entanto, para muitos bens e serviços, tal não é o caso. Para determinados produtos, como o transporte aéreo ou a defesa nacional, geralmente não existe mercado. Mesmo que haja mercados, o consumo de um indivíduo ou a produção de determinados haveres por uma empresa pode afetar o bem-estar de outras ou os lucros de outras empresas. Nesses casos, as decisões individuais descoordenadas raramente são ótimas para a sociedade e é necessária alguma coordenação. Esta disparidade entre os resultados do comportamento individual e o otimismo coletivo justifica a ação coletiva.

O que nos diz a pesquisa?

Nesses casos, os economistas falam de «falta de mercado». As deficiências do mercado assumem diferentes formas, incluindo os efeitos secundários das transações de mercado, os participantes no mercado assimétricos e os mercados em falta ou incompletos para determinados bens. Esse fenômeno tem em comum que o cálculo de uma pessoa que pesa individualmente os benefícios e custos negligencia o efeito que suas ações têm sobre os outros. Consequentemente, os benefícios cumulativos para si e para todos os outros das suas ações são subestimados («externidade positiva») ou sobrestimados («externidade negativa»). No primeiro caso, não toma certas medidas que geram mais benefícios do que custos para a sociedade no seu conjunto; no segundo caso, toma medidas cujos custos excedem os benefícios daí resultantes para a empresa. Se a decisão diz respeito ao fornecimento de bens ou à prestação de serviços, tal resulta numa subabastecimento no primeiro caso e numa oferta excessiva neste último caso. Como regra geral, então, o comportamento individual não resulta em um ótimo coletivo.

Ilustrações e provas

O que estamos discutindo aqui é um tipo específico de «externalidade» (positiva) que ocorre no caso dos chamados haveres coletivos — ou públicos -. Um bem coletivo é um bem que pode ser consumido ou apreciado por qualquer indivíduo sem reduzir as

possibilidades de outro indivíduo consumir o mesmo bem. Exemplos clássicos são programas de televisão ou prazer estético resultante da admiração de uma obra de arte. Da mesma forma, os haveres públicos relacionados com a linguagem incluem a disponibilidade de documentos públicos ou sinais de rua em uma língua minoritária. A contribuição de uma pessoa para o fornecimento de sinais de rua bilíngues beneficiaria todos aqueles que os sinais ajudariam, mas a pessoa consideraria apenas a sua própria vantagem ao decidir sobre a sua contribuição e, por conseguinte, o montante da sua contribuição seria inferior ao benefício total gerado. Se cada pessoa decidir por si mesma, tal conduziria a contribuições voluntárias reduzidas (caso existam). Ao agir coletivamente, por outro lado, as pessoas poderiam facilmente concordar em outro melhor resultado. Uma vez que as negociações necessárias podem ser muito dispendiosas, um tomador de decisão pode ter de atuar como coordenador.

Vamos dar um exemplo simples: Apollon («A») opera um restaurante grego e Daphne («D») um café noturno no mesmo freguesia grego. Para atrair clientes, eles criaram cartazes que direcionam os turistas para o seu freguesia. Quanto maior for o dinheiro gasto em sinais, mais pessoas serão informadas. Ao gastarem 5000 EUR, atraem pessoas do centro da cidade; com 10000 EUR, as pessoas que vivem no círculo central da cidade; com 15000 EUR, todos provenientes de zonas exteriores; e por 20 000 EUR, pessoas de toda a cidade.

A Apollon e a Daphne podem optar por não contribuir, ou por 5 000 EUR ou 10 000 EUR cada; no total, estariam então disponíveis 0, 5000, 10 000, 15 000 ou 20000 EUR. Ambos atribuem certos valores aos sinais. Daphne avalia os sinais no centro em 4000 EUR, no anel médio em 8 000 EUR, etc. e a Apollon considera que os sinais no centro ascendem a 3 000 EUR, dentro do anel médio de 6 000 EUR, etc. Os benefícios brutos (em milhares de euros) acumulados para cada um deles são indicados na parte esquerda do valor acima para os diferentes níveis das respetivas contribuições.

As contribuições devem ser subtraídas das prestações brutas para obter prestações líquidas, tal como indicado no lado direito do valor. Se a Apollon pagar 5000 EUR, é evidente que a Daphne alcança os seus benefícios

líquidos mais elevados (o equivalente a 4000 EUR) ao não trazer nada. Isto aplica-se a qualquer contribuição de Apollo. O comportamento de Apollo é simétrico. Neste caso, nenhum sinal será instalado.

Uma ação coordenada poderia melhorar a contribuição de 5000 EUR ou 10 000 EUR cada, Daphne 10 000 EUR e Apollo 5 000 EUR. O valor líquido agregado mais elevado é atingido se cada um contribuir com 10000 EUR através da instalação de painéis em todo o lado.

Os documentos públicos são outro exemplo de haveres relacionados com a linguagem cujo uso gera essencialmente valor simbólico. No entanto, para muitas pessoas, as regras sobre aspetos simbólicos, como o nome oficial do país ou instituições importantes em diferentes línguas, são muito importantes.

Implicações políticas

Devido às externalidades resultantes de decisões individuais relativas ao fornecimento de muitos bens relacionados com a língua, a política linguística não deve ser deixada aos indivíduos que interagem espontaneamente. É necessária uma ação coordenada e o setor público tem um papel importante a desempenhar.

		A		
		0	5	10
D	0	0	3	6
	5	4	8	12
	10	8	12	16
	10	8	12	16

		A		
		0	5	10
D	0	0	-2	-4
	5	-1	3	7
	10	-2	2	6
	10	-2	2	6

Lucros individuais brutos (esquerda) e lucros individuais líquidos (direito)

Referências e leituras adicionais

- Griin, F. (2003). Economia e planeamento linguístico. *Questões atuais em Planeamento Linguístico*, 4, 1-66. [Reprinted In Ricento, T. (Ed.) (2015). *Política e Planeamento Linguístico: Critical Concepts in Linguistics (em inglês)*. Nova Iorque: Routledge.]
- Hindriks, J. & Myles, G. D. (2006). *Economia pública intermediária*. Cambridge: MIT Press (em inglês).
- Wickström, B.A., Templin, T., & Gazzola M. (embreve). Uma abordagem económica da política linguística e da justiça linguística. Em M. Gazzola, T. Templin, & B.-A. Wickström (Eds.), *Política linguística e justiça linguística: Abordagens económicas, filosóficas e sociolinguísticas*. Heidelberg: É o Springer.

4 Por que uma boa tipologia é útil para a seleção e concepção de políticas linguísticas?

François Grin, Marco Civico, Universidade de Genebra

Como qualquer outra política, as políticas de linguagem vêm em muitas formas diferentes, dependendo de seu contexto, objetivos e modo de operação. Isso levanta a questão de como as descrevemos e as classificamos. No entanto, tipologias simples nem sempre são suficientes. Ao conceber um plano integrado de política linguística, uma classificação mais detalhada pode ser útil, uma vez que nos obriga a especificar muitas características da política que, de outra forma, teriam sido negligenciadas. Em vez de se concentrar numa dimensão única, uma tipologia verdadeiramente útil deve combinar várias dimensões e cada medida política deve ser descrita de acordo com cada dimensão.

O que nos diz a pesquisa?

Não existe uma lista de dimensões fechadas ou a priori na política linguística. Que dimensões importam e como enraizar finamente a realidade sociolinguística dentro de cada dimensão dependerá das condições locais. No entanto, oito dimensões (alguns clássicos, outras mais recentes) são geralmente relevantes em situações específicas para a concepção de um plano de política linguística integrada:

1. O domínio é uma categorização convencional da atividade humana na qual as linguagens são usadas especificamente. Os domínios podem ser identificados de forma mais ou menos fina. Como ponto de partida, podemos começar por áreas importantes como «educação», «sistema judicial», «administração e serviços públicos», «meios de comunicação social», «cultura», «atividade económica» e «vida social».
2. Esfera, que distingue entre políticas voltadas principalmente para o uso de línguas na esfera retrieta, pública ou estatal.
3. Efeitos no bem-estar, que distinguem entre medidas que se centram principalmente na afetação eficiente dos recursos ou na distribuição equitativa dos recursos.
4. Os alvos variáveis, ou seja, as variáveis pelas quais a política se destina a funcionar: a maioria das medidas de política linguística centram-se na capacidade das pessoas para utilizar a língua (ou seja, as suas competências), nas oportunidades que têm para a utilizar (por exemplo, quantas áreas pode fazê-lo?) e num indicador do desejo real das pessoas de utilizar a língua minoritária.
5. O núcleo económico dos objetos da política. Esta natureza económica pode ser desagregada em

subdimensões, tais como «mercadorias» v. «serviços», «benefícios» v. «custos» ou «inputs» v. «saídas» v. resultados finais de uma medida política). A natureza económica é um conceito amplo que engloba não só valores materiais ou financeiros, mas também valores simbólicos.

6. O instrumento, que distingue entre «ordem e controlo», que caracteriza políticas obrigatórias (por exemplo, quando é necessário fornecer traduções de processos judiciais) e «incentivos», em que os intervenientes são incentivados a utilizar determinadas línguas (por exemplo, se os funcionários receberem um bônus se se tornarem bilíngues).

7. Que distingue entre o planeamento do corpus e o planeamento do estatuto (regulamentos sobre a posição das diferentes línguas em relação umas às outras, por exemplo, em termos de reconhecimento oficial, utilização no sistema educativo, no mercado de trabalho, etc.).

8. A orientação intralinguística da intervenção (por exemplo, uso oral v. escrito; escolhido sistema de escrita, reforma ortográfica, desenvolvimento lexicográfico ou terminológico, etc.).

Ilustrações e provas

Devido à presença de uma grande população de origem estrangeira e socioeconomicamente diversificada, a cidade de Genebra é muito multilíngue, embora sua única língua oficial seja o francês. A política da cidade é sensibilizar as crianças para a educação pré-escolar (subvencionada pela cidade). A política está sendo implementada como parte do *Projeto Language Awakening*, que inclui cartazes, histórias, cantos e outras atividades que permitem que as crianças descubram as línguas narradas na sala de aula (Candelier, 2003).

Como medida de política linguística, o *projeto Language Awakening* pode ser caracterizado da seguinte forma:

1. Campo: educação (pré-escolar)
2. Esfera: principalmente Estado (o «despertar linguístico» é fornecido em estabelecimentos com apoio municipal)
3. Bem — sendo efeitos: principalmente distribuição (reconhecimento da igualdade de dignidade das línguas)
4. Variável-alvo: focada principalmente nas atitudes das

crianças em relação à diversidade linguística

5. Natureza económica: prestação de um serviço não mercantil
6. Instrumento: principalmente «ordem e controle» (os funcionários são fortemente incentivados a usar o Despertar da Língua; filhos ou pais não podem se retirar)
7. Tipo: estatuto linguístico
8. Orientação intralinguística: principalmente oral, alternativamente escrita-receptivo

Implicações políticas

É útil descrever medidas políticas utilizando um conjunto de dimensões suficientemente grandes para:

- ▶ identificar as implicações de uma medida proposta e evitar incoerências no interior da mesma;
- ▶ assegurar a coerência entre as diferentes medidas e, por conseguinte, a coerência da política linguística no seu conjunto;
- ▶ identificar corretamente as manifestações de complexidade que devem ser tidas em conta;
- ▶ facilitar a identificação de medidas anteriores comparáveis para um acompanhamento mais relevante

dos efeitos da nova política;

- ▶ Reconhecer o papel dos vários intervenientes na administração e na sociedade civil e facilitar a sua participação na conceção e execução das políticas.

Deve ser criada uma equipa interdisciplinar para caracterizar cada medida política no plano de ação mais vasto.

Referências e aprofundamento:

- Candelier, M. (2003) (em inglês). *Despertar da língua na escola primária. Evlang: revisão da inovação europeia*. Bruxelas: De Boeck.
- Cassels Johnson, D. (2013). *Política linguística*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Gazzola, M. & Grin, F. (2017). Política linguística comparativa e avaliação. Em G. González Núñez & R. Meylaerts (Eds.), *Tradução e Políticas Públicas* (pp. 83-112). Londres: É o Routledge.
- Hult, F. & Cassels Johnson, D. (2015). *Métodos de Pesquisa em Política e Planeamento Linguístico: Um Guia Prático*. Chichester, Reino Unido: Wiley-Blackwell.

As línguas são visíveis através da publicação de sinais de boas-vindas multilingues, da redação de folhetos informativos multilingues para os pais e do incentivo às crianças a partilharem determinadas palavras na sua língua materna.

As línguas são ouvidas através de canções e rimas (que os funcionários são incentivados a recolher dos pais)

As línguas são piropos: ouvindo e cantando canções em várias línguas, as crianças gradualmente aprendem a identificá-las

As línguas são chamadas de «s», usando livros de história bilíngues que permitem o uso de palavras de várias línguas

As línguas são escritas, e chama-se a atenção das crianças, seja em sala de aula ou durante passeios, para elementos de texto escritos em diferentes línguas, possivelmente usando diferentes alfabetos.

As línguas circulam entre a escola e os pais, bem como entre crianças, emprestando livros e CDs em diferentes línguas.

EXEMPLOS DE ESTRATÉGIAS DE SENSIBILIZAÇÃO LINGUÍSTICA NOS JARDINS DE INFÂNCIA DE GENEBRA.

Fonte: ville-geneve.ch/themes/petite-enfance-jeunesse-loisirs/petite-enfance/eveil-langues

5 Como identificar e medir a desvantagem linguística?

Brian Carey, Andrew Shorten, Universidade de Limerick

Um dos principais desafios para as políticas públicas de promoção da mobilidade e da inclusão consiste em encontrar formas de fazer face às desvantagens sociais decorrentes das competências linguísticas dos cidadãos. Por vezes, é fácil reconhecer quando as pessoas são desfavorecidas por razões linguísticas, como, por exemplo, quando os imigrantes que não falam a língua dominante não podem participar na vida pública. No entanto, dado que algumas desvantagens linguísticas não são imediatamente visíveis, é necessário um amplo consenso sobre a forma de as identificar e medir.

O que nos diz a pesquisa?

O trabalho teórico realizado no âmbito do projeto MIME sugere que existem diferentes formas de identificar e medir as desvantagens linguísticas (Carey, próximo; Abreviar, 2017). Uma abordagem intuitiva é examinar o número de pessoas com as quais alguém pode se comunicar de forma eficaz. Chamamos isso de modelo de oportunidade de comunicação, e pode ser um indicador útil para os tomadores de decisão, uma vez que as desvantagens sociais e potenciais oportunidades de comunicação estão muitas vezes negativamente correlacionados. No entanto, esse modelo também pode ser enganoso, uma vez que alguém pode se contentar com sua situação, mesmo que seja capaz de se comunicar com relativamente poucas pessoas. Para resolver esse problema, poderíamos usar um Modelo de Satisfação Preferencial, que diz que uma pessoa está em desvantagem linguística se não conseguir fazer o que quiser por razões linguísticas, como quando uma pessoa não consegue obter trabalho satisfatório em sua área de trabalho preferida por não possuir habilidades em línguas estrangeiras. No entanto, esta abordagem pode também induzir em erro, uma vez que indica que aqueles que estão satisfeitos com as opções limitadas não são prejudicados.

Por sua vez, este problema pode ser resolvido comparando as pessoas de acordo com a sua capacidade de aceder a uma lista de recursos ou resultados socialmente aceites. Por exemplo, no modelo de acesso aos recursos, a existência de oportunidades de emprego limitadas por razões linguísticas é uma forma de desvantagem linguística, independentemente das preferências ou das oportunidades de comunicação, uma vez que se encontra em desvantagem em comparação com a obtenção de um recurso — rendimento geralmente

valorizado. Ao mesmo tempo, o modelo de abordagem de capacidade ocorre da mesma forma, mas em vez de perguntar o que uma pessoa tem ou é capaz de obter, pergunta o que ela é capaz de ser e fazer. Portanto, sua lista consiste em resultados como boa saúde ou controle ambiental, e indica que a desvantagem linguística surge porque uma pessoa, por razões linguísticas, não tem a liberdade efetiva de fazer essas coisas.

Ilustrações e provas

A tabela resume algumas das atrações e deficiências de cada modelo. As diferenças entre eles podem ser ilustradas considerando um imigrante que não fala a língua local dominante, mas que, no entanto, está satisfeito com sua vida e trabalho. Embora os dois primeiros modelos difiram quanto à sua desvantagem linguística, os dois últimos chegarão a conclusões diferentes em função dos recursos e dos resultados utilizados para comparar as pessoas. Por exemplo, se forem incluídos recursos como a voz política ou os resultados, como a oportunidade de participar na vida pública, podemos concluir que ela é prejudicada, apesar da sua falta de insatisfação.

Implicações políticas

Diferentes modelos podem ser adequados para diferentes fins. Por exemplo, o modelo de oportunidade de comunicação utiliza informações facilmente acessíveis e pode, por conseguinte, ser adequado para decidir onde visar os programas de aprendizagem de línguas majoritárias. Por outro lado, a abordagem baseada nas capacidades exige mais informação, mas pode ajudar a compreender melhor as necessidades dos grupos vulneráveis, como os imigrantes mais velhos que não falam a língua local. Ao mesmo tempo, um dos atrativos do modelo de satisfação de preferências é o facto de poder desencorajar a execução de políticas cujos objetivos não são amplamente apoiados, mas só o poderá fazer se os decisores tiverem acesso a informações fiáveis e completas sobre as verdadeiras preferências dos cidadãos. Por último, os modelos de abordagem da afetação de recursos e da capacidade são mais úteis para avaliar a equidade global das disposições linguísticas de uma sociedade.

Embora possa ser difícil alcançar um amplo consenso social sobre os recursos ou resultados a serem incluídos e como classificá-los, pode, no entanto, ser possível estabelecer um mínimo social, chegando a um consenso

sobre alguns deles.

da Filosofia Social e Política Internacional.
doi.org/10.1080/13698230.2016.1270905

Referências e aprofundamento:

Carey, B. (embreve). O modelo de satisfação de preferência da vantagem linguística. *RevisãoCrítica*

Abreviação, A. (2017). Quatro Concepções de Desvantagem Linguística. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 38, 607-621.

Modelo	Definição	Prestações	Desvantagens
Oportunidades de comunicação	A tem uma vantagem linguística sobre B quando A é capaz de se comunicar com mais pessoas.	Intuitivo e, portanto, amplamente aceito. Simples de aplicar.	Às vezes contraintuitivo.
Satisfação das preferências	A goza de uma vantagem linguística sobre B quando as preferências de A são satisfeitas, por razões linguísticas, em maior medida.	Intuitivo e, portanto, amplamente aceito. Uma poderosa justificação moral.	Às vezes contraintuitivo. Difícil de aplicar.
Acesso aos recursos	A tem uma vantagem linguística sobre B quando o repertório linguístico de A lhe oferece melhor acesso a recursos importantes.	As pessoas são comparadas de acordo com os mesmos critérios, moralmente significativas e acessíveis ao público.	Desacordo social sobre a importância relativa dos recursos. Pode ser difícil de aplicar.
Abordagem da capacidade	A tem uma vantagem linguística sobre B, onde o registo linguístico de A facilita o desempenho de funções humanas valiosas.	As pessoas são comparadas de acordo com critérios idênticos, moralmente significativos, acessíveis ao público e amplamente aceitos.	Desacordo social sobre a importância relativa das operações. Pode ser difícil de aplicar

6 O que é uma «abordagem complexa» para a seleção e conceção de políticas linguísticas?

Marco Civico, François Grin, Universidade de Genebra

Adotar uma abordagem complexa significa alargar a abordagem tradicional à ligação entre as decisões políticas «amontante» e os seus resultados «a jusante». Enquanto os primeiros são projetados para afetar o segundo (as políticas ainda perseguem certos objetivos), a ligação entre elas é geralmente mais complexa do que as teorias convencionais assumem. Ao mesmo tempo, as realidades do campo podem ser muito diferentes. Por estas duas razões, não existe uma política única, e abordagens complexas são uma resposta a este desafio. Isto aplica-se a todos os tipos de políticas. Com efeito, as «Orientações para a avaliação de impacto» publicadas pela Comissão Europeia em 2009 são já bastante explícitas, afirmando que a execução e a avaliação das políticas devem ter sempre em conta os impactos ambientais, económicos e sociais, bem como quaisquer fatores externos que possam ter efeitos positivos ou negativos nas políticas. No entanto, embora a complexidade seja frequentemente reconhecida pelos decisores políticos, raramente lhe é dada uma definição formal, muito menos um quadro analítico.

O que nos diz a pesquisa?

Pesquisas sobre a teoria da complexidade mostram que as questões linguísticas atendem a uma série de critérios específicos e, portanto, são consideradas questões complexas. Entre outras coisas, os problemas de linguagem têm dinâmicas não lineares (por exemplo, processos como aquisição de linguagem, declínio da linguagem e retenção de linguagem podem acelerar ou retardar, e por vezes reverter). Eles são caracterizados por loops de feedback (pensar em usar linguagem de autoalimentação) e têm características diferentes em diferentes níveis de agregação (por exemplo, as necessidades de comunicação de uma pessoa e as de uma empresa são diferentes).

A definição de um plano de intervenção complexo significa, entre outras coisas, reconhecer que as questões linguísticas suscitam sempre questões relacionadas com outros domínios, como o sistema educativo, as disposições jurídicas, a evolução demográfica e do mercado de trabalho. As políticas linguísticas têm sempre efeitos indiretos fora da esfera linguística. A teoria da complexidade nos diz que uma política bem direcionada e eficaz deve reconhecer as complexas redes que ligam questões linguísticas a causas e consequências não linguísticas.

Ilustrações e provas

Por vezes, as políticas linguísticas não conseguem atingir o(s) seu(s) objetivo(s) devido à sua falta de complexidade; de um modo geral, as políticas integradas complexas têm um melhor desempenho. Por exemplo, a política da língua irlandesa pós-independência é geralmente considerada como tendo tido resultados dececionantes, na medida em que se centrava demasiado no contexto escolar e, sobretudo, em variáveis não educativas negligenciadas (como as atitudes em relação à língua irlandesa). Por outro lado, a promoção da Euskera no País Basco revelou-se mais bem sucedida, uma vez que o plano de política linguística incluía não só medidas relacionadas com a escola, mas também cursos de adultos, a criação de instituições ad hoc e campanhas de sensibilização.

Implicações políticas

O princípio geral é que devemos desenvolver políticas «tão complexas quanto as questões que abordam». Isto traduz-se em algumas orientações práticas para as políticas que envolvem a linguagem.

Durante a fase de seleção e conceção:

- ▶ As questões linguísticas nunca são «apenas» problemas linguísticos. Antes de desenvolver uma estratégia de intervenção, deve ser criado um grupo interdisciplinar para avaliar em que medida a questão em causa abrange diferentes domínios, avaliar o nível de colaboração necessário e identificar um conjunto de indicadores complexos necessários para o acompanhamento e a avaliação.

- ▶ O plano de ação não deve basear-se exclusivamente em disciplinas linguísticas. A equipa responsável por seu desenvolvimento deve ser interdisciplinar, com especialistas trabalhando na questão linguística de diferentes ângulos.

Durante e após a fase de execução:

- ▶ a política deve ser monitorada para verificar se o programa está sendo implementado corretamente e verificar se há um fluxo adequado de informações entre os diferentes serviços, a fim de garantir um ajuste constante. A investigação sobre a complexidade mostra que a mudança não ocorre regularmente. Longos

períodos sem mudança podem alternar com mudanças súbitas e dramáticas (em «pontos de inclinação»).

► Uma avaliação ex post deve fazer parte da conceção global. Deve avaliar o impacto direto da política, bem como os seus efeitos nas variáveis não linguísticas, de modo a identificar de forma mais sistemática os efeitos inesperados ou não intencionais (ou a sua ausência).

O processo é resumido no diagrama abaixo.

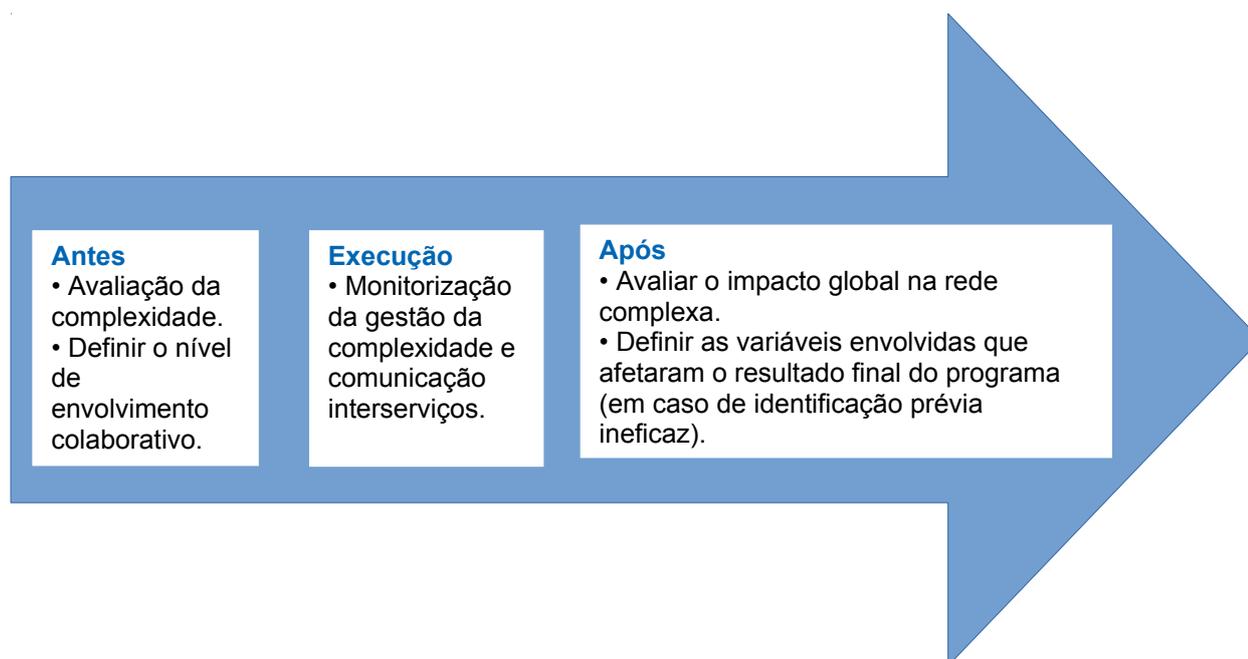
Referências e aprofundamento:

Comissão Europeia (2009). *Orientações para a avaliação de impacto*. SEC (2009) 92.

Geyer, R. & Cairney, P. (Eds.) (2015). *Manual sobre Complexidade e Políticas Públicas*. Cheltenham: É o Edward Elgar.

Gazzola, M. & Grin, F. (2017). Política linguística comparativa e avaliação. Em G. González Núñez & R. Meylaerts (Eds.). *Tradução e Políticas Públicas* (p. 83-112). Londres: É o Routledge.

Quarto, G. (2011). *Complexidade, Instituições e*



Políticas Públicas. Tomada de decisão ágil em um mundo turbulento. Cheltenham: É o Edward Elgar.

7 Por que as projeções demolinguísticas devem informar as escolhas da política linguística?

László Marác, Universiteit van Amsterdam

Em grande parte do discurso acadêmico e público europeu, parece óbvio que uma língua franca deve dominar e será o inglês. Além das características problemáticas de qualquer forma de hegemonia linguística (independentemente da língua dominante), as constelações geopolíticas em mudança de poder não necessariamente favorecem esse cenário — incluindo a expansão contínua do inglês global. A posição hegemônica da língua inglesa decorre da crescente influência dos países de língua inglesa^{no século XX} (Phillipson, 2009). No século^{XXI}, no entanto, espera-se que essa dominação política e econômica diminua, e não está claro que o papel do inglês permanecerá indiscutível.

O que nos diz a pesquisa?

O^{século XX} promoveu a expansão política e comercial dos países de língua inglesa. Os comentaristas argumentaram que a posição do inglês será posta em causa devido ao fato de que a dominação mundial dos Estados Unidos excedeu seu pico no início do^{século XXI} (Moul and Morris, 2003 Ostler, 2006). Ostler (2010) também sugere que o desenvolvimento das tecnologias da linguagem, em particular da tradução automática, enfraquecerá a relevância de uma língua franca global. Isto abrirá a possibilidade de outras línguas de comunicação mais amplas obterem um estatuto global de língua franca ou, pelo menos, manterem a sua posição como um fator importante na comunicação da língua franca a nível regional, incluindo o território da União Europeia (UE). A evolução gradual do equilíbrio do poder geopolítico é suscetível de levar a um aumento da influência sobre os assuntos mundiais de certos estados ou consórcios de Estados.

O peso democrático da UE está a diminuir, mas continua a ser um importante ator económico. Outros grupos de Estados, como a Organização de Cooperação de Xangai ou a União Eurasiana, são suscetíveis de ganhar mais influência. A crescente influência destas organizações nos assuntos mundiais também implica que os seus conceitos linguísticos e de política linguística se tornem mais importantes a longo prazo.

Ilustrações e provas

Uma série de línguas mais amplas de comunicação já estão competindo com o inglês global para o status de

língua franca (regional). Nas antigas regiões da União Soviética, o russo ainda é usado como uma língua franca regional. Um país como o Cazaquistão na atual órbita soviética e russa adotou uma política oficial da língua trilingue que promove um estatuto igualmente importante para o cazaque, o inglês e o russo. As duas línguas oficiais da Cooperação Militar de Xangai que cobrem o território da parte oriental do continente eurasiático são o russo e o chinês mandarim. Com quase 900 milhões, o chinês mandarim é de longe o falante mais nativo (cerca de três vezes mais do que o inglês atualmente). O francês continua a ser a principal língua franca na maioria dos antigos Estados coloniais franceses do continente africano, com projeções demográficas que determinam o número de falantes franceses entre 370 e 770 milhões até 2060; e o espanhol como língua franca desempenha um papel vital de comunicação em todo o continente americano, incluindo, após migração e evolução demolinguística, nos Estados Unidos. Outras línguas importantes de comunicação mais ampla, como o hindi, o malaio e o português, também poderiam ser adicionadas à lista de concorrentes regionais em inglês global.

Implicações políticas

Em suma, os desenvolvimentos geopolíticos globais devem nos levar a antecipar o uso de várias línguas regionais ou globais, incluindo o inglês, mas também uma série de outras línguas, incluindo mandarim chinês, espanhol, árabe, hindi, russo, bengali, malaio, português, urdu, japonês, francês, alemão, persa e javanês. Na tabela acima, essas línguas são classificadas pelo número total de falantes, é claro que o número de «alto-falantes de língua franca», e, portanto, de «falantes totais», é muito aproximado.

Além do número de diferentes categorias de falantes, a distribuição geográfica e a concentração de línguas concorrentes também contam, bem como seu prestígio e status. A complexa interação de fatores políticos, económicos e demográficos que moldam a dinâmica linguística sugere que uma vasta gama de línguas deve ser tida em conta numa política linguística orientada para o futuro para a Europa.

Os Estados-Membros da UE poderiam dar mais espaço às línguas acima mencionadas nos currículos escolares, nomeadamente não restringindo a sua política de educação linguística ao ensino da língua materna e do

inglês. Esta abordagem mais aberta está em consonância com a recomendação da COM (2008/566: 7) que o ensino das línguas mais amplas de comunicação é relevante para aumentar a competitividade e melhorar as oportunidades nas esferas comerciais globais.

Referências e aprofundamento

Comissão das Comunidades Europeias (2003). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, 2003 - *Promover a aprendizagem das línguas e a diversidade linguística: Plano de Ação 2004-2006*. COM(2003) 449 final.

Comissão das Comunidades Europeias (2008). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Multilinguismo: um trunfo para a Europa e um compromisso partilhado. Com(2008) 566 final. Bruxelas: 18.9.2008.

Comissão Europeia (fevereiro de 2006). Europeus e respetivas línguas, Eurobarómetro Especial 243 <https://webgate.ec.europa.eu/ebsm/api/public/deliverable/download?doc=true&deliverableId=37732>

Comissão Europeia (junho de 2012). Europeus e respetivas línguas, Eurobarómetro Especial 386 <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/1049>

Moul, J. & Morris, M. A. (2003). *Línguas em um mundo globalizado*. Cambridge: Cambridge University Press (em inglês).

Ostler, N. (2006). *Impérios da Palavra: A Language*

History of the World (em inglês). Londres: Harper Perene.

Ostler, N. (2010). *A última Língua Franca: Até o retorno de Babel*. Nova Iorque: É o Walker.

Phillipson, R. (2009). *Imperialismo Linguístico Continuado*. Nova Iorque: É o Routledge.

Língua	Total de oradores (M)	Falantes de língua materna (M)	Falantes língua franca (M)
1 Inglês	1143	331	812
2 Mandarim chinês	1051	873	178
3 Espanhol	389	329	60
4 Árabe	346	206	140
5 Hindi	302	182	120
6 Russo	254	144	110
7 Bengali	250	181	69
8 Malásia/ Indonésia	202	55	147
9 Português	193	178	15
10 Urdu	154	61	93
11 Japonês	126	125	1
12 Francês	118	68	50
13 Alemão	118	90	28
14 Persa	109	36	73
15 Javanese	85	85	0

Classificação das línguas por número total de falantes (adaptado de Ostler, 2017:227)

8 Como o ensino de línguas estrangeiras influencia os custos da migração?

Michele Gazzola, Torsten Templin, Bengt-Arne Wickström, Humboldt-Universität zu Berlin

A economia sugere que a mobilidade do capital e da mão de obra contribui para uma melhor distribuição dos recursos e, por conseguinte, para a eficiência económica. A mobilidade laboral, em especial, contribui para reduzir as disparidades nas taxas de desemprego estrutural entre as regiões. No entanto, em contextos linguísticos diversos, como a UE, a falta de conhecimentos adequados de línguas estrangeiras pode prejudicar a mobilidade laboral. Aprender uma nova língua é dispendioso e pode influenciar as escolhas de mobilidade. A política linguística pode ajudar os indivíduos a reduzir estes custos, promovendo simultaneamente a inclusão.

O que nos diz a pesquisa?

A teoria económica geralmente modelou a escolha de uma pessoa para migrar após uma comparação de benefícios e custos. Estes benefícios e custos não são necessariamente financeiros e podem incluir aspetos não financeiros, como a proximidade com familiares ou amigos ou um ambiente mais seguro para as crianças, mas, para efeitos desta discussão, concentremo-nos na parte financeira da comparação (não estamos a falar de casos extremos de refugiados e requerentes de asilo, nem de mobilidade a curto prazo). As pessoas são incentivadas a deslocar-se para outro país se a *diferença* entre o rendimento esperado, líquido de benefícios fiscais e sociais (e ajustado para ter em conta as diferenças no custo de vida) no país de destino e no país de origem for superior à soma dos vários custos de migração. As prestações podem incluir um seguro de saúde gratuito ou a educação de crianças. Estes custos podem incluir despesas explícitas de viagem ou de admissão determinadas pela política de migração do país de destino, bem como custos implícitos, como a distância de familiares e amigos, uma preferência pelo domicílio, custos psicológicos e custos de aprendizagem de línguas.

Ilustrações e provas

Dados empíricos de diferentes países da OCDE mostram que as competências linguísticas são um determinante estatisticamente significativo dos padrões migratórios e que a origem linguística dos migrantes é importante na escolha do país de destino (Chiswick e Miller, 2015). Em geral, o conhecimento da língua oficial do país de acolhimento (quer como primeira

língua quer como segunda língua) é um fator importante que explica a composição e a extensão dos fluxos migratórios. Na Europa, por exemplo, falar a língua principal de um país aumenta quase em cinco a probabilidade de emigrar para esse país. A política linguística pode afetar os custos linguísticos. A política linguística do país de origem pode aumentar a exposição à língua oficial (ou a uma das línguas oficiais) do país de destino. O ensino de línguas estrangeiras no sistema educativo reduz o custo médio da migração para países onde estas línguas são oficiais ou amplamente faladas, independentemente de os cidadãos estarem genuinamente interessados em emigrar na sua vida adulta. A política linguística no país de destino afeta os custos da migração de duas formas diferentes. Pode melhorar a exposição linguística pós-migração, proporcionando aos migrantes cursos de línguas e de integração acessíveis. Além disso, pode prever certas exceções na utilização da língua oficial local em determinadas formas administrativas, em determinados serviços públicos e em determinados setores do mercado de trabalho. Por exemplo, as autoridades públicas podem utilizar serviços de tradução e interpretação para fornecer formulários administrativos à administração fiscal em diferentes línguas e contratar intérpretes em hospitais. As autoridades públicas podem aceitar que certos grupos de migrantes (por exemplo, pessoas altamente qualificadas) tenham o direito de trabalhar numa língua que não seja a língua oficial do país de acolhimento durante um determinado período de tempo. Por exemplo, os professores estrangeiros podem ser nomeados sob reserva do desenvolvimento de competências linguísticas adequadas na língua local durante um determinado período de tempo.

Nem todas as políticas linguísticas são iguais ou atingem os mesmos resultados em termos de mobilidade e inclusão. Na grande maioria dos países da UE, por exemplo, o inglês é a primeira língua estrangeira ensinada nas escolas. Por conseguinte, é mais barato para os cidadãos da UE viajarem para países europeus onde o inglês é amplamente falado, especialmente na Irlanda e no Reino Unido. Tal pode conduzir a distorções inesperadas nos fluxos de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho europeu. Os países cuja língua oficial não é amplamente ensinada no estrangeiro incentivam frequentemente a

utilização nacional do inglês como segunda língua para determinados cargos profissionais, por exemplo no ensino superior e em grandes empresas. No entanto, esta escolha pode colocar outros problemas em termos de inclusão de estrangeiros a nível local, uma vez que reduz o incentivo para aprender a língua dominante do país ou região de destino.

Implicações políticas

São necessárias medidas adicionais a nível europeu e nacional para reduzir a tensão entre a mobilidade e a inclusão. A aprendizagem de uma língua antes de se deslocar para o estrangeiro e/ou imediatamente após a chegada ao país de acolhimento deve tornar-se mais acessível e mais barata. Os custos podem ser partilhados entre os Estados-Membros, por exemplo através de uma maior utilização dos fundos estruturais da UE. A disponibilização, pelo serviço público, de formulários em mais línguas e a utilização de listas multilíngues no local de trabalho também podem ser apoiadas.

Diversificar a variedade de línguas ensinadas no sistema educativo, em vez de se concentrar numa única língua, reforçaria ainda mais a mobilidade. A pesquisa empírica mostra que não é apenas o domínio da língua dominante do país de destino que conta, mas também a distância linguística entre essa língua e as línguas já

conhecidas pelos migrantes. O desenvolvimento de diretórios linguísticos que incluam línguas pertencentes a diferentes famílias linguísticas (por exemplo, germânico, românico e eslavo) em vez de línguas pertencentes à mesma família poderia promover a mobilidade e a inclusão.

Referências e aprofundamento

- Aparicio Fenoll, A. & Kuehn, Z. (2016). A proficiência em línguas estrangeiras promove a migração de jovens na União Europeia? Em Gazzola, M. & Wickström B.-A. (Eds.) *The Economics of Language Policy* (p. 331-356). Cambridge: MIT Press (em inglês).
- Burckhardt, T. (na imprensa). Privação linguística e mobilidade laboral na Europa. Em Gazzola, M., Templin, T., & Wickström, B.A. (Eds.). *Política linguística e justiça linguística: Abordagens Económicas, Filosóficas e Sociolinguísticas*. Berlim: É o Springer.
- Chiswick, B. R. & Miller P. W. (2015). Migração internacional e economia da língua. Em B. R. Chiswick & P. W. Miller (Eds.) *Handbook of the Economics of International Migration* (pp. 211-269). Amesterdão: Holanda do Norte.

9 Que desigualdades socioeconómicas entre falantes de línguas diferentes devem ser abordadas pelas políticas públicas?

Brian Carey, Andrew Shorten, Universidade de Limerick

A inclusão e a mobilidade podem ser comprometidas pelas desigualdades sociais e económicas que ocorrem porque as pessoas têm competências linguísticas diferentes. Por exemplo, se os empregadores recompensarem a familiaridade com as línguas dominantes locais ou as línguas globais, como o inglês, os seus falantes altamente competentes terão muitas vezes melhores oportunidades de emprego e promoção. No entanto, uma vez que nem todas as desigualdades linguísticas constituem injustiça social, precisamos de princípios de justiça social para explicar quais as desigualdades importantes, por que são e quais são as mais importantes.

O que nos diz a pesquisa?

Pesquisadores empíricos identificaram muitas iniquidades devido à linguagem. Por exemplo, a proficiência em algumas línguas pode atrair um prémio salarial, os falantes nativos podem ter melhores oportunidades de promoção se parecerem menos hesitantes ou simpáticos no seu local de trabalho, e falar uma língua amplamente utilizada pode abrir as portas a instituições que oferecem benefícios como universidades e redes de carreira (para um resumo, ver Shorten, 2017). Além disso, as habilidades linguísticas também podem afetar a capacidade de uma pessoa de navegar em instituições sociais, comerciais e públicas complexas, construir relacionamentos, aceder cuidados médicos ou exercer efetivamente direitos civis e políticos (De Schutter e Ypi, 2012).

Embora a desigualdade como tal seja, por vezes, considerada censurável, muitas pessoas acreditam que pelo menos algumas das desigualdades devidas à língua são moralmente livres, como os benefícios profissionais que uma pessoa deriva da escolha de investir na aprendizagem de línguas, ou as limitadas oportunidades de participação na vida pública vividas por um trabalhador temporariamente estabelecido noutro país.

Ao mesmo tempo, quase todos concordam que, pelo menos, certas desigualdades com uma dimensão linguística devem ser abordadas nas políticas públicas. Portanto, precisamos de razões baseadas em princípios para nos ajudar a entender o que as desigualdades exigem medidas corretivas, e a pesquisa de filósofos políticos pode nos ajudar a formulá-las.

Um princípio que poderíamos utilizar para este fim é o

princípio da suficiência, que insiste em que as políticas públicas devem assegurar que o menor número possível de pessoas caia abaixo de um determinado limiar (Francfort, 1987). Este mínimo social pode ser definido por referência ao bem-estar, ao rendimento, à medida em que os seus direitos humanos são respeitados ou outra coisa. Em qualquer caso, o que importa é garantir que todos tenham «o suficiente» coisas que são importantes para nós. Outro princípio potencial é o princípio prioritário, que recomenda que as políticas públicas deem prioridade à satisfação das necessidades dos menos favorecidos (Parfit, 1998). Este princípio não se baseia na ideia de um mínimo social, mas afirma que a assistência às pessoas é ainda mais importante, moralmente falando, porque estão mal desenvolvidas. Por conseguinte, sugere que melhorias modestas na situação de um pequeno número de pessoas desfavorecidas se revestem de maior importância moral do que melhorias significativas na situação de um grande número de pessoas favorecidas.

Ilustrações e provas

No que diz respeito às desigualdades linguísticas, o princípio da suficiência leva-nos a abordar as desigualdades que podem ter o efeito de deixar algumas pessoas abaixo do limiar.

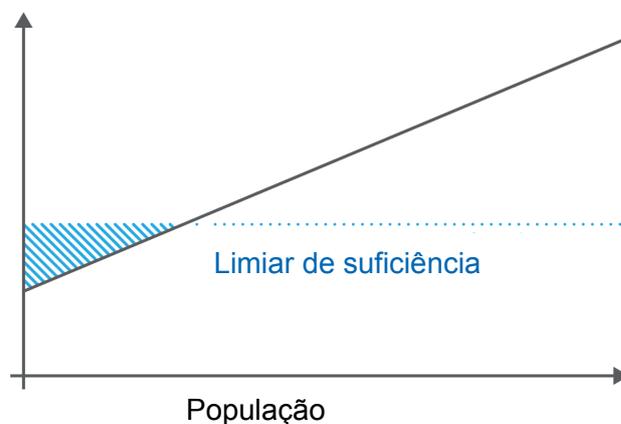
Tal poderia incluir, por exemplo, a prestação de serviços de tradução para que os imigrantes possam aceder aos serviços públicos ou a programas de formação linguística que lhes permitam aceder a um trabalho útil. Para a aplicar, os cidadãos terão de decidir sobre um limiar para a sua sociedade. Podem preferir uma definição puramente económica, por exemplo, assegurando que ninguém seja incapaz, por razões linguísticas, de obter um rendimento suficiente. Para tal, seria necessário oferecer programas de aprendizagem de línguas aos imigrantes. Ou podem preferir uma definição mais ampla, por exemplo, garantindo que todos tenham uma oportunidade efetiva de exercer seus pensamentos e imaginação em uma linguagem que lhes seja familiar. Tal exigiria provavelmente a concessão de subvenções a produtos culturais em línguas minoritárias e a criação de oportunidades de emprego para os falantes de línguas minoritárias.

Ao mesmo tempo, o princípio da prioridade exige que

nos concentremos na melhoria da situação daqueles que são atualmente pobres, colocando as suas necessidades acima das de outros grupos mais favorecidos. Isto pode significar, por exemplo, a introdução de programas de formação linguística para imigrantes recentes que têm más perspectivas de emprego devido à língua. Talvez controversamente, este ponto de vista sublinha que, por uma questão de princípio, devemos abster-nos de aplicar políticas em benefício dos grupos mais favorecidos, como os falantes de determinadas línguas indígenas, se pudermos melhorar a situação dos menos favorecidos.

Implicações políticas

Cada princípio pode ser relevante em diferentes cenários políticos. Por exemplo, o princípio da suficiência poderia ser particularmente relevante para decidir quais os tipos de serviços de tradução a prestar e a quem. Ao mesmo tempo, o princípio da prioridade poderia ajudar-nos a afetar recursos limitados entre diferentes grupos com reivindicações concorrentes, como os migrantes e os falantes de línguas minoritárias. É essencial que os dois princípios convergem frequentemente para recomendações semelhantes na prática, uma vez que garantir que o maior número possível de pessoas esteja acima do limiar de suficiência exigirá frequentemente que seja dada prioridade às necessidades dos mais desfavorecidos.



Referências e aprofundamento

- De Schutter, H. & Ypi, L. (2012). Língua e sorte. *Política, Filosofia & Economia*, 11, 357-381.
- Frankfurt, H. (1987). Igualdade como Ideal Moral. *Ética*, 98, 21-42.
- Parfit, D. (1998). Igualdade e Prioridade. Em A. Mason (Ed.), *Ideais da Igualdade* (pp. 1-20), Oxford: Blackwell Publishing (em inglês).
- Abreiação, A. (2017). *Four Conceptions of Linguistic Disadvantage* (em inglês). *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 38, 607-621.

10 Em que línguas devem ser prestados cuidados de saúde?

Brian Carey, Andrew Shorten, Universidade de Limerick

As pessoas que não conhecem uma língua local dominante podem ter dificuldade em aceder aos cuidados de saúde se lhes for difícil identificar e comunicar com os serviços médicos em causa. Ao mesmo tempo, os falantes de línguas minoritárias podem ter dificuldade em identificar e utilizar serviços médicos relevantes na sua língua preferida. Quando é que uma pessoa tem direito, em matéria de justiça, à prestação pública de serviços de saúde numa determinada língua?

O que nos diz a pesquisa?

A qualidade da saúde de uma pessoa pode ser comprometida se ela tiver dificuldade em aceder aos cuidados de saúde em uma linguagem que ela compreenda. Por exemplo, no atendimento de emergência, a ausência de intérpretes profissionais tem um impacto significativo na compreensão do paciente sobre sua condição (Baker et al., 1996). Além disso, mesmo para as pessoas que conhecem uma linguagem dominante, a comunicação com os profissionais de saúde é difícil se eles não entenderem os termos médicos (Schyve, 2007) e, como resultado, as pessoas podem ser mais propensas a sofrer de problemas de saúde se não tiverem confiança na linguagem dominante. Por exemplo, um estudo australiano descobriu que a depressão pós-natal era mais comum em mães chinesas do que na população geral por essa razão, embora essa condição seja virtualmente desconhecida na China (Chu, 2005), e dificuldades de comunicação podem ser parte da explicação. Por conseguinte, podem ser necessárias várias políticas linguísticas para satisfazer as necessidades de saúde dos indivíduos, tais como a prestação de serviços de tradução e interpretação, serviços sociais e de cuidados de saúde favoráveis às minorias e apoio à aprendizagem de línguas.

Além de ter acesso a cuidados de saúde adequados, é também importante que muitas pessoas tenham acesso a serviços médicos na sua língua preferida, mesmo que sejam falantes competentes de uma língua dominante. Por exemplo, considere uma residente de Kerry Gaeltacht, uma região de língua irlandesa no sudoeste da Irlanda, que descobre que ela deve usar o inglês para se comunicar com seu médico local. Os seus interesses são prejudicados pelo facto de não poder aceder a um serviço público importante na sua língua preferida, numa região em que o Estado se comprometeu a promovê-lo. Pode parecer que este último interesse é

menos moralmente importante do que o mencionado acima, uma vez que é menos prejudicial ser negado o acesso aos cuidados em uma língua preferida do que não ter acesso total aos cuidados. No entanto, ao decidir como atribuir recursos públicos limitados, os dois interesses não têm necessariamente de ser ponderados entre si. Em vez disso, uma melhor abordagem consiste em tentar chegar a acordo sobre as normas e princípios adequados a cada tipo de interesse.

Ilustrações e provas

Por um lado, cada pessoa tem um interesse moral significativo na sua própria saúde, e esse interesse é suficientemente importante para justificar um direito à saúde. Uma vez que o gozo deste direito por parte dos cidadãos ficará comprometido se estes não puderem aceder aos cuidados de saúde numa língua que compreendam, existem fortes motivos para a justiça acolher os falantes de línguas minoritárias através da prestação de serviços de tradução e interpretação. Por outro lado, a prestação de serviços de tradução e interpretação fica aquém do que alguns falantes de línguas minoritárias exigem, nomeadamente, a prestação de serviços de saúde sem intermediários na sua própria língua.

Se não for possível prestar cuidados de saúde em cada uma das línguas faladas numa sociedade, os cidadãos devem decidir quais as línguas a utilizar para o efeito. Estas decisões devem respeitar os falantes de línguas diferentes como iguais e não devem privar os falantes de línguas minoritárias do acesso aos serviços de saúde na sua própria língua unicamente por razões económicas. Uma forma de tratar falantes de línguas diferentes como iguais é oferecer o mesmo nível de adaptação per capita para as diferentes línguas faladas na sociedade (Grin & Vaillancourt, 2015), por exemplo, prestando serviços de saúde em línguas minoritárias de acordo com o princípio de «quando-o-número-justificar» (Patten, 2014). Isto pode ser feito numa base regional, por exemplo, se uma minoria estiver geograficamente concentrada ou numa base genérica, para que os falantes possam ter acesso aos cuidados de saúde na sua própria língua, onde quer que residam no país.

Implicações políticas

Não existe, em princípio, qualquer razão para que os

dois interesses acima descritos não possam ser satisfeitos simultaneamente. No entanto, quando os recursos são escassos, os cidadãos terão de decidir quais os interesses a favorecer. Uma vez que os grupos menos poderosos são facilmente negligenciados no processo de elaboração de políticas, é importante lembrar que as populações migrantes vulneráveis têm muitas vezes necessidades de saúde complexas relacionadas com a linguagem. Ao mesmo tempo, é também importante recordar que as minorias linguísticas têm um direito legítimo a uma parte equitativa dos recursos de saúde pública, o que pode incluir a prestação de serviços de saúde na língua da sua escolha. Por conseguinte, os decisores devem comunicar claramente as razões pelas quais decidem sobre prioridades específicas, de modo a que os cidadãos tenham a oportunidade de compreender e contestar as decisões do Estado.



Referências e aprofundamento

- Baker, D. W., Parker, R. M., Williams, M. V., Coates, W.C., & Pitkin, K. (1996). Utilização e eficácia dos intérpretes num serviço de emergência. *Journal of the American Medical Association*, 275, 783-8.
- CHU, C. (2005). Experiência pós-natal e as necessidades de saúde das raparigas migrantes chinesas em Brisbane, Austrália. *Etnia e Saúde*, 10, 33-56.
- Griin, F. & Vaillancourt, F. (2015). A Economia da Política Linguística: Uma Introdução ao Trabalho de Avaliação. Em F.M. Hult & D. Cassels Johnson (Eds.), *Métodos de Pesquisa em Política Linguística e Planeamento: Um Guia Prático* (p. 118-129), Boston: Wiley-Blackwell.
- Patten, A. (2014) *Equal Recognition: The Moral Foundations of Minority Rights (em inglês)*. Oxford: Imprensa da Universidade de Princeton.
- Schyve, P.M. (2007). Diferenças linguísticas como barreira à qualidade e segurança nos cuidados de saúde: A Perspetiva Conjunta da Comissão. *Journal of General Internal Medicine*, 22, 360-361.

11 Os custos são significativos em termos de política linguística?

Bengt-Arne Wickström, Michele Gazzola, Torsten Templin, Humboldt-Universität zu Berlin

Para discutir a política linguística de forma criteriosa, é necessário analisar medidas específicas de planejamento agrupadas em diferentes categorias. As diferentes estruturas de custos das medidas de política linguística exigem regras de tomada de decisão diferentes para diferentes categorias. Neste contexto, centramo-nos nos custos de execução, deixando de lado os custos de decisão (que podem ser consideráveis) que conduzem à medida em questão. Uma vez que os beneficiários estão repartidos por uma determinada área, os custos podem variar tanto em função do número de beneficiários como da dimensão da superfície. Num contexto democrático, as políticas públicas são avaliadas em termos de benefícios e desvantagens. A política linguística pode ser vista como uma política pública destinada a ter em conta as preferências linguísticas de todos os indivíduos da sociedade, equilibrando os benefícios percebidos com os custos associados. Os economistas abordam o problema restrito de comparar benefícios e custos agregados com o conceito de «eficiência», que contribui para um método conhecido como «análise custo-benefício». Ao mesmo tempo, as políticas devem tratar os indivíduos de forma justa. Este segundo critério, não menos importante, muitas vezes implica custos mais elevados e há que encontrar um compromisso. Economistas abordam esta questão com diferentes conceitos de «justiça». Os custos desempenham um papel fundamental em ambos os aspetos.

O que nos diz a pesquisa?

As diferentes medidas de política linguística conduzem a diferentes estruturas de custos. Os custos podem variar mais ou menos em função do número de beneficiários e da dimensão do território em questão. Por uma questão de clareza, discutimos quatro casos arquetípicos, apresentados na tabela na página oposta, embora todas as etapas intermediárias sejam possíveis.

Ilustrações e provas

Caso I É, de um modo geral, o caso da adoção de uma língua oficial praticada na UE. Tal inclui a produção de documentos oficiais e utilizações essencialmente simbólicas (mas muitas vezes muito importantes), tais como a abreviatura do Banco Central Europeu em diferentes línguas sobre notas de banco. Aqui, todos os custos são custos fixos.

Participação Dado que os custos são constantes e que os benefícios agregados dependem do número de beneficiários, o critério de decisão racional deve basear-se apenas no número de beneficiários, que está associado ao número de falantes de uma língua. Do ponto de vista da eficiência e da justiça, é, por conseguinte, difícil justificar a não concessão do estatuto oficial ao catalão ou ao russo na UE, quando as línguas com muito menos falantes, como o letão ou o maltês, são oficiais.

Processo II Um bom exemplo é ter sinais de rua em várias línguas. Os custos não dependem do número de pessoas que leem os sinais, mas do número de sinais — e, portanto, dos custos — aumentam com a dimensão do território em questão. Pode presumir-se que as prestações são proporcionais ao número de beneficiários.

Participação Neste caso, o critério de decisão racional exige uma série de beneficiários por área. Os critérios de decisão baseados na eficiência e na justiça implicam que a densidade espacial de um grupo linguístico deve reger os direitos linguísticos nesta categoria. Uma consequência é que os direitos das minorias deste tipo não devem ser reduzidos se a minoria for uma fração decrescente da população devido à migração da população maioritária para a região. As políticas recentes em alguns países da Europa Central contradizem claramente esta situação.

Processo III Os centros de atendimento em diferentes línguas, informando os cidadãos sobre questões relacionadas com as suas obrigações fiscais, ilustram este caso. Os custos são independentes da dimensão da área, mas são proporcionais ao número de pessoas que procuram informações numa determinada língua. (As poupanças no centro de atendimento em língua maioritária devem ser subtraídas devido às chamadas transferidas para o centro paralelo.)

Participação Mais uma vez, uma vez que os custos são independentes da dimensão da área de estabelecimento, precisamos de um número suficiente de indivíduos para justificar os custos de execução. A regra de decisão deve depender apenas do número de beneficiários.

Processo IV Um exemplo aproximado do quarto caso é a prestação de serviços sociais em casa aos idosos na sua língua materna. Os custos dependem tanto da

dimensão do território como do número de beneficiários. Mais uma vez, as economias no sistema paralelo na língua majoritária devem ser tidas em conta.

Participação Seguindo o mesmo argumento que no caso II, uma regra de decisão sensata deve basear-se na densidade da população minoritária.

Implicações políticas

Os casos aqui discutidos são casos arquetípicos. Há muitos intermediários, em que a regra de tomada de decisão pode ser uma combinação de regras baseadas no número total de indivíduos de um grupo linguístico e na sua densidade de vida no território em questão. A conclusão geral é que, devido às estruturas de custos, não pode haver um único tipo de regra de decisão e, portanto, nenhum tipo uniforme de política linguística. Não se pode raciocinar em termos de uma única dimensão, como «oficial» v «not officialon». Em vez disso, é necessária uma política diferenciada. Alguns direitos linguísticos devem ser classificados numa categoria e outros noutra. Para cada categoria, é necessário um critério de decisão diferente. Uma política linguística sensata é necessariamente multifacetada.

Uma classificação das medidas de política linguística em função das propriedades do bem ou do serviço resultante

Referências e aprofundamento

Wickström, B.A. (2016). Direitos linguísticos: Uma abordagem de bem-estar-economia. Em V. Ginsburgh & S. Weber (Eds.), *The Palgrave handbook of economics and language* (p. 659-688). Houndmills: Palgrave Macmillan.

Wickström, B.A. (2017). *Uma teoria dos custos do planeamento e da política linguística*. Relatório de investigação 17-2. Berlim: Grupo de investigação «Economia e linguagem».

Wickström, B.A., Templin, T., & Gazzola M. (próximo). Uma abordagem econômica para a política de língua e justiça linguística. Em M. Gazzola, T. Templin, & B.-A. Wickström (Eds.), *Política linguística e justiça linguística: Abordagens econômicas, filosóficas e sociolinguísticas*. Heidelberg: É o Springer.

CLASSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS DE POLÍTICA LINGUÍSTICA EM FUNÇÃO DAS PROPRIEDADES DO BEM OU DO SERVIÇO RESULTANTE

Os custos de execução de uma medida...	não dependem do tamanho do território	aumento proporcional à dimensão do território
não dependem do número de indivíduos	Caso I	Processo II
aumento proporcional ao número de indivíduos	Processo III	Processo IV

12 Por que as simulações computacionais são úteis na seleção e concepção de políticas linguísticas complexas?

Marco Civico, Universidade de Genebra

Uma vez que é frequentemente impraticável, se não impossível, recolher dados sobre vários milhares de observações, muito menos realizar (e reexecução) experiências sociais em larga escala para obter dados em primeira mão, os modelos baseados em agentes (ABM) são particularmente úteis no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas do topo para a base cujos efeitos são inevitavelmente determinados pelos processos ascendentes. A política de linguagem pode se beneficiar do uso de ABMs, uma vez que eles podem simular processos complexos, como a dinâmica do declínio e sobrevivência da linguagem, ou modelos de comunicação resultantes de escolhas linguísticas individuais. Além disso, as ABM podem efetivamente replicar sistemas adaptativos complexos, já que as escolhas dos agentes podem ser modeladas para adaptar seu comportamento às informações adquiridas ao longo do tempo.

O que nos diz a pesquisa?

A ABM é uma das principais ferramentas para analisar a teoria da complexidade e faz parte da filosofia geral da modelagem nas ciências sociais: os modelos não se destinam a assemelhar-se à realidade; pelo contrário, usando fatos estilizados, eles são ferramentas para nos ajudar a pensar sobre processos complexos. A simulação por computador ajuda, entre outras coisas, a estimar o impacto das diferentes medidas políticas. O ABM também pode incluir diferentes classes de variáveis: aqueles que podem ser influenciados pelas variáveis políticas e contextuais que não são (ou apenas parcialmente) afetadas pela política. Portanto, as ABM também podem ajudar os decisores a simular o resultado de diferentes medidas políticas em condições muito diferentes, sejam elas naturais, sociais, políticas, econômicas, etc. As ABM foram capazes de explicar e prever vários fenômenos nas ciências naturais (por exemplo, a propagação de tumores no corpo), ciências sociais (por exemplo, dinâmica de segregação) e humanidades (por exemplo, mudanças no vocabulário e padrões de fala).

Além disso, as ABMs podem gerar visualizações altamente intuitivas das dinâmicas envolvidas, sem a necessidade de compreender os aspectos técnicos do código que as sustenta.

Ilustração e evidência

Analisar as medidas políticas propostas na *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias*. O

modelo simula a comunicação dentro de uma população onde uma língua Y majoritária e uma língua minoritária X são faladas. Os indivíduos se encontram e se comunicam com outros indivíduos pertencentes à maioria da população (apenas dominando a língua majoritária Y) ou à população minoritária (dominar a língua majoritária Y e ter habilidades variadas na língua minoritária X). Quando eles se encontram, eles determinam se a linguagem da comunicação é Y ou X. Esta cadeia estilizada de reuniões reflete o problema real das possibilidades de um falante da língua X usar a língua minoritária e melhorar suas habilidades nessa língua, dado o contexto em que ele ou ela vive. Consideremos agora uma política destinada a garantir que as crianças minoritárias com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos recebam instrução na língua X, melhorando assim as suas competências nessa língua. Simulações mostram que, antes da implementação da política, a língua minoritária X acaba desaparecendo na maioria dos casos, quase independentemente da proporção inicial de falantes minoritários. As habilidades médias X também estão diminuindo rapidamente. Se, no entanto, a política for implementada, o número absoluto de pessoas capazes de falar X tende a permanecer constante ao longo do tempo. É particularmente interessante notar que, em muitos casos, não é demasiado tarde para corrigir a situação aplicando a política numa fase posterior.

Os resultados são apresentados nos números acima. É evidente que o modelo pode ser refinado para incluir outras variáveis contextuais, como a percepção de que os falantes minoritários têm de sua própria língua em termos de status ou a capacidade de os falantes da língua majoritária se expressarem na língua minoritária. Além disso, o código pode ser reescrito para que ele implemente automaticamente a política quando a proporção de falantes minoritários cai abaixo de um determinado limiar. No entanto, é geralmente aconselhável evitar adicionar demasiadas complicações ao modelo, pois isso pode eventualmente mascarar as variáveis de interesse.

Implicações políticas

Para fins políticos, as ABMs podem ser usadas para simular:

1. fenômenos existentes, a fim de deduzir as suas características (por exemplo, a forma como as diferentes estratégias de comunicação se desenvolvem

em diferentes comunidades);

2. o impacto potencial das diferentes intervenções, ajustando as variáveis incluídas no modelo (por exemplo, como uma mudança exógena nos níveis de proficiência linguística afeta o número de falantes ao longo do tempo);

3. mudanças dentro de um determinado sistema social em resposta a choques externos (por exemplo, ondas de imigração).

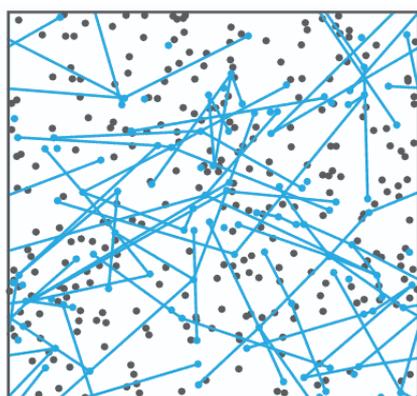
Para efeitos específicos da política e do planeamento linguísticos, as simulações por computador podem ajudar a prever as necessidades linguísticas e a conceber a prestação de serviços linguísticos em conformidade. Fornecem projeções a longo prazo e facilitam comparações entre diferentes cenários em que são (ou não) aplicadas diferentes medidas. Estas aplicações podem ajudar os decisores políticos, bem como os

legisladores que precisam de fazer escolhas informadas. O sítio da ABM exige um bom conhecimento a priori das questões que os decisores políticos desejam abordar, mas não a codificação.

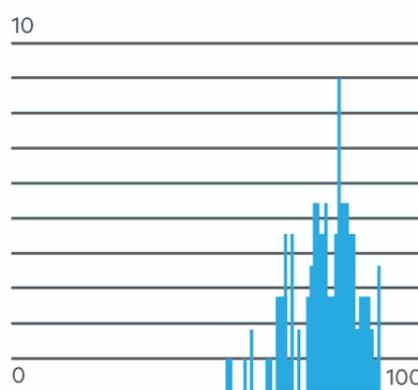
Referências e aprofundamento

Hadžikadić, M., O'Brien, S., & Khouja, M. (Eds.) (2013). *Gestão da complexidade: Considerações Práticas no Desenvolvimento e Aplicação de ABMs aos Desafios Políticos Contemporâneos (Estudos em Inteligência Computacional)*. Berlim, Heidelberg: Springer-Verlag (em inglês).

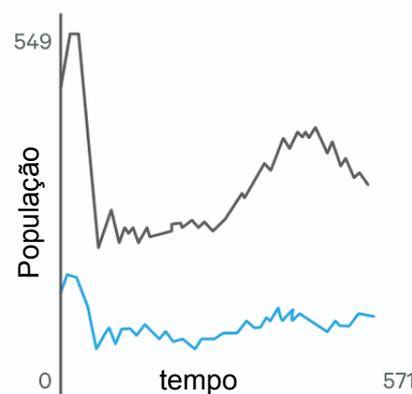
Wilensky, U. & Rand, W. (2015). *Uma introdução à modelagem baseada em agentes: Modelagem de sistemas complexos naturais, sociais e projetados com NetLogo*. Cambridge: MIT Press (em inglês).



Animação DA SIMULAÇÃO
(alto-falantes minoritários em azul, falantes majoritários a cinzento)



DISTRIBUIÇÃO DE FALANTES DE LÍNGUAS MINORITÁRIAS
minoria (eixo Yi) de acordo com o nível de fluidez numa escala de 0 a 100 (eixo x) após 500 iterações



TENDÊNCIAS NO NÚMERO ABSOLUTO DE ORADORES.
Proporção de falantes minoritários após 500 iterações = 0,12
\\ **minoria** \\ **maioridade**

13 Quais são as implicações legais gerais da pesquisa MIME?

Robert Dunbar, Universidade de Edimburgo

Muitas das orientações políticas deste Vade-mécum poderiam ser implementadas através de alterações políticas a nível infranacional, nacional ou europeu, e não exigem necessariamente alterações no regime jurídico formal da União Europeia. Outras, no entanto, poderiam ser mais bem alcançadas através de tais mudanças.

O que nos diz a pesquisa?

Um importante tema emergente da investigação MIME é a importância fundamental da competência multilingue na promoção da mobilidade e da inclusão. O ensino inadequado de línguas estrangeiras pode dificultar a mobilidade laboral e constitui também um obstáculo à inclusão quando os cidadãos da UE se deslocam para outro Estado-Membro. Algumas das investigações do MIME ilustram também a importância do multilinguismo na promoção de uma identidade europeia e no desenvolvimento de um espaço político democrático partilhado.

Outro tema importante é a medida em que a falta de competências linguísticas na(s) língua(s) oficial(is) do Estado de acolhimento representa um obstáculo para os migrantes da UE (e outros) no acesso aos serviços públicos e, em particular, aos serviços públicos, como os cuidados de saúde, os serviços de emergência e alguns serviços sociais fundamentais. Para além de desencorajar a mobilidade, a falta de acesso a serviços de qualidade semelhantes aos disponibilizados aos cidadãos com as competências linguísticas necessárias levanta importantes questões de igualdade e constitui também um obstáculo à plena inclusão social.

Ilustração e evidência

O artigo 3.º, n.º 3, do *Tratado da União Europeia* (TUE) estabelece que a UE «respeita a riqueza da sua diversidade cultural e linguística e assegura a preservação e valorização do seu património cultural».

O artigo 22.º da *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* («Carta dos Direitos») estabelece que a UE respeita a diversidade cultural, religiosa e linguística.

A educação é essencial para reforçar as competências multilingues e a sensibilização metalinguística. O

artigo 165.º, n.º 1, do *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia* (TFUE) prevê que a UE contribua para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, incentivando a cooperação entre os Estados-Membros e, se necessário, apoiando e completando a sua ação, respeitando plenamente a responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo da educação e pela organização do sistema educativo e pela sua diversidade cultural e linguística. O n.º 2 prevê, em seguida, que a ação da UE no domínio da educação tem por objetivo desenvolver a dimensão europeia da educação, nomeadamente através do ensino e da divulgação das línguas dos Estados-Membros. A diversidade linguística da UE é muito mais importante do que as 24 línguas oficiais dos Estados-Membros da UE, e a investigação do MIME demonstrou que essa diversidade tem implicações significativas tanto para a mobilidade como para a inclusão, e exige respostas políticas.

A importância do ensino de línguas já foi reconhecida na legislação da UE, em especial na Diretiva 77/486/CEE do Conselho, que observou que o ensino de línguas aos filhos de migrantes da UE é importante para promover a mobilidade das pessoas no interior da UE. Prevê, por conseguinte, que os Estados-Membros tomem as medidas adequadas para assegurar o ensino da língua oficial ou de uma das línguas oficiais do Estado de acolhimento, bem como o ensino da língua materna da criança e da cultura do Estado de origem.

Esta diretiva — que, em geral, sofreu com uma aplicação deficiente — poderia ser atualizada e alargada.

As competências linguísticas limitadas dos migrantes da UE e de outros países na língua do Estado de acolhimento criam obstáculos ao exercício de determinados serviços públicos. A legislação europeia só foi muito limitada em resposta a este problema. No que diz respeito aos cuidados de saúde, a Diretiva 2011/24/UE relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços prevê que os Estados-Membros da UE podem optar por fornecer informações (mas não serviços) noutras línguas oficiais da UE que não a língua oficial do Estado. No entanto, a tradução e a interpretação devem ser fornecidas nos procedimentos de asilo (Diretiva 2013/32/UE) e nos processos penais

(Diretiva 2010/64/UE).

Implicações políticas

Em cada um dos quatro domínios que acabam de ser examinados, podem ser consideradas alterações aos textos jurídicos existentes. A alteração do artigo 3.º, n.º 3, do TUE para fazer referência ao reforço e ao reforço das competências multilingues de todos os cidadãos da UE constitui uma alteração jurídica que merece ser tida em conta; é importante que qualquer reconhecimento do multilinguismo e das competências multilingues na ordem jurídica da UE contenha um elemento ativo destinado a melhorá-lo.

Poderão ser previstas alterações ao n.º 2 do TFUE para reconhecer que as línguas dos Estados-Membros incluem não só as línguas oficiais, mas também as línguas indígenas, bem como, para determinados fins educativos, as línguas trazidas para os Estados-Membros pelas vagas de imigração mais recentes. A diretiva do Conselho que exige que os Estados ensinem a língua do Estado de acolhimento pode ser alargada dos filhos dos migrantes aos próprios migrantes e às pessoas a cargo que o acompanham.

Mais fundamentalmente, poderia procurar traduzir numa obrigação jurídica o objetivo político de longa data da UE, que remonta às conclusões da Presidência de 2002 do Conselho Europeu de Barcelona, de ensinar duas línguas para além da língua principal de ensino desde tenra idade. Isto levanta, naturalmente, questões de subsidiariedade, mas pode argumentar-se que os objetivos da ação proposta em matéria de ensino de línguas não podem ser suficientemente alcançados pelos

Estados-Membros e podem ser mais bem alcançados a nível da UE.

Dada a importância fundamental de certos serviços públicos, incluindo os cuidados de saúde e os cuidados de emergência — os interesses em jogo são suscetíveis de ser pelo menos tão importantes como os que estão em jogo em matéria de asilo ou de processos penais — e a importância da capacidade de comunicação para aceder a uma qualidade adequada desses serviços, a legislação europeia poderia ser desenvolvida de forma a exigir, no mínimo, a prestação de serviços de tradução e interpretação para aceder a esses serviços. As considerações em matéria de igualdade continuam a apoiar a ação legislativa da UE nestes domínios.

Referências e aprofundamento

- Creech, R. L. (2005). *Direito e língua na União Europeia: The Paradox of a Babel «United in Diversity»* (em inglês). Groningen: Europa Law Publishing (em inglês).
- Dunbar, R. (2006). Existe o dever de Legislar para as Minorias Linguísticas? *Journal of Law and Society*, 33, 181-198.
- Foster, N. (2016). *Blackstone's EU Treaty and Legislation 2016-2017 (Tratados e legislação da UE de Blackstone 2016-2017)*. Oxford: Oxford University Press (em inglês).
- van der Jeught, S. (2015). *Legislação da UE em matéria de línguas*. Groningen: Europa Law Publishing (em inglês).

Minorias, maiorias e direitos linguísticos

- 14 O governo deveria retardar o declínio das comunidades minoritárias? 58
- 15 Devem ser ensinadas línguas minoritárias aos falantes da língua maioritária? 60
- 16 As minorias «únicas» e «não únicas» estão em situações semelhantes quando confrontadas com a dominação linguística nacional? 62
- 17 Qual é a importância da concentração demolinguística para a sobrevivência das línguas minoritárias num mundo de mobilidade crescente? 64
- 18 Que princípios ajudam a antecipar o potencial de conflito das diferenças étnicas e linguísticas 66
- 19 Por que razão não basta aprender apenas uma das línguas oficiais num contexto multilingue? 68
- 20 Como combinar os princípios da territorialidade e da personalidade? 70
- 21 Como a hegemonia de uma língua «externa» afeta a política doméstica? 72
- 22 Como devem os Estados vizinhos cooperar na gestão da diversidade? 74
- 23 Por que razão é importante o reconhecimento visível (por exemplo, nos sinais de trânsito, etc.) de uma língua minoritária? 76
- 24 A subsidiariedade permite políticas linguísticas mais abrangentes? 78
- 25 Como podemos permitir que os pensionistas móveis cumpram as suas obrigações e exerçam os seus direitos? 80

14 Deve o governo retardar o declínio das comunidades minoritárias?

Bengt-Arne Wickström, Torsten Templin, Michele Gazzola, Humboldt-Universität zu Berlin

Regra geral, as escolhas individuais que não afetam diretamente o bem-estar dos outros devem ser deixadas aos próprios indivíduos; economistas falam sobre uma situação de «let-how». Em muitos casos, no entanto, as ações de um indivíduo influenciam diretamente o bem-estar dos outros. Neste caso, as decisões ótimas para o indivíduo raramente são ótimas para a sociedade também. Essa divergência entre o comportamento racional individual e o otimismo coletivo é uma justificativa importante para a ação coletiva. Um exemplo disso é o dos falantes de uma língua minoritária que voluntariamente deixam de usar essa língua. Há, naturalmente, vantagens de comunicação de ter uma língua comum na sociedade, mas também há custos para os falantes de línguas minoritárias, se eles acabam por ser forçados a parar de usar sua língua ancestral. Neste caso, há bons argumentos para apoiar as comunidades minoritárias bilíngues.

O que nos diz a pesquisa?

Em geral, ao considerar diferentes linhas de ação, uma pessoa pesa suas vantagens individuais em relação aos seus custos individuais e negligencia o efeito de suas ações sobre os outros. Estes efeitos «externos», que afetam os outros, são chamados de «externalidades». Em geral, um indivíduo tenderá a ignorar os efeitos benéficos (externidade positiva) ou prejudiciais (externidade negativa) de suas ações no resto da sociedade (bem-estar social). Uma externalidade importante relacionada com o uso de línguas é a «externalidade da rede». Quando Jane decide aprender uma língua, ela cria vantagens para si mesma, pois ela pode se comunicar com outros falantes dessa língua. Em sua decisão racional de aprendizagem, Jane comparará esses benefícios com os diferentes custos de aprendizagem e baseará sua decisão nessa comparação.

O que ela não considera é que ela também cria vantagens para outros falantes que gostariam de se comunicar com ela nessa língua. Este «melhor» ganho de falantes de idiomas é a externalidade da rede. (Outros falantes também podem valorizar o mero conhecimento que outras pessoas aprendem e usam sua língua; no entanto, esta é uma externalidade «normal» não relacionada com o efeito de rede.) Vamos supor agora que Jane decidiu não aprender a língua em questão. Neste caso, pode haver uma oportunidade de fazer melhor por ela e por todos os outros: os falantes da língua que gostariam de falar com ele nessa língua

podem decidir recompensá-la, material ou simbolicamente, pela sua aprendizagem. Se o benefício que cada um deles derivaria dele exceder o custo para eles devido à recompensa, e se a recompensa convencer Jane a aprender o idioma, todo mundo ficará melhor. Em termos econômicos, isso torna a sociedade mais eficiente. No entanto, é pouco provável que tais prêmios sejam organizados por ações espontâneas de falantes minoritários e, portanto, se houver uma externalidade em rede, uma abordagem laissez-faire significa que poucos indivíduos investirão na aprendizagem de uma determinada língua. Decisões individuais ineficazes poderiam ser «corrigidas» pela ação pública. Este é um argumento para o ensino obrigatório de línguas, por exemplo.

Ilustração e prova

O mesmo argumento se aplica quando uma pessoa decide deixar uma comunidade linguística minoritária, e histórias reais de declínio e mudança linguística podem ser interpretadas nessa perspectiva.

Quando um ou mais falantes deixam de utilizar a língua minoritária, os restantes têm então menos pessoas com as quais podem comunicar na língua minoritária. Se eles valorizam tal comunicação, há uma perda de bem-estar para o grupo e essa perda não faz parte da avaliação do indivíduo da situação pela pessoa que deixa a comunidade. O argumento de que o indivíduo deixando a comunidade minoritária criaria uma externalidade de rede positiva na comunidade majoritária só seria justo se ele mudasse de monolinguismo em uma língua para monolinguismo na outra. No entanto, se os falantes de línguas minoritárias são bilíngues, como é geralmente o caso dos falantes bascos ou galeses, este argumento não é válido: os falantes da língua majoritária não têm interlocutor adicional, uma vez que já podem comunicar com a língua de saída na língua majoritária. O efeito líquido é uma perda para falantes de línguas minoritárias.

A pessoa que sai da comunidade é suscetível de receber um ganho, caso contrário, não teria tomado a decisão. Tal como acima referido, os restantes falantes de línguas minoritárias estariam dispostos a recompensar, em certa medida, a saída e estariam melhor se, por conseguinte, decidisse finalmente permanecer. Para alguns potenciais abandonos, a recompensa melhoraria se eles mudassem sua decisão e decidissem continuar

usando a língua minoritária. A recompensa, então, melhoraria a todos.

Quando uma pessoa deixa a comunidade minoritária, o uso subsequente da língua torna-se menos atraente para aqueles que permanecem. No cálculo individual, uma decisão a favor de deixar a comunidade tornar-se-ia mais provável. Um processo de mudança de idioma pode começar — ou acelerar. Com o tempo, isso reduz o uso da língua minoritária em muitas áreas e pode levar a uma mudança linguística completa. A externalidade da rede negativa, portanto, acelera a mudança de linguagem em um contexto de *laissez-faire*.

Implicações políticas

A externalidade pode ser contrariada por uma política linguística que favoreça a língua minoritária, criando assim incentivos para que os indivíduos a utilizem mais. Isso, por sua vez, enfraquecerá os incentivos para que os indivíduos abandonem a comunidade e mudem as decisões individuais de sair a favor da permanência. A política pública assume o papel de recompensa na experiência do pensamento acima e, sob os incentivos que a política cria, as decisões racionais individuais mudarão e, doravante, conduzirão a um ótimo coletivo.

Uma consequência direta desta constatação é que o apoio público a uma língua minoritária é uma política socialmente eficaz, desde que os falantes de línguas minoritárias valorizem a sua utilização¹.

Referências e aprofundamento

Church, J. & King, I. (1993). Bilinguismo e externalidades da rede. *Canadian Journal of Economics/Revue canadienne d'économie*, 26, 337-345.

Wickström, B.A. (2016). Política de idioma somente em inglês: O caminho para o Provincialismo? *Ata universitatis sapientiae, estudos europeus e regionais*, 9, 71-76.

Wickström, B.A., Templin, T., & Gazzola M. (embreve). Uma abordagem econômica para a política de língua e justiça linguística. Em M. Gazzola, T. Templin, & B.-A. Wickström (Eds.), *Política linguística e justiça linguística: Abordagens econômicas, filosóficas e sociolinguísticas*. Heidelberg: É o Springer.

1 O fato de que o valor que os falantes atribuem ao uso da linguagem pode aumentar devido à política de suporte é outro tipo de argumento, o que reforça ainda mais o argumento de externalidade da rede avançado nessa contribuição.

15 As línguas minoritárias devem ser ensinadas aos falantes da língua majoritária?

Helder De Schutter, Nenad Stojanović, Sergi Morales-Gálvez, Katholieke Universiteit Leuven

A questão aborda o problema da **dominação** linguística e o risco de assimilação linguística da minoria pela língua majoritária em sociedades linguisticamente mistas. A situação aqui discutida é a de entidades políticas em que diferentes grupos linguísticos «de longa data» ou «indígenas» vivem juntos, compartilhando cidades e freguesias. Entre os exemplos contam-se a Catalunha, a Galiza e o País Basco, em Espanha; Bruxelas, Bélgica; País de Gales e partes da Escócia no Reino Unido; Córsega, Bretanha e País Basco Francês em França; partes da Transilvânia com comunidades de língua húngara; ou a Escandinávia do Norte com as minorias Sami.

O que nos diz a pesquisa?

Estas sociedades têm uma linguagem claramente dominante, muitas vezes em termos de poder e demografia, em que quase todos se sentem confortáveis ou, na prática, obrigados a ser competentes. As línguas minoritárias gozam de diferentes graus de reconhecimento oficial (seja pelo Estado nacional, por uma subunidade governamental ou por ambos). No entanto, esse reconhecimento visa particularmente os falantes de línguas minoritárias e não afeta a maioria. Os falantes minoritários são aqueles que gozam de certos direitos linguísticos, como o ensino na língua minoritária. No entanto, tais direitos podem não ser suficientes para evitar a dominação linguística, que pode ser considerada uma forma de injustiça linguística.

O conceito de dominação vem da filosofia política. Está enraizada na tradição do pensamento republicano, que procura minimizar a injustiça resultante da dominação. Os indivíduos ou grupos são dominados quando dependem de uma relação em que um terceiro ou grupo pode intervir arbitrariamente (ou exercer um poder arbitrário) sobre eles sem o seu consentimento ou sem ter em conta as suas preferências legítimas (Pettit, 1997).

Esta vulnerabilidade ou dependência do poder arbitrário de outra pessoa deve ser eliminada para construir uma sociedade de cidadãos livres. A dominação linguística ocorre quando os falantes do grupo linguístico X são reguilar a «inclinam linguisticamente» à língua Y. Eles quase sempre devem mudar para a língua dominante em

público e às vezes até mesmo na esfera retrête, mas não por preferência a fazê-lo. Tal adaptação quase nunca é feita na outra direção e, em geral, os membros minoritários são bilíngues, mas os membros da maioria não são. A alta probabilidade de se comunicar com falantes da língua majoritária (ou pior, uma sensação de inferioridade) leva os falantes minoritários a usar a língua da maioria na maioria das áreas. Isto resulta em formas de «diglossy», um esquema em que as línguas são atribuídas a diferentes funções, e a língua minoritária é largamente excluída de certas atividades. A diglossia é geralmente assimétrica, uma vez que a língua dominante é usada em todas as áreas, enquanto a língua minoritária é limitada a funções limitadas.

Do ponto de vista da filosofia política, pode-se dizer que a «dominação linguística» exige três condições: (1) o fato de que um dos grupos precisa se adaptar linguisticamente ao outro, mas não o oposto (isto é mais visível na aprendizagem assimétrica de línguas); (2) repetição frequente deste modelo diariamente; e (3) o facto de os membros do grupo dominado não terem realmente uma alternativa, para além de evitarem completamente a interação com os oradores da maioria.

Os princípios fundamentais da teoria política normativa sugerem que a dominação linguística é uma forma de injustiça e que, portanto, considerações de justiça exigem medidas compensatórias.

Estes princípios justificam, por conseguinte, a seguinte recomendação: o sistema educativo deve tornar obrigatória a aprendizagem de todas as línguas reconhecidas, de modo a que os falantes da língua majoritária adquiram um certo grau de competência na língua minoritária. A segunda competência linguística deve, pelo menos, permitir a todos os cidadãos, independentemente da sua língua materna, *compreender* a outra língua. Este requisito pode promover políticas respeitadoras que permitam o desenvolvimento de identidades complexas e híbridas, contribuindo assim para estabelecer um terreno comum para o diálogo democrático. Ao mesmo tempo, pode ajudar a resolver o compromisso entre inclusão (todos os grupos de línguas indígenas podem sentir-se mais respeitados e, portanto, incluídos na comunidade) e mobilidade (cada um aprenderia pelo menos uma das outras línguas noterrítório)).

Ilustração e prova

A pesquisa empírica confirma a relevância da recomendação. Programas de imersão podem ser defendidos tanto em termos de sucesso educacional a longo prazo quanto de realização do bilinguismo e do biletismo «onde os alunos de língua majoritária L1 são ensinados principalmente através de uma L2, geralmente uma língua minoritária, a fim de se tornar bilíngue e biletado nessa língua, bem como na língua majoritária». Isso pode ser ainda mais útil se for organizado como um programa bidirecional onde falantes de ambas as línguas compartilham a mesma sala de aula, em vez de um modelo de imersão unidirecional (maio de 2010, 296). Um estudo realizado por Thomas e Collier (2002) com mais de 210.000 estudantes de minorias linguísticas em escolas públicas dos EUA confirma que os programas de imersão em geral funcionam melhor para os alunos, particularmente quando se compara o sucesso acadêmico dos alunos que frequentam escolas de imersão e dos alunos que participam de programas escolares de transição realizados principalmente em inglês.

Implicações políticas

Embora a principal recomendação seja incentivar, por razões fundamentais de justiça linguística, a aprendizagem da língua minoritária pelos membros da maioria, também se aplicam considerações de *deproporcionalidade*. Imagine uma sociedade de 1000 membros, com 10 falantes de X, uma língua minoritária aborígene «há muito estabelecida» e 990 falantes de Y. Esta situação pode dar origem a dominação linguística se nossas três condições forem atendidas. No entanto, exigir que todos os oradores Y aprendam X seria uma medida desproporcionada, a menos que algumas considerações adicionais sejam tomadas em consideração (por exemplo, se X é amplamente falado em outros lugares do mundo). Uma consideração conexa é a da eficácia. Uma boa política pública exige

que os recursos escassos sejam utilizados de forma eficaz. Neste exemplo, pode ser difícil justificar um investimento considerável em tempo, esforço e dinheiro para forçar 99 % da população a aprender uma língua falada em 1 %. Ambas as condições podem ser consideradas como um critério «sempre que os números o justifiquem» (maio de 2014: 386-388).. No entanto, se esta condição estiver preenchida, a imposição do multilinguismo à maioria pode justificar-se por razões de justiça linguística. Por último, o número de línguas envolvidas também desempenha um papel importante. Quanto maior for o número de línguas, mais difícil será a implementação de tal política. Em comparação com outros continentes, a Europa não tem um número particularmente elevado de línguas indígenas. Assim, a *descentralização* das políticas linguísticas para subunidades multilingues (como, na Romênia, os [países] Județe onde o húngaro é falado) atenua consideravelmente o problema de viabilidade.

Referências e aprofundamento

- maio, S. (2010). Currículo e educação das minorias culturais e linguísticas. Em B. McGraw, E. Baker, & P. Peterson (Eds.), *Enciclopédia Internacional da Educação (3a ed.)*, Vol 1. (p. 293-298). Oxford: É a Elsevier.
- maio, S. (2014) Contestação do Monolingüismo Público e Diglossia: Repensar Teoria Política e Política Linguística para um Mundo Multilingue. *Política linguística*, 13, 371-93.
- Pettit, P. (1997). *Republicanism: Uma Teoria da Liberdade e do Governo*. Oxford: Oxford University Press (em inglês).
- Thomas, W. & Collier, V. (2002). *Um estudo nacional sobre a eficácia escolar para os resultados acadêmicos de longo prazo dos estudantes de minorias linguísticas*. Santa Cruz: Centro de Investigação em Educação, Diversidade e Excelência (CREDE).

16 As minorias «únicas» e «não únicas» estão em situações semelhantes quando confrontadas com a dominação linguística nacional?

Astrid von Busekist, Jean-François Grégoire, Sciences Po Paris

A dominação linguística doméstica pode ser definida como uma situação em que um grupo usa sua vantagem demográfica como alavanca política para replicar certas práticas institucionais. Essas práticas podem perpetuar as desigualdades que resultam do simples número de pessoas e consagrar uma distribuição injusta de poder entre a maioria e a minoria. As constelações políticas que aspiram a proteger a diversidade linguística e a manter um nível equitativo de igualdade política entre os seus membros devem levar a sério o domínio linguístico nacional e considerar estes aspetos em conformidade.

O que nos diz a pesquisa?

Os efeitos da dominação linguística nacional nos Estados multinacionais tendem a variar consoante afetem uma ou mais minorias. No entanto, o que geralmente se observa é que as questões linguísticas se tornam mais complexas no caso de governança multinível ou federalismo. Por exemplo, a situação linguística e os direitos dos francófonos espalhados pelo Canadá Inglês são muito diferentes da sua situação no Quebec, bem como a situação dos povos aborígenes e línguas. Da mesma forma, os falantes catalães são divididos por fronteiras regionais dentro de Espanha, e aqueles que vivem em Valência enfrentam condições diferentes daquelas vividas por aqueles que vivem na Catalunha. Em contextos de governação a vários níveis ou federalismo, a dominação linguística incentiva as jurisdições minoritárias a desenvolverem a sua própria política linguística. Uma vez que a língua é um importante veículo de identidade, muitas vezes envolvendo conteúdos emocionais, a proteção e a promoção das línguas minoritárias são frequentemente acompanhadas por um sentimento generalizado de alienação da entidade (nacional) mais ampla; é o que acontece no Canadá e em Espanha.

Assim, a dominação linguística desencadeia reações sob a forma de políticas linguísticas minoritárias altamente intervencionistas, que abrem caminho para outras formas robustas de construção nacional. Esta tendência é mais acentuada nos casos de dominação linguística de uma minoria «única» por uma grande maioria de falantes, o que é mais provável que conduza ao aumento dos movimentos secessionistas. Isso, por sua vez, complica a coesão social e a governança federal ou

supranacional.

Ilustração e prova

Considerar contextos percebidos como essencialmente uma minoria linguística. O que vemos nestes casos é que a forma como os tribunais gerem o compromisso entre a mobilidade (entre diferentes partes do país) e a inclusão (nas comunidades locais) tende a refletir o desequilíbrio de poder entre os grupos linguísticos. O grupo dominante terá muito mais êxito na aplicação dos direitos linguísticos dos seus membros na jurisdição minoritária do que o contrário. Compare, por exemplo, as províncias de Alberta e Quebec¹. Os dados indicam uma tendência geral no Canadá, onde os anglófonos assimilaram lentamente os francófonos e equiparam imigrantes «alofones» (aqueles com uma língua materna diferente do inglês ou francês) a uma taxa muito maior. Dado que esses números resultam da interação de políticas e práticas, pode-se concluir que as políticas federais não reduzem suficientemente a atratividade da língua majoritária e que a política linguística federal não é suscetível de garantir um equilíbrio estável entre mobilidade e inclusão em todo o país.

Em locais com múltiplas minorias linguísticas, como a Índia, os efeitos políticos ocorrem de forma diferente. Onde as pessoas estão acostumadas a viver em um ambiente multilingue, os incentivos para iniciativas de construção de nações baseadas em línguas são muito mais fracos. Ao mesmo tempo, tais contextos não são imunes ao risco de um grupo empurrar para a preeminência de sua língua (por exemplo, tentando fazer sua língua a língua franca dentro da constelação política, como Gandhi fez ao argumentar que o hindi desvia a língua oficial da Índia). Nesses casos, surgem outros efeitos políticos: I) uma miríade de iniciativas de política linguística local ou regional, que podem ser difíceis de controlar e agravar as divisões culturais; II) a impossibilidade virtual, tendo em conta o grande número de situações minoritárias, de aplicar uniformemente a política linguística oficial (nacional) contra as expressões de resistência local; III) sérios

1 Alberta foi escolhida como a província com o maior equilíbrio migratório interprovincial positivo, e também a província com a maior diferença entre as variáveis linguísticas faladas em casa e a língua materna.

obstáculos ao bom funcionamento de uma política democrática a vários níveis muito difíceis, nomeadamente através da criação de movimentos secessionistas fortes e duradouros. Em suma, a dominação linguística nas constelações políticas com múltiplas minorias linguísticas é suscetível de gerar padrões e divisões imprevisíveis que dificultam a gestão democrática da diversidade.

Relatório DOS PESSOAS COM ANGLAIS OU FRÊNÇIA DE PESSOAS COM ANGLAIS OU FRENÇA COM A LÍNGUA MATERNA (Fonte: Recenseamento canadiano 2011)

	Inglês	Francês
Alberta	1,13	0,36
Quebec	1,28	1,02
Canadá (total)	1,38	0,97

Implicações políticas

Na maioria dos casos, a gestão da diversidade linguística, em conjunto com a arbitragem das relações maioria-minoria, é intensamente política. A fim de criar condições favoráveis à mobilidade e inclusão domésticas, é aconselhável:

- ▶ *Reconhecer as línguas minoritárias* e adotar

políticas linguísticas rigorosas para promover a sua utilização nas instituições locais, como os parlamentos regionais e as escolas, bem como nas instituições federais, a fim de promover um sentimento de pertença entre os membros das minorias linguísticas.

- ▶ A entidade central deve aplicar regras que ofereçam aos membros de grupos minoritários as mesmas oportunidades de mobilidade e inclusão que as de que gozam os membros da maioria devido à sua influência na política.

- ▶ Os princípios gerais aplicáveis aos países multilingues refletem-se, *mutatis mutandis*, nas políticas linguísticas adotadas por organizações supranacionais.

Referências e aprofundamento:

Dubreuil, B. & Marois, G. (2011). O remédio imaginário: Porque é que a imigração não salvará o Quebec? Montreal: É o Boreal.

Magnet, J.E. (1998). Teoria dos Direitos da Língua na Perspetiva Canadana. Em T. Ricento & B. Burnaby (Eds.), *Linguagem e Política nos Estados Unidos e Canadá: Mitos e realidades* (pp. 185-206), Routledge: Em Nova Iorque.

17 Qual é a importância da concentração demolinguística para a sobrevivência das línguas minoritárias num mundo de mobilidade crescente?

Torsten Templin, Bengt-Arne Wickström, Michele Gazzola, Humboldt-Universität zu Berlin

Em vários países, as pessoas deixam de falar línguas minoritárias e recorrem a línguas mais amplas de comunicação. Vários Estados-Membros da UE têm uma ou mais «línguas regionais ou minoritárias»¹ e muitos perdem os falantes. A mobilidade intraeuropeia, bem como a migração de fora da UE, exercem uma pressão adicional sobre as línguas minoritárias e dificultam ainda mais a sua preservação. Isso levanta a questão de como, a nível geral, explicar a interação dos fatores que determinam a vitalidade e sobrevivência das línguas minoritárias em um mundo em mudança — ou, para dizer de forma diferente, quais as abordagens que podemos usar para identificar políticas linguísticas que possam ajudar a proteger as línguas regionais e minoritárias para que sobrevivam sem comprometer a mobilidade.

O que nos diz a pesquisa?

As línguas minoritárias territoriais são utilizadas principalmente em certas zonas geográficas dos Estados-Membros da UE. Nessas áreas, uma certa proporção da população local é bilingue e fala a língua dominante do estado, bem como a língua minoritária. A concentração geográfica é um fator conhecido por apoiar a vitalidade a longo prazo de uma língua minoritária: um elevado número de falantes de uma jurisdição facilita a justificação das políticas linguísticas a favor da língua e a composição linguística de um território afeta a dinâmica da transmissão, aprendizagem e utilização das línguas. As famílias com ambos os pais que falam a língua minoritária são mais propensas a transmiti-la aos seus filhos. Ao mesmo tempo, quanto maior a proporção de falantes de línguas minoritárias em uma região, maior o número dessas famílias e maior o incentivo para transmitir essa língua devido à sua relativamente ampla gama de comunicação.

Além disso, um grande número de falantes em uma área garante que as pessoas possam realmente ouvi-lo e usá-lo em suas vidas diárias. Por outras palavras, uma elevada proporção de falantes de uma língua minoritária

num território significa a utilidade e a exposição a essa língua. Mas quão importante é o aumento da mobilidade?

Ilustração e prova

Considere três tipos de línguas minoritárias territoriais: 1) os falados num único Estado-Membro, como o sorábio na Alemanha; 2) as faladas em mais de um Estado-Membro, como o basco em Espanha e em França; e 3) as línguas minoritárias de um Estado-Membro, mas a língua dominante e oficial de um Estado vizinho, como o esloveno na Áustria e em Itália. A mobilidade de entrada pode exercer pressão adicional sobre todos os tipos de línguas minoritárias territoriais de diferentes formas. Se os recém-chegados já tiverem a língua minoritária local como primeira língua, por exemplo, para os húngaros que se instalam no distrito de Székely, na Roménia, a mobilidade pode mesmo reforçar a língua minoritária na zona em questão. No entanto, muitas vezes, os recém-chegados não falam a língua minoritária local e podem nem sequer conhecer a língua maioritária do Estado de acolhimento. Dependendo da força e da presença da língua minoritária no público, na educação e na economia, os recém-chegados poderiam aprender a língua maioritária do estado e não a língua minoritária. Se o número de recém-chegados for elevado, este processo reduz a proporção de falantes de línguas minoritárias e pode enfraquecer a língua ao longo do tempo. Modelos de dinâmica linguística (por exemplo, Templin et al. 2016) podem ajudar a analisar o efeito dos movimentos migratórios na manutenção da língua minoritária de forma rigorosa e lógica.

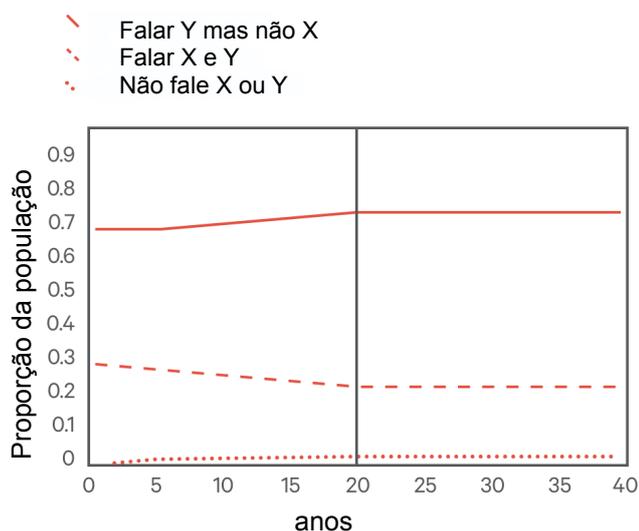
Permitem prolongar as tendências observadas no futuro e simular, pelo menos em certa medida, os efeitos das medidas de política linguística. Uma vez que permitem a inclusão de variáveis adicionais que afetam as questões relevantes, podem também ser aplicadas à consideração de questões conexas, tais como alterações nos custos e benefícios das opções políticas concorrentes.

Um resultado importante de tais simulações é que, dada uma proporção mínima de falantes, a disponibilidade das famílias para transmitir a língua minoritária, bem como o uso da língua minoritária na educação, a língua

¹ De acordo com a *Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias*, entende-se por línguas «tradicionalmente utilizadas num determinado território de um Estado por nacionais desse Estado que formam um grupo numericamente mais pequeno do que o resto da população do Estado».

minoritária pode realmente sobreviver a longo prazo, apesar de um afluxo contínuo de migrantes. As simulações indicam igualmente que o ensino da língua minoritária aos recém-chegados e aos seus filhos é particularmente importante e pode contrariar a ameaça potencial que representam para a língua minoritária.

A dinâmica linguística é simulada (ver figura) para um contexto com uma língua minoritária relativamente grande X, uma língua maioritária Y e um afluxo de falantes de diferentes línguas. Durante o ano de partida, 30 % da população é bilíngue em Y e X, e 70 % é monolíngue em Y. Devido à preferência dos recém-chegados para aprender Y em vez de X, a porcentagem de falantes X diminui.



PROPORÇÃO DE FALANTES DA LÍNGUA MAIORITÁRIA (Y) E DA MINORIA (X)

Suponhamos que, após 20 anos, são introduzidas medidas políticas para fortalecer o ensino de X aos recém-chegados e seus filhos. Como resultado, a diminuição na porcentagem de alto-falantes X pode ser contida.

Implicações políticas

Embora a mobilidade exerça uma pressão adicional sobre as línguas minoritárias, a maioria das medidas de política linguística já estabelecidas para proteger as línguas minoritárias continua a ser crucial. Se a mobilidade de entrada for desejada, é importante criar oportunidades e incentivos para que os recém-chegados aprendam a língua minoritária e eliminar os incentivos, tais como custos de aprendizagem diretos ou indiretos elevados.

Referências e aprofundamento

- Fishman, J.A. (1991). *Inversão da mudança de linguagem: Fundamentos teóricos e empíricos de assistência às linguagens ameaçadas*. Clevedon: Questões multilingues.
- Griin, F. (2016). Desafios das línguas minoritárias. Em V. Ginsburgh e S. Weber (Eds.), *The Palgrave Handbook of Economics and Language* (p. 616-658). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Templin, T., Seidl, A., Wickström, B.A., & Feichtinger, G. (2016). Política linguística otimizada para a preservação de uma língua minoritária. *Matemática Ciências Sociais* 81, 8-21.

18 **Quel princípios ajudam a antecipar o potencial de conflito das diferenças étnicas e linguísticas?**

Edgár Dobos, MTA Társadalomtudományi, Kutatóközpont, Budapeste

Diferenças étnicas, linguísticas ou religiosas podem levar a conflitos quando indivíduos e grupos competem pelo poder, recursos materiais e simbólicos. No entanto, a própria língua (ou qualquer componente da cultura) não causa conflito. Em vez disso, é uma «linha padrão» ao longo da qual os conflitos podem se cristalizar quando as diferenças linguísticas ou culturais resultam em necessidades políticas incompatíveis ou acesso desigual às oportunidades socioeconômicas dentro dos Estados. Esta entrada centra-se nos fatores causais que levam ao desenvolvimento de conflitos nas linhas etnolinguísticas.

O que nos diz a pesquisa?

As regras e práticas que regem a língua na administração, direito, educação, meios de comunicação social, sinalização pública e comunicação com as autoridades e prestadores de serviços públicos afetam os interesses e identidades das pessoas. A linguagem é, portanto, inevitavelmente politizada nas sociedades multilingues.

Os conflitos entre majorias e minorias linguísticas são alimentados pela lógica do Estado-nação territorial e pelas assimetrias de poder aí codificadas. Os Estados-nação modernos, especialmente desde o século XIX, têm favorecido quase sistematicamente majorias étnicas (nações de «proprietários»). A maioria e as opiniões minoritárias muitas vezes entram em conflito com a interpretação das realidades e/ou o modelo desejado de relações Estado-Minoria.

A dinâmica de conflito varia devido a diferenças em estruturas administrativas historicamente formadas, constelações de poder e a posição relacional das minorias e majorias em diferentes níveis. A autopercepção de muitas sociedades europeias e Estados-nação monolingues continua a moldar escolhas políticas, e mesmo o multilinguismo oficial não elimina necessariamente os conflitos entre as comunidades linguísticas.

O macroambiente nem sempre é útil: as normas internacionais em matéria de direitos das minorias são frequentemente contestadas e subordinadas a interesses geopolíticos; sem um regime europeu sólido e comum em matéria de direitos das minorias, os Estados-Membros da UE não são obrigados a apresentar relatórios sobre a não aplicação dos compromissos em matéria de proteção das minorias; e o primado da política partidária nacional supera frequentemente a

influência da condicionalidade da UE.

Ilustração e prova

Os padrões de conflito variam tanto entre Estados como no interior dos mesmos. A pesquisa de campo na região sérvia de Voivodina mostra que alguns lugares têm uma coexistência harmoniosa de comunidades étnicas e linguísticas, e o multilinguismo na prática se traduz em passagens quase imperceptíveis de uma língua para outra (por exemplo, Belo Blato/Nagyzerzsébetlak/Biele Blato). Por outro lado, surgiram conflitos noutras regiões, na sequência do afluxo de um grande número de refugiados sérvios provenientes da Croácia e da Bósnia-Herzegovina após as guerras do início dos anos 90. As manifestações de conflito incluíram um aumento de incidentes por motivos étnicos (graffiti, danos à propriedade retrête, objetos religiosos e comemorativos, bem como ataques verbais e físicos) contra minorias. Ao generalizar esses resultados, e levando em conta as tensões observadas em outros contextos, podemos identificar vários processos conflitantes. Encontram-se resumidas no quadro em anexo.

Implicações políticas

A composição histórica multiétnica e multilingue dos Estados europeus deve refletir-se adequadamente na legislação. A equidade etnocultural e a lealdade ao Estado comum exigem uma combinação de regulamentações e políticas neutras e sensíveis aos grupos, a inclusão da identidade das minorias nacionais em conceitos comuns (por exemplo, a inclusão da sua língua nas instituições públicas) e garantias institucionais para a sua reprodução cultural. As reivindicações minoritárias não-secessionistas devem ser vistas como um elemento legítimo para desafiar as condições de inclusão política em uma democracia multiétnica.

O pluralismo étnico e linguístico deve refletir-se em soluções políticas que explorem diferentes níveis de governo (nacionais, regionais e locais), aperfeiçoar a repartição de competências entre estas autoridades e criar assimetrias a favor das línguas mais necessitadas de proteção. As soluções políticas relacionadas com o multilinguismo devem também refletir uma abordagem complementar («adicional»), em vez de uma abordagem «subtrativa», que permita a aprendizagem da língua oficial do Estado como segunda língua essencial para o emprego e a mobilidade

social, reforçando simultaneamente a língua materna como primeira língua essencial para as necessidades de identidade, psicológica e de segurança.

Referências e aprofundamento:

Csergő, Z. (2007). *Fala da Nação: Língua e conflito na Roménia e na Eslováquia*. Ithaca, NY & Londres: Cornell University Press (em inglês).

Rin, F. (2005). Direitos humanos linguísticos como fonte de orientações políticas: Uma avaliação crítica. *Journal of Sociolinguistics*, 9 (3), 448-460.

Kontra, M., Phillipson, R., Skutnabb-Kangas, T., &

Várady, T. (Eds.). (1999). *Língua: Um direito e um recurso. Aproximação dos Direitos Humanos Linguísticos*. Budapeste: Central European University Press (em inglês).

Varenes, F., (2011). Língua, Conflitos Étnicos e Direito Internacional. *Journal of Ethnic Studies*, 65, 8-35.

Vizi, B., Tóth, N., & Dobos, E. (Eds.) (2017). *Além da Condicionalidade Internacional. Variações locais da representação das minorias na Europa Central e do Sudeste*. Baden-Baden: É o Nomos.

PROCESSO INDUTOR DE CONFLITOS EM CASO DE «LINHAS DE FALHAS» ÉTNICAS E LINGUÍSTICAS

1. Segurança injustificada de questões étnicas e linguísticas: interpretação, pelas elites maioritárias, das exigências culturalmente enquadradas das minorias como ameaças à integridade do Estado; desconfiança de instituições separadas das minorias como locais de nacionalismo contra-Estado; do ponto de vista das minorias, a noção de identidade compartilhada concebida pelo Estado nacionalizador e a imposição de neutralidade etnocultural e regulação neutra para o grupo tornam-se suspeitas como códigos de assimilação. Outros exemplos incluem a Estónia, a França, a Grécia, a Roménia e a Eslováquia.
2. Violação, restrição da utilização ou redução do âmbito dos direitos (linguísticos) adquiridos das minorias: desvalorização não disfarçada do estatuto da língua minoritária na administração, educação, etc. Exemplo: Ucrânia.
3. Mandato étnico: redistribuição dos limites das circunscrições administrativas ou eleitorais de modo a dividir a população minoritária concentrada no território, inverter o estatuto de minoria maioritária e/ou minimizar o poder de voto das comunidades minoritárias e/ou as suas possibilidades de beneficiar dos seus direitos. Por exemplo, na Eslováquia (reorganização administrativa, 1996).
4. Marcadores de identidade contestados entre os povos maioritários e minoritários que coexistem num território partilhado: esforços concorrentes para associar um território a uma língua e impor continuidade territorial artificial na marcação do espaço físico e no funcionamento das instituições públicas (com possivelmente uma importância excessiva da linguagem como marcador da identidade nacional em relação à língua como meio de comunicação). Por exemplo, na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo e na Macedónia.
5. Ativismo unilateral do Estado-Maior e Práticas de Construção de Nação ExtraTerritorial: esforços para reforçar os laços com o Estado-Membro de origem de uma forma que minimize o sentimento de pertença das minorias ao seu país de residência. Por exemplo, na Bulgária, Hungria, Roménia, Sérvia (em relação aos Estados vizinhos).
6. Esforços de construção de nações concorrentes, expondo os chamados coétnicos/conacionais ou minorias «intermediárias» a pressões inconciliáveis de lealdade. Por exemplo, Bunjevci, Çams, Csángós, Goranci, Pomaks, Torbeši, Valaques (Europa do Sudeste).

19 Por que razão não basta aprender apenas uma das línguas oficiais num contexto multilingue?

Peter A. Kraus, Núria Garcia, Melanie Frank, Vicent Climent-Ferrando, Universität Augsburg

É geralmente reconhecido que a aprendizagem da língua oficial ou nacional do país de acolhimento é um elemento central da integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento. O Plano de Ação de 2016 sobre a integração dos nacionais de países terceiros da Comissão Europeia afirma que «a aprendizagem da língua do país de destino é essencial para que os nacionais de países terceiros tenham êxito no seu processo de integração» (Comissão Europeia, 2016: 7). Um número crescente de países europeus aplica requisitos linguísticos aos migrantes que desejam obter o estatuto de residência ou a cidadania.

Curiosamente, o país de destino é implicitamente considerado como um quadro monolíngue, embora alguns Estados-Membros da UE tenham mais de uma língua oficial ou reconheçam diferentes línguas regionais e/ou minoritárias. Por que razão, em alguns casos, os migrantes podem ou devem aprender mais do que uma das línguas faladas nestes contextos multilingues?

Que nos diz pesquisa ?

O âmbito das exigências linguísticas em contextos multilingues levanta, em primeiro lugar, a tensão entre a promoção da mobilidade dos migrantes e a sua integração na sociedade de acolhimento. Dar prioridade à mobilidade e não à inclusão implicaria impor requisitos linguísticos mínimos aos migrantes e esperar que estes aprendessem apenas uma das línguas oficiais do país de acolhimento, se for caso disso. Por outro lado, dar preferência à inclusão significaria impor aos migrantes maiores exigências linguísticas e esperar que os migrantes, num país multilingue, aprendessem duas ou mais línguas oficiais para poderem participar plenamente na vida social, cultural e política.

O número de línguas a aprender pelos migrantes que chegam a um contexto oficialmente multilingue depende também das relações de poder na constelação linguística da sociedade de acolhimento. Muitos Estados ou regiões multilingues caracterizam-se por uma assimetria entre uma língua maioritária e uma língua minoritária. Uma vez que as línguas minoritárias são utilizadas por menos falantes e frequentemente utilizadas apenas em parte do território, a sua utilidade económica e atratividade podem ser menores e levar os migrantes a preferir aprender a língua maioritária. Para pesquisadores do multiculturalismo (como Will Kymlicka, um famoso filósofo político canadiano que

se especializou em direitos e obrigações em sociedades etnicamente diversas), as minorias nacionais precisarão proteger sua identidade cultural e linguística enquanto acolhem migrantes, o que pode ser uma razão legítima para impor requisitos linguísticos na língua minoritária, além dos requisitos linguísticos na língua oficial do estado (Kymlicka, 2011). Nos países multilingues em que a constelação linguística é menos assimétrica e em que a concorrência ou os conflitos linguísticos não constituem uma característica importante da situação social e política, as exigências linguísticas numa das línguas oficiais podem, por outro lado, ser consideradas suficientes para a integração dos migrantes na sociedade de acolhimento.

Ilustrações e provas

Neste sentido, vários governos regionais confrontados com uma constelação linguística assimétrica consideraram necessário aplicar requisitos linguísticos específicos aos migrantes, a fim de proteger o estatuto da língua minoritária no seu território. Na Catalunha, por exemplo, em 2010, as autoridades regionais introduziram testes linguísticos catalães para os migrantes residentes na Catalunha como parte do seu processo de integração.

Em contrapartida, no Luxemburgo, quando a constelação linguística é menos assimétrica, o «contrato de acolhimento e integração» emitido pela agência de acolhimento e integração do Governo luxemburguês prevê que os migrantes podem escolher um curso de línguas «numa ou mais das três línguas administrativas do Luxemburgo, a saber, o luxemburguês, o francês ou o alemão¹». Do mesmo modo, na Suíça, um «bom conhecimento de uma das² línguas nacionais» é considerado suficiente para obter uma autorização de residência permanente.

Implicações políticas

Em conclusão, num contexto multilingue assimétrico, é de esperar que os migrantes aprendam não só a língua

1 www.olai.public.lu/en/accueil-integration/mesures/contrat-accueil

2 Lei federal sobre estrangeiros, de 16 de dezembro de 2005 www.admin.ch/opc/fr/classified-compilation/20020232; esta característica, no entanto, reflete também a distribuição estritamente territorial das línguas oficiais no país.

maioritária, mas também — ou melhor — uma segunda língua oficial ou regional, a fim de permitir que as minorias nacionais protejam a sua identidade linguística e impeçam a transição da língua para a língua dominante. O compromisso entre mobilidade e inclusão e a tensão entre a proteção dos direitos culturais e linguísticos das minorias e a liberdade individual dos migrantes podem ser mediados através de acordos políticos.

As disposições favoráveis podem depender da criação de incentivos para que os migrantes aprendam a(s) língua(s) da sociedade de acolhimento, melhorando o acesso a cursos de línguas na(s) língua(s) do país de acolhimento a um baixo custo, em vez da imposição de sanções. Por último, os requisitos linguísticos devem centrar-se em cursos de formação linguística em vez de definir um determinado nível de competência: embora se possa esperar que os migrantes aprendam uma ou mais línguas da sociedade de acolhimento, não se conclui que todos possam fazê-lo com o mesmo sucesso.

Referências e aprofundamento:

Comissão Europeia (2016). *Plano de ação para a integração dos nacionais de países terceiros*. Com(2016) 377 final.

Griin, F. (1996). Conflito Linguístico étnico e político, *Relações Internacionais*, 88, 381-396.

Kymlicka, W. (2011). Cidadania multicultural dentro dos Estados Multinacionais, *etnias* 11, 281-302.

Woehrling, J. (2008). Requisitos linguísticos para imigrantes, especificamente no que diz respeito às línguas que gozam do estatuto oficial na parte do território. In *Mundialització, binder circulació i Immigració, i ligència d'una llengua com sollicitado* (p. 133-172). Barcelona, Institut d'Estudis Autònoms.

QUADRO OFICIAL MULTILINGUE

Constelação linguística assimétrica		Constelação linguística simétrica	
Requisitos linguísticos nas línguas oficiais minoritárias e maioritárias	Exemplo: os migrantes devem aprender catalão e espanhol na Catalunha.	Requisitos linguísticos numa única língua oficial	Exemplo: os migrantes podem aprender francês ou alemão ou luxemburguês no Luxemburgo.

20 Como combinar os princípios da territorialidade e da personalidade?

Helder De Schutter, Nenad Stojanović, Sergi Morales-Gálvez, Katholieke Universiteit Leuven

Dois modelos principais são frequentemente utilizados para atribuir direitos linguísticos em sociedades linguisticamente diversas: territorialidade e personalidade (De Schutter, 2007). De acordo com o princípio da territorialidade linguística (LTP), as línguas devem ser mantidas territorialmente. Um Estado é dividido em várias zonas territoriais, e dentro de cada zona a língua da maioria é oficial. Foram propostas três versões do LTP¹.

► Na versão estrita e mais popular, apenas uma língua é elegível num determinado território no que diz respeito (entre outros) à administração pública, à vida política, aos processos judiciais e à educação obrigatória financiada pelo Estado. Um bom exemplo é a Flandres (Bélgica).

► Na versão mais fraca, uma unidade territorial pode estender o reconhecimento a mais de uma língua, mas com uma clara prioridade a uma língua em relação às outras (Grin, 2006), como no sistema de ensino do Quebec ao abrigo da sua famosa Lei 101, onde os direitos linguísticos são concedidos aos anglófonos sob a forma de escolas de inglês separadas e financiadas pelo Estado, mas onde os imigrantes e os francófonos devem frequentar escolas públicas francesas, limitando as escolas inglesas apenas ao inglês.

► Na versão dinâmica, o princípio da territorialidade sugere que, embora os critérios de concessão de direitos sejam estáveis, a sua implementação evolui para refletir a evolução dos números demográficos (por exemplo, Finlândia) (Stojanović, 2010).

De acordo com o princípio da personalidade linguística (LPP), os direitos linguísticos podem ser exercidos por pessoas, independentemente do local onde residem no Estado ou sub-Estado. É um modelo de livre escolha.

Um bom exemplo é Bruxelas: os cidadãos podem obter documentos, serviços de saúde ou instituições de ensino em neerlandês ou francês. Outro exemplo é a Hungria, que concede autonomia cultural e linguística a determinadas minorias a nível nacional, independentemente da sua situação territorial na Hungria.

¹ Alguns países, como a Suíça, usam principalmente a versão restrita, mas algumas partes específicas do país usam versões mais fracas ou dinâmicas.

Poderão os princípios da territorialidade e da personalidade ser combinados para melhorar a mobilidade e a inclusão? O princípio da personalidade pode facilitar a mobilidade dentro de um Estado, mas não reforçaria a priori a inclusão. O princípio da territorialidade, em especial a sua versão forte, favoreceria a inclusão a priori, mas prejudicaria a mobilidade.

O que nos diz a pesquisa?

Os dois princípios, no entanto, têm desvantagens. O princípio da territorialidade pode restringir a mobilidade, ao passo que o princípio da personalidade pode comprometer a inclusão. No entanto, é possível identificar possíveis extensões e combinações destes dois princípios que podem ser utilizados para melhorar a compatibilidade entre mobilidade e inclusão (Morales-Gálvez, 2017).

► Reconhecimento igual das línguas aborígenes: em vez de estabelecer uma única língua como «reína» de um território, o que pode levar à dominação dos maiores grupos linguísticos, deve ser dado maior apoio às línguas indígenas mais fracas (mesmo que constituam uma maioria local) através de um princípio da distribuição inversa per capita dos recursos disponíveis para a política linguística. Quanto menos uma língua tiver um número total de falantes, mais recursos deve receber. O objetivo é oferecer serviços comparáveis a todos os grupos linguísticos, independentemente da sua dimensão (De Schutter 2017; Patten 2014; Grin and Vaillancourt 2015 (em inglês)). Este princípio segue a versão fraca do princípio da territorialidade (porque dá mais apoio a uma língua) e introduz um elemento de personalidade.

► Políticas de não segregação por razões linguísticas dentro dos territórios, a fim de reunir as pessoas em vez de as separar: os serviços públicos unificados (saúde, educação) são oferecidos em todas as línguas reconhecidas, em vez de os separarem fisicamente. Este princípio, em grande parte articulado com a personalidade, promove a aprendizagem das línguas do outro ou de outros grupos. Isto promove um sentimento comum de pertença e uma maior solidariedade social e justiça (Miller, 1995). A aplicação desta política nas escolas obrigatórias promoveria o bilinguismo/multilinguismo nas línguas locais.

Ilustração e prova

A Catalunha é um caso bem conhecido de aplicar o mesmo reconhecimento a todas as línguas indígenas, dando prioridade à língua minoritária e sem segregação dos cidadãos com base na língua. Neste caso, o espanhol (castilhão) não é apenas o L1 da maioria dos residentes catalães (55 %), mas também é comumente conhecido por falantes catalães como L1 (31,3 %). No entanto, o conhecimento do catalão melhorou ao longo de um período de 30 anos. A política linguística atual foi iniciada em 1983. Baseava-se no reconhecimento igual de ambas as línguas na administração pública, ao mesmo tempo que dava prioridade territorial catalã para a difundir (por exemplo, o catalão é a principal língua da escolaridade).

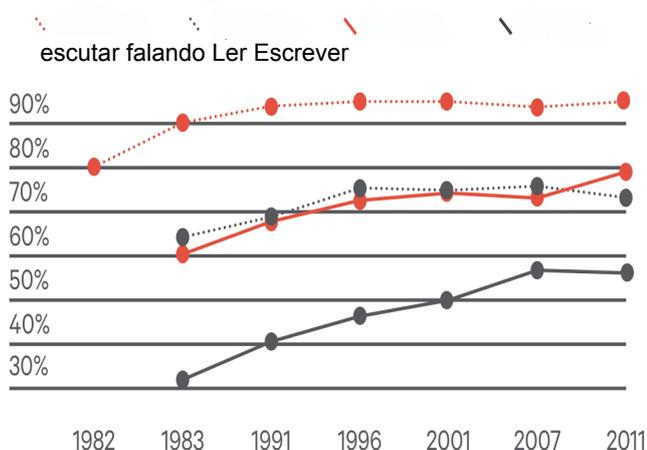
Implicações políticas

Uma implicação normativa global do exposto é que a mobilidade e a inclusão podem ser mais bem combinadas nas sociedades onde todos têm o direito de falar a sua própria língua e o dever de compreender as outras línguas do território. Os princípios recentemente delineados podem ajudar a promover políticas respeitadas que permitam identidades híbridas e estabeleçam um terreno comum para o diálogo democrático e a justiça social. São conducentes à inclusão (porque todos os grupos de línguas indígenas podem sentir-se coerentemente incluídos na comunidade) e à mobilidade (porque todos desenvolveriam, pelo menos, competências recetivas nas línguas pertinentes do território, facilitando as deslocações dentro e entre subunidades do território nacional).

Referências aprofundamento:

- De Schutter, H. (2007). Política Linguística e Filosofia Política. Sobre o debate sobre a Justiça Linguística Emergente. *Language Problems & Language Planning*, 31, 1-23.
- De Schutter, H. (2014). Testes para a injustiça lingüística: Territorialidade e Pluralismo. *Documentos de nacionalidades: The Journal of Nationalism and Ethnicity*, 42, 1034-1052.
- De Schutter, H. (2017). Dois Princípios do Reconhecimento Igual da Língua. *Revisão Crítica da Filosofia Social e Política Internacional*, 20, 75-87.
- Griin, F. (1996). Conflito étnico e política linguística. *Relações internacionais*, 88, 381-396.
- Miller, D. (1995). *Somos a Nacionalidade*. Oxford: Oxford University Press (em inglês).
- Morals-Gálvez, S. (2017). Viver juntos como iguais: Justiça Linguística e Compartilhamento da Esfera Pública em Configurações Multilíngues. *Etnias*, 17, 646-666.
- Stojanović, N. (2010). Uma conceção dinâmica do princípio da territorialidade linguística. A Lei das Línguas do Cantão de Grifilhos. *Política e Sociedades*, 29, 231-259.

CONHECIMENTO DE CATALÃO 1981-2011



21 Como a hegemonia de uma linguagem «externa» afeta a política doméstica?

Astrid von Busekist, Jean-François Grégoire, Sciences Po Paris

O domínio (às vezes até hegemonia) da língua inglesa estende-se a muitos mais países do que aqueles em que é falada como primeira língua por um grande segmento da população. Também pode ocorrer em países que historicamente não têm uma comunidade de língua inglesa. O colonialismo britânico, agora substituído pelas características neocoloniais das operações comerciais contemporâneas, ainda tem efeitos políticos duradouros, que são discutidos aqui com referência ao caso da Índia.

O que nos diz a pesquisa?

A concessão do estatuto de inglês ao mesmo nível que as línguas locais cria dois riscos políticos principais:

(a) Conflitos entre grupos linguísticos em grandes países com alto grau de pluralismo tornam o inglês uma solução conveniente e às vezes supostamente neutra para evitar a dominação linguística. No entanto, pode-se argumentar que isso simplesmente substitui uma forma de dominação (a maioria sobre as minorias) por outra — especialmente em um país onde o inglês é a língua do antigo poder colonial.

... Em 2 de fevereiro de 1835, foi apresentado o minuto de Thomas Babington Macaulay sobre a política da língua indiana. Ela diz que «devemos agora fazer o nosso melhor para formar uma classe que possa servir como intérprete entre nós e os milhões de pessoas que governamos... uma classe de indianos de sangue e cor, mas inglês em gostos, opiniões, moral e intelecto». Este minuto implica que o inglês foi introduzido no sistema educacional indiano, a fim de obter servidores com conhecimento da língua inglesa.» (Sarah Jayasundara 2014).

No entanto, as políticas que não abordam a questão da dominação linguística porque concedem o estatuto oficial a uma língua externa (ou não fazem nada para limitar a sua influência) direta ou indiretamente diminuem o valor socioeconômico e político das línguas locais em benefício dos falantes dessa língua externa. No caso da Índia, isso beneficia os anglófonos de dentro ou de fora que podem «legitimamente» mostrar o que o filósofo belga Philippe Van Parijs

chama de «atitude colonial» (2011:139-141). Portanto, quando há um elevado grau de pluralismo, os legisladores devem ter cautela ao procurar um equilíbrio entre a necessidade de eficiência e a necessidade de preservar a diversidade linguística.

B) Os deputados eleitos dos parlamentos democráticos são normalmente responsáveis por falar em nome dos seus eleitores, e uma forma eficaz de o fazer é falar na(s) língua(s) respetiva(s). A este respeito, a Índia e a UE fizeram bem em conceder o estatuto oficial a um vasto leque de línguas, permitindo assim que os representantes o façam. No entanto, na prática, a predominância do inglês levanta um sério problema de legitimidade política, ou seja, em nome daqueles que falam políticos eleitos.

Ilustração e prova

No caso da Índia, a exibição de atitudes neocoloniais é politicamente legitimada pelo fato de que existem muitas outras línguas (22 no total) que têm status oficial na Constituição indiana. A dinâmica política daí resultante varia de caso para caso, dependendo do número destas «outras» línguas assim marginalizadas e do seu peso demolinguístico; na Índia, o inglês é a língua materna de cerca de 0,2 % da população.

A anglicização das elites, como na Índia, desresponsa as comunidades locais a atores externos, historicamente potências estrangeiras e hoje empresas (multinacionais). Pode-se argumentar que quando os parlamentares falam uma língua externa dominante (talvez o inglês ou um híbrido do inglês e uma língua local, que na Índia muitas vezes significa hindi), eles correm o risco de representar os interesses de uma minoria de anglófonos mais do que aqueles de eleitores cuja língua materna não é o inglês. De um modo mais geral, o aumento da utilização de uma língua externa dominante pode, portanto, criar uma lacuna linguística entre a classe política e os seus constituintes. Resistir ao domínio linguístico, através de políticas que promovam o valor e o uso público das línguas locais, pode contribuir para o sentimento de empoderamento das pessoas.

Implicações políticas

A experiência da Índia sugere que a concessão do estatuto oficial a uma língua externa é problemática e pode minar os valores fundamentais que normalmente sustentam a vida política democrática. Este ponto merece especial atenção quando (i) a linguagem externa dominante ou hegemónica foi introduzida pelas empresas coloniais e (ii) onde existe um elevado grau de pluralismo, como na UE. Daqui resulta que a utilização de uma língua externa dominante nas arenas sociais e políticas em que os cidadãos estão envolvidos não pode ser considerada uma estratégia ótima. Em vez de ser incentivado, o uso da linguagem dominante externa deve ser considerado apenas para funções limitadas a contextos claramente definidos.

Referências e profundidades:

- Jayasundara, S.N. (2014). O Desenvolvimento da Política de Educação Linguística: Uma perspetiva indiana; a View from Tamil Nadu, *International Journal of Scientific and Research Publications*, 4: 11, 1-3.
- Ramachandran, V. (2011). Federalismo indiano em uma fase transitória: Da assimetria ao multiculturalismo. Em Gopa Kumar (Ed.), *Política Externa, Federalismo e Tratados Internacionais* (pp. 68-77). Nova Deli: Publicações do Novo Século.
- Van Parijs, P. (2011). *Justiça Linguística para a Europa e para o Mundo*. Oxford: Oxford University Press (em inglês).

22 Como devem os Estados vizinhos cooperar na gestão da diversidade?

Edgár Dobos, Balázs Vizi, MTA Társadalomtudományi, Kutatóközpont, Budapeste

A visão tradicional dos Estados-nação como sociedades linguisticamente homogêneas nunca foi muito realista e está a tornar-se cada vez menos num momento de mobilidade em que as pessoas atravessam frequentemente as fronteiras nacionais. Uma nova abordagem da gestão da diversidade envolve não só a proteção internacional dos direitos das minorias, mas também a cooperação bilateral entre os Estados.

Coloca-se então a questão de saber como os Estados vizinhos podem cooperar neste domínio e, em particular, de que forma as características da «reciprocidade» podem ser «integradas» na cooperação bilateral, a fim de alargar os direitos linguísticos das comunidades etnolinguísticas minoritárias.

O que nos diz a pesquisa?

A formação de estados homogeneizantes, movimentos fronteiriços, trocas voluntárias ou obrigatórias de população, assimilação de políticas estatais e assimetrias de poder inter e intraestatais criaram um contexto em que as minorias estão muitas vezes em situação de desvantagem. Para além do regime internacional de direitos das minorias, a relação triangular entre «Estados-mãe», «Estados de acolhimento» e minorias nacionais constitui um bom ponto de partida para compreender as relações de vizinhança a este respeito. Em primeiro lugar, o conceito de «estado pai» deve ser aplicado com cautela, evitando uma leitura «essencialista» da linguagem e da identidade. Isto faz sentido, por exemplo, no caso de falantes húngaros que vivem na Transilvânia, falantes alemães e dinamarqueses que vivem no norte e sul de Schleswig. Por outro lado, isso não faz sentido para francófonos, italianos ou alemães que vivem na Suíça, que não se consideram franceses, italianos ou alemães, ou quem não consideram a França, a Itália ou a Alemanha como seus «Estados-pais» (uma língua comum não significa necessariamente uma história comum e a mesma identidade).

Em suma, a noção de parentesco etnolinguístico é politicamente carregada e difícil de manusear, mas volta com frequência e requer tratamento hábil. Em geral, os Estados vizinhos cooperam em questões políticas numa base de reciprocidade. Quando as questões de identidade e os direitos das minorias estão na ordem do dia entre um «Estado-mãe» e um «Estado de acolhimento», a cooperação bilateral e a reciprocidade podem ser particularmente problemáticas.

Nas relações bilaterais, a reciprocidade neste caso pode ser entendida quer como um conjunto de medidas mútuas, mas unilaterais, de apoio às respetivas «minorias parentais», quer como uma reciprocidade jurídica consagrada em acordos bilaterais. Nos termos do direito internacional, o apoio unilateral de um Estado-mãe às suas minorias-pais residentes no estrangeiro só pode ser aceite em casos excecionais (no domínio da cultura, da educação ou dos serviços linguísticos — ver Comissão de Veneza, 2001). Os tratados bilaterais específicos sobre minorias são raros, mas os tratados de boas relações de vizinhança incluem frequentemente disposições em matéria de direitos das minorias — na maioria dos casos em pé de igualdade.

Ilustração e prova

Alguns casos são simétricos (por exemplo, no caso da minoria dinamarquesa no norte da Alemanha e da minoria alemã no sul da Dinamarca), tornando a reciprocidade uma estratégia natural para os governos nacionais em causa, como ilustrado pelo Acordo Conjunto Bona-Copenhaga de 1955. Em meio a guerras de Estado-Nação na ex-Jugoslávia e a crescentes tensões étnicas na Europa Central e Oriental, o Tratado esloveno-Húngaro sobre Minorias, de 1992, deu também um bom exemplo da mesma abordagem mútua.

Mas, como ambos os casos mostram, a reciprocidade só funciona nos casos em que as comunidades de «minorias parentais» que vivem em ambos os lados da fronteira têm uma dimensão demográfica semelhante. Em muitas situações, no entanto, a reciprocidade é mais difícil de implementar devido à assimetria demolinguística. Por exemplo, há uma pequena minoria croata, em grande parte assimilada, que vive em Itália, enquanto uma minoria italiana importante vive na Croácia. Após o colapso da Jugoslávia, a Itália foi capaz de assinar um tratado com a Croácia sobre os direitos das minorias (1996), onde esta assimetria é evidente (a maioria das disposições referem-se aos deveres da Croácia em relação à sua minoria italiana). Num outro contexto semelhante, as disposições dos tratados bilaterais de 1995 relativos às minorias na Eslováquia e na Hungria, respetivamente, são formuladas numa língua plenamente recíproca, embora a minoria húngara na Eslováquia seja cerca de 20 vezes maior do que a minoria eslovaca na Hungria. Tal como em todas as relações entre Estados, o equilíbrio de poder, a abordagem da comunidade internacional em geral e

outros elementos não jurídicos podem ser cruciais para a cooperação bilateral em matéria de direitos das minorias. Tal como demonstrado pela Voivodina (região sérvia limítrofe da Hungria, onde vivem várias comunidades minoritárias), a língua pode ser particularmente importante a este respeito. A maioria das lutas diárias está relacionada ao uso da linguagem em público. De facto, existe uma forte correlação entre o uso público do húngaro e o rácio demográfico dos húngaros — o desejo de escolher a língua minoritária está negativamente correlacionado com a dominação simbólica da maioria linguística. Por outro lado, as relações estreitas com a Hungria, as tendências migratórias e o acesso à cidadania húngara poderiam aumentar o prestígio social da língua minoritária em situações específicas.

Implicações políticas

A cooperação em matéria de vizinhança entre Estados é apenas parcialmente abrangida por acordos internacionais. As medidas unilaterais adotadas pelos Estados-Membros para apoiar as suas « minorias parentais», como o apoio financeiro ou a cidadania extraterritorial, também são relevantes. Os Estados devem ter mais em conta as necessidades e situações específicas das diferentes comunidades minoritárias, rejeitando a reciprocidade automática. Ao mesmo tempo, as políticas unilaterais do Estado-mãe devem ser mais bem coordenadas com os «Estados de

acolhimento», a fim de prestar um apoio significativo às minorias. Neste contexto, a cidadania extraterritorial pode ajudar os membros de minoriasparentais a criar contextos relacionados principalmente com a migração e amobibilidade internacional, nos quais podem manifestar-se (identificar e ser categorizados) como membros de uma nação transfronteiriça.

Referências e aprofundamento:

- ARP, B. (2008). *Normas e Normas Internacionais para a Proteção das Minorias Nacionais*. Haia: É o Brill.
- Brubaker, R. (1996). *Nacionalismo Reframed*. Cambridge: Cambridge University Press (em inglês).
- Halász, I. (2006). Modelos de proteção Kin-Minority na Europa Central e Oriental. Em O. Ieda (Ed.) *Além da soberania: Da Lei do Estatuto à Cidadania Transnacional?* (p. 255-280). Sapporo: Universidade de Hokkaido.
- Comissão de Veneza (2001). *Relatório sobre o tratamento preferencial das minorias nacionais pelos seus Estados-Membros*, adotado pela Comissão de Veneza na sua 48.^a reunião plenária (Veneza, 19-20 de outubro de 2001) CDL-INF(2001)019-e.

23 Por que razão é importante o reconhecimento visível (por exemplo, nos sinais de trânsito, etc.) de uma língua minoritária?

Balázs Vizi, MTA Társadalomtudományi, Kutatóközpont, Budapeste

A representação visual de uma língua faz parte da paisagem linguística. Na maioria dos casos, reflete o poder relativo e o status das diferentes línguas. A paisagem linguística de um território pode ter uma função de informação e uma função simbólica. A presença de uma língua minoritária e a forma como a língua é visível no espaço público são importantes para os falantes de línguas minoritárias: O uso da linguagem em sinalização oficial e retrête influencia a percepção das pessoas sobre o status das diferentes línguas e afeta o comportamento linguístico dos falantes.

O que nos diz a pesquisa?

A pesquisa atual sobre a paisagem linguística está estudando uma grande variedade e modos de uso da linguagem visual. O termo foi desenvolvido pela primeira vez para estudar a vitalidade etnolinguística do francês no Quebec. Posteriormente, Scollon e Scollon estabeleceram o método básico para pesquisa qualitativa e geosemiótica sobre inscrições e sinais. Sua contribuição fundamental para a descrição sociolinguística de uma determinada comunidade, região ou cidade foi avaliar a exibição e interpretação de diferentes línguas minoritárias na paisagem linguística. Atualmente, a tónica na investigação pode ser alargada às plataformas digitais geridas pelas autoridades públicas: também pode fornecer informações valiosas sobre a representação visual das línguas.

Existem duas abordagens importantes e interdependentes. Para os sociolinguistas, fornece informações sobre as possíveis diferenças entre a política das línguas oficiais (como mostram os nomes das ruas, os nomes dos edifícios oficiais e dos gabinetes administrativos, etc. — ou seja, a dimensão «de cima para baixo» da política) e o impacto real da política na utilização das línguas pelos indivíduos, em especial nos sinais linguísticos privados, que podem ou não ser regulados, consoante o caso em questão.

Se não for esse o caso, o uso de diferentes linguagens na sinalização comercial, visível no espaço público, fornece pistas sobre uma dimensão mais «bottom-up», ou seja, o que os próprios moradores atribuem a essas línguas. Do ponto de vista jurídico, a paisagem linguística «oficial» (topomímia oficial, nomes de ruas, nomes de edifícios públicos, etc.) pode fornecer

informações sobre as normas que regem a sinalização oficial e a implementação dessas normas.

Estes dois pontos de vista são úteis para esclarecer a verdadeira inclusão das minorias na sociedade. Em geral (com exceção dos regimes linguísticos territoriais com regiões linguísticas altamente delimitadas, como na Suíça), é provável que a língua nacional maioritária seja utilizada mais frequentemente na esfera pública, mesmo em áreas onde as minorias vivem em grande número, uma vez que, na maioria dos casos, a língua maioritária goza de um estatuto privilegiado e pode mesmo ser a única reconhecida como oficial. O estatuto jurídico de uma língua é crucial neste contexto: prevê-se que as línguas oficiais sejam utilizadas em instituições públicas e refletidas nos sinais públicos (nomes das instituições, gabinetes, etc.). Em algumas regiões, as línguas minoritárias podem estar em pé de igualdade com a língua maioritária (por exemplo, na região do Tirol do Sul, em Itália).

Os Estados dispõem de uma discricionariedade considerável na determinação das regras de utilização da língua pública. As normas internacionais em matéria de direitos humanos reconhecem o direito de utilizar livremente a sua língua na comunicação escrita e oral na esfera privada (artigos 26.º-27.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos). No contexto europeu, os tratados elaborados sob os auspícios do Conselho da Europa, como a Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais (FCNM) e a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias (ECRML), reconhecem o direito de os falantes de línguas minoritárias utilizarem a sua língua em sinais privados acessíveis ao público (artigos 11.º, n.º 2, e 7.º, n.º 1, alínea d), da ECRMM).

Em determinadas circunstâncias, este direito estende-se à utilização da língua minoritária nos sinais oficiais (artigo 11.º, n.º 3, da FCNM e artigo 10.º, n.º 2, alínea g), da ECRML, respetivamente). A aplicação adequada das normas internacionais relativas à utilização de línguas minoritárias é essencial a este respeito, uma vez que a assinatura e a ratificação nem sempre são seguidas da correspondente ação governamental.

Ilustração e prova

Nas regiões onde uma língua minoritária é oficialmente utilizada, a aplicação das leis em vigor terá quase

certamente um impacto no panorama oficial. Uma situação diferente surge em áreas onde vivem falantes de línguas minoritárias, mas onde a sua língua não é oficialmente utilizada — nesses casos, a sua visibilidade dependerá muito mais de fatores sociolinguísticos (ver ilustrações).

Além do reconhecimento jurídico, a hierarquia sócio-histórica das línguas também pode desempenhar um papel: uma língua minoritária que seja uma língua oficial nacional noutro Estado pode estar mais bem representada, em especial nas zonas fronteiriças. Os falantes de línguas minoritárias regionais podem ter dificuldades em procurar o reconhecimento visual da sua língua «única». Além disso, a aplicação dos regulamentos jurídicos pertinentes sobre a utilização das línguas no espaço público pode variar consoante o estatuto socioeconómico dos falantes destas diferentes línguas. Não só o que vemos, mas também o que não vemos pode ser informativo, por exemplo, a língua Roma pode ser menos visível do que outras línguas minoritárias, mesmo em áreas onde todas as línguas minoritárias gozam de igual reconhecimento oficial (ver Bartha-Laihonen-Szabó 2013: 14).

Implicações políticas

A paisagem linguística é influenciada por uma complexa interação de fatores sociais e jurídicos e, na maioria dos casos, é necessária uma ação política específica para assegurar a plena aplicação das disposições jurídicas e facilitar a utilização das línguas minoritárias no espaço público. Esta ação política deve ter em conta o contexto social em que vivem os falantes de línguas minoritárias. É igualmente importante que a ação política seja coerente. Isto significa, por vezes, isolar as medidas políticas das considerações políticas locais e recordar que as restrições orçamentais não são, em geral, argumentos convincentes contra elas (os custos adicionais da passagem da sinalização unilingue para a bilingue são geralmente mínimos). Os novos desenvolvimentos, em especial os serviços públicos digitais, serão tidos em conta pelos decisores políticos como novos domínios em que a representação

equitativa das diferentes línguas pode ser facilmente alcançada sem restrições territoriais. A proteção de uma língua minoritária através da adoção de sinalização pública que a torne visível é promovida pelas normas internacionais e pode também conduzir a uma melhor integração das comunidades minoritárias e majoritárias a nível local.

Referências e aprofundamento

- Bartha, C., Laihonen, P., & Szabó, T. P. (2013). Nyelvi Tájkép kisebbségben es többségben. *Pro minoritate*, 9, 13-28.
- Cenoz, J. & Gorter, D. (2006). Paisagem linguística e línguas minoritárias, *Jornal Internacional do Multilinguismo*, 3, 68-80.
- Landry, R. & Bourhis, R.Y. (1997). Paisagem linguística e vitalidade etnolinguística: um estudo empírico, *Journal of Language and Social Psychology*, 16, 23-49.
- Scollon, R. & Scollon, S. W. (2003) *Discourses in Place: Língua no Mundo Material*. Londres: Reborde
- Shohamy, E. & Durk, G. (Eds.) (2009). *Paisagem linguística: Expandindo o cenário*. Londres: E o Routledge.



À esquerda: painéis multilingues sem tradução adequada em Voivodina, Sérvia: inscrições em cirílico sérvio, eslovaco e húngaro em Belo Blato/Nagyzerzsébetlak/Biele Blato Primary School, mas sem uma tradução do nome da escola e do nome da vila. No centro: sinal totalmente bilingue na estação ferroviária Bolzano/Bozen, na Itália. À direita: Sinais bilingues em Dunajská Streda/Dunaszerdahely na Eslováquia (diferentes tamanhos e cores, refletindo a hierarquia das línguas oficiais).

24 A subsidiariedade permite políticas linguísticas mais abrangentes?

Edgár Dobos, Balázs Vizi, MTA Társadalomtudományi, Kutatóközpont, Budapeste

A subsidiariedade pode ser utilizada como princípio geral para melhorar a coordenação entre os níveis de governo (local, regional, nacional, supranacional [UE]). Pode igualmente orientar a cooperação internível em matéria de política linguística.

As estruturas políticas dos Estados-Membros da UE diferem em termos do seu grau de descentralização em função das suas tradições estatais e regimes linguísticos moldados por desenvolvimentos históricos e disposições institucionais, ou seja, os fundamentos históricos e institucionais da sua governação da diversidade. Em geral, a maioria das estruturas tem três níveis (nacionais; regional/Provincial; local/municipal). O verdadeiro problema é a repartição de competências entre estes níveis e a forma como esta repartição de competências responde aos desafios atuais (incluindo assimetria de poder, inclusão e dinâmica) e contribui para a coesão através da coexistência da inclusão (local) e da mobilidade. A questão é se a experiência de estudos de caso sugere que algum tipo de distribuição funciona melhor do que outros para políticas linguísticas eficazes e, em caso afirmativo, em que condições. Deve ter-se em conta que as questões em análise e, por conseguinte, as respostas, podem diferir consoante o tipo de políticas linguísticas de que estamos a falar (proteger uma «língua regional ou minoritária única», atribuir direitos linguísticos a uma minoria nacional, integrar os migrantes, etc.

O que nos diz a pesquisa?

A questão fundamental da subsidiariedade, para ser integrada num contexto europeu, é a repartição de competências entre os Estados-Membros (que podem depois transferi-las para regiões e municípios) e as instituições da UE no âmbito do projeto global de integração europeia.

Esta questão fundamental assume um significado específico quando aplicada a questões linguísticas.

Uma compreensão dos direitos linguísticos e do multilinguismo com base na subsidiariedade deve basear-se principalmente no organismo mais local capaz de dar sentido e efeito aos direitos linguísticos e conferir autoridade e responsabilidade a organizações de maior dimensão e mais abrangentes para intervirem

na realização dos direitos linguísticos. A subsidiariedade é um princípio um tanto paradoxal, uma vez que vai além do rígido dualismo dos Estados e da comunidade internacional, limitando a intervenção e exigindo-a. Essa dualidade ainda é evidente em uma ambiguidade notável em torno da invocação do princípio e grande parte do desacordo sobre sua correta aplicação e tradução para a prática dos direitos linguísticos.

Ilustrações e provas

As escolhas políticas linguísticas e a governança da diversidade linguística variam caso a caso, dependendo da trajetória histórica, moldada por diferentes combinações de demografia étnica, concentração territorial, estrutura administrativa, práticas locais e aplicação de normas internacionais, limitadas e orientadas por tradições estatais implícitas ou explícitas nas instituições políticas, atribuição de poder e intervenções estatais em diversas sociedades linguísticas. Os estados federalistas e unitários incorporam diferentes ideologias linguísticas e hierarquias linguísticas que refletem diferentes relações de poder e pontos de vista sobre a relação entre nação, Estado e diversidade.

A variação de Estados oficialmente monolingues (por exemplo, França, Grécia, Roménia, Eslováquia) a Estados federais multilingues (por exemplo, Bélgica, Canadá, Suíça) ilustra a diversidade das tradições estatais, bem como as incoerências e divergências entre as políticas linguísticas e as realidades sociolinguísticas.

No que diz respeito ao problema da assimetria do poder, parece que a distinção entre línguas minoritárias e línguas ameaçadas de extinção numa abordagem territorial flexível que favoreça o multilinguismo e a aplicação do multilinguismo «aditivo» parece ser uma solução adequada. A abordagem aditiva é uma abordagem complementar (e um tanto afirmativa) que promove a manutenção da diversidade, ao contrário do multilinguismo «subtrativo» que exclui. Permite a aprendizagem da língua oficial do Estado como segunda língua (essencial para o emprego e a mobilidade social), reforçando simultaneamente a língua materna como primeira língua (essencial para as necessidades de identidade, psicológica e de segurança).

Aplica-se um tratamento assimétrico de casos desiguais, dando aos falantes de minorias e às línguas ameaçadas mais poder e influência do que o seu número. Isso faz parte de uma visão relativa da igualdade, segundo a qual os seres humanos que vivem em diferentes circunstâncias e condições não são semelhantes e exigem, em alguns aspetos, tratamento político, jurídico e social diferente. O multilinguismo aditivo é, portanto, capaz de conciliar as diferenças no estatuto das línguas com a igualdade num mundo em que os direitos da maioria são implícitos e em que os direitos das minorias são considerados «especial» e devem ser justificados. No que diz respeito ao problema da inclusão, uma maior descentralização do territorialismo pode revelar-se uma resposta adequada à situação das minorias. Quanto ao problema da dinâmica, mudanças na composição etnodemográfica e fluxos migratórios constantes podem pôr em causa a legitimidade do regime linguístico.

Participação política

Afastando-nos da interpretação rígida do princípio da territorialidade e introduzindo assimetrias que promovem a variedade e a tolerância, podemos aplicar formas flexíveis de territorialidade que nada têm a ver com a segregação linguística e que, de facto, podem ser conciliadas com a diversidade linguística, explorando os diferentes níveis de governo, aperfeiçoando a repartição de competências entre estas autoridades, criando assimetrias a favor de línguas consideradas mais débeis e necessitadas de proteção, e utilizando a descentralização como uma das melhores garantias da

democracia. As políticas linguísticas baseadas na territorialidade estão também ligadas à noção de inclusão. No País de Gales, por exemplo, a inclusão de recém-chegados (quer falem inglês ou polaco) na sociedade galesa (por exemplo, em regiões como Ceredigion ou Dyfed) beneficiaria em grande medida de uma territorialidade robusta que protege e promove o galês.

Referências e aprofundamento:

- Burckhardt, T. (2016). Redefinição da territorialidade. Elaboração de legislação multilingue e conceituação do regime linguístico suíço. Documento entregue na Conferência Geral do ECPR de 2016 (Praga, 8-10 de setembro).
- Cardeal, L. & Sonntag, S. K. (Eds.) (2015). *Tradições Estatais e Regimes Linguísticos*. Montreal: McGill-Queen's University Press (em inglês).
- Griin, F. (1995). Combinando direitos linguísticos imigrantes e autóctones: Uma abordagem territorial do multilinguismo. Em T. Skutnabb-Kangas & R. Phillipson (Eds.), *Direitos Humanos Linguísticos: Superar a discriminação linguística* (p. 31-48). Berlim: As ovelhas do Gruyter.
- Wouters, J., Van Kerckhoven, S., & Vidal, M. (2014). A Dinâmica do Federalismo: Bélgica e Suíça Comparado. Documento de trabalho n.º 138 (Centro de Estudos de Governança Global de Leuven, abril de 2014)

25 Como podemos permitir que os pensionistas móveis cumpram as suas obrigações e exerçam os seus direitos?

Por Gustafson, Ann Elisabeth Laksfoss Cardozo, Uppsalauniversitet

Um fator fundamental para facilitar a mobilidade e a inclusão é o facto de as pessoas móveis poderem exercer os seus direitos legais e cumprir as suas obrigações legais. Em caso de migração intra-europeia para a reforma, muitos pensionistas móveis não estão suficientemente informados dos seus direitos e deveres devido ao verso da língua. Podem também necessitar de informações específicas sobre os seus direitos e obrigações enquanto migrantes intraeuropeus e cidadãos europeus. O que devem os decisores políticos fazer para lhes fornecer essas informações e que iniciativas linguísticas são necessárias a este respeito?

O que nos diz a pesquisa?

Tanto na literatura científica como no debate público, existem diferentes conceitos de inclusão em relação aos migrantes. Alguns conceitos centram-se na cultura e exigem que os imigrantes sejam assimilados à cultura do país de acolhimento ou que as sociedades de acolhimento adotem políticas multiculturais que reconheçam e apoiem as culturas minoritárias. Outros centram-se na igualdade de direitos e obrigações cívicas para os povos indígenas e imigrantes em termos de hábitos culturais como uma questão de escolha pessoal. Esta abordagem é geralmente referida como integração cívica.

Do ponto de vista da integração cívica, é essencial que os migrantes disponham de informações suficientes sobre os seus direitos e obrigações no seu novo país de origem. No caso da migração internacional de pensionistas, áreas importantes incluem condições legais de residência, impostos e taxas, cuidados de saúde e direitos de segurança social, direitos políticos e questões de habitação local. No entanto, pesquisas mostram que muitas pessoas idosas que se deslocam em busca de uma melhor qualidade de vida carecem de informações importantes sobre leis e regulamentos locais.

Uma das razões é que os migrantes reformados têm frequentemente um conhecimento limitado da língua local. Outra razão é que as autoridades do país de acolhimento tendem frequentemente a considerar a migração internacional dos pensionistas como parte do setor do turismo e a considerar os migrantes como visitantes e não como imigrantes e novos cidadãos. Por conseguinte, a informação jurídica e cívica deste grupo não é uma prioridade.

Ilustração e prova

A investigação do projeto MIME sugere que a integração cívica é a abordagem mais realista para a inclusão no contexto da migração internacional de pensionistas. Abordagens de inclusão mais orientadas para a cultura imporiam exigências irrealistas aos migrantes ou às sociedades de acolhimento e poderiam, de facto, restringir uma forma de mobilidade que proporciona a um grande número de europeus mais velhos uma melhor qualidade de vida.

A pesquisa do MIME destaca várias formas possíveis de promover a integração cívica dos pensionistas móveis. As organizações expatriadas são um canal útil para a divulgação de informações societárias aos migrantes reformados. Grandes destinos de reforma muitas vezes têm infraestrutura bem desenvolvida em clubes étnicos, associações e igrejas onde os residentes reformados se encontram e se encontram com seus compatriotas. Estas organizações fornecem frequentemente informações sobre questões locais nas línguas maternas dos pensionistas. As autoridades locais podem procurar colaborar com estas organizações para divulgar as informações pertinentes. No entanto, as organizações étnicas não chegam a todos os pensionistas estrangeiros. As informações oficiais (impresas ou em linha) traduzidas para a língua materna dos migrantes ou para o inglês são um aditamento útil.

Alguns municípios com um grande número de migrantes reformados abriram escritórios de residentes estrangeiros com pessoal multilingue para ajudar na prática e facilitar os contactos com outros funcionários locais.

Podem ser procuradas soluções mais específicas a nível local. Por exemplo, podem ser fornecidas informações sobre as regras de registo locais — uma questão importante no caso espanhol examinado no estudo MIME — quando os estrangeiros registam a compra de uma casa ou andar ao notário.

O estudo MIME indica que os direitos dos consumidores são particularmente preocupantes para os pensionistas estrangeiros que não conhecem a língua local. Por exemplo, há relatos de vendas irresponsáveis de telefone a estrangeiros com poucas habilidades linguísticas. As linhas telefónicas de apoio, em especial os sistemas interativos de resposta vocal, podem também ser difíceis de utilizar para os idosos devido a problemas linguísticos.

A questão dos direitos e obrigações tem também uma dimensão europeia e, por conseguinte, transnacional. A migração intraeuropeia de pensionistas ocorre no âmbito da livre circulação e da «cidadania europeia». É também afetada por diferentes quadros jurídicos e institucionais nacionais e, por vezes, por acordos bilaterais.

Em especial, a capacidade de navegar dentro e entre diferentes sistemas fiscais e de segurança social tem consequências práticas e económicas significativas para os pensionistas móveis. Esta navegação pode ser difícil e depende, em certa medida, das competências linguísticas dos reformados.

Implicações políticas

As autoridades do país de acolhimento consideramos migrantes reformados como residentes com direitos e obrigações legais, e não como turistas ou visitantes temporários. Enquanto residentes, os pensionistas migrantes têm certamente a responsabilidade de obter as informações de que necessitam sobre os seus direitos e deveres, mas as autoridades do país de acolhimento têm boas razões para facilitar este processo. Entre as iniciativas úteis contam-se a tradução de informações relevantes para as línguas

dos migrantes, os gabinetes de residentes estrangeiros com pessoal multilingue e a cooperação com organizações expatriadas locais. Os organismos nacionais e locais de defesa do consumidor devem prestar especial atenção à situação dos imigrantes reformados. Existe também uma necessidade específica de informação e aconselhamento que tenha em conta a condição transnacional dos migrantes intraeuropeus. Os acordos bilaterais em matéria de impostos e direitos aos cuidados de saúde podem melhorar ainda mais a vida dos pensionistas móveis.

Referências e aprofundamento

- Ackers, L., & Dwyer, P. (2004). Leis fixas, vidas fluidas: O estatuto de cidadania dos migrantes pós-reforma na União Europeia. *Idade e Sociedade*, 24, 451-475.
- Coldron, K., & Ackers, L. (2009). Cidadania europeia, agência individual e desafio para os sistemas de segurança social: Um estudo de caso sobre a migração para a reforma na União Europeia. *Política e Política*, 37, 573-589.
- Gustafson, P. & Laksfoss Cardozo, A. E. (2017). Uso da linguagem e inclusão social na migração internacional de reforma. *Inclusão Social*, 5, 69-77.

ABORDAGENS À INCLUSÃO E SUA INCLUSÃO E APLICABILIDADE À MIGRAÇÃO DE REFORMA

Assimilação	Total assimilação cultural e linguística na sociedade de acolhimento Requisitos irrealistas para os migrantes
Multiculturalismo	Direitos culturais e linguísticos alargados para os grupos de imigrantes Requisitos irrealistas para as sociedades de acolhimento
Integração cívica	Igualdade de direitos e obrigações cívicas para os nativos e imigrantes Abordagem mais realista

Diversidade linguística, mobilidade e integração

- 26 Os Estados podem impor requisitos linguísticos para a entrada ou naturalização de migrantes? 84
- 27 Os cidadãos europeus móveis consideram-se «europeus»? 86
- 28 Que princípios devemos usar para adaptar as políticas linguísticas? 88
- 29 Devem os Estados-Membros fornecer educação sobre a língua materna aos migrantes? 90
- 30 O inglês é suficiente para chegar aos recém-chegados antes de aprenderem a(s) língua(s) local(is)? 92
- 31 Devem os Estados prestar serviços aos migrantes na sua própria língua? 94
- As políticas linguísticas podem melhorar os resultados em matéria de emprego das mulheres imigrantes? 96
- 33 Como pode a política linguística melhorar a «motilidade» dos migrantes? 98
- 34 Como adaptar as políticas linguísticas nacionais ao contexto de cidades específicas? 100
- 35 Por que devemos combinar diferentes estratégias de comunicação? 102
- 36 Como devem os municípios recolher e partilhar dados sobre os perfis linguísticos das suas comunidades de residentes? 104
- 37 A mobilidade leva a uma utilização crescente do inglês em detrimento das línguas locais? 106
- 38 A política europeia pode melhorar a inclusão social nos contextos urbanos locais? 108
- 39 Como as políticas de integração de línguas estrangeiras refletem as preferências e atitudes da maioria? 110
- 40 Devem os concelhos regular o uso da linguagem no espaço público? 112

26 Os Estados podem impor requisitos linguísticos para a entrada ou a naturalização dos migrantes?

Robert Dunbar, Róisín McKelvey, Universidade de Edimburgo

Com o aumento dos movimentos populacionais na Europa, a linguagem tem sido cada vez mais utilizada, simbolicamente e literalmente, para gerir e restringir o acesso à residência e à cidadania, sendo a linguagem utilizada como «guardiã institucionalizada», limitando efetivamente a mobilidade. Na mesma linha, está provado que a proficiência na língua oficial do novo Estado melhora as oportunidades econômicas e sociais e que, portanto, a imposição de requisitos de proficiência linguística pode aumentar a inclusão. O controlo das fronteiras e o acesso à cidadania são considerados aspetos cruciais da soberania, e o direito internacional impôs, de um modo geral, relativamente poucas obrigações aos Estados, embora, no contexto da UE, o direito à livre circulação tenha alterado significativamente a situação, pelo menos para os cidadãos da UE no que diz respeito à entrada e residência noutros Estados-Membros da UE.

O que nos diz a pesquisa?

A introdução de requisitos linguísticos em diferentes fases de circulação no interior de um Estado (entrada no Estado, obtenção de uma autorização de trabalho, obtenção de cidadania) tornou-se cada vez mais comum na Europa, o que sugere que muitos Estados-Membros da UE estão gradualmente a tornar-se mais prescritivos no domínio da imigração. Em 1998, apenas seis Estados europeus impuseram requisitos linguísticos e/ou testes de cidadania; este número aumentou para 18 Estados em 2010 e 23 Estados em 2013. Em 2014, 23 Estados europeus impuseram um requisito de proficiência linguística para obter uma autorização de residência e nove Estados exigiram que os migrantes preenchessem uma condição de proficiência linguística antes de entrarem no seu território (Bauböck e Wallace Goodman, 2012; Wodak and Boukala, 2015).

As exigências linguísticas impostas para regular a entrada ou como condições para a obtenção da cidadania de um Estado europeu são frequentemente apresentadas pelos próprios Estados como uma simples tentativa de ajudar os migrantes através da promoção da integração. Com efeito, existe agora um conjunto considerável de provas que sugerem que a aquisição da língua oficial (ou de uma das línguas oficiais ou veiculares) do Estado é crucial para uma integração bem sucedida, e as provas de muitos países de imigração mostram claramente que o domínio da língua ou línguas nacionais é essencial para o sucesso

económico (Hansen, 2003: 34-35). Os próprios migrantes tendem a ter consciência disso e, em geral, têm o desejo de adquirir um domínio suficiente da língua do Estado para tirar pleno partido das oportunidades oferecidas pela migração e pela integração bem sucedida.

Para os migrantes que são cidadãos de um Estado-Membro da UE, o direito à livre circulação proíbe a imposição de quaisquer requisitos linguísticos para a entrada ou a permanência (embora os Estados possam ainda impô-los se um cidadão de outro Estado-Membro da UE solicitar a cidadania no país de acolhimento). Os cidadãos de países terceiros («nacionais de países terceiros») que se tenham estabelecido como residentes de longa duração num Estado-Membro da UE podem estar sujeitos a requisitos de proficiência linguística se se deslocarem para outro Estado-Membro da UE — artigo 5.º, n.º 2, da Diretiva 2003/109/CE do Conselho relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros, prevê que os Estados-Membros da UE podem exigir que os nacionais de países terceiros cumpram as condições de integração, em conformidade com o direito nacional do Estado-Membro — mas essas condições devem ser proporcionadas, tendo sido sugerido que os testes linguísticos impostos a determinadas categorias de migrantes, como pessoas mais velhas ou com um ensino formal limitado, podem não cumprir o critério da proporcionalidade (Böcker e Strik, 178-9).

Ilustração e evidência

Uma questão importante será saber em que medida os requisitos são «proporcionais»; de um modo geral, este princípio exige que uma medida que interfira com os interesses de um indivíduo o faça tanto quanto possível para alcançar o objetivo político legítimo da medida. Por exemplo, pode haver argumentos menos convincentes para impor exigências linguísticas no momento em que um migrante entra no Estado de um migrante para o Estado do que na fase de cidadania. É também provável que as disposições em matéria de igualdade dos principais tratados em matéria de direitos humanos possam estar envolvidas. Os requisitos linguísticos, por exemplo, têm um impacto diferenciado nas diferentes categorias de migrantes, pelo que certas

categorias têm maior probabilidade de satisfazer (ou falhar) os requisitos? Em geral, os requisitos em matéria de competências linguísticas exigem que o migrante participe na aprendizagem formal de línguas, o que é geralmente mais fácil para os jovens migrantes, os migrantes mais ricos e os migrantes com mais educação formal. Estes requisitos são aplicados de forma equitativa do ponto de vista processual — por exemplo, o teste testa efetivamente as competências linguísticas, ou existem razões não linguísticas para que alguns candidatos possam ter mais dificuldade em satisfazer os requisitos do que outros?

Implicações políticas

Quando os Estados impõem requisitos de proficiência linguística, devem, em geral, ser menos rigorosos na fase de entrada do que na fase em que o migrante procura o estatuto de residente permanente ou de longa duração, ou quando solicita a cidadania. Os requisitos devem ser flexibilizados para determinadas categorias de migrantes, em especial no momento da entrada e, eventualmente, na fase de pedido de residência de longa duração, como as pessoas mais velhas e as pessoas com baixo nível de escolaridade formal. Deve ser disponibilizado apoio, incluindo apoio financeiro, para ajudar os migrantes a aprender uma língua oficial, devendo ser desenvolvidos e disponibilizados cursos

adequados para os migrantes de forma ampla e fácil.

Referências e aprofundamento:

- Bauböck, R. & Wallace Goodman, C. (2012). *Resumo da Política de Cidadania da UEDO 2: Naturalização*. Florença: Instituto Universitário Europeu.
- Böcker, A. & Strik, T. (2011). Testes de Língua e Conhecimento para os Direitos de Residência Permanente: Ajuda ou impedimento para a integração? *European Journal of Migration and Law (Jornal Europeu das Migrações e do Direito)*, 13, 157-184.
- Rainey, B., Wicks, E., & Ovey, C. (2014). *Convenção Europeia dos Direitos do Homem, sexta edição*. Oxford: Oxford University Press (em inglês).
- van der Jeught, S. (2015). *Legislação da UE em matéria de línguas*. Groningen: Europa Law Publishing (em inglês).
- Wodak, R. & Boukala, S. (2015). (Supra)Identidade Nacional e Língua: Repensar as políticas migratórias nacionais e europeias e a integração linguística dos migrantes. *Revisão Anual da Linguística Aplicada*, 35, 253-273.

27 Os cidadãos europeus móveis consideram-se «europeus»?

Rudi Janssens, Universidade Vrije, Brussel

Em tempos de desconfiança política, quando se põe em causa a solidariedade mútua e a divisão entre os diferentes grupos da sociedade, é importante criar um sentimento de pertença entre os cidadãos. No contexto do Estado-nação, isto é feito centrando-se num património cultural comum, numa linguagem comum e num destino comum no quadro da identidade nacional. No contexto europeu, os decisores políticos estão a tentar alcançar um significado semelhante de «European aNity», estimulando, por exemplo, os intercâmbios no domínio da educação e da cultura e preservando a diversidade linguística. Alguns descreverão isto como uma «identidade europeia». Um dos direitos fundamentais de ser cidadão de um dos Estados-Membros é a liberdade de circulação para trabalhar e residir noutro país da UE. Uma questão que se coloca é a de saber se a utilização deste direito reforça também a identificação dos cidadãos para a «Europa». Desenvolve uma identidade local ou estes trabalhadores móveis aderem à identidade do país de origem? E qual o papel que o conhecimento da(s) língua(s) local(ais) desempenha neste processo de identificação?

O que nos diz a pesquisa?

Identidade é um termo genérico que é usado e abusado no discurso político. A pesquisa concorda com a complexidade deste termo, tanto com um componente individual (uma escolha) quanto com um componente coletivo (orientação de grupo). As pessoas não se identificam principalmente com a «Europa», mas podem desempenhar um papel num determinado contexto (para uma panorâmica, ver Comissão Europeia, 2012). Recchi (2012) oferece dois modelos para classificar a pesquisa atual sobre a análise da «identidade europeia».

O modelo cultural adota uma abordagem descendente em que a socialização desde a infância desempenha um papel crucial na internalização dos valores europeus fundamentais. Uma perspetiva menos dominante é proporcionada pelo modelo estruturalista, que utiliza uma abordagem ascendente em que a identidade europeia deriva da interação e da associação com os outros.

Neste último quadro, a investigação centra-se principalmente no efeito da mobilidade dos estudantes Erasmus. Os resultados são inconclusivos. Dependendo

da experiência dos estudantes, a mobilidade pode reforçar ou enfraquecer a identificação com a Europa. No entanto, os contactos sociais regulares com outros europeus têm um impacto modesto na identificação dos estudantes na Europa (Sigalas, 2010). A investigação recente entre jovens (Mazzoni, 2017) confirma o efeito positivo indireto da participação em iniciativas da UE na identificação dos jovens na UE como entidade política e cultural.

Poucos estudos foram realizados sobre a mobilidade de adultos na UE. A investigação realizada em Bruxelas (Janssens, 2008, 2013) mostra que a identificação com a Europa está principalmente ligada à formação e à posição das pessoas no mercado de trabalho: quanto mais baixo for o nível de ensino e a sua posição no mercado de trabalho, menos se identificam com a «Europa». Dada a situação especial em Bruxelas, a maioria dos cidadãos da UE que se identificam com a Europa está profissionalmente ligada às instituições da UE ou às suas organizações de satélites. Para 70 % deles, «ser europeu» significa partilhar os mesmos valores culturais; apenas 8 % reconhecem o multilinguismo como uma característica essencial.

Ilustrações e provas

O quadro acima baseia-se numa análise dos dados dos inquéritos secundários em Bruxelas. A diversidade da população de Bruxelas permite selecionar um grupo de cidadãos da UE e de países terceiros ($n > 800$) que vivem na cidade. Os respondentes foram convidados a avaliar os conceitos com os quais mais puderam identificar. As respostas foram então recodificadas em quatro categorias de identificação: local, referindo-se ao país de origem, Europa e internacional. A identificação com a Europa está positivamente ligada ao nível de educação e à situação económica. A língua não desempenha um papel, embora o faça em termos de identificação local (falar neerlandês, língua minoritária em Bruxelas, parece ser a variável discriminante mais forte) e de identificação com o país de origem (correspondente a um baixo domínio das línguas oficiais locais). No entanto, de um modo geral, o sentimento da Europa está a diminuir.

Implicações políticas

Os resultados obtidos em Bruxelas estão em

consonância com a investigação anterior junto dos jovens: desenvolvem uma espécie de identidade europeia baseada nos benefícios de que beneficiam. No entanto, a identificação com a Europa está limitada aos cidadãos da UE com um elevado perfil educativo e uma rede internacional. Assim, a identidade europeia corre o risco de se tornar um conceito elitista.

O conhecimento da(s) língua(s) oficial(ais) local(ais) faz uma diferença significativa no sentido de pertencer à comunidade local, o que é essencial para aumentar a inclusão social. Não é por acaso que os estudantes e os trabalhadores móveis que são mais propensos a professar uma identidade europeia têm pouco contacto com a população local. Os cidadãos da UE pouco qualificados estão mais familiarizados com a(s) língua(s) local(is) e têm mais contactos locais, mas sentem-se menos «europeus». No âmbito de uma abordagem integrada da mobilidade e da inclusão em toda a Europa, importa, por conseguinte, prestar mais atenção ao (i) investimento em competências em línguas estrangeiras entre os europeus com qualificações relativamente baixas (por exemplo, jovens em formação profissional e não no ensino universitário), reforçando os incentivos à aprendizagem de línguas através de projetos de mobilidade individual; II) investimento em competências linguísticas locais (de acolhimento) por parte de pessoas altamente móveis (por exemplo, «expatriados»), reforçando os incentivos para aprender estas línguas e integrar a inclusão nos seus planos de carreira pessoais.

Identificação dos residentes em Bruxelas de nacionalidade não belga (fonte: Janssens 2013)

Identificação	2007		2013	
	UE	Não UE	UE	Não UE
Local	67,50 %	80,50 %	72,20 %	84,10 %
País	55,60 %	59,80 %	37,70 %	44,60 %
A Europa	60,90 %	23,20 %	53,80 %	6,00 %
Internacional	4,60 %	4,90 %	10,80 %	10,70 %

Referências e aprofundamento:

- Comissão Europeia (2012). O Desenvolvimento da Identidade/Identities Europeias: Negócio inacabado. A Policy Review, Direção-Geral da Investigação & Inovação, Bruxelas.
- Mazzoni, D., Albanesi, C., Ferreira, P.D., Opermann, S., Pavlopoulos, V., & Cicognani, E. (2017). Mobilidade transfronteiriça, identidade europeia e participação dos adolescentes e jovens adultos europeus, *European Journal of Developmental Psychology*. doi.org/10.1080/17405629.2017.1378089
- Sigalas, E. (2010) Mobilidade transfronteiriça e identidade europeia: A eficácia dos contactos intergrupos durante o ano ERASMUS no estrangeiro. *Política da União Europeia*, 11, 241-265.

28 Que princípios devemos utilizar para adaptar as políticas linguísticas?

Peter A. Kraus, Núria Garcia, Melanie Frank, Vicent Climent-Ferrando, Universität Augsburg

O compromisso da UE com o multilinguismo refere-se à importância das competências linguísticas tanto para a mobilidade — salientando a necessidade de uma mão de obra multilingue móvel na Europa — como para a inclusão, com destaque para a integração social, a coesão e o diálogo intercultural (ver Comissão Europeia, 2008).

No que diz respeito às recomendações políticas, a UE avançou a fórmula da língua materna mais duas (modelo 1+2). De acordo com este modelo, cada cidadão deve aprender duas línguas (estrangeiras) além da sua primeira língua. Esse modelo assume implicitamente que os indivíduos têm língua materna e crescem em um ambiente monolíngue. Na Europa, no entanto, um número crescente de indivíduos vive em ambientes altamente multilingues, onde formas historicamente enraizadas de diversidade linguística interagem com as novas línguas introduzidas pelos processos de migração e globalização. Em que medida as recomendações da UE são adaptáveis a esses contextos de diversidade linguística complexa?

O que nos diz a pesquisa?

Nas últimas décadas, várias vagas de migração e a crescente importância do inglês como língua de comunicação nas esferas intercultural e internacional do comércio e da cooperação levaram ao surgimento de novas formas de diversidade linguística. No domínio das ciências sociais, o conceito de «diversidade complexa» destaca as mudanças estruturais nas sociedades urbanas afetadas pela migração e mobilidade (Kraus, 2012). A diversidade complexa implica uma ligação entre o multilinguismo «endógeno» endógeno historicamente enraizado e as camadas mais recentes de uma nova diversidade linguística «exógena».

Esta complexa diversidade linguística é particularmente importante nos países, regiões ou cidades tradicionalmente multilingues da Europa, que estão a tornar-se sociedades de acolhimento para migrantes, refugiados e vários tipos de populações móveis. Nesses contextos, a resolução do compromisso entre mobilidade e inclusão implica também a superação ou a prevenção de diferentes tipos de segregação (económica, espacial, social, política, etc.) que fazem parte de uma lógica linguística. A investigação comparativa realizada no âmbito do projeto MIME mostra que as escolhas individuais de aprendizagem de

línguas podem perturbar o equilíbrio precário entre as línguas historicamente presentes. As especificidades da constelação linguística, incluindo a relação assimétrica entre uma minoria histórica e a língua ou línguas maioritárias e/ou uma língua franca, não são suficientemente tidas em conta nas recomendações existentes da UE, como o Modelo 1+2, que se centra principalmente nos aprendentes individuais de línguas.

Ilustrações e provas

Os casos de Barcelona e Riga mostram como o compromisso entre mobilidade e inclusão é moldado por fatores políticos, culturais e sociais específicos. Em ambas as cidades, observamos uma interação entre línguas indígenas, catalão e letão, que foram revitalizadas após um período de opressão, e línguas impostas por regimes autoritários ou poderes hegemônicos no passado, espanhol e russo. No caso do Luxemburgo, mesmo na ausência de opressão prolongada comparável, o Luxemburgo teve de superar a dominação alemã e francesa. Este multilinguismo historicamente enraizado tornou-se mais complexo nas últimas décadas: o aumento da presença de línguas migrantes e inglesas, como a língua franca, em diferentes áreas, acrescentou uma camada de diversidade linguística exógena.

Consequentemente, os repertórios linguísticos que os cidadãos utilizam no seu quotidiano tornaram-se mais heterogêneos e complexos.

Ao mesmo tempo, o contexto sociolinguístico específico e os padrões de mobilidade em cada cidade colocam diferentes tipos de desafios para a inclusão social, cultural, política e económica na sociedade. Globalmente, Barcelona e Luxemburgo enfrentam um grande fluxo de população, ao passo que, no caso de Riga, a emigração é a dimensão mais importante da mobilidade. Estas e outras características da interação entre o multilinguismo endógeno e o multilinguismo exógeno em cada cidade devem ser tidas em conta na abordagem da tensão entre mobilidade e inclusão.

Implicações políticas

A fim de ter em conta casos de diversidade linguística complexa, as recomendações da UE devem conceber o multilinguismo societal de uma forma mais sensível ao contexto. Em vez de formular soluções únicas, estas

recomendações devem ter em conta as línguas históricas minoritárias, bem como a dinâmica de mobilidade social e geográfica que dá origem a constelações linguísticas específicas que caracterizam um território ou um ambiente urbano. Considerando que o multilinguismo individual está estreitamente ligado à constelação linguística a nível societal, introduzimos o princípio do « multilinguismoautocentrado» a fim¹de reconhecer que as dimensões individuais e sociais têm de ser abordadas em conjunto. Políticas baseadas nesse princípio buscam um equilíbrio entre a promoção das línguas indígenas, cujo domínio continua a ser uma condição essencial para a inclusão social nos níveis local, regional e nacional, o reconhecimento das línguas dos migrantes e a divulgação de uma língua franca.

Lauze, L. & K▼ava, G. (2016). *Valodas situācija Latvijā: 2010-2015*. Rīga: Latviešu valodas apentūra.

Referências e aprofundamento:

Comissão Europeia. (2008). *Multilinguismo: um trunfo para a Europa e um compromisso comum*. Com 2008 (566) Final.

Fehlen, F. & Heinz, A. (2016). *Morre o luxemburguês Mehrsprachigkeit. Ergebnisse einer Volkszahlung. Bielefeld: transcrição Verlag*.

Janssens R. (2013). *Multilinguismo urbano. O caso de Bruxelas*. Bruxelas: Racine Editions (em inglês).

	Barcelona	Luxemburgo	Riga
Diversidade linguística endógena	Catalão e espanhol	Francês, alemão e luxemburguês	Letão, russo...
Diversidade linguística exógena	* Inglês * Árabe, romeno, tamazight...	* Inglês * Português, italiano...	* Anglais

Kraus, P.A. (2008). *Uma União da Diversidade: Língua, Identidade e Polity-Building in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press (em inglês).

Kraus, P.A. (2011). A Cidade Multilingue: Os casos de Helsínquia e Barcelona. *Nordic Journal of Migration Research*, 1, 25-36.

Kraus, P.A. (2012). A política da diversidade complexa: Uma perspetiva europeia. *Etnias*, 12, 3-25.

1 Emprestamos a noção de «multilinguismo autocentrado» de Rafael Castelló Cogollos (Universidade de Valência), mas atribuímos-lhe um significado diferente para além do contexto do ensino superior (ver o conceito de «multilinguismo convergente» em Kraus 2008: 176-179).

29 Os Estados devem proporcionar educação materna aos migrantes?

Robert Dunbar, Róisín McKelvey, Universidade de Edimburgo

A presença de um grande número de migrantes, tanto de outros Estados-Membros como de países fora da UE, é uma realidade na maioria dos Estados-Membros da UE, e estes migrantes têm competências diferentes na(s) língua(s) oficial(is) do Estado de acolhimento. Isto coloca desafios às políticas educativas do Estado de acolhimento a todos os níveis e à educação continuada dos adultos.

Historicamente, a educação apoiada pelo governo visava proporcionar aos alunos um domínio funcional da(s) língua(s) oficial(is) do estado, e a educação da mãe dessa língua tem sido a norma. Nas últimas décadas, o direito internacional começou a abordar as consequências do aumento da diversidade linguística. Em que medida o direito internacional exige que os Estados forneçam educação nas línguas dos migrantes ou através das mesmas?

O que nos diz a pesquisa?

O direito internacional é geralmente respeitador das políticas linguísticas dos Estados. No entanto, vários tratados internacionais contêm princípios relativos à questão da língua de instrução dos migrantes. Aplicam-se diferentes regimes aos filhos de migrantes provenientes de outros Estados-Membros da UE e de países terceiros. Embora ratificada por apenas seis Estados-Membros da UE, a *Convenção Europeia de 1977 relativa ao Estatuto Jurídico dos Trabalhadores Migrantes* prevê que as partes na Convenção organizem, em cooperação, cursos especiais para o ensino dos filhos de trabalhadores migrantes na sua língua materna (artigo 15.º).

Estas disposições foram efetivamente reproduzidas na *Diretiva 77/486/UE e aplicam-se* aos filhos de trabalhadores migrantes de todos os outros Estados-Membros da UE: os Estados-Membros de acolhimento, em cooperação com os Estados-Membros de origem, devem tomar as medidas adequadas para promover o ensino da língua materna e da cultura do país de origem para essas crianças. A *Carta Social Europeia* (revista) de 1996, ratificada por 20 Estados-Membros da UE, exige igualmente que os Estados promovam e facilitem, na medida do possível, o ensino da língua materna do trabalhador migrante aos filhos do trabalhador migrante (artigo 19.º, n.º 12). Quando a língua dos migrantes é também uma língua minoritária no Estado de acolhimento, os seus filhos podem beneficiar de qualquer oferta de ensino na língua minoritária

garantida por tratados como a *Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais* ou a *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias*.

Há menos proteções para os filhos de migrantes provenientes de países terceiros. A *Convenção Internacional de 1990 sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias* estabelece que os Estados devem assegurar o respeito pela identidade cultural dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias, embora nenhum Estado-Membro da UE a tenha ainda ratificado. No entanto, os filhos dos trabalhadores migrantes beneficiam da proteção da *Convenção sobre os Direitos da Criança*, de 1989, que estabelece que a educação terá por objetivo desenvolver o respeito pela identidade cultural, pela língua e pelos valores da criança, bem como pelos valores nacionais do país de origem da criança (artigo 29.º).

Ilustrações e provas

Em muitos Estados-Membros da UE, existem sistemas de ensino de línguas minoritárias bem desenvolvidos para as línguas indígenas do Estado, pelo que existem muitos modelos excelentes.

A oferta de ensino através de línguas não indígenas/não indígenas é muito rara, sendo a Suécia uma exceção importante. Muitos Estados responderam à diversidade linguística de suas escolas criando programas que facilitam a aquisição da língua oficial; no entanto, trata-se geralmente de respostas administrativas ad hoc, que não se baseiam em qualquer quadro legislativo ou mesmo abrangente. A investigação mostra que a *Diretiva 77/486/UE* não é efetivamente aplicada.

As considerações relativas ao direito à igualdade são pertinentes. A falta de instrução em língua materna às crianças cujo domínio da língua oficial é insuficiente, pelo menos a título transitório até à plena utilização da língua oficial, pode constituir uma violação do princípio da igualdade de proteção da lei (garantido pelo Protocolo n.º 12 à CEDH), com o fundamento de que lhes é efetivamente negada uma educação da mesma qualidade que os estudantes fluentes na língua oficial (v. acórdão dos Estados Unidos *Lau c. Nichols*, 414 U.S. 563 (1974), onde este princípio foi aplicado). Como entendemos como a linguagem pode impedir o pleno e igual gozo dos direitos (ver Piller (2016),

UNESCO (2008)), este princípio pode ter um impacto significativo na língua da prestação de serviços. A falta de instrução na língua materna às crianças cuja proficiência na língua oficial é insuficiente pode também constituir uma violação do direito à educação, protegido pelo artigo 2.º do Protocolo n.º 1 da CEDH (v. *acórdão Chipre c. Turquia*, n.º 25781/94, CEDH 2001-IV). Por último, se for fornecida alguma forma de educação em língua materna, as disposições em matéria de não discriminação exigiriam disposições semelhantes para os membros de outras minorias linguísticas.

Implicações políticas

No mínimo, a *Diretiva 77/486/UE* deve ser plenamente aplicada pelos Estados-Membros da UE, devendo ser prevista uma abordagem normalizada: a diretiva visa promover a mobilidade transfronteiriça, assegurando que os filhos dos cidadãos da UE que trabalham noutros Estados-Membros da UE possam integrar-se eficazmente no seu país de origem se regressarem, e a capacidade de o fazer não deve depender exclusivamente da política educativa do Estado de acolhimento. Quando as crianças que frequentam o ensino primário ou secundário, independentemente de serem ou não provenientes de outros Estados-Membros da UE, não possuem um domínio suficiente da língua oficial do Estado, as considerações de igualdade

sugerem fortemente que deve ser ministrada alguma forma de ensino linguístico transitório. A fim de evitar uma aplicação incoerente da disposição, deve, pelo menos, ser considerada uma política global.

Referências e aprofundamento

- Cholewinski, R. (1997). *Trabalhadores migrantes em Direito Internacional dos Direitos Humanos: A sua proteção nos países de emprego*. Oxford: Clarendon Press (em inglês).
- Saques, I. (2016). *Diversidade linguística e justiça social: Uma Introdução à Sociolinguística Aplicada*. Oxford: Oxford University Press (em inglês).
- Rainey, B., Wicks, E., & Ovey, C. (2014). *Convenção Europeia dos Direitos do Homem, sexta edição*. Oxford: Oxford University Press (em inglês).
- UNESCO. (2008). *Melhorar a qualidade da literacia e da aprendizagem baseadas na língua materna: Estudos de caso da Ásia, África e América do Sul*. Bangucoque: UNESCO.
- Relator Especial das Nações Unidas para as Questões das Minorias. (2017). *Direitos linguísticos das minorias linguísticas: Um Guia Prático para a Implementação*. Genebra: Nações Unidas.

30 O inglês é suficiente para chegar aos recém-chegados antes de aprenderem a(s) língua(s) local(s)?

Virginie Mamadouh, Nesrin el Ayadi, Universiteit van Amsterdão

As organizações locais, como os municípios e os prestadores de serviços públicos, têm por missão facilitar a chegada de novos cidadãos da UE, migrantes e refugiados móveis. Embora seja amplamente reconhecido que os imigrantes devem aprender a língua local para promover a integração a médio e longo prazo, são necessárias disposições adicionais para as políticas de acolhimento. Em muitas situações, os concelhos e as organizações locais precisam desenvolver uma nova estratégia para chegar a uma população linguisticamente diversificada que ainda não conhece a língua local. É particularmente importante em situações em que a comunicação ineficaz pode ameaçar a vida das pessoas ou os direitos humanos fundamentais (setor da saúde, justiça, educação). Além disso, são necessárias políticas de acolhimento para os recém-chegados.

O que nos diz a pesquisa?

Para serem eficazes, as organizações devem comunicar com os imigrantes recebidos numa língua que compreendam. As informações sobre os aspetos formais e informais da vida quotidiana (sobre os procedimentos administrativos, o acesso ao mercado de trabalho, a habitação, a saúde e a educação, as instalações e as principais instalações culturais e desportivas) devem, por conseguinte, ser traduzidas para as línguas dos recém-chegados. O inglês é frequentemente usado como uma língua padrão para tais fins. No entanto, a experiência mostra que o inglês não é suficiente para chegar aos imigrantes. Apenas alguns deles falam inglês fluente por várias razões, como nascimento e educação, tendo vivido em um país de língua inglesa ou por causa de sua educação e/ou atividades profissionais. Muitos, no entanto, não têm habilidades de inglês, ou eles têm apenas um domínio limitado do inglês que não seria suficiente para uma comunicação eficaz.

Um estudo dos assistentes sociais em Bruxelas mostra que as competências linguísticas do pessoal e dos migrantes são utilizadas em línguas inglesas e locais (francês e neerlandês), mas apenas para uma comunicação simples. « Intérpretes sociais » (certificados para o trabalho social) são necessários para entrevistas mais complexas (De Rijk 2016.).

Ilustrações e provas

Das «Políticas locais de acolhimento da UE¹» e das cidades de Amsterdão, Bruxelas, Dublin, Hamburgo, Copenhaga e Gotemburgo, sabemos um pouco mais sobre os cidadãos móveis da UE e os problemas de comunicação quando chegam a uma nova cidade. Em Amsterdão (Países Baixos), os búlgaros são considerados um grupo «difícil». Muitas vezes eles não falam inglês (*Welcome Policy 2016 Final report, Amsterdão*, p. 43). Em Gotemburgo (Suécia), «o romeno é a língua mais comum a ser utilizada» por organizações que trabalham com migrantes vulneráveis na UE, antes do inglês e do sueco (*Welcome Policy 2016 Final Report, Gotemburgo*, p. 39).

Implicações políticas

Por conseguinte, os municípios e outras organizações comunitárias locais que desempenham um papel fundamental no acolhimento de novos imigrantes, como centros de emprego, serviços públicos, associações de habitação, bancos, hospitais, escolas, associações desportivas e culturais, não devem limitar os seus esforços apenas ao inglês. Devem adaptar as suas políticas linguísticas às especificidades dos recém-chegados e preparar traduções adaptadas às competências linguísticas dos grandes grupos. Isto exige a sensibilização e o conhecimento da composição linguística do contexto local e, sobretudo, das competências linguísticas dos migrantes.

Para além dos documentos em diferentes línguas (línguas de comunicação como inglês, francês, espanhol, português, árabe e línguas de grande grupo), deve ser disponibilizada uma versão na(s) língua(s) local(is) para garantir que as informações fornecidas sejam igualmente acessíveis aos residentes locais, que, de outro modo, poderiam sentir-se enevoados quanto ao conteúdo dos folhetos e se sentirem excluídos do processo de comunicação e, eventualmente, de disposições e direitos específicos. É relativamente fácil prestar alguma atenção ao layout, a fim de permitir uma leitura comparativa do mesmo documento em versões linguísticas diferentes para aqueles que o leem em duas (para elas) línguas estrangeiras. Isto não só facilita a comunicação de conteúdos entre os migrantes e os

1 www.amsterdam.nl/bestuur-organisatie/organisatie/ruimte-economie/amsterdam-europa/europees-project

funcionários locais (ou instalações na sua rede social), mas também podem ser utilizadas brochuras ou folhetos como material didático em cursos de línguas para a aquisição da(s) língua(s) local(ais).

Em termos de comunicação oral, as organizações locais também precisam de sensibilizar para a sua própria diversidade linguística. Deve incentivar a capacidade de comunicação dos trabalhadores noutras línguas que não as línguas oficiais, de modo a que estes recursos possam ser mobilizados em situações de emergência. Um sistema nacional de intérpretes remotos que pode ser chamado por telefone é um recurso importante, especialmente no setor da saúde. Os municípios e as organizações locais (como os hospitais) devem unir esforços para criar esse sistema se este ainda não existir a nível nacional. Em alguns setores, em especial no setor da saúde, o período de transição durante o qual a interpretação/tradução é considerada necessária para garantir uma comunicação e tratamento eficazes é muito mais longo do que noutros casos, uma vez que é

necessário um nível muito mais elevado de competências linguísticas para que os recém-chegados sejam autónomos neste domínio; eles precisam de mais tempo para atingir este nível.

Referências e aprofundamento

- Boix-Fuster, E. (Ed.) (2015). *Diversidade urbana e políticas linguísticas em comunidades linguísticas de médio porte*. Bristol: Questões multilingues.
- De Ryck, L.-P. (2016). *Taalcommunicatie in het gebruik van brugfuncties in de Brusselse Hulpverlening*. Bruxelas: É UM BRIO.
- King, L. & Carson, L. (Eds.) (2016). *A cidade multilingue. Vitalidade, conflito e mudança*. Bristol: Questões multilingues.
- Welcome Europe Toolkit (2016). *Políticas locais de acolhimento para os cidadãos móveis da UE*. Amsterdã.

31 Os Estados devem prestar serviços aos migrantes na sua própria língua?

Robert Dunbar, RóisínMcKelvey, Universidade de Edimburgo

A migração maciça dentro e para a Europa a partir do estrangeiro levou ao surgimento de um grande número de pessoas que residem legalmente nos Estados-Membros da UE com um domínio limitado da(s) língua(s) oficial(ais) do Estado. Tal como a população em geral, dependem de uma série de serviços, que vão desde os cuidados de saúde e segurança social ao registo de veículos e condutores, e são obrigados a interagir com o Estado para vários fins, incluindo o pagamento de impostos, registo eleitoral (se tiverem o direito de fazê-lo) e assim por diante. Em que medida o Estado é obrigado a prestar serviços de tradução e interpretação a essas pessoas? Os próprios funcionários públicos são obrigados a falar fluentemente as línguas dos migrantes para prestar estes serviços?

O que nos diz a pesquisa?

Desde o início da década de 1990, foi desenvolvida uma série de instrumentos jurídicos internacionais, incluindo a *Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais* e a *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias*, que exigem que o Estado preste determinados serviços públicos através de uma língua menor em determinadas circunstâncias. Estes instrumentos aplicam-se geralmente apenas às minorias de longa data no território do Estado («minorias indígenas») e não aos imigrantes («novas minorias»), embora se a língua do migrante for também uma língua menor protegida por estes instrumentos, o migrante pode beneficiar dessa proteção. No entanto, estudos recentes sugerem que a distinção entre minorias indígenas e novas minorias começa a enfraquecer, nomeadamente na jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (Burch, 2010; Medda-Windischer, 2017).

Os tratados internacionais *em matéria de direitos humanos, como a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos*, sempre estabeleceram que aqueles que não compreendem a língua oficial devem ser prontamente informados, numa língua, de que compreendem o motivo da sua detenção e as acusações que lhes são imputadas e que, em matéria penal, têm direito a um intérprete. Embora nenhum outro direito a serviços linguísticos minoritários seja expressamente reconhecido nestes instrumentos, o princípio da igualdade de proteção da lei (descrito no Protocolo n.º 12 à CEDH) pode exigir a prestação desses serviços em determinadas circunstâncias, especialmente tendo

em conta a melhor compreensão que existe atualmente do impacto negativo que a ausência de tais serviços pode ter sobre as pessoas que não falam a língua oficial (Dunbar, 2006); Saques, 2016). Se, por exemplo, a incapacidade de comunicar eficazmente na língua oficial afetar a capacidade de obter a mesma qualidade dos serviços médicos que os que o podem fazer, o Estado pode ser obrigado a remediar essa situação, eventualmente através da prestação de um intérprete ou mesmo da prestação de um especialista que fale a língua da minoria (quando a interpretação possa impedir a prestação de cuidados adequados).

Ilustrações e provas

Em muitos Estados-Membros da UE, o Estado já responde às necessidades das pessoas incapazes de comunicar eficazmente na língua oficial: os anúncios públicos multilíngues, brochuras de informação, etc. são cada vez mais visíveis nos serviços médicos, nas administrações locais e noutras instituições públicas. Em geral, estas medidas não são orientadas por um quadro legislativo ou por uma política abrangente e vinculativa, mas representam respostas ad hoc às realidades linguísticas. Por conseguinte, existem diferenças consideráveis na prática, mesmo dentro do mesmo Estado. A ausência de um quadro legal ou de uma política vinculativa abrangente cria as condições para a incoerência no fornecimento, com os falantes de determinadas línguas a receber, pelo menos, determinados serviços na sua língua, violando potencialmente tanto o princípio da não discriminação (por exemplo, quando certos grupos linguísticos são negligenciados ou insuficientemente servidos) como a igualdade de proteção da lei.

O princípio da proporcionalidade, um conceito jurídico fundamentalmente importante, é útil para definir um quadro ou uma política adequada. Em primeiro lugar, quanto mais graves forem as consequências da incapacidade de comunicar na língua oficial, maior será a necessidade de o Estado assegurar a igualdade de tratamento, facultando o acesso ao serviço através da língua do utilizador. Nos contextos mais graves, por exemplo, aqueles análogos à privação de liberdade (o que implica o direito a um intérprete, acima referido), a obrigação de prestar o serviço, quer através de um intérprete quer pelo prestador de serviços, pode ser absoluta. Em segundo lugar, noutros casos, o nível de oferta pode ser determinado através da aplicação de uma «escalável», estando disponível uma oferta

maior quando há uma maior concentração ou um maior número de falantes de uma determinada língua que são incapazes de comunicar eficazmente na língua oficial.

Implicações políticas

Os Estados devem ter em conta em que medida os serviços públicos e administrativos na língua minoritária já são prestados noutras línguas que não a língua oficial. Quando um serviço é prestado, a natureza do serviço prestado, o número de falantes de línguas minoritárias e o grau de concentração significativa de falantes devem ser tidos em conta na determinação do nível de serviços a prestar e das línguas em que os serviços serão prestados.

Referências e aprofundamento

Burch, E. S. (2010). Minorias regionais, imigrantes e

migrantes: The Reframing of Minority Language Rights in Europe, *Berkeley Journal of International Law*, 28, 261-312.

Dunbar, R. (2006). Existe o dever de Legislar para as Minorias Linguísticas? *Journal of Law and Society*, 33, 181-198.

Medda-Windischer, R. (2017). Minorias Antigas e Novas: Governança da Diversidade e Coerência Social da Perspetiva dos Direitos das Minorias. *Estudos Europeus e Regionais*, 11, 25-42.

Saques, I. (2016). *Diversidade linguística e justiça social: Uma Introdução à Sociolinguística Aplicada*. Oxford: Oxford University Press (em inglês).

Relator Especial das Nações Unidas para as Questões das Minorias (2017). *Direitos linguísticos das minorias linguísticas: Um Guia Prático para a Implementação*. Genebra: Nações Unidas.

32 As políticas linguísticas podem melhorar os resultados em matéria de empregadas mulheres imigrantes ?

Brian Carey, Andrew Shorten, Universidade de Limerick

O prazer de uma pessoa num trabalho interessante pode ser afetado pelas suas competências linguísticas, bem como pelo uso da língua na sociedade e no local de trabalho. Os dados empíricos sugerem que os imigrantes que não são falantes qualificados da língua maioritária são geralmente desfavorecidos nos mercados de trabalho e que as mulheres imigrantes, em particular, podem enfrentar outras barreiras. Isto levanta a questão de saber se as políticas linguísticas podem ser concebidas para ajudar a eliminar as barreiras linguísticas ao emprego que tendem a afetar desproporcionadamente as mulheres.

O que nos diz a pesquisa?

A investigação de economistas demonstrou que a incapacidade de falar a língua local tem um impacto negativo nos rendimentos dos imigrantes (Chiswick e Miller, 1995); Dustmann & Van Soest, 2002). Alguns estudos sugerem que esse fenómeno também tem uma dimensão de género. Por exemplo, pesquisas na Holanda mostraram que, embora as raparigas imigrantes com poucas competências holandesas ganhem menos do que as raparigas imigrantes com melhores habilidades holandesas, a relação não é a mesma para os homens (Yao e Van Ours, 2015). Tal deve-se, em parte, ao facto de os imigrantes masculinos e femininos enfrentarem frequentemente diferentes tipos de obstáculos ao emprego. Por exemplo, um estudo com imigrantes africanos para o Canadá descobriu que, embora os homens imigrantes tenham frequentemente acesso ao trabalho de colarinho azul, as raparigas imigrantes são mais propensas a ser percebidas como não tendo as habilidades linguísticas necessárias para ocupações comparáveis e tradicionalmente femininas, como no varejo, administração ou cuidados (Creese and Wiebe, 2012).

Talvez as desvantagens sofridas pelas raparigas imigrantes em comparação com os homens simplesmente reflitam padrões mais amplos de desigualdade de género nos mercados de trabalho, uma vez que as raparigas em geral ganham menos do que os homens por várias razões. No entanto, se houver desvantagens linguísticas específicas que as raparigas

imigrantes são particularmente propensas a enfrentar, elas terão de ser compreendidas para que possam ser resolvidas com êxito pelas políticas públicas.

Ilustrações e provas

A principal razão linguística por que as pessoas não conseguem obter um trabalho satisfatório é o facto de não terem as competências linguísticas procuradas pelos empregadores, e esta desvantagem será agravada se não conseguirem melhorar as suas competências linguísticas. Embora essas circunstâncias possam ser vivenciadas por vários grupos sociais diferentes, elas ocorrem mais frequentemente entre as pessoas mais pobres e, especialmente, entre os imigrantes menos ricos que chegam sem o domínio da língua local dominante. Tal deve-se ao facto de, em primeiro lugar, os migrantes menos ricos terem, em geral, menos oportunidades de emprego e porque as oportunidades de aprendizagem de línguas adequadas são inexistentes ou de difícil acesso, especialmente para aqueles que já têm um emprego de sobrevivência. Consequentemente, os imigrantes que não possuem a maioria das competências linguísticas podem ser mais vulneráveis a períodos prolongados de subemprego, em que o emprego é inferior ao seu nível de qualificação.

É importante notar que as raparigas imigrantes podem ser particularmente desfavorecidas na aquisição de competências linguísticas maioritárias. Por um lado, um estudo descobriu que as donas de casa tendem a aprender menos rapidamente do que os homens nas línguas dominantes (Pavlenko e Piller, 2001). Isto sugere que algumas raparigas que estão atualmente fora do mercado de trabalho sofrerão desvantagens especiais se procurarem emprego no futuro. Por outro lado, as mulheres que estão atualmente em empregos insatisfatórios e que podem beneficiar de competências linguísticas adicionais podem ter dificuldade em fazê-lo se também forem forçadas a realizar um « segundo emprego» em casa (Hochschild, 2012).

Implicações políticas

As políticas públicas em empresas móveis devem ter

como objetivo garantir que todos tenham uma oportunidade real de conseguir um emprego satisfatório. Para isso, as políticas linguísticas precisam ser informadas por fatos sobre as desigualdades estruturais existentes, a fim de não exacerbá-las. Por exemplo, se aprender uma nova língua é demasiado dispendioso, então os benefícios da aprendizagem de uma nova língua serão limitados àqueles que a podem pagar. Por este motivo, as políticas linguísticas destinadas a promover a inclusão através da melhoria das oportunidades de emprego para os imigrantes devem também ser informadas por factos sobre as desigualdades de género e, em particular, pelos desafios específicos enfrentados pelas mulheres migrantes, tanto em casa como no mundo do trabalho, na aquisição de competências na língua maioritária.



Referências e aprofundamento

- Chiswick, B. R. & Miller, P. W. (1995). A Endogeneidade entre Linguagem e Resultados: Análise Internacional. *Journal of Labor Economics*, 13, 246-88.
- Creese, G. & Wiebe, B. (2012) «Survival Employment»: Género e desqualificação entre imigrantes africanos no Canadá. *Migração Internacional*, 50, 56-76.
- Dustmann, C. & Van Soest, A. (2002). Língua e rendimentos dos imigrantes. *Revisão de Relações Industriais e Laborais*, 55, 473-492.
- Hochschild, A. (2012). *A segunda mudança: Working Parents and the Revolution at Home* (edição revista, com A. Machung). Londres: Um pinguim.
- Pavlenko, A. & Piller, I. (2001). Novas Direções no Estudo do Multilinguismo, Aprendizagem de Segunda Língua e Género. Em A. Pavlenko, A. Blackledge, I. Piller & M. Teutsch-Dwyer (Eds.) *Multilinguismo, Second Language Learning and Gender* (p. 17-52). Nova Iorque: As ovelhas do Gruyter.
- Yao, Y. & van Bear, J.C. (2015). Competências linguísticas e desempenho do mercado de trabalho dos imigrantes nos Países Baixos. *Economia do Trabalho*, 34, 76-85.

33 Como pode a política linguística melhorar a «motilidade» dos migrantes?

Christopher Houtkamp, Universiteit van Amsterdão

« Motilidade» refere-se à mobilidade *potencial* das pessoas. O grau de motilidade depende da facilidade com que uma pessoa pode se deslocar de um lugar para outro, o que, por sua vez, também depende, entre outras coisas, das habilidades da pessoa (incluindo habilidades linguísticas). A noção de motilidade é acrescentada à análise da migração a partir de uma variedade de perspectivas, que vão desde conhecimentos socioeconómicos (por exemplo, como as competências linguísticas estão relacionadas com o sucesso do mercado de trabalho) (Koopmans 2010) ou socioculturais/psicológicos (por exemplo, como as políticas assimilacionistas estão relacionadas com a saúde mental das minorias culturais) (Horenczyk 1996, Van Oudenhoven et al. 1998, Arends-Tóth & Van De Vijver 2003). A política linguística também pode influenciar a motilidade (Houtkamp 2017). Ao facilitar a mobilidade das pessoas, a fim de tirar partido de melhores oportunidades noutros locais, é de esperar que a mobilidade seja acompanhada de melhores condições socioeconómicas.

O que nos diz a pesquisa?

A pesquisa de motilidade ainda é relativamente nova. O conceito, originalmente desenvolvido em pesquisa biológica, foi introduzido na sociologia urbana por Kaufmann et al. (2004), a fim de projetar um quadro integrado para estudar as diferentes facetas do potencial de mobilidade e do capital que facilitam a mobilidade. No contexto do projeto MIME, a utilização do conceito de motilidade foi alargada a questões sociolinguísticas (Houtkamp 2014), sublinhando a importância da infraestrutura linguística. No caso da migração internacional, esta infraestrutura inclui instalações para o ensino da língua materna e a aquisição da língua de acolhimento. Os pontos de vista dos migrantes sobre o valor das suas competências linguísticas, tanto no seu país de residência como nos potenciais países de acolhimento, são igualmente pertinentes. Além disso, a avaliação da política linguística pelos migrantes no seu atual país de residência também é pertinente.

Ilustrações e provas

A fim de avaliar a interação entre a política linguística e a motilidade, foram realizadas 60 entrevistas com imigrantes turcos e polacos e seus descendentes, entre 2015 e 2017, nos Países Baixos, França e Suécia. Os inquiridos foram questionados sobre a sua atitude em

relação à educação na língua materna (ou seja, o ensino ou a língua do seu país de origem) e sobre as facilidades de aquisição da língua de acolhimento. As entrevistas centraram-se igualmente nas competências dos inquiridos noutras línguas da UE e perguntaram-se quais as línguas que estariam interessadas em estudar, a fim de aumentar a sua mobilidade na UE. Há quatro conclusões principais.

1. *A aquisição de uma língua na sociedade de acolhimento é considerada extremamente importante pelos inquiridos, mas criticam a sua aplicação prática, em especial a sua forte ênfase na gramática.* Nossos entrevistados consideraram que os cursos seriam mais eficazes, concentrando-se mais nas habilidades de comunicação oral.

2. *As perspectivas para a educação em língua materna e o multilinguismo em geral parecem constituir um problema de classe.* Nos Países Baixos, os pais com baixo estatuto socioeconómico manifestam, por vezes, dúvidas quanto à educação bilingue dos seus filhos ou à sua inscrição no ensino bilingue, por recearem que tal possa dificultar as suas possibilidades de aprender a língua de acolhimento e, assim, restringir as suas oportunidades socioeconómicas.

3. *Alguns entrevistados estão preocupados com o fato de que as políticas de educação sobre a língua materna e as políticas multiculturais em geral podem promover a segregação,* e os dados também revelam algum desconforto entre os entrevistados ao examinar os efeitos dos programas e equipamentos de educação em língua materna sobre os processos de integração e inclusão no contexto social e linguístico local.

4. *As competências na língua materna são relativamente frequentemente citadas como facilitadoras da mobilidade na UE, especialmente para as comunidades étnicas dispersas em muitos países;* tanto os polacos como os turcos relatam contactos frequentes entre comunidades étnicas de pares em toda a UE. Consequentemente, a concessão de direitos à educação linguística aos imigrantes aumenta a sua mobilidade, o que se pode esperar, em geral, para melhorar a sua situação socioeconómica.

Implicações políticas

As nossas entrevistas sobre a dimensão linguística da mobilidade potencial, ou «motilidade», sugerem que, como orientação política geral, as autoridades devem desenvolver e apoiar um programa abrangente de

educação linguística para pessoas móveis. Este programa deve abranger o ensino de línguas locais (oficiais), mas também incluir línguas imigrantes (herdeiros). Uma das dimensões desse programa deve ser centrar-se na linguagem enquanto competência portátil que reforça a mobilidade potencial ou a *mobilidade* das pessoas. A mobilidade é importante porque facilita a identificação de melhores oportunidades socioeconómicas e a deslocação para outros locais onde estas oportunidades são acessíveis.

A necessidade de aprender a língua local é geralmente reconhecida como óbvia, a fim de facilitar o acesso ao mercado de trabalho local e promover uma integração harmoniosa na sociedade do país de acolhimento. No entanto, as entrevistas mostram que há necessidade de praticidade entre os utentes. Os cursos de línguas no país de acolhimento (especialmente para adultos) devem prestar especial atenção ao alinhamento entre o conteúdo dos cursos e as necessidades reais dos utilizadores.

O acesso a cursos de língua materna (ou de línguas patrimoniais) é importante não só por razões relacionadas com os direitos das línguas humanas, que, por sua vez, invocam a igualdade de acesso à literacia, mas também porque facilitar os contactos noutros países da UE com outras comunidades de expatriados ou migrantes que partilham a mesma língua também aumenta a mobilidade, com as suas consequências socioeconómicas positivas.

Alguns pais imigrantes receiam que a manutenção da língua patrimonial tenha um efeito adverso no futuro dos seus filhos. No entanto, este receio não é apoiado pela investigação sobre as trajetórias socioeconómicas dos migrantes. A subutilização dos currículos da língua materna pode, de facto, alargar o fosso entre o leque de competências linguísticas dos imigrantes mais pobres e os mais ricos, mesmo que as línguas imigrantes gozem

de amplos direitos. Por conseguinte, as autoridades devem centrar-se, através de campanhas de informação, nos benefícios do bilinguismo.

Referências e aprofundamento

- Arends-Tóth, J., & Van De Vijver, F. (2003). Multiculturalismo e aculturação: vistas dos holandeses e turco-holandeses. *European Journal of Social Psychology*, 33, 249-266.
- Horenczyk, G. (1996). Migrando Eus em Conflito. In G. Breakwell & E. Lyons (Eds.), *Changing European Identities* (p. 241-252). Oxford: Butterworth, Heinemann.
- Houtkamp, C. (2014). Integração da linguagem em teorias sobre o movimento de longa distância: migração v. mobilidade & o conceito de motilidade. *Um raio de multiplicação*, 1, 16-26.
- Houtkamp, C. (em inglês). A relevância da motilidade na pesquisa de mudança de linguagem. *Problemas Lingüísticos e Planejamento Lingüístico*.
- Kaufmann, V., Bergman, M., & Joye, D. (2004). Motilidade: Mobilidade como capital. *International Journal of Urban and Regional Research*, 28, 745-756.
- Koopmans, R. (2010). Comércio entre Igualdade e Diferença: Integração Imigrante, Multiculturalismo e Estado de Bem-Estar em Perspetiva Transnacional. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36, 1-26.
- Consultado em 15 de dezembro de 2012 Van Oudenhoven, J., Prins, K. & Buunk, B. (1998). Atitudes dos membros minoritários e majoritários em relação à adaptação dos imigrantes. *European Journal of Social Psychology*, 28, 995-1013.

34 Como devem as políticas linguísticas nacionais ser adaptadas ao contexto de cidades específicas?

Peter A. Kraus, Núria Garcia, Melanie Frank, Vicent Climent-Ferrando, Universität Augsburg

Na maioria dos países europeus, as autoridades utilizam uma ou, em casos excepcionais, duas línguas oficiais do Estado para comunicar com os cidadãos. Esta prática contrasta claramente com o perfil linguístico das populações urbanas de muitas grandes cidades europeias, que tendem a tornar-se muito mais multilíngues do que as regiões não urbanas. Este rápido crescimento da população de diferentes origens e a correspondente diversidade linguística é sentido não só pela «megacidade», mas também pelas aglomerações urbanas com menos de 500.000 habitantes (Carson & King, 2016: 2). Consequentemente, as cidades cada vez mais multilíngues enfrentam diferentes desafios em matéria de gestão linguística e de políticas linguísticas.

Esta diversidade linguística urbana cria tensões entre dois objetivos: o objetivo de acolher a mobilidade social e geográfica dos residentes e dos recém-chegados, por um lado, e a sua integração na sociedade urbana, por outro. Se o objetivo da elevada mobilidade exigir competências noutras línguas, o objetivo de uma sociedade inclusiva está ligado à aquisição de competências na(s) língua(s) local(ais). Além disso, os serviços públicos locais nem sempre estão adaptados às necessidades dos imigrantes recém-chegados, uma vez que falam frequentemente uma língua diferente da(s) língua(s) oficial(ais). Esta situação pode abrandar e, eventualmente, dificultar a inclusão dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

O que nos diz a pesquisa?

Numa abordagem muito simplificada (utilizada aqui para a brevidade), a gestão linguística pode ser organizada em três áreas de especial relevância para ambientes urbanos multilíngues:

- ▶ políticas que definem a utilização pública e o estatuto das línguas,
- ▶ políticas para facilitar a aprendizagem de línguas, e
- ▶ políticas que regem a prestação de serviços públicos de tradução e interpretação (Skrandies, 2016: 114).

Estes domínios estão diretamente ligados aos objetivos de apoio à inclusão e à mobilidade dos residentes. No entanto, diferem em termos de possível adaptação a um contexto urbano específico.

Ilustrações e provas

No que diz respeito ao primeiro tipo de gestão linguística, a maioria dos Estados transpôs legislação segundo a qual apenas as línguas oficiais e várias línguas regionais nos territórios em que são faladas podem ser utilizadas na comunicação pública e oficial. A maioria dos Estados europeus, nomeadamente a França e a Alemanha, têm uma administração monolíngue *de jure*. Outros Estados, como a Finlândia e a Irlanda, são países bilingues *de jure*. Quando os números o justificam, o bilinguismo é também adotado pelas suas autoridades municipais, que utilizam línguas oficiais ou regionais na comunicação com a população da cidade. De um modo geral, pode afirmar-se que a utilização da língua na comunicação oficial a nível municipal é frequentemente regida pela legislação nacional.

No que diz respeito ao segundo conjunto de medidas relacionadas com a aquisição de línguas, os programas de aprendizagem de línguas podem ser modulados de modo a visar a aquisição de línguas maioritárias e minoritárias presentes numa cidade.

Em alguns Estados, como a Letónia, os municípios recebem recursos orçamentais para organizar cursos de línguas adaptados às necessidades de aprendizagem de línguas à medida que surgem a nível local. No entanto, a integração de determinadas línguas estrangeiras nos currículos escolares é frequentemente regulada pelo Departamento de Educação ao nível do Estado (ou na região de alguns estados federais).

No que diz respeito ao terceiro dos domínios de intervenção acima referidos, nomeadamente a prestação de serviços públicos em várias línguas, as políticas linguísticas nacionais podem ser mais facilmente adaptadas ao contexto de uma cidade específica. A este respeito, as autoridades locais podem assumir a liderança na superação dos obstáculos à comunicação com os seus residentes e no aumento da integração das minorias linguísticas sem afetar o estatuto jurídico das línguas faladas pela população. Isto foi ilustrado por um estudo de caso múltiplo de cidades multilíngues na Europa, Canadá e Austrália, que fornece uma visão geral das diferentes abordagens da gestão linguística em contextos urbanos (King & Carson, 2016).

Estes exemplos mostram que, em quadros legislativos muito diferentes a nível nacional, as autoridades municipais podem responder ao multilinguismo de

facto da população urbana (e beneficiariam geralmente desse multilinguismo).

Implicações políticas

Em resumo, as políticas linguísticas nacionais devem ser complementadas por ações a nível local que correspondam ao contexto urbano específico. O apoio ao multilinguismo através de políticas e práticas a nível local pode também alargar os repertórios linguísticos dos cidadãos maioritários e, por conseguinte, oferecer-lhes mais oportunidades de mobilidade. Em associação com a aprendizagem da língua local pelos recém-chegados, isto promove o desenvolvimento de uma ética multilingue conducente a um sentimento de pertença e, por conseguinte, à inclusão numa comunidade (mais multilingue).

Referências e aprofundamento

Carson, L. & King, L. (2016). Introdução: «O multilinguismo vive aqui». Em L. King & L. Carson

(Eds.), *The Multilingual City (em inglês). Vitalidade, Conflito e Mudança* (p. 1-16). Bristol, Buffalo, Toronto: Questões multilingues.

King, L. & Carson, L. (Eds.). (2016). *A Cidade Multilingue. Vitalidade, Conflito e Mudança*. Bristol, Buffalo, Toronto: Questões multilingues.

Kraus, P.A. (2011). A Cidade Multilingue: The Cases of Helsinki and Barcelona, *Nordic Journal of Migration Research*, 1, 25-36.

Marten, H. F. (2016). *Sprachpolitik (em inglês). Eine Einführung*. Tübingen: Narr Francke Attempto Verlag (em inglês).

Skrandies, P. (2016). Políticas Linguísticas e a Política do Multilinguismo Urbano. Em L. King & L. Carson (Eds.), *The Multilingual City (em inglês). Vitalidade, Conflito e Mudança* (pp. 115-148). Bristol, Buffalo, Toronto: Questões multilingues.

ADAPTAR AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS À DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NUM CONTEXTO URBANO

Nível nacional

Políticas linguísticas que regulam o uso público e o estatuto das línguas

Nível nacional + regulamentação complementar a nível regional

Políticas linguísticas para a aprendizagem de línguas

Nmarfim local

Políticas que facilitam o serviço público na tradução e interpretação

35 Por que devemos combinar diferentes estratégias de comunicação?

László Marác, Universiteit van Amsterdão

A globalização aumenta a frequência dos contactos com a diversidade linguística, tornando as estratégias de comunicação multilingues e transnacionais mais relevantes. Uma dessas estratégias de comunicação transnacionais diz respeito à comunicação da língua franca. A língua franca (LF) é uma língua de acesso utilizada pelos interlocutores para fins de comunicação; tradicionalmente, a língua franca não é a língua materna de nenhum dos interlocutores. Muitos comentadores observam que o inglês está em ascensão como uma língua franca mundial. No entanto, esta situação levanta dois tipos de problemas:

► Se a divulgação diz respeito a uma variante padrão do inglês, podemos enfrentar um caso de imperialismo linguístico (Phillipson, 2006) com efeitos prejudiciais sobre a justiça linguística;

► Se, pelo contrário, consideramos este processo como a divulgação de algo radicalmente diferente do inglês (algo que é frequentemente referido por seus apoiantes como inglês como língua franca (ELF); ver, por exemplo, Hülbauer, 2011), outros tipos de problemas surgem. Na literatura, o inglês como língua franca é, de fato, às vezes usado para se referir ao inglês como falado por falantes não nativos, e que se desvia das características morfológicas e lexicais do inglês padrão. Os defensores de ELF argumentam que essas características não padronizadas devem ser aceitas e que isso democratizaria a comunicação internacional e retiraria o inglês de seu caráter potencialmente imperialista. Este ponto de vista, no entanto, não aborda adequadamente as preocupações sobre os efeitos a longo prazo da sua propagação na diversidade linguística e na justiça linguística (Gazzola e Grin 2013).

Se o inglês for usado, ele deve fazer parte de uma estratégia mais ampla.

Que nos diz a pesquisa?

O uso do inglês como língua global tem efeitos ambivalentes na mobilidade e inclusão (Gazzola e Grin, 2013). É utilizado de forma eficaz apenas pelos escalões superiores da sociedade que receberam uma educação que lhes permite desenvolver competências mais próximas do padrão do falante nativo. Em geral, no entanto, isso não é acessível nos níveis mais baixos da sociedade, como mostra o *Adult Language and Literacy Survey*, que reuniu cerca de 200 mil entrevistados (Gazzola, 2016). Inversamente, a

promoção (talvez sob o selo inglês como a língua franca) de várias variantes não padronizadas ou mesmo idiossincráticas do inglês pode dificultar a inclusão em comunidades globais ou locais. Por conseguinte, a utilização da língua franca (inglês ou não) deve ser combinada com outras estratégias de comunicação multilingues ou transnacionais.

Ilustrações e provas

Essas outras estratégias incluem o seguinte.

1. Utilização de várias línguas de comunicação mais ampla como alternativa ao inglês ou ao «ELF». À medida que as línguas étnicas levantam, mesmo em menor grau, problemas semelhantes aos descritos acima para o inglês, a contribuição das línguas planeadas (por exemplo, Esperanto) (ou mesmo, em alguns contextos, línguas antigas, como o latim) não deve ser negligenciada.

2. Desenvolver habilidades recetivas recíprocas, mas não produtivas na linguagem do interlocutor. Esta estratégia é conhecida como *lingua recetiva* (LaRa). A *intercompreensão* (IC) pode ser vista como uma das formas da *estratégia lingua receptiva* centrada em línguas estreitamente ligadas à sua própria língua materna; opera dentro de famílias linguísticas como as línguas eslavas, germânicas ou românicas.

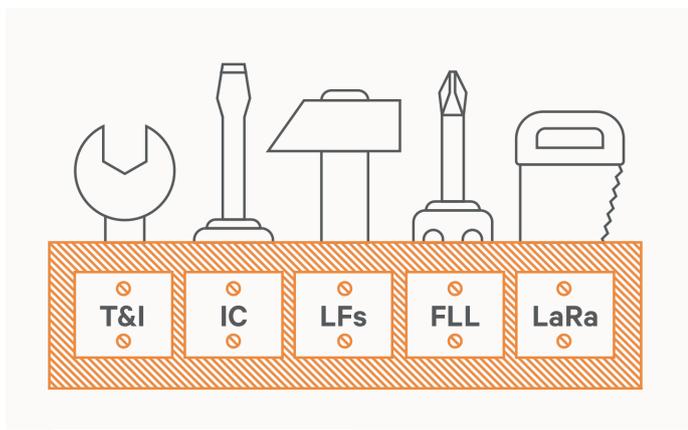
3. Outras estratégias, como a tradução e interpretação (T & I), também fazem parte do conjunto de ferramentas de estratégia de comunicação que podem ser utilizados para promover a mobilidade e a inclusão na comunicação internacional. Todas estas estratégias de comunicação podem ser facilitadas pelas TIC, como a tradução automática.

4. Por último, aqueles que têm de se envolver numa comunicação aprofundada e sustentada com as pessoas que falam outra língua verão geralmente que a aprendizagem dessa língua, embora potencialmente onerosa em tempo e esforço, continua a ser uma estratégia insubstituível, ou seja, a *estratégia de aprendizagem* de línguas estrangeiras.

Implicações políticas

Os desafios da comunicação devem ser abordados no espírito de uma «caixa de ferramentas» para a comunicação multilingue e transnacional (Jørgensen 2011). Embora o inglês seja uma ferramenta

inegavelmente relevante no kit, não é a única. O conjunto de ferramentas pode incluir todas as outras estratégias que acabam de ser listadas, com ênfase na complementaridade mútua entre elas.



Referências e aprofundamento

- Comissão das Comunidades Europeias (2003). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, 2003 — Promover a aprendizagem das línguas e a diversidade linguística: Um Plano de Ação 2004-2006. Com(2003) 449 final.
- Comissão das Comunidades Europeias (2008). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Multilinguismo: um trunfo para a Europa e um compromisso

partilhado. Com(2008) 566 final. Bruxelas: 18.9.2008. Gazzola, M. (2016). Comunicação multilingue para quem? Política linguística e equidade na União Europeia, *Política da União Europeia*, 17, 546-596.

- Comissão Europeia (fevereiro de 2006). Europeus e respetivas línguas, Eurobarómetro Especial 243, <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/518>
- Comissão Europeia (junho de 2012). Europeus e suas Línguas, Eurobarómetro Especial 386, ec.europa. <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/1049>
- Gazzola, M. & Grin, F. (2013). A ELF é mais eficiente e justa do que a tradução? Uma avaliação do regime multilingue da UE? *Revista Internacional de Linguística Aplicada*, 23, 93-107.
- Hülmbauer, C. & Seidlhofer, B. (2013). Inglês as a Lingua Franca in European Multilingualism (em inglês). Em A.-C. Berthoud, F. Grin & G. Lüdi (Eds.), *Explorando a Dinâmica do Multilinguismo* (p. 387-406). Amesterdão: É o John Benjamins.
- Jørgensen, J. N. (Ed.) (2011). Um conjunto de ferramentas para a comunicação transnacional na Europa. Estudos de Copenhague em Bilinguismo, 64. Universidade de Copenhague, Faculdade de Humanidades.
- Phillipson, R. (2006). *Inglês-Only Europe? Política de linguagem desafiadora*. Londres: É o Routledge. //Versão francesa: (2019). A dominação do inglês: um desafio para a Europa. Paris: Livre e Solidaire.

36 Como devem os municípios recolher e partilhar dados sobre os perfis linguísticos das suas comunidades de residentes?

Virginie Mamadouh, Nesrin el Ayadi, Universiteit van Amsterdão

A sensibilização e o conhecimento locais do ambiente linguístico local são essenciais para uma melhor utilização dos recursos linguísticos existentes e para melhores serviços. No entanto, as estatísticas a nível europeu e nacional não são, em geral, relevantes para as situações locais, uma vez que os cidadãos móveis da UE, os nacionais de países terceiros e os refugiados não estão distribuídos uniformemente por todo o país.

O que nos diz a pesquisa?

Os dados disponíveis baseiam-se geralmente em atributos não linguísticos (como a nacionalidade ou o país de nascimento utilizado como substituto, caso em que a língua principal do país de nascimento e/ou cidadania é frequentemente considerada a língua principal de uma pessoa) ou questões de recenseamento na língua materna (quando é realizado um recenseamento). Esse conhecimento é muito parcial e se concentra principalmente na linguagem dos moradores, em detrimento de uma representação mais matizada e complexa dos repertórios de linguagem individuais. Estas estatísticas medem muitas vezes as competências autorreferidas na língua oficial, caso em que estas competências na língua oficial são utilizadas como uma medida aproximada de integração e um argumento para medidas destinadas a desenvolver a utilização da língua oficial. As outras competências linguísticas e a sua importância para a integração social, os percursos educativos e/ou as oportunidades no mercado de trabalho são geralmente negligenciadas.

Por conseguinte, para resolver estes problemas, os municípios devem não só seguir as características linguísticas da população sob a sua jurisdição, mas também prestar especial atenção à recolha de dados sobre outras variáveis linguísticas relevantes, como as competências noutras línguas e os modelos de utilização linguística em vários contextos. As competências linguísticas poderiam ser acompanhadas em relação aos inquéritos de literacia (bem como à proficiência Internet).

Por último, estes inquéritos poderiam centrar-se nas competências metalinguísticas. Isso aumentaria a conscientização sobre a importância dessas habilidades na navegação de uma sociedade linguisticamente diversificada. No entanto, a coleta deste tipo de dados

requer sensibilidade e cautela: devem melhorar o conhecimento coletivo da comunidade sem comprometer a integridade pessoal e a privacidade dos residentes.

Ilustrações e provas

É pouco provável que esta recolha de dados seja uma prioridade importante para as autoridades locais, mas existem exemplos inspiradores. *Multilingual Graz* é um projeto de pesquisa da Universidade de Graz (Áustria) liderado por Dieter Halwachs que desde 2012 tem documentado as línguas faladas pelos habitantes da cidade. Visa melhorar o conhecimento das comunidades locais sobre a diversidade cultural com base na cidadania estatal dos seus habitantes. O site mostra os idiomas observados em Graz (veja a captura de ecrã). Cada célula nesta tabela clicável dá acesso a informações gerais de idioma (nomes, falantes, status e área, forma escrita e tradução de cumprimentos padrão), fragmentos de som (com transcrição e tradução para alemão), bem como biografias linguísticas e perfis de uso de habitantes Graz falando essa língua.

Implicações políticas

Através de uma avaliação mais diferenciada dos repertórios linguísticos locais, as autoridades locais podem adaptar e melhorar as suas políticas de acolhimento e educação, bem como a organização de atividades culturais locais.

As alterações nas principais línguas dos grupos que chegam à cidade podem ser comunicadas mais cedo; a eficácia das políticas educativas poderia ser melhorada tendo em conta os dados sobre as principais línguas faladas em casa pelos alunos e pelos seus pais. Os cursos de línguas para migrantes adultos poderiam ser visados mais especificamente. Através de um melhor conhecimento das línguas dominadas pelos alunos da(s) língua(s) local(ais) e de um melhor conhecimento das competências linguísticas dos recém-chegados, os cursos previstos para a aquisição da(s) língua(s) local(ais) poderiam ser organizados de forma mais eficaz. Por exemplo, alunos com diretórios e habilidades linguísticas semelhantes ou começando com a mesma língua poderiam ser agrupados para se concentrar em problemas específicos (da pronúncia ao vocabulário e pragmático).

Esta recolha de dados também pode ser útil para sensibilizar os residentes locais para o seu ambiente linguísticamente diversificado. O conhecimento do ambiente linguístico também é útil para a organização de atividades culturais locais. As bibliotecas públicas poderiam oferecer livros e materiais audiovisuais nas principais línguas faladas na comunidade local e oferecer aos moradores a oportunidade de manter e expandir seus repertórios linguísticos. Poderão ser organizadas atividades comunitárias para sensibilizar os (outros) residentes para a diversidade linguística local e para facilitar os intercâmbios entre falantes da mesma língua ou entre os que a desejam aprender. Do mesmo modo, a coesão social poderia ser reforçada ligando os voluntários locais com os quais as lições de conversação podem ser trocadas com os migrantes (esta fórmula é conhecida como modelo tandem)). As escolas locais podem abrir as suas portas após a escola para fornecer as infraestruturas necessárias para estas reuniões (após o horário de trabalho para a maioria dos imigrantes e voluntários).

Referências e aprofundamento

As estatísticas linguísticas dizem geralmente respeito à língua materna, à língua ensinada no ensino secundário ou às competências linguísticas autodeclaradas:

Línguas no Ensino Secundário: Uma visão geral dos testes nacionais na Europa — 2014/15 https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/languages-secondary-education-overview-national-tests-europe-%E2%80%93-201415_fr (embora a página esteja em inglês, os relatórios pdf estão disponíveis em várias línguas)

Office for National Statistics 2013 Language in England and Wales (2011) (em inglês). Língua em Inglaterra e Wales:2011. [goo.gl/gm5KJz](http://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/244422/language-in-england-and-wales-2011.pdf)

Eurobarómetro Especial 386 europeus e respetivas línguas <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/1049>

Consulte Tube Tongues para uma visualização baseada nesses dados de censo linguístico em torno das estações de metro de Londres. [goo.gl/Dm6wUf](http://www.tubetongues.com/)

Afrikaans Afrikaans	Akan Akan	Albanian Albanian	Arabic Arabic	Berber Berber	Basque Basque	Bosnian Bosnian
Bulgarian Bulgarian	Berber Berber	Bosnian Bosnian	Burmese Burmese	Catalan Catalan	Dutch Dutch	Deutsch Deutsch
English English	Esperanto Esperanto	Esperanto Esperanto	Esperanto Esperanto	Esperanto Esperanto	Esperanto Esperanto	Esperanto Esperanto
Esperanto Esperanto						
Esperanto Esperanto						
Esperanto Esperanto						
Esperanto Esperanto						
Esperanto Esperanto						
Esperanto Esperanto						
Esperanto Esperanto						

Imagem da página principal do sítio Web multilingue Graz que representa as línguas observadas em Graz (acessada em 19 de julho de 2017).

37 A mobilidade conduz a uma utilização crescente do inglês em detrimento das línguas locais?

Rudi Janssens, Vrije Universiteit Brussel

Um dos princípios fundamentais da União Europeia é a preservação da diversidade linguística e cultural. No entanto, a predominância do inglês como língua mais conhecida, falada por 38 % dos europeus em diferentes níveis de competência, não pode ser negada (Comissão Europeia, 2012). No ensino superior, o uso crescente do inglês como língua de ensino e língua dominante na ciência é visto como um meio de internacionalização, incentivando a mobilidade de estudantes e pesquisadores. Ao mesmo tempo, o inglês é frequentemente usado como língua de negócios em um contexto econômico internacional. A questão é se esta alteração afeta a posição da(s) língua(s) local(ais).

O que nos diz a pesquisa?

O contexto de Bruxelas, em que 23 % da população é titular de um passaporte de outro Estado-Membro da UE e tem mais de 10 % de nacionais de países terceiros, oferece uma experiência natural ideal para estudar o impacto da mobilidade na utilização linguística. A investigação baseada em inquéritos linguísticos (Janssens, 2013) revela uma utilização crescente do inglês no local de trabalho, embora principalmente em combinação com as línguas oficiais de Bruxelas, francês e neerlandês. Isto é consistente com pesquisas anteriores que sugerem que nas empresas locais, as práticas reais são muito multilíngues (ver Berthoud, Grin & Lüdi 2013). O uso da linguagem em outras áreas confirma essa tendência. Enquanto quase 90 % dos residentes em Bruxelas afirmam falar francês fluentemente, a utilização comum da língua está claramente a evoluir para o multilinguismo. O uso flexível de várias línguas com uso frequente de mudança de código é comum e o conhecimento recetivo das línguas está ganhando terreno.

Ilustrações e provas

Bruxelas é oficialmente bilíngue, sendo o francês a língua maioritária e o neerlandês como língua minoritária. As alterações na proficiência em inglês em comparação com as duas línguas oficiais são apresentadas na Tabela 1. Os números baseiam-se em conhecimentos autorreferidos e referem-se a quem fala línguas o suficiente para ter uma conversa nessa língua.

Para todas as categorias acima, o conhecimento do francês como língua franca local diminui ao longo do tempo, assim como o conhecimento médio de holandês e inglês para todo o grupo de não-Belgas. No entanto, a

posição dos franceses como língua franca de Bruxelas não está ameaçada. O facto de o neerlandês manter a sua posição decorre da oferta de cursos de línguas gratuitos. A mobilidade na UE e a imigração de nacionais de países terceiros aumentam a influência do inglês, mas, em geral, apenas um terço da população sente-se à vontade nessa língua. Notavelmente, embora o comando médio do inglês não tenha mudado, é muito mais usado. A proficiência em uma língua não parece ser uma condição suficiente para falar, é o grau de abertura da sociedade ao multilinguismo que parece ser o fator determinante.

O efeito das alterações acima referidas no uso real da língua no local de trabalho e na loja local, limitado ao uso das três línguas de contato e suas combinações, é mostrado na Tabela 2.

As alterações em ambas as áreas são semelhantes; a comunicação monolíngue é cada vez mais substituída por práticas multilíngues e o inglês não substitui as línguas locais.

Implicações políticas

O exemplo de Bruxelas ilustra a complexidade da utilização da língua. Um mercado linguístico «livre», combinado com o aumento da mobilidade, reflete-se em práticas cada vez mais multilíngues no terreno. O discurso que faz da língua inglesa a nova língua franca europeia deve, portanto, ser relativizado. A maioria dos residentes não fala inglês fluentemente, e a mobilidade não anda de mãos dadas com a substituição das línguas locais pelo inglês, mas com o aumento do multilinguismo. Os decisores locais podem influenciar este desenvolvimento. A legislação linguística, a política de educação e a política de integração para os recém-chegados podem apoiar as línguas locais e, ao mesmo tempo, criar uma abertura ao multilinguismo. Isso corrobora o pressuposto de que, em um contexto urbano muito diversificado, a comunicação entre os habitantes e, portanto, a inclusão na comunidade, se baseia não no uso de uma língua franca, mas no multilinguismo. A mobilidade não constitui necessariamente uma ameaça para as línguas locais do país de acolhimento, mesmo para as línguas minoritárias.

Referências e aprofundamento

Colucci, E., Ferencz, I., Gaebel, M. & Wächter, B.

(2014). *Interligar as políticas e as práticas de mobilidade: Observações e recomendações sobre a evolução nacional e institucional na Europa*. Bruxelas: Associação Universitária Europeia.

Comissão Europeia (2012). *Os europeus e as suas línguas*. Eurobarómetro Especial 386, investigação realizada pela TNS Opinion & Social a pedido da Direção-Geral da Educação e Cultura, da Direção-Geral da Tradução e da Direção-Geral da Interpretação, Bruxelas.

<https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/1049>

Janssens R. (2013). *Multilinguismo urbano. O caso de Bruxelas*. Bruxelas: Racine Editions (em inglês).

Nacionalidade:	Belga		UE		Não UE	
	2001	2013	2001	2013	2001	2013
Competências linguísticas em						
Francês	98,80 %	93,20 %	92,10 %	73,90 %	73,90 %	66,40 %
Neerlandês	39,10 %	26,90 %	4,60 %	11,80 %	7,40 %	5,30 %
Inglês	33,20 %	28,70 %	53,90 %	47,10 %	12,10 %	22,10 %
nenhum dos anteriores	0,60 %	4,30 %	0,70 %	15,20 %	23,70 %	28,50 %
% população	72,70 %	66,90 %	14,80 %	22,90 %	12,50 %	10,20 %

Quadro 1. Evolução das competências linguísticas por nacionalidade (Fonte: Janssens 2013 (em inglês)).

língua mais falada	local de trabalho		lojas		TB3	
	2001	2013	2001	2013	2001	2013
Francês	73,30 %	32,20 %	88,40 %	59,90 %		
Neerlandês	4,30 %	1,70 %	2,70 %	1,00 %		
Inglês	4,80 %	1,70 %	0,10 %	0,50 %		
Francês/holandês	10,60 %	16,70 %	6,00 %	15,00 %		
Francês/inglês	2,40 %	17,00 %	0,80 %	4,00 %		
Holandês/inglês	0,30 %	—	0,10 %	—		
Francês/holandês/inglês	3,50 %	30,70 %	0,10 %	19,30 %		
Outras línguas	0,80 %	0,20 %	1,70 %	0,40 %		

Quadro 2. Utilização da língua no trabalho e durante as compras (Fonte: Janssens, 2013).

38 A política europeia pode melhorar a inclusão social nos contextos urbanos locais?

Rudi Janssens, Vrije Universiteit Brussel

A liberdade de circulação e de residência dos cidadãos da UE é um dos direitos fundamentais decorrentes da cidadania da UE. A aplicação deste princípio implica uma política complexa que abranja questões como a segurança social, o acesso aos serviços públicos, a fiscalidade, o emprego, o reconhecimento de diplomas e os direitos dos membros da família. A conversão das diretivas da UE em legislação é um processo complexo e moroso a nível dos Estados-Membros. Abordar o impacto linguístico da mobilidade a nível local é ainda mais complexo, uma vez que os contextos nacionais individuais se baseiam principalmente na homogeneidade linguística do Estado-nação, ao passo que o projeto europeu se baseia num princípio de apoio à diversidade linguística. Que instrumentos oferece a UE aos decisores políticos locais para abordar os aspetos linguísticos da inclusão?

O que nos diz a pesquisa?

A cidadania europeia divide os grupos de recém-chegados em cidadãos da UE e nacionais de países terceiros, cada um com diferentes direitos e obrigações nos diferentes países de acolhimento. Tal resulta em políticas linguísticas diferentes, por vezes conflitantes, do ponto de vista da UE e dos Estados-nação. A política de migração da UE (Comissão Europeia, 2014) centra-se nos cursos de introdução e de línguas, a fim de garantir um forte empenho na sociedade de acolhimento. A fim de apoiar a mobilidade dos cidadãos da UE num contexto de multilinguismo, aprendizagem de línguas, mobilidade de professores e estudantes, bem como iniciativas de tradução, são apoiadas (Franke & Mennella, 2017).

Esta diferença reflete-se nas políticas locais. Um estudo comparativo entre diferentes cidades europeias confirma a abordagem diferente a nível local (Ernst & Young, 2014).

Os quadros políticos globais estão orientados principalmente para a migração para fora da UE enquanto fenómeno a longo prazo, enquanto políticas selecionadas visam especificamente favorecer os cidadãos móveis da UE e que diz respeito às diferentes formas de mobilidade a curto prazo, principalmente relacionadas com o emprego e a educação. No entanto, existe uma tendência clara em todas as cidades para confiarem serviços e instituições

que lidam com todos os estrangeiros ou cidadãos, em vez de prestarem serviços separados aos cidadãos móveis da UE. Os cidadãos móveis da UE não são frequentemente vistos como um grupo-alvo, embora o conhecimento da língua seja reconhecido como um dos principais obstáculos à inclusão nas sociedades de acolhimento. Nos casos em que a UE salienta uma política de apoio à organização de cursos de línguas para nacionais de países terceiros, o direito da UE restringe a possibilidade de impor requisitos linguísticos aos prestadores de serviços noutros Estados-Membros, como advogados, médicos e enfermeiros. A aplicação de um teste linguístico a residentes de outros países da UE está mesmo excluída (ver van der Jeght, 2015).

Embora os cursos de línguas obrigatórios para cidadãos europeus adultos não sejam legais, tal é diferente para as crianças em idade escolar que frequentam a escola nas mesmas condições que os nacionais. Os filhos de nacionalidade europeia que se deslocam para outro país da UE têm o direito, nos termos da legislação da UE, de receber cursos de línguas gratuitos no novo país de origem, a fim de os ajudar a adaptarem-se ao sistema escolar (Diretiva 77/486/CEE). Embora haja muita investigação sobre o desempenho dos estudantes da UE no ensino superior noutros Estados-Membros, é menor a investigação sobre o impacto da migração intra-UE de crianças no ensino primário e secundário.

Além de dominar a língua de ensino, Heath et al. (2008) concluem que os recursos socioeconómicos e o nível de educação dos pais são fatores cruciais para o sucesso académico, embora não existam diferenças entre a nacionalidade do aluno, independentemente de as crianças terem ou não a nacionalidade de um país da UE.

Ilustração e prova

O quadro seguinte mostra o exemplo particular de Bruxelas e o desenvolvimento das competências linguísticas dos residentes não belgas que não falaram uma das línguas oficiais como língua de acolhimento. Nenhum dos migrantes era obrigado a frequentar cursos de línguas obrigatórios. Uma política linguística «gratuita» ou sem restrições não conduz a um grau mais elevado de inclusão social em termos de domínio da(s)

língua(s) local(ais). Uma vez que a maioria dos não cidadãos da UE se concentra nas cidades, tal pode ser problemático.

Implicações políticas

Não obstante o princípio da subsidiariedade, seria muito útil conceber uma abordagem transeuropeia geral centrada na aprendizagem de línguas entre adultos móveis. À luz da inclusão social, a distinção entre cidadãos da UE e nacionais de países terceiros é contraproducente e ambas devem fazer parte de uma política local integrada. O mesmo se aplica à aprendizagem de línguas no ensino obrigatório. Iniciativas como o «Manual de Integração para os decisores políticos e os profissionais» (2010), uma exploração de práticas úteis destinadas à inclusão social dos migrantes, devem também ser alargadas aos nacionais da UE e devem ser desenvolvidos novos elementos para a inclusão.

Referências e aprofundamento

- Ernst & Young (2014). Avaliação do impacto da livre circulação dos cidadãos da UE a nível local — Relatório final. Ernst & Young, janeiro de 2014.
- Comissão Europeia (2014). Módulos europeus para a integração dos migrantes. Relatório final, fevereiro de 2014.
- Franke M. & Mennella M. (2017). *Política linguística*. Ficha informativa publicada pelo Parlamento Europeu. muse.jhu.edu/article/677228/pdf
- Consultado em 13 de dezembro de 2008 Heath, A. F., Røthón, C. & Kilpi, E. (2008). A segunda geração na Europa Ocidental: educação, desemprego e conclusão profissional. *Revisão Anual da Sociologia*, 34, 211-235.
- van der Jeught, S. (2015). *Legislação da UE em matéria de línguas*. Groningen: Europa Law Publishing (em inglês).

Línguas	Inquérito 2001		Inquérito 2007		Inquérito 2013	
	UE	Não UE	UE	Não UE	UE	Não UE
Francês	78,80 %	65,20 %	77,50 %	66,20 %	55,80 %	54,30 %
Neerlandês	0,70 %	0,90 %	0,60 %	—	3,90 %	—
Bilingue	7,30 %	5,00 %	6,20 %	2,70 %	5,40 %	4,60 %
Nenhuma	13,20 %	29,00 %	15,70 %	31,10 %	34,90 %	41,10 %

Conhecimentos autodeclarados («bom» ou «excelente») sobre a competência linguística oral dos falantes não franceses e neerlandeses de nacionalidade não belga em Bruxelas (Fonte: Janssens, 2013).

39 Como as políticas de integração de línguas estrangeiras refletem as preferências e atitudes da maioria?

François Grin, Universidade de Genebra

As políticas linguísticas dos Estados-nação europeus têm geralmente de lidar com quatro tipos de línguas, o que conduz a uma hierarquia de reconhecimento e de direitos entre línguas. Por exemplo, embora o conceito de «minorias» não tenha sido objeto de uma definição autorizada no direito internacional, os Estados distinguem geralmente entre as minorias tradicionais (indígenas/de longa data) e as resultantes da migração mais recente. Esta distinção também se manifesta na restrição, em alguns documentos da ONU, da noção de «minorias» aos cidadãos de um Estado. Será que essa hierarquia, que expressa relações de poder, reflete a opinião maioritária? Existe um consenso social sobre a necessidade de incentivar a aprendizagem da língua local por residentes estrangeiros?

O que nos diz a pesquisa?

Em primeiro lugar, todos os Estados adotam, formal ou informalmente, pelo menos uma língua oficial ou estatal. Embora a escolha seja geralmente motivada por um determinado sentido de legitimidade em comparação com outras línguas, ela também decorre das necessidades práticas da administração e do governo. Em segundo lugar, muitos Estados reconhecem a língua falada pelas minorias tradicionais no seu território; isso se materializa em uma grande variedade de dietas diferentes¹; este reconhecimento (por vezes sincero, por vezes relutante) é geralmente considerado legítimo devido à presença histórica de longa data destas minorias. Em terceiro lugar, devido à liberdade de circulação de que gozam os cidadãos dos Estados-Membros da UE, os Estados começaram a assumir novas responsabilidades para com as línguas de outros Estados-Membros da UE, em especial no que diz respeito à educação dos filhos de migrantes internos da UE; no entanto, os cidadãos da UE estão geralmente isentos de todos os requisitos gerais de aprendizagem de línguas (embora o direito de exercer determinadas profissões esteja formalmente sujeito a um certo nível de proficiência na língua oficial).

Em quarto lugar, os Estados europeus são confrontados com as línguas dos nacionais de países terceiros; As obrigações dos Estados relativamente a estas línguas são limitadas e, quando assumem obrigações em

domínios como os cuidados de saúde, os procedimentos de asilo e os procedimentos judiciais, são geralmente informadas por considerações em matéria de direitos humanos; as disposições em matéria de educação são mais fracas e decorrem principalmente de convenções internacionais. São vinculativas, mas apenas para os Estados que as ratificaram². Ao mesmo tempo, vários Estados introduziram testes linguísticos para os nacionais de países terceiros que pretendam estabelecer-se no seu território ou adquirir a nacionalidade.

A pesquisa em antropologia e psicologia social relata sistematicamente o peso, em pesquisas de opinião, de uma distinção entre o grupo intra— e o ex-grupo, ou entre «nós» e «los». Este fato, por si só, não tem implicações normativas, uma vez que a abertura ao «outro linguístico e cultural» é geralmente vista como um princípio que deve inspirar interações sociais e orientar as políticas públicas. Além disso, a nitidez desta distinção pode, em grande parte, dever-se a manipulações políticas mal intencionadas. No entanto, como tais atitudes parecem ser um fato sociológico persistente, elas fazem parte do contexto em que a política é formulada e implementada.

Ilustração e prova

Embora a distinção « nós e eles » ressurge regularmente em pesquisas de atitudes, os dados raramente são precisos o suficiente para investigar as expectativas da maioria dos entrevistados quanto à integração linguística de « alofones » (ou seja, falantes de outras línguas). No entanto, uma pesquisa quase abrangente e muito detalhada de mais de 40.000 jovens suíços relatando serviço militar na Suíça (mais uma amostra representativa de 1.500 jovens raparigas suíças) revela uma expectativa generalizada de que os alofones aprendam a língua local (ver tabela).

Implicações políticas

Supondo que as atitudes dos jovens entrevistados sejam indicativas das da população em geral, os resultados acima sugerem apoio geral para a ideia de que optar por exercer o direito de ser móvel e de se estabelecer no lugar implica alguma adaptação linguística. É importante notar que, como outras evidências não relatadas aqui mostram, este parecer não

1 Ver o instrumento de ratificação dos Estados aquando da adesão à Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias. www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/148/declarations?p_auth=adpW1NPI.

2 Ver entradas 29 e 31 do presente vade-mécum.

implicaa expectativa de que os imigrantes abandonem seu patrimônio linguístico e cultural. A expectativa de aprender a língua local também se estende aos «americanos» (referindo-se a «expatriados» em geral, ou seja, estrangeiros que não têm perfil «migrante» arquetípico). Estes resultados convergem com a ideia de que a mobilidade e a inclusão devem equilibrar-se e que as políticas que tentam encontrar um equilíbrio entre elas beneficiarão normalmente do apoio público.

Referências e aprofundamento

Capotorti, F. (1991). *Estudo sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Étnicas, Religiosas e Linguísticas*. Nova Iorque: Nações

Unidas.

Creech, Richard L. (2005). *Direito e língua na União Europeia: O Paradoxo de um Babel «Unido na Diversidade»*. Groningen: Europa Law Publishing (em inglês).

Griin, F., Amos, J., Faniko, K., Fürst, G., Lurin, J. & Schwob, I., 2015: *Suíça — Sociedade Cultural. O que os jovens fazem com eles hoje*. Glarus/Chur: Rüeegger Verlag (em inglês).

Sam, D. & Berry, J. (2010). *Aculturação: Quando indivíduos e grupos de diferentes origens culturais se encontram. Perspectives on Psychological Science*, 5, 472-481.

Valor médio do acordo com as declarações sobre a integração linguística dos migrantes, 2008-2009, através de um maior grau de compreensão (fonte: Griin et al., 2015)	Grau de acordo (escala 1 a 4)	
	homens	mulheres
Baixa concordância		
«Os currículos escolares devem incluir cursos de línguas em português, albanês, turco, etc., para alunos da língua materna correspondente.»	1.82	1.90
«Deve ser possível obter aprovação na parte escrita do exame da carta de condução nas principais línguas de imigração (por exemplo, espanhol, sérvio-croata, turco, etc.)»	1.87	2.10
Acordo médio	homens	mulheres
É bom poder ouvir línguas estrangeiras na rua, nos transportes públicos, etc.	2.49	2.85
Não é aceitável que os colegas estrangeiros falem uns com os outros numa língua estrangeira à frente dos colegas suíços.	2.72	2.73
Se a marca de uma loja chinesa em uma cidade suíça é em chinês, também deve ser em francês, alemão ou italiano (dependendo da região)	2.80	2.76
Acordo forte	homens	mulheres
Os estrangeiros que vivem na Suíça não devem esperar que a administração federal ou local os aborde na sua própria língua.	3.36	3.32
Os americanos que se instalam na Suíça devem aprender a língua de seu novo país.	3.47	3.67
É essencial que os migrantes aprendam a língua local	3.52	3.68

40 Os concelhos devem regular o uso da linguagem no espaço público?

Virginie Mamadouh, Nesrin el Ayadi, Universiteit van Amsterdão

Devido à natureza social e política da língua, a presença e visibilidade das línguas é um aspeto importante do multilinguismo. Ao rever a política linguística (que visa regulamentar o multilinguismo), é frequentemente adequado distinguir entre três domínios de utilização linguística:

- ▶ Espaço estatal, que se refere à utilização de uma ou mais línguas pelas instituições públicas, tanto interna como em interação com os cidadãos e os residentes;
- ▶ o espaço público, que inclui a utilização da(s) língua(s) por empresas ou organizações sem fins lucrativos;
- ▶ o espaço privado, que, naturalmente, compreende o uso da língua em instalações retrêtes, como uma casa, mas também uma conversa retrête entre dois amigos.

Como a descrição destas áreas sugere, elas se sobrepõem. Um pátio escolar é um espaço estatal ou um espaço público (quando o Estado organiza a educação pública)? E uma conversa retrête ainda é retrête quando os amigos caminham em um parque urbano e podem ser ouvidos por transeuntes?

Embora as regras formais de comunicação possam ser facilmente justificadas e a liberdade individual deva prevalecer na esfera retrête, o uso da linguagem no espaço público é muitas vezes contestado. No espaço público, a(s) língua(s) local(ais) geralmente dominam — por vezes devido a políticas rigorosas que tornam obrigatória a utilização da língua local para sinais comerciais e publicidade. Além disso, o inglês é cada vez mais usado em muitos países europeus, mas tradicionalmente não fala inglês, para fins comerciais, seja para chegar aos turistas ou para evocar uma marca global. Como resultado, a profunda diversidade linguística de muitos contextos locais é invisível e às vezes até mesmo inaudível no espaço público.

O que nos diz a pesquisa?

O uso de línguas específicas em paisagens linguísticas é contestado quando grupos linguísticos competem no território (Gorter 2006, Shohamy e Gorter 2008). A discussão dos sinais rodoviários nas regiões bilíngues, que vão desde a própria presença de ambas as línguas até à ordem em que são indicados no sinal e ao tamanho das fontes utilizadas, bem como a posição física num sinal rodoviário (que está no topo) e a utilização de diferentes tamanhos de letra, é vista como uma indicação das hierarquias entre as línguas. Quando o conflito é feroz e o conflito político se abre, o

vandalismo não é incomum: os painéis são removidos ou destruídos; os graffiti são utilizados para eliminar a versão linguística considerada inadequada ou para adicionar uma versão linguística considerada em falta.

Ilustrações e provas

Os sinais nas cidades multilingues são menos contestados. Os sinais oficiais raramente são multilingues. Sinais em holandês e chinês em algumas ruas de Amesterdão para promover um freguesia chinês local para fins turísticos não são controversos (eles poderiam ter sido se o freguesia fosse um distrito étnico e a concentração de imigrantes chineses fosse percebida como um problema social); o seu principal objetivo seria, então, satisfazer as necessidades dos beneficiários). Quando os Estados nacionais e/ou locais regulam também a utilização da língua nos sinais comerciais, trata-se geralmente de garantir que a língua nacional não é movida por outra pessoa ou de reduzir o movimento (Flandres, Quebeque, Catalunha, País de Gales, etc.). Na década de 1990, a Lei Toubon tornou obrigatória a tradução de slogans em inglês em outdoors para francês. Em casos raros, como a arrabalde de Bruxelas na Flandres (conhecida como Vlaamse Rand), o princípio territorial do regime federal belga é estritamente aplicado para limitar o movimento dos neerlandeses pelos rançais.

Esta atitude é motivada por medos de que uma classe média de língua francesa, bem como estrangeiros relativamente ricos, muitas vezes referidos como «expatriados», se estabelecerão em comunas flamengas e mudarão sua composição linguística. Além disso, é proibida a utilização do francês pelo presidente da câmara municipal e pelos vereadores nas reuniões do conselho municipal. Em outros lugares, o uso de outras línguas em reuniões eleitorais ou para brochuras eleitorais não é formalmente regulamentado, mas fortemente contestado, como no uso do turco pelo Partido Trabalhista e do Partido da Esquerda Verde nas eleições municipais holandesas em Amesterdão, Roterdão, Haia e Leiden (enquanto o uso do inglês pelo Partido Conservador em Amsterdã nem sequer foi observado). Por último, as escolas (públicas) (na Flandres ainda) proibiram o uso de línguas maternas no pátio escolar — para incentivar a aquisição da língua oficial da escola, mas para marginalizar de facto a diversidade linguística e os estudantes multilingues.

Implicações políticas

As discussões acima ilustram o dilema: O uso de uma linguagem no espaço público atesta que se sente permitido usá-lo e que se sente «em seu lugar». Isso pode fomentar relações sociais grupais e várias formas de inclusão, mas, ao mesmo tempo, pode dificultar as interações individuais com não membros do grupo e a inclusão na sociedade como um todo, ao mesmo tempo que aprofunda as divisões entre grupos usando diferentes idiomas.

Da mesma forma, a exclusão da língua nativa do domínio público pode criar um sentimento de «forado grupo» e dificultar a inclusão social, mas pode incentivar os indivíduos a se apropriarem da língua local e, a longo prazo, se sentirem mais integrados à comunidade local. Além disso, a possibilidade de novas línguas acolherem os recém-chegados à política local, por exemplo (francês nos conselhos municipais de Vlaamse Rand, alemão nas Ilhas Baleares, inglês em Amsterdão) pode ameaçar a identidade linguística da região para os residentes de longa duração (e pode até ser proibida pelas regras linguísticas existentes).

Nos casos em que existam leis e/ou regulamentos nacionais relativos à utilização da língua em público, outras políticas locais podem complementá-las adaptando-as à situação local. Em todo o caso, a proibição de determinadas línguas ou a imposição de outras são dois extremos que certamente não promoverão a coesão social. As autoridades locais devem desenvolver uma política diferenciada que seja sensível às especificidades do ambiente linguístico local e à complexidade da coesão avários níveis. A seleção de sinais oficiais bilingues ou multilingues em relação a sinais monolíngues e/ou incentivar a utilização de sinais bilingues ou multilingues no espaço público pode ser um meio intermédio. Em todo o caso, as autoridades locais devem assegurar que as suas políticas são apoiadas pelos residentes. A maior visibilidade de novas línguas pode promover um sentimento de inclusão entre

alguns habitantes, mas ao mesmo tempo pode ser percebida como uma perda de status por outros moradores cuja língua precisa abrir caminho para outras línguas.



A campanha «Pacto Seu Holandês Aqui» do Vlaamse Rand foi complementada por «uma semana do cliente alofone» a fim de torná-lo mais inclusivo. Aqui está um cartaz do concelho de Zaventem. Ao mesmo tempo, ossinais de receção turística em inglês após os ataques de Bruxelas de 2016 parecem menos problemáticos do que os sinais em francês (a segunda língua nacional não é utilizada na sinalização rodoviária na Flandres).

Referências e aprofundamento

- Bonfiglioli, C. (2017). *A viver no teste de linguagem. Políticas linguísticas e territoriais na arrabalde flamenga de Bruxelas-Capital*. Tese de doutoramento. Universidade de Reims Champagne-Ardenne.
- Gorter, D. (Ed.) (2006). *Paisagem linguística: uma nova abordagem do multilinguismo*. Clevedon: Questões multilingues.
- Shohamy, E. G., & D. Gorter (Eds.) (2008). *Paisagem linguística: expandindo o cenário*. London: Routledge.

Ensino, ensino e aprendizagem de línguas

- 41 Como os sistemas escolares inclusivos podem gerir melhor a diversidade linguística? 116
- 42 Como podem ser utilizadas redes de aprendizagem não formal e informal para apoiar o multilinguismo? 118
- 43 Como promover a mobilidade e a inclusão através do multilinguismo no ensino superior? (ES)? 120
- 44 Como podemos ajudar os estudantes a aprender a língua do país de acolhimento? 122
- 45 Como os sistemas educativos podem responder à dinâmica das regiões linguisticamente complexas? 124
- 46 Quais são as competências dos professores mais necessárias para fazer face às diferenças linguísticas nas escolas inclusivas? 126
- 47 Qual a melhor forma de avaliar as competências linguísticas informais? 128
- 48 Por que razão é aconselhável combinar a «orientação internacional» e a «localização regional» na estratégia linguística das universidades? 130
- 49 Como a validação linguística pode promover a mobilidade e a inclusão? 132
- 50 Como podem as autoridades apoiar a manutenção de competências linguísticas estrangeiras para adultos? 134
- 51 Como podem ser utilizadas as competências linguísticas existentes dos migrantes para os ajudar a aprender a língua do país de acolhimento? 136
- 52 Quem pode beneficiar da formação de competências linguísticas recetivas? 138
- 53 Qual é o papel do inglês nos espaços de aprendizagem multilingues e multiculturais? 140

41 Como podem os sistemas escolares inclusivos gerir melhor a diversidade linguística?

Gabriele Iannàcaro, Università di Milano-Bicocca

«Ensino inclusivo» significa, em geral, garantir que todas as crianças, independentemente do género, classe, etnia, capacidade física e outras características, podem beneficiar, em medida quase igual, das competências e dos conhecimentos disponibilizados no ambiente escolar. O Conselho da UE comprometeu-se a alcançar este objetivo em muitas declarações políticas e tornou-se uma pedra angular das políticas nacionais de educação na maioria dos países membros (EADSNE, 2011). É provavelmente uma das formas mais rentáveis de abordar as muitas questões relacionadas com a exclusão social (Ministério dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, 2016). A língua é uma das diferenças importantes que devem ser abordadas num sistema escolar inclusivo. Neste contexto, o termo «inclusão» significa tanto permitir que todos os estudantes tenham acesso à(s) língua(s) nacional(ais) como assegurar que todos os estudantes, bem como as suas famílias, se sintam incluídos e possam ter sucesso, independentemente da sua origem linguística, em termos MIME, através da conciliação da inclusão e da mobilidade. Quais são as condições mais favoráveis para incentivar e ajudar o sistema escolar a funcionar desta forma?

O que nos diz a pesquisa?

Uma vasta gama de relatórios de agências como a OCDE e a *Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação para Estudantes com Necessidades Especiais (EADSNE)*, bem como projetos independentes, como o Índice da Política de Integração dos Migrantes, indicam que os sistemas de ensino obrigatório na UE têm pouco impacto em vários aspetos da inclusão linguística, dada a definição de inclusão aplicada por estas agências. Regra geral, as políticas nacionais de educação preveem uma única língua de ensino importante para todos os anos e limitam ou desencorajam a utilização de outras línguas pelos professores e estudantes. Isto sempre foi visto como um caminho para a inclusão social, centrando-se no acesso a uma linguagem política e económica dominante.

No entanto, em condições de aumento da mobilidade, as limitações desta abordagem são cada vez mais evidentes: os alunos de outras origens linguísticas enfrentam não só obstáculos de curto prazo à aprendizagem em sala de aula e à socialização, mas, em geral, menos benefícios da escolaridade em termos de integração social, oportunidades de emprego e acesso à

educação contínua (OCDE, 2015).

A investigação MIME centrou-se na identificação de elementos-chave de modelos educativos mais inclusivos que poderiam reduzir significativamente estes custos a curto e a longo prazo e, assim, melhorar os compromissos entre a inclusão e a mobilidade para as sociedades europeias em geral. A filosofia subjacente é a do reforço das capacidades a nível das escolas e dos sistemas escolares locais e da tomada em consideração da diversidade linguística no contexto de quadros políticos mais amplos para a inclusão educativa e social.

Ilustrações e provas

Um exemplo de uma resposta política de nível macrolinguístico ao mandato educativo inclusivo é a garantia sueca de ensino em primeira língua para alunos com outra língua falada em casa, juntamente com uma segunda garantia de ensino do sueco como segunda língua, se necessário, permitindo a integração no sueco. Consequentemente, cada escola sueca deve estar preparada para avaliar as necessidades dos alunos, recrutar professores adequados e planear o tempo dos cursos, a fim de melhor acolher os estudantes migrantes e minoritários. No entanto, a execução local da política tem limitações significativas (Cabau, 2014), o que indica que é necessária uma abordagem estratégica a vários níveis.

Um exemplo de uma abordagem política para a educação inclusiva encontra-se nos *planos educativos locais catalães (Planos Educativos de Educació d'entorn)*, que foram introduzidos em 2004 e desde então desenvolvidos por 88 municípios da Catalunha. No entanto, o quadro catalão faz apenas uma referência limitada a outras línguas que não o catalão e o espanhol, dentro de um quadro de respeito e apreciação da diversidade linguística. Uma abordagem mais ampla abrangeria um leque mais vasto de atividades nas línguas nacionais dos estudantes, abrangendo a educação formal, não formal e informal. Intervenções de micronível no nível da prática em sala de aula têm sido estudadas na literatura académica. O consenso é que o contributo mais importante para a melhoria a este nível é uma formação inicial e contínua eficaz para a inclusão dos professores; o mesmo se aplica às dimensões linguísticas da educação inclusiva.

Entre as iniciativas bem sucedidas contam-se o recrutamento e o apoio de professores minoritários, a

obrigação de incluir conteúdos específicos nos programas de formação inicial de professores, a exigência de que os candidatos adquiram experiência em vários contextos escolares, a criação de programas eficazes para o desenvolvimento de professores no local de trabalho e o reforço da capacidade das escolas para apoiar professores e alunos através do recrutamento de profissionais com conhecimentos e competências especializados (EADSNE, 2011).

Implicações políticas

Um quadro político linguístico otimizado, no contexto da escolaridade inclusiva, abordaria, pelo menos, os três domínios seguintes de forma integrada:

► **Macro:** Mandatos claros e universais, com garantias de financiamento, para garantir o acesso à língua nacional, proporcionando simultaneamente o reconhecimento e o ensino de línguas familiares, sendo a execução delegada a níveis mais locais da administração escolar;

► **Meso:** A participação dos governos locais/municipais, dos distritos escolares, das organizações comunitárias, etc., no desenvolvimento de planos educativos locais para cumprir estes mandatos linguísticos de nível macro, assegurando a sua integração noutras medidas de inclusão social;

► **Micro:** Um conjunto claro de requisitos aplicáveis a todos os programas de formação de professores credenciados, que especificam o desenvolvimento das habilidades dos professores para lidar com as diferenças linguísticas, permitindo ao mesmo tempo diferentes abordagens ao design curricular.

Instrução em língua materna na Suécia

elegíveis		participantes	
Número	%	Número	%

Total	250399	25,4	140959	56,3
Árabe	52822	5,4	34664	65,6
Somali	20026	2	15096	75,4
Inglês	15506	1,6	8075	52,1
Bósnio/ Croato/Serbo	15360	1,6	7946	51,7
Persa/(Farsi)	13172	1,3	7360	55,9
Espanhol	13011	1,3	6781	52,1
Curdo	11750	1,2	6622	56,4
Finlandês	8900	0,9	4256	47,8
Albanês	8516	0,9	5273	61,9
Polaco	8309	0,8	4952	59,6
Outros	83027	8,4	39934	48,1

Referências e aprofundamento

Cabau, B. (2014). Política e planeamento da educação linguística minoritária na Suécia. *Questões atuais em Planeamento Linguístico*, 15, 409-425.

EADSNE (2011). Formação de professores para a inclusão na Europa — Desafios e oportunidades. Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação para Pessoas com Necessidades Especiais. <https://www.european-agency.org/sites/default/files/TE4I-Synthesis-Report-FR.pdf>

OCDE (2015). Análises da OCDE sobre a formação dos migrantes, https://www.oecd-ilibrary.org/education/examens-de-l-ocde-sur-la-formation-des-migrants_20776845

Ministério dos Assuntos Económicos e Sociais (2016). Não deixando ninguém para trás: o imperativo do desenvolvimento inclusivo. Relatório sobre a Situação Social Mundial 2016. Nações Unidas. www.un.org/esa/socdev/rwss/2016/full-report.pdf

42 Como podem ser utilizadas redes de aprendizagem não formal e informal para apoiar o multilinguismo?

Mark Fettes, Università di Milano-Bicocca

Nas atuais abordagens da educação de adultos, a União Europeia centra-se nas políticas de «aluno autónomo». No entanto, a maioria das pessoas em mobilidade não são realmente «autónomas» — dependem do apoio de uma variedade de redes sociais e institucionais, na maioria das vezes alinhadas com as línguas e culturas que já fazem parte de seu repertório. Além disso, a natureza social da língua significa que as novas variedades só são efetivamente adquiridas quando o aluno consegue utilizá-las para aceder a novas redes — um aspeto fundamental do desenvolvimento de uma identidade multilingue. Por conseguinte, os quadros políticos devem responder à forma como as pessoas em mobilidade se organizam e percebem e procuram parcerias em contextos de aprendizagem formal, não formal e informal.

O que nos diz a pesquisa?

Estudos como os recentes relatórios da OCDE sobre estudantes imigrantes na escola (2015) e o recrutamento de trabalhadores migrantes (2016) defendem fortemente o multilinguismo no contexto da integração social. Incentivar as pessoas em mobilidade a manter as suas línguas patrimoniais através da participação em redes informais, ao mesmo tempo que desenvolvem novas competências linguísticas na sociedade de acolhimento, podem melhorar a sua capacidade de aprendizagem, empregabilidade e compreensão de outras culturas.

No entanto, a natureza das redes não formais e informais acessíveis aos aprendentes adultos varia consideravelmente de um Estado-Membro para outro (ver figura e Cedefop, 2009), ou mesmo de um local para outro e de uma comunidade para outra num determinado Estado. Estas redes evoluem em grande medida de acordo com as perceções locais das necessidades e oportunidades, e não no contexto das políticas nacionais ou europeias.

Isto significa que os recursos disponíveis para apoiar e incentivar a integração linguística são muito diversificados e integrados nas culturas e tradições locais.

Ilustrações e provas

A investigação de campo para o projeto MIME ilustra algumas das formas pelas quais as redes de aprendizagem de línguas não formais/informais podem complementar os percursos educativos formais.

Entrevistas com estudantes que participam nas «universidades de verão» organizadas pela AEGEE (Associação dos Estados Gerais dos Estudantes da Europa) mostram como uma rede de aprendizagem não formal pode adquirir uma cultura distinta do multilinguismo: neste caso, atitudes positivas em relação à aprendizagem de línguas e diversidade linguística, a ênfase no valor do contato linguístico informal e o uso frequente do inglês imperfeito para fins práticos. Embora os dados longitudinais não estejam disponíveis, acreditamos que essas características são bastante estáveis e facilmente transmitidas a novos membros da rede.

O nosso estudo sobre migrantes da ex-Jugoslávia no Tirol do Sul ilustra os diferentes tipos de redes de aprendizagem. Os participantes representavam a aquisição de italiano e alemão como ocorrendo geralmente em diferentes lugares e de maneiras diferentes: Italiano principalmente em contextos informais, alemão através de cursos de línguas. Estes esquemas pareciam estar ligados a opiniões comuns sobre línguas e seus falantes. Os participantes expressaram a sensação de que o italiano era mais acessível do que o alemão e pareciam sentir-se mais confortáveis falando sobre as línguas que adquiriram principalmente ou também em contextos informais.

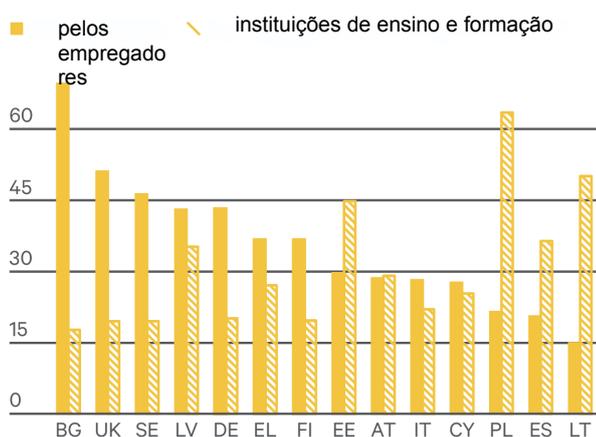
Assim como no estudo AEGEE, parece haver crenças e atitudes linguísticas consistentes nessas redes sociais, que, em alguns aspetos, foram pouco adaptadas às oportunidades de aprendizagem de línguas oferecidas.

Discussões em grupo em Vaasa, Finlândia, com profissionais de fora da Escandinávia também revelaram um conjunto comum de atitudes e crenças em relação à aprendizagem de línguas locais. Todos os participantes consideraram o finlandês uma linguagem muito pesada, difícil e ingraticante, ligada ao estereótipo do cidadão finlandês tradicional e conservador; por outro lado, o sueco era visto como uma língua muito mais próxima, mais fácil e mais satisfatória para aprender, enquanto os cidadãos suecos de Vaasa eram considerados mais bonitos, mais bem sucedidos, mais atraentes e mais abertos. Essas atitudes foram associadas à escolha da língua para aprender em contextos formais, não formais e informais. Deve-se notar também, e isso também se estende a outros estudos de caso, uma falta geral de interesse em melhorar as habilidades de inglês além daquelas que são suficientes para a comunicação diária.

Implicações políticas

O apoio à aprendizagem de línguas para adultos ocorre normalmente através da oferta de cursos, ou de outras oportunidades de aprendizagem, em línguas selecionadas como parte de um processo descendente. No entanto, os dados mostram que, independentemente da localização destas oportunidades (escolas, centros governamentais, bibliotecas, empregadores, associações de cidadãos, etc.), as redes sociais locais desempenham um papel fundamental na determinação da forma como são utilizadas. Os recursos podem ser afetados de forma mais eficiente e ter um maior impacto a longo prazo na inclusão linguística se os migrantes e outras pessoas em mobilidade participarem diretamente na conceção e execução dos programas. Podem tratar-se de iniciativas destinadas a alterar a perceção de determinadas línguas e culturas, tanto no seio das comunidades migrantes como das comunidades de acolhimento. As medidas destinadas a validar as competências linguísticas adquiridas através da aprendizagem não formal e informal podem ser uma forma importante de aumentar a motivação e melhorar a perceção da relevância e da recompensa destes esforços.

SETORES ENVOLVIDOS NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, DE ACORDO COM O INQUÉRITO SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS



(fonte: Cedefop, 2009)

Referências e aprofundamento

Cedefop: Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (2009). Quem realmente oferece oportunidades de aprendizagem não formal? goo.gl/2Mrzmc

Conselho da União Europeia (2012). Recomendação do Conselho, de 20 de dezembro de 2012, sobre a validação da aprendizagem não formal e informal. goo.gl/3kFPW4

OCDE (2015). [Estudantes imigrantes na escola: Facilitar a Viagem para a Integração](#). Publicação da OCDE.

OCDE (2016). [Recrutamento de Trabalhadores Imigrantes: Europa 2016](#). Publicação da OCDE.

43 Como promover a mobilidade e a inclusão através do multilinguismo no ensino superior? (ES)?

Manuel Célio Conceição, Elisa Caruso, Neuza Costa, Universidade do Algarve

No ensino superior (ES), as línguas são geralmente utilizadas em situações separadas e de uma forma segregativa. Isso pode ser observado no ensino e aprendizagem, pesquisa e governança, mesmo em universidades bilíngues ou trilingues. A separação entre línguas compromete a mobilidade e a inclusão. No entanto, as instituições de ensino superior podem desenvolver políticas inovadoras para promover a mobilidade e assegurar a inclusão ao mesmo tempo. A ideia geral é incentivar os estudantes, investigadores e pessoal administrativo a gerir, desenvolver e utilizar melhor as diferentes línguas no seu repertório.

O que nos diz a pesquisa?

Algumas teorias recentes assumem que as habilidades em diferentes línguas não são sistemas separados, mas sim um único sistema integrado, também conhecido como competência multilingue. Os indivíduos devem gerir os conhecimentos de diferentes línguas de acordo com o contexto da comunicação (por exemplo, inibindo determinadas línguas e utilizando as que são necessárias numa determinada situação). Isto foi conceituado no projeto MAGICC como "um diretório comunicativo e interativo de um indivíduo, composto por várias línguas e variedades de línguas, incluindo a(s) primeira(s) língua(s) em diferentes níveis de competência, e vários tipos de competências, todas interdependentes. O diretório como um todo representa um recurso para agir em uma variedade de situações de uso. Evolui ao longo do tempo e da experiência ao longo da vida e inclui a consciência intercultural e a capacidade de se adaptar e participar nos contextos multiculturais da universidade e da vida profissional" (Quadro conceitual do Magicc 2013: 5).

Considerando que «a falta de competências linguísticas é um dos principais obstáculos à participação em programas europeus de educação, formação e juventude» (Guia Erasmus+2017: 9)¹ Pode-se facilmente inferir que a capacidade de utilizar todo o repertório linguístico e desenvolver a sua competência multilingue constitui um valor acrescentado para estudantes, investigadores e pessoal. Pode ajudá-los a ganhar maior motivação e participar mais facilmente em programas de mobilidade. Além disso, adquirem competências profissionais úteis. O desenvolvimento de competências multilingues pelos intervenientes do ensino superior pode apoiar e melhorar as suas realizações pessoais,

académicas e profissionais, melhorando assim a sua potencial mobilidade. Ao mesmo tempo, uma ampla utilização de repertórios linguísticos no ensino superior pode facilitar a inclusão linguística. A capacidade de utilizar as diferentes listas linguísticas de estudantes, investigadores e pessoal torna o ambiente linguístico do ensino superior aberto ao acolhimento e à aceitação da diversidade linguística. Neste sentido, a utilização e o desenvolvimento de competências multilingues constitui uma resposta adequada ao compromisso entre mobilidade e inclusão, ajudando a resolver as tensões entre elas.

Ilustrações e provas

No ensino superior, as competências multilingues podem ser incentivadas de várias formas. Os estudos realizados no âmbito do projeto MAGICC² fornecem ferramentas relevantes e práticas que fornecem um conjunto internacional de categorias para descrever e avaliar competências multilingues e multiculturais.

Um estudo de caso numa sala de aula da Universidade de Algarve em Portugal dá um exemplo de como a competência multilingue pode ser promovida e de como pode ajudar a resolver o compromisso entre mobilidade e inclusão.

O estudo *centra-se em Políticas de Linguagem e Comunicação*, um curso de nível BA. Os participantes neste curso são estudantes locais e Erasmus de uma grande variedade de origens linguísticas. O instrutor permite que os participantes falem a sua língua preferida (desde que a compreendam ou possam ser traduzidas para diferentes línguas para que todos possam compreendê-la). O material do curso inclui textos científicos em inglês que são lidos, analisados e discutidos em diferentes idiomas. Vários elementos de diretórios individuais de estudantes estão envolvidos, e um ambiente de coaprendizagem emerge do repertório coletivo da classe. Como resultado, muitas línguas são usadas neste curso, incluindo português, inglês, francês, italiano e espanhol.

Além disso, os alunos tiveram de fazer uma apresentação final utilizando três línguas por eles escolhidas: uma língua para a apresentação em

1 Guia do Programa Erasmus+. Versão 3 (2017).

2 MAGICC — Modularização da Competência de Comunicação Académica Multilingue e Multicultural www.magicc.eu

PowerPoint, uma língua para a apresentação oral e uma língua para responder a perguntas do instrutor e dos alunos. Este tipo de tarefa é um método criativo, mas também estruturado, de desenvolvimento de competências multilíngues.

Esta última tarefa e o uso de muitos diretórios linguísticos de estudantes durante o curso, também associados ao uso de textos em inglês, levaram a uma série de reflexões metalinguísticas sobre o conteúdo e questões linguísticas relacionadas.

Permitiu maior equidade na sala de aula e maior participação de todos os participantes, tanto locais como estrangeiros.

Implicações políticas

Tendo em conta o contexto multilíngue em que o ensino superior está integrado, existem várias razões para promover a competência multilíngue. Reforça a mobilidade e facilita a entrada num mundo profissional multilíngue; ao mesmo tempo, contribui para aumentar a sensibilização e a aceitação da diversidade linguística existente.

As políticas de promoção da competência multilíngue podem ser implementadas por instrutores individuais (como no estudo de caso acima mencionado). Também pode ser promovido a nível institucional, por exemplo através de cursos multilíngues e multiculturais abertos a toda a comunidade universitária. Um exemplo é dado por cursos de formação em comunicação em contextos multilíngues na Universidade de Basileia (Suíça) (Gekeler et al. 2013) e em *Interaction Multilingual. Use*

suas línguas na Universidade de Jyväskylä, Finlândia (Kyppö et al. 2015).

Línguas utilizadas na aula durante o curso		
	Idiomas usados para escrever (branco ou apresentação de slides)	Línguas utilizadas oralmente
Professor	Inglês, francês, português	Inglês, francês, português
Estudantes	Inglês, francês, português	Inglês, francês, italiano, português, espanhol

Referências e aprofundamento

Gekeler, P., Manger S., Meyer, S., & uRank, D. (2013). Plurilinguismo, multilinguismo e internacionalização no Espaço Europeu do Ensino Superior: Desafios e perspetivas em uma Universidade Suíça. *Aprendizagem de línguas no ensino superior*, 2, 405-425.

Kyppö, A., T. Natri, M. Pietarinen, & P. Saaristo (em inglês). (2015). Use suas línguas! De interação monolíngue a multilíngue em uma aula de idiomas. Em J. Jalkanen, E. Jokinen, & P. Taalas (Eds.), *Vozes do desenvolvimento pedagógico — Expandir, melhorar e explorar a aprendizagem de línguas no ensino superior* (pp. 319-335). Dublin: Research-publishing.net

44 Como podemos ajudar os estudantes a aprender a língua do país de acolhimento

Cyril Brosch, Sabine Fiedler, Universidade de Leipzig

Programas de intercâmbio oferecem aos alunos a oportunidade de permanecer no exterior por um longo tempo. Esta é frequentemente a primeira oportunidade na sua vida e pode ser particularmente agudada na Europa, onde a proficiência linguística é um fator fundamental para a mobilidade e a inclusão. No entanto, quando os estudantes não têm um conhecimento prévio da língua do país de acolhimento, estes intercâmbios são demasiado curtos para garantir uma aprendizagem adequada das línguas. Embora o uso do inglês reduza a maioria das questões de mobilidade, pode dificultar a inclusão na universidade e na vida cotidiana, exceto quando os alunos individuais estão particularmente perseverando na aprendizagem da língua local.

O que nos diz a pesquisa?

Um estudo da equipa MIME de Leipzig explorou o uso da língua por cerca de 500 estudantes de intercâmbio, participando de intercâmbios de e para a Alemanha (Brosch 2017). Ele sugeriu que os países com línguas populares, particularmente o inglês e o francês, foram muito bem sucedidos na melhoria das habilidades linguísticas e na promoção da inclusão de estudantes convidados, enquanto os resultados para outros países, especialmente aqueles com línguas menos prestigiadas, variaram consideravelmente.

Nossa pesquisa sugere que a maioria dos estudantes de intercâmbio estão interessados em aprender a língua do país de acolhimento, mas têm poucas oportunidades para fazê-lo no caso de línguas «pequenas». Isto indica que projetos como o Erasmus+ ainda não atingiram todo o seu potencial de apoio ao multilinguismo. Os estudantes de intercâmbio, incluindo aqueles que passam a sua estadia Erasmus+ em países linguisticamente mais pequenos, onde a língua de ensino é geralmente o inglês, estão interessados em aprender a língua local (ver figura oposta).

Ilustrações e provas

Na prática, os alunos encontram-se frequentemente com obstáculos. Devido à falta de cursos de línguas, não podem começar a aprender a língua de acolhimento antes do intercâmbio e, durante a sua estadia, raramente são ministrados cursos adequados. Alojamento compartilhado, conferências e atividades recreativas permitem que os alunos passem a maior parte do seu tempo com outros estudantes de intercâmbio.

A maior parte das informações que recebem antes ou durante a sua estadia são apenas em inglês.

Os participantes do nosso estudo queixaram-se, muitas vezes, da falta de contato com estudantes locais e da população local devido à barreira linguística, bem como de grau insuficiente de organização de programas de intercâmbio:

Eutinha imaginado de forma diferente, em que medida eu iria dominar húngaro no final da minha estadia. Eu realmente queria — eu estava me perguntando se eu tinha que fazer um curso mais intensivo, mas na verdade não havia um, e eu só poderia fazer o curso básico[...] foi muito ruim.

Há um pouco de pré-triagem. Existe um catálogo de cursos Erasmus e um catálogo de cursos universitários. E isso é bastante limitado, o que você pode e não pode selecionar. [...] Eu acho isso estúpido, especialmente no contexto geral, porque eu vivo em uma acomodação estudantil aqui, e eles fazem exatamente o mesmo aqui." [ou seja, eles recebem estudantes Erasmus+ separadamente dos estudantes locais]

Como resultado, alguns alunos eventualmente se juntaram apenas a um pequeno círculo de outros estudantes de intercâmbio durante suas estadias, tendo adquirido apenas um mínimo de conhecimento da língua local. Isso impediu-os de aproveitar ao máximo suas estadias.

Implicações políticas

É aconselhável dar aos estudantes mais oportunidades não só de estudar a língua do país de acolhimento, mas também, e sobretudo, de utilizar a língua. Portanto, não é aconselhável organizar os estudos dos alunos que entram de uma forma que lhes permita confiar exclusivamente em inglês durante todo o intercâmbio. Embora os alunos nunca devam ser forçados a aprender uma determinada língua, deve haver uma vantagem mensurável de falar a língua local.

Algumas orientações específicas são as seguintes.

1. As universidades de origem de estudantes de intercâmbio devem, na medida do possível, oferecer mais incentivos e oportunidades para os seus alunos aprenderem as chamadas línguas «pequenas» através da oferta de cursos nas línguas locais das universidades parceiras e da oferta de cursos de línguas creditados antes e durante o intercâmbio.

2. Os coordenadores Erasmus+ devem tornar a aprendizagem de línguas local uma prioridade máxima para a estadia de um estudante. Os exemplos de boas práticas, como os jornais de sensibilização linguística e a aprendizagem Tandem, devem ser utilizados de forma mais ampla.

3. Os testes e cursos em linha Erasmus+ devem incluir as línguas de todos os países participantes, a fim de dar aos estudantes a oportunidade de começarem a aprender a língua local antes do intercâmbio.

4. As universidades de acolhimento devem redobrar os seus esforços para evitar a segregação dos estudantes em troca da população local. Os organismos administrativos universitários não devem oferecer os seus serviços em inglês como língua única ou por defeito, mas também em línguas locais, a fim de incentivar os estudantes Erasmus a utilizá-los.

As universidades de acolhimento devem redobrar os seus esforços para evitar a segregação dos estudantes de intercâmbio da população local. Os organismos administrativos universitários não devem oferecer os seus serviços em inglês como língua única ou por defeito, mas também em línguas locais, a fim de incentivar os estudantes Erasmus a utilizá-los.

Referências e aprofundamento

Brosch, C. (2017). *Inwiefern fördert das Erasmus±*

Programm Mehrsprachigkeit? (Falar no colóquio «Language Skills for Economic and Social Inclusion», Berlim, 12 de outubro de 2017).

Harrison, N. (2015). Prática, problemas e poder na "internacionalização em casa: reflexões críticas sobre evidências recentes de pesquisa. *Ensino no Ensino Superior*, 20, 412-430.

Consultado em 13 de dezembro de 2015 Mitchell, R., McManus, K. & Tracy-Ventura, N. (Eds.) (2015). *Interação Social, Identidade e Aprendizagem de Línguas durante a Residência no Exterior*. Associação Europeia de Segunda Língua eprints.soton.ac.uk/id/eprint/381255



A APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS É UMA MOTIVAÇÃO IMPORTANTE PARA A MINHA ESTADIA NO ESTRANGEIRO.

45 Como os sistemas educativos podem responder à dinâmica das regiões linguisticamente complexas?

Gabriele Iannàcaro, Università di Milano-Bicocca

A paisagem linguística da Europa apresenta um surpreendente grau de variação devido às circunstâncias históricas, políticas, sociais e económicas — não só de Estado para Estado, mas também no interior dos Estados. Isto torna mais difícil a conceção das políticas de inclusão, uma vez que é necessário ter em conta não só as tradições políticas e culturais do Estado como um todo, mas também as diferenças locais e regionais, bem como os desenvolvimentos em curso devido a padrões diferenciados de imigração e emigração.

O que nos diz a pesquisa?

Três tipos de diferença têm um grande impacto potencial. A primeira é a gama de variações linguísticas. Quando a maioria das pessoas fala uma língua da mesma família linguística, isso promove a possibilidade de intercompreensão (por exemplo, na Escandinávia ou no espaço da língua eslava ocidental). Isto reduz geralmente o custo global do multilinguismo. Em segundo lugar, uma tradição estatal ou regional existente de multilinguismo é um fator importante para influenciar a atitude dos habitantes em relação à mistura de códigos e à aquisição das línguas da região (Iannàcaro 2010), bem como as relações de pessoas móveis com seus repertórios originais e recém-adquiridos. Em terceiro lugar, a diferente composição demográfica dos ambientes urbanos e rurais (incluindo padrões detalhados de assentamento local, por exemplo, a concentração de migrantes em determinados bairros) desempenha um papel importante na integração linguística. Estes três fatores são claramente visíveis na pesquisa MIME.

Ilustrações e provas

Num estudo de caso realizado em Andorra, o Tribunal constatou que os trabalhadores migrantes portugueses dependem principalmente da sua língua materna e das suas estratégias intercompreensíveis quando estão em contacto com o espanhol, o catalão e o francês. No entanto, as atitudes sociais prevalentes em relação a essas diferentes línguas variam consideravelmente, influenciadas pela situação política e social. O catalão, como única língua oficial, está associado à mobilidade ascendente; O francês é considerado uma língua de ensino que, como o catalão, é nativa de Andorra; O espanhol é visto como uma língua «intrusiva» a ser tolerada em contextos não oficiais; O português é considerado estrangeiro e associado à falta de mobilidade social. Essas atitudes dificultam o

sucesso e a divulgação de estratégias intercompreensíveis, particularmente entre português, espanhol e catalão. Ao mesmo tempo, a política linguística oficial de Andorra oferece pouco espaço para reconhecer a diversidade linguística. Como resultado, embora representem até 16 % da população, os trabalhadores móveis portugueses e suas famílias expressam ressentimento com a percepção de desigualdade de tratamento.

Em outro estudo de caso, coletamos biografias linguísticas de migrantes da ex-Jugoslávia que atualmente vivem na província italiana oficialmente bilingue de Bolzano/Bozen (Tirol do Sul). Neste caso, a migração ocorreu além das fronteiras entre as diferentes famílias linguísticas (as línguas tradicionais do Tirol do Sul incluem Ladin, alto alemão, dialetos germânicos e italiano, enquanto os imigrantes da ex-Jugoslávia falam sérvio/bósnia, albanês e romeno).

Os padrões linguísticos associados à integração variam em função dos registos linguísticos que os migrantes trazem consigo (monolingual, bilingue mais pequeno, etc.) e da comunidade de acolhimento-alvo. No Tirol Meridional, a comunidade alemã, tendo em conta o seu multilinguismo autóctone e atitudes mais favoráveis às diferenças linguísticas, é mais flexível do que a do italiano, aceitando formulários não normalizados e fases incompletas de aquisição linguística; no entanto, para a integração completa, os dialetos alemão e germânico são necessários. Para aqueles que estão mais orientados para o grupo italiano, a aquisição de italiano padrão pode ser suficiente.

Implicações políticas

As políticas educativas devem ter em conta as tradições e as atitudes de certas regiões, caso contrário, poderá haver um fosso entre o que é oferecido e o que as pessoas procuram. Ao mesmo tempo, todas as identidades e repertórios linguísticos devem ser reconhecidos como parte da diversidade da sociedade. As regiões multilingues, muitas vezes situadas nas fronteiras entre Estados, oferecem condições que podem preparar o caminho para uma melhor compreensão da dinâmica dos repertórios complexos. Isso implica a adoção de políticas educativas que:

- ▶ integra o ensino da língua regional, da história e do Landeskunde (na sua essência, a « cultura»), abrangendo as regiões transfronteiriças vizinhas, tanto para os alunos em idade escolar como para os adultos;
- ▶ Posiciona o multilinguismo como uma situação

normal tanto para os residentes indígenas como para as populações móveis, utilizando-se cada um para ajudar a compreender o outro;

► realçam os benefícios culturais e educativos do contacto entre as comunidades linguísticas e o papel das comunidades minoritárias como pontes entre as diferentes tradições culturais e linguísticas.

Estas recomendações constituem um apelo à *educação para a cidadania intercultural* (Byram et al., 2016), que inclui a atenção às diferenças regionais e locais como componente integrante das políticas de inclusão linguística.

Referências e aprofundamento

Byram, M., Golubeva, I., Hui, H., & Wagner, M. (Eds.) (2016). *De Princípios à Prática na Educação para a Cidadania Intercultural*. Clevedon: Questões multilingues.

Iannàccaro, G. (2010). *Ling di minoranza e scuola. Um dieci anni dalla legge 482/99. Ele plurilinguismo scolastico nelle comunità di minoranza della Repubblica Italiana*. Quaderni della Direzione

Generale por gli Ordinamenti Scolastici e per l'Autonomia Scolastica 1. Ciganos: Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca.

Mar-Molinero, C. & Stevenson, P. (Eds.) (2006). *Ideologias, Políticas e Práticas Idiomáticas: A língua e o futuro da Europa*. Londres: Palgrave Macmillan.



Autocolantes que incentivam a utilização do catalão numa loja em Andorra-a-Velha.

46 Quais são as competências dos professores mais necessárias para fazer face às diferenças linguísticas nas escolas inclusivas?

Gabriele Iannàccaro, Università di Milano-Bicocca

Os professores desempenham um papel crucial na implementação de políticas de educação linguística. Este papel é mais ativo e complexo do que muitas vezes se pensa, o que exige um conjunto diversificado de capacidades que têm sido amplamente exploradas na investigação de formação de professores para a inclusão (ou seja, a preparação dos professores para o trabalho em escolas inclusivas, onde os benefícios são distribuídos de forma equitativa entre todos os alunos, independentemente das diferenças individuais ou coletivas). Inspiramo-nos nesta pesquisa para tirar conclusões sobre o papel dos professores na tomada em consideração da diversidade linguística nessas escolas, onde as necessidades conflitantes de mobilidade e inclusão podem ser conciliadas.

O que nos diz a pesquisa?

Estudos e conferências patrocinados por duas grandes organizações internacionais estabeleceram claramente a escala do desafio, o que requer mudanças na forma como os professores trabalham nos níveis individual, de classe, escolar e social. A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) resumiu o ponto da situação em dois relatórios principais: Professores Matter (2005) e Educating Teachers for Diversity (2010). Mais recentemente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) publicou uma série de «Guias de Advocacia» sobre a formação inclusiva de professores (Kaplan e Lewis, 2013).

No contexto europeu, o maior projeto orientado para as políticas foi coordenado pela Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação para as Necessidades Especiais (EADSNE), com a participação de grupos de peritos de decisores políticos, formadores de professores gerais e especializados de 25 países. Um dos resultados deste trabalho foi o Perfil de Professores Inclusivos Baseado em Evidências (EADSNE, 2012),

que identificou as capacidades que os professores precisam para trabalhar de forma eficaz em diversas salas de aula.

Ilustrações e provas

Veja a tabela na página seguinte.

Implicações políticas

Os programas de formação de professores em todos os Estados-Membros devem ser chamados a cumprir requisitos mais rigorosos no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades dos professores para trabalharem com diferenças linguísticas nas escolas inclusivas. Essas capacidades incluem uma série de atitudes e crenças inter-relacionadas, conhecimento e compreensão, habilidades e habilidades que complementam as identificadas por toda a pesquisa de educação inclusiva de professores.

Referências e aprofundamento

- EADSNE (2012). Formação de Professores para a Inclusão: Perfil do Professor Inclusivo. Texto integral european-agency.org/sites/default/files/Profile-of-Inclusive-Teachers.pdf
- OCDE (2005). O papel crucial dos professores <https://www.oecd.org/fr/education/scolaire/34990974.pdf>
- OCDE (2010). Educar professores para a diversidade. Resumo <https://www.oecd.org/fr/education/cei/44837540.pdf>
- Kaplan, I. & Lewis, I. (2013). Promoção de uma formação inclusiva de professores: Guias de advocacia. UNESCO. Ligações para a série completa goo.gl/8yws7v

Competências exigidas aos professores para fazer face às diferenças linguísticas nas escolas inclusivas.

	Atitudes e crenças	Conhecimento e compreensão	Competências e Capacidades
Melhorar a diversidade dos aprendentes			
Design de Linguagem na Educação Inclusiva	A aprendizagem de línguas e a utilização de línguas no ensino devem ser significativas para todos os alunos	Aprender e usar mais do que uma variedade de línguas é uma abordagem para todos os alunos, não apenas para alguns que são considerados diferentes	O exame crítico das próprias crenças e atitudes em relação às diferentes variedades linguísticas é uma base para o respeito mútuo
Perspetiva do professor sobre a diferença linguística dos alunos	Estudantes multilíngues agregam valor às escolas, comunidades locais e sociedade	Os alunos são um recurso para aprender a diversidade linguística para si mesmos e seus pares.	Capaz de aprender com os alunos sobre diferenças linguísticas e ajudar as escolas a celebrar essas diferenças
Apoiar todos os alunos			
Promover a aprendizagem escolar, social e emocional para todos	Tem expectativas elevadas para todos os alunos e procura envolver os pais e as famílias, independentemente da sua origem linguística.	Conhecimento de padrões e percursos de desenvolvimento multilíngues, bem como de diferentes modelos de aprendizagem de línguas	O foco é a comunicação, a transferência de habilidades em línguas faladas em casa e na comunidade, e a participação de pais e famílias na avaliação.
Ensino efetivo em classes heterogêneas	Responsável pela aprendizagem de todos os alunos; as diferenças linguísticas são consideradas recursos valiosos para a aprendizagem	Identificar os pontos fortes de cada aluno; diferenciação dos currículos para incluir a diversidade de línguas e culturas	Trabalha com alunos individuais, grupos mistos; encontrar formas de usar outras línguas de forma produtiva na sala de aula
Trabalhar com outras pessoas			
Trabalhar com pais e famílias	Respeito pelos diferentes contextos culturais, sociais e linguísticos; comunicação e colaboração eficazes.	Entende a importância das habilidades positivas e das relações interpessoais para colaborar através de diferenças linguísticas	Comunica-se eficazmente com diversas famílias, com base nos recursos linguísticos da comunidade em geral
Trabalhar com uma gama de outros profissionais da educação	Valoriza colaboração, parcerias e trabalho em equipa através e com vários idiomas	Sabe como os professores em aulas inclusivas podem cooperar com outros peritos e pessoal para partilhar os seus conhecimentos linguísticos	Construir uma comunidade multilíngue em sala de aula como parte de uma comunidade escolar mais vasta; ajuda a gerir a diversidade linguística a nível escolar
Desenvolvimento profissional pessoal			
Professores como praticantes atenciosos	Trabalhar com várias línguas envolve a resolução de problemas com base em práticas baseadas em evidências e treinamento pessoal	Conhece os métodos de pesquisa-ação e como realizar a resolução de problemas, reflexão e autoavaliação	Avalia as próprias práticas e trabalha com outros para avaliar como as diferenças linguísticas são abordadas ao longo da escola
Formação profissional contínua e desenvolvimento	Entende que a aprendizagem contínua, a mudança e o desenvolvimento são essenciais para abordar a diversidade linguística	Está ciente do contexto multilíngue, jurídico e político; compromete-se a desenvolver conhecimentos e competências para uma prática inclusiva	Busca inovação e aprendizagem pessoal, usa colegas e outros modelos como fontes de aprendizagem e inspiração

47 Qual a melhor forma de avaliar as competências linguísticas informais?

Mark Fettes, Università di Milano-Bicocca

A avaliação das competências linguísticas é um ramo do domínio mais vasto do Conhecimento, da Validação e da Acreditação de Competências de Adultos (ACR) — um foco importante para o Instituto da UNESCO para a Aprendizagem ao Longo da Vida e para a OCDE, e um tema recorrente nas declarações políticas da UE sobre educação de adultos. Tal como outras capacidades para adultos, as competências linguísticas são frequentemente adquiridas informalmente e os sistemas de avaliação desenvolvidos para contextos formais, como as escolas e as universidades, podem ser mal adaptados às necessidades das minorias e das populações migrantes. Os progressos neste domínio são essenciais para melhorar o equilíbrio entre a mobilidade e a inclusão dos cidadãos europeus multilingues.

O que nos diz a pesquisa?

O Conselho da União Europeia (2012) recomendou que, até 2018, os Estados-Membros implementassem medidas para validar as competências adquiridas de forma não formal e informal, a fim de cumprir o Quadro Europeu de Qualificações. No entanto, os relatórios da UNESCO (Singh, 2015) e da OCDE (2015, 2016) indicam que este pode ser um processo difícil, exigindo um ajustamento aprofundado das abordagens existentes às condições para uma maior mobilidade e à diversidade de competências e conhecimentos em causa. Isto aplica-se à língua: as competências linguísticas informais são mais frequentemente orais e raramente cumprem as normas de correção gramatical esperadas nos testes escritos. Em nossos próprios estudos de caso, informantes estavam muitas vezes dispostos a admitir que suas habilidades em uma determinada língua eram deficientes, mas, no entanto, expressaram confiança e competência em seu uso. Os bons instrumentos e processos de avaliação abordariam tanto os pontos fortes como as limitações destes inventários.

A imagem mostra o peso relativo dos processos de aquisição de linguagens formais (cinzentas), não formais (cinzentas) e informais (amarelas) em uma vida móvel. Afigura-se que as competências linguísticas informais são adquiridas mesmo em fases relativamente tardias, ou seja, normalmente após a idade em que as pessoas são avaliadas na escola.

Ilustrações e provas

Assim como outros aspetos da inclusão linguística, a RVA possui dimensões macro, meso e microdimensional. A nível macro, o modelo mais comum para a avaliação linguística é o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, em que alguns Estados designam centros nacionais de exame, enquanto outros acreditam uma série de instituições, incluindo centros culturais e instituições de ensino superior. Em geral, não são as mesmas instituições que lidam com a educação dos migrantes e o processo de avaliação do QECR (Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas) seria considerado demasiado formal e inacessível por muitos aprendentes adultos em condições de mobilidade. No entanto, um modelo organizacional semelhante poderia envolver diretamente as organizações de migrantes no exame das competências linguísticas adquiridas informalmente. O nível é essencial. A avaliação linguística inclusiva baseia-se na determinação de processos e normas no contexto das variedades de multilinguismo regional. Por exemplo, no nosso estudo de caso de Andorra, os padrões de proficiência linguística devem referir-se às diferentes funções do francês, catalão, espanhol e português, a fim de refletir o seu papel real e potencial no repertório do aluno.

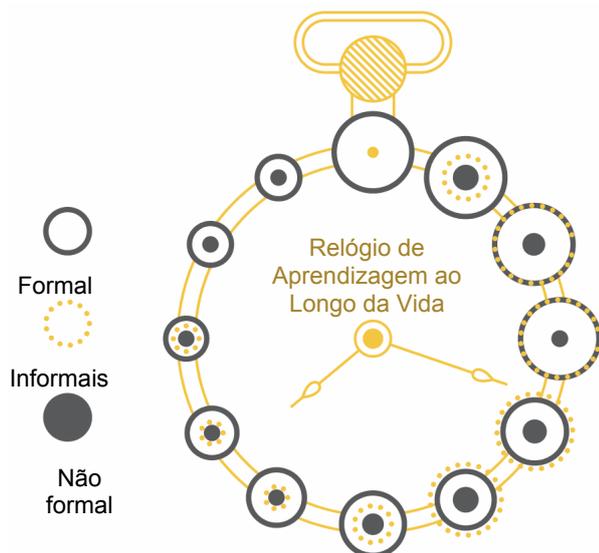
A avaliação neste contexto pode também desempenhar um papel educativo através da sensibilização para as suas próprias atitudes linguísticas, hábitos, capacidades e potencial de crescimento.

A nível micro, é necessário definir ferramentas e práticas de avaliação específicas (Cedefop, 2015). Em vez de testes e exames tradicionais, que podem ser intimidantes e que não estão intimamente relacionados com os contextos de utilização, devem ser utilizados outros métodos, tais como conversas (entrevistas), relatórios (autoavaliação), observação, simulação outestemunhos de terceiros. No entanto, para serem fiáveis, muitos necessitam de um avaliador altamente qualificado e experiente.

Mais promissor para uma aplicação ampla é a avaliação informal e contínua autêntica, que está intrinsecamente ligada às habilidades de resolução de problemas e comunicação do aluno e que pode ser documentada pelo uso de folios port.

Implicações políticas

O desenvolvimento de procedimentos, padrões e quadros organizacionais para avaliação de linguagem inclusiva é um empreendimento de longo prazo, mas com dividendos potencialmente significativos. Tal como outros passos no sentido de uma educação multilingue inclusiva, centra-se no desenvolvimento de capacidades a nível comunitário. Numa primeira fase, os peritos no terreno escolheriam os métodos de validação adequados e orientariam o processo de validação em colaboração com os centros culturais locais, as organizações de migrantes e outros. Ao longo do tempo, este último assumirá o controlo sobre o processo. O sistema resultante reforçaria a integração social, reforçando simultaneamente a portabilidade das competências linguísticas informais, reconhecidas, validadas e acreditadas.



Referências e profundidades

Cedefop: Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (e (2012)). *Orientações europeias para a validação da aprendizagem não formal e informal*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. Séries de referência do Cedefop; N.º 104. <http://dx.doi.org/10.2801/50647>

OCDE (2015). *Estudantes imigrantes na escola: Facilitar a Viagem para a Integração*. Publicação da OCDE.

OCDE (2016). *Recrutamento de Trabalhadores Imigrantes: Europa 2016*. Publicação da OCDE.

Singh, M. (2015). *Perspetivas globais sobre o reconhecimento da aprendizagem não formal e informal: Por que o reconhecimento é importante*. Instituto UNESCO para a Aprendizagem ao Longo da Vida, Springer Open.

48 Por que é aconselhável combinar «orientação internacional» e «localização regional» na estratégia linguística das universidades?

Manuel Célio Conceição, Elisa Caruso; Neuza Costa, Universidade do Algarve

Nos casos em que prevalece uma política de orientação regional (subnacional) no ensino superior (ES), a inclusão linguística dos estudantes ou do pessoal recém-chegados não é necessariamente garantida e a mobilidade pode ser dificultada. De fato, uma política de orientação internacional geralmente envolve o uso de uma única língua franca, tipicamente inglesa. Isso compromete a inclusão de pessoas que não falam a língua local, a menos que resulte na criação de uma bolha anglóфона localizada, da qual os falantes locais de inglês serão excluídos. Assim, uma política que destaque a combinação bem sucedida de um «lugar regional» e de uma «orientação internacional» pode ser uma resposta ao compromisso entre mobilidade e inclusão.

O que nos diz a pesquisa?

De acordo com o guia do programa Erasmus+ (2017: 318)¹, a internacionalização «refere-se a qualquer ação que envolva, pelo menos, um país participante no programa e, pelo menos, um país parceiro». Em ES, internacionalização realmente significa «Anglicisation». O inglês é agora considerado como a «língua internacional da ciência» e a «língua franca realizada para o ensino superior adquirido», como indicado, por exemplo, em Mazak e Herbas-Donoso (2015). Como aponta Phillipson (2009), o papel dominante do inglês desfavorece os falantes não-ínglês, o que mostra claramente que não há nada intrinsecamente científico sobre a predominância do inglês sobre o uso de qualquer outra língua. No entanto, em resultado da mobilidade, as listas linguísticas do corpo estudantil e do pessoal docente e de investigação das instituições de ensino superior são cada vez mais diversificadas; no que diz respeito ao tratamento dos conhecimentos, a utilização de uma única língua franca está a diminuir cada vez mais.

Neste sentido, o projeto europeu² IntlUni, por exemplo, oferece resultados sobre os desafios e oportunidades da classe internacional no ensino superior em espaços de aprendizagem multilingue e multicultural.

A internacionalização é mais bem compreendida em comparação com dois outros conceitos, nomeadamente

a internacionalização doméstica e a mobilidade virtual. De facto, «a mobilidade física não é um fim em si mesma»; em vez disso, é uma das maneiras de internacionalizar" (Lauridsen et al. 2015: 14). A internacionalização em casa inclui a utilização e o desenvolvimento de um currículo internacional e, tal como sublinhado no Regulamento (UE) n.º 1288/2013 (172³), «pode não só ser uma alternativa à mobilidade física, mas também ser considerado como uma preparação para uma maior mobilidade física». No que diz respeito à mobilidade virtual, define-se como «um conjunto de atividades apoiadas pelas tecnologias da informação e da comunicação, incluindo a aprendizagem eletrónica, que realizam ou facilitam experiências de colaboração internacional num contexto de ensino, formação ou aprendizagem» (Guia Erasmus+2017: 322)⁴.

Ilustrações e provas

Em termos numéricos, o número de programas de ensino da língua inglesa (ETP) nas universidades europeias aumentou consideravelmente nos últimos anos (Wächter e Maiworm, 2014): o número de PTE idênticas aumentou de 725 programas em 2001, para 2.389 em 2007 e para 8 089 no presente estudo. As PTE na Europa são principalmente oferecidas durante o segundo ciclo (nível mestre). Quatro quintos de todos os programas (80 %) pertencem a esta categoria. No entanto, apenas 10 % a 20 % dos estudantes europeus estudam no estrangeiro e 80 % a 90 % dos estudantes estão no seu país de origem [COM(2013) 499 final: 6].

Por conseguinte, a internacionalização deve ser avaliada não só em termos de mobilidade bruta dos estudantes, mas também pela natureza dos processos envolvidos, como a internacionalização do currículo, garantindo resultados de aprendizagem internacional/intercultural para todos os estudantes (Leask, 2015). Não se trata de uma «anglicização», mas sim de uma proposta da Comissão Europeia (2013, 499 final: 6) como «integrando uma dimensão global na conceção e conteúdo de todos os currículos e processos de ensino/aprendizagem (por vezes referidos como) internacionalização doméstica», a fim de

1 Guia do programa Erasmus+. Versão 3 (2017)

2 IntlUni — Os desafios do espaço de aprendizagem multilingue e multicultural na universidade internacional.

3 Regulamento (UE) n.º 1288/2013.

4 Guia do programa Erasmus+. Versão 3 (2017)

garantir que a grande maioria dos alunos, 80- 90 % que não são internacionalmente móveis para diploma ou mobilidade de crédito, sejam capazes de adquirir as competências internacionais necessárias num mundo globalizado.»

Ao mesmo tempo, a fim de assegurar uma maior inclusão dos estudantes, investigadores ou pessoal móvel e «a fim de realizarem seu potencial de integração bem-sucedida no seu país de acolhimento, os estudantes móveis, os investigadores e o pessoal docente necessitam de apoio específico para a aprendizagem de línguas, incluindo a possibilidade de aprender a(s) língua(s) local(is), independentemente de se tratar ou não da língua de ensino ou do grupo de investigação» (COM (2013) 499 final: 6)¹.

Implicações políticas

A fim de alcançar simultaneamente uma orientação local e internacional, as instituições de ensino superior devem adotar estratégias que promovam a cultura e a língua locais e promovam a dimensão internacional de todos os aspetos do ensino superior, tal como sugerido na Decisão n.º 1298/2008/CE: 96²)"atividades (...) como promoção, acessibilidade, garantia de qualidade, reconhecimento de créditos, reconhecimento de qualificações europeias no estrangeiro e reconhecimento mútuo de qualificações com países terceiros, desenvolvimento curricular, mobilidade, qualidade dos serviços, etc. As estratégias para promover a internacionalização no ensino superior, incluindo programas curriculares internacionais, com especial atenção para a cultura e a(s) língua(s) locais, podem, por conseguinte, ser um meio de promover a educação intercultural e multilingue.

Referências e aprofundamento

Lauridsen, K. et al. (Eds.) (2015). *Oportunidades e desafios no espaço de aprendizagem multilingue e multicultural. Documento final do projeto IntlUni Erasmus Academic Network 2012-15*. Aarhus: A IntlUni.

Leask, B. (2015). *Internacionalizando o Currículo*. Abingdon: Reborde

Mazak, C. & Herbas-Donoso C. (2015). Práticas de translanguagem em uma universidade bilíngue: um estudo de caso de uma sala de aula de ciências. *Revista Internacional de Educação Bilingue e Bilinguismo*, 18, 698-714.

Phillipson, R. (2009). Inglês no ensino superior: Panaceia ou pandemia? Em Peter Harder (Ed.), *Angles on the English-speaking world: Política de língua inglesa, internacionalização e ensino universitário* (pp. 29-57). Copenhaga, Dinamarca: Museum Tusulanum Press.

Wächter, B. & Maiworm, F. (Eds.). (2014). *Programas de ensino de inglês no ensino superior europeu. O ponto da situação em 2014* (Documentos da ACA sobre a cooperação internacional no domínio da educação). Bona: Lemmens.

1 Com(2013) 499 final. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Ensino Superior Europeu no Mundo.

2 Decisão n.º 1298/2008/CE.

49 Como pode a validação das competências linguísticas promover a mobilidade e a inclusão?

Gabriele Iannàcaro, Università di Milano-Bicocca

Muitos fatores influenciam as decisões das pessoas móveis a nível internacional no que diz respeito à aprendizagem de línguas. A formação educativa e linguística de cada pessoa desempenha um papel, bem como as suas atitudes e motivações em relação à sociedade de acolhimento: tencionam permanecer, estão lá apenas para o trabalho ou para a educação, qual é a importância dos contactos e das relações locais, e assim por diante? No entanto, muitos destes fatores podem ser influenciados pela política. Em especial, a sensibilização das línguas, a promoção de oportunidades de aprendizagem (especialmente fora do sistema formal) e o reconhecimento oficial das competências linguísticas adquiridas nesses contextos são três abordagens que podem incentivar medidas no sentido da inclusão, apoiando simultaneamente a mobilidade.

O que nos diz a pesquisa?

Em muitos contextos, as pessoas em mobilidade não estão suficientemente conscientes dos benefícios da aprendizagem adicional de línguas. As línguas francas (e, de um modo mais geral, as línguas mais vastas de comunicação) são frequentemente utilizadas de forma instrumental e interativa, o que permite satisfazer as necessidades imediatas, mas não permite uma maior integração nas respetivas sociedades-alvo. Estas formas de comunicação linguística são frequentemente utilizadas para fins práticos de comunicação que não envolvem relações pessoais entre falantes e, possivelmente, durante o horário de trabalho. Vários estudos de caso MIME atestam isso. Por exemplo, os trabalhadores portugueses que se instalam em Andorra utilizam muitas vezes uma língua comumente compreendida, da qual já têm algum conhecimento (neste caso, espanhol), em vez de aprenderem o catalão como língua local. Os colares brancos internacionais em Vaasa, na Finlândia, tendem a ser satisfeitos com suas habilidades existentes, um pouco limitadas em inglês, como uma língua de trabalho e para atender às necessidades diárias, em vez de ganhar um bom domínio do sueco, e muito menos do finlandês.

Nesses casos, a população móvel (ou seja, a mobilidade) pode desenvolver um conjunto de atitudes comuns que limitam a inclusão.

Ao mesmo tempo, a nossa pesquisa indica que pessoas altamente educadas e multilingues mostram atitudes

mais positivas em relação à aprendizagem de uma nova língua. Por exemplo, o nosso estudo qualitativo de estudantes universitários europeus matriculados em programas de verão em diferentes países mostra que eles tendem a concordar que o inglês como língua franca não promoveu a compreensão cultural e a imersão; ao mesmo tempo que apreciam a sua proficiência em inglês, também favoreceram a aprendizagem e a utilização de línguas adicionais. Estes e outros participantes no estudo de caso centraram-se na aprendizagem informal e não formal de línguas por uma variedade de razões. O caminho mais atrativo para uma maior inclusão linguística é o reconhecimento, a validação e a avaliação das competências linguísticas informais, bem como o aumento das oportunidades de aquisição dessas competências.

Ilustrações e provas

A complexidade da situação individual é ilustrada pela figura oposta, que ilustra a variedade de variedades linguísticas adquiridas e utilizadas por uma única rapariga sérvia que vive no Tirol do Sul — como um exemplo de um número de informantes entrevistados ao longo de nossa pesquisa de campo MIME. Deve-se notar que, de acordo com sua experiência, as línguas adquiridas na universidade são geralmente utilizadas apenas em contextos mais formais, enquanto as línguas adquiridas informalmente, em casa e na comunidade, são mais relevantes para o cotidiano.

É a nível político intermédio que estas realidades linguísticas podem ser abordadas, ou seja, ao nível de uma região como o Tirol do Sul ou de uma zona urbana como o Vaasa, e não ao nível de uma vizinhança ou de um país como um todo.

A integração eficaz das línguas exige uma parceria entre escolas, empregadores e comunidades, a fim de promover vários percursos de aprendizagem de línguas e a validação eficaz das competências não formais adquiridas. A validação pode apoiar a integração do mercado, a (re)entrada na escola ou simplesmente a inclusão social. A formação e o emprego dos membros da comunidade na avaliação e validação das competências linguísticas constituiriam um contributo importante para este processo. Outra vantagem importante seria melhorar a avaliação das competências linguísticas anteriores das crianças durante a sua admissão nas escolas locais.

Implicações políticas

Entre outros fatores, os decisores políticos devem ter em conta as crenças sobre várias línguas e os seus oradores, que são difundidos na sociedade de acolhimento (ou seja, entre os recém-chegados e as populações locais).

É absolutamente necessário mudar as perceções do público para apresentar a pluralidade das línguas como resultado desejável da mobilidade, não dificultando, mas apoiando a inclusão. Isto sugere que, para além de promover o reconhecimento e a validação das competências linguísticas adquiridas fora do sistema formal, as políticas educativas Meso devem também:

- ▶ integrar o ensino da língua, da história e da cultura regionais (incluindo as regiões transfronteiriças vizinhas) tanto para os alunos em idade escolar como para os adultos em contextos formais, não formais e informais;
- ▶ posicionar o multilinguismo como uma situação normal tanto para as populações indígenas como para as populações móveis, utilizando uma para ajudar a compreender-se mutuamente;
- ▶ salienta as vantagens culturais e educativas dos contactos entre as comunidades linguísticas e o papel das comunidades minoritárias enquanto pontes entre as diferentes tradições culturais e linguísticas.

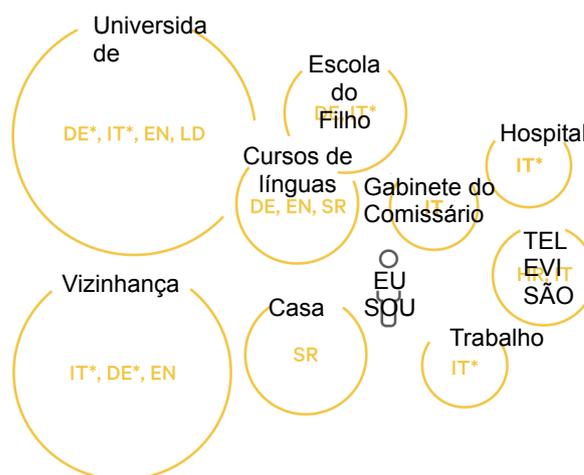
Referências e aprofundamento

Cedefop: Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (e (2012)). *Orientações europeias para a validação da aprendizagem não formal e informal*. Luxemburgo: Serviço das

Publicações da União Europeia. Séries de referência do Cedefop; N.º 104.
<http://dx.doi.org/10.2801/50647>

Herzog-Punzenberger, B., Le Pichon Vorstman, E., & Siarova, H. (2017) *Educação Multilingue à Luz da Diversidade: Lições aprendidas*, relatório NESSET II, Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

OCDE (2015). *Estudantes imigrantes na escola: Facilitar a Viagem para a Integração*. Publicação da OCDE.



O AMBIENTE LINGUÍSTICO DE UMA JOVEM SÉRVIA DO TIROL DO SUL VISTO POR SI MESMA

Mapa mental de Marta Lupica Spagnolo. DE: Alemão; EM: Inglês; HR: Croata; IT: Italiano; DL: Ladin; SR: Sérvio.

* pode ser usado em diferentes variedades locais.

50 Como podem as autoridades apoiar a manutenção de competências linguísticas estrangeiras para adultos?

François Grin, Universidade de Genebra

Uma sociedade multilingue é uma sociedade em que pessoas com perfis linguísticos diferentes vivem e trabalham em conjunto. Embora sejam tomadas medidas adequadas, através da política linguística, para garantir que todos os grupos linguísticos gozem de direitos e instalações adequados, o multilinguismo a nível da sociedade não exige necessariamente que todos os indivíduos sejam também multilingues. No entanto, o multilinguismo social tende a ser mais fluido e eficiente se uma grande parte dos residentes também for bi ou multilingue. Além disso, em países ou regiões onde duas ou três línguas estão presentes há muito tempo e fazem parte da identidade nacional ou regional, o multilinguismo social funciona melhor se o esforço para adquirir uma segunda ou mesmo uma terceira língua, em vez de cair sempre sobre os membros de uma única comunidade, for equilibrado — ou seja, se os membros de todos os grupos linguísticos historicamente presentes na sociedade se esforçarem para aprender a(s) língua(s) de outros. No entanto, isso não acontece necessariamente por si só, sendo necessário algum apoio do Estado. Regra geral, o Ministério da Educação de uma região estatal ou bilingue torna obrigatória a aprendizagem de outra língua local: Espanhol e catalão fazem parte do currículo escolar na Catalunha; assim como espanhol e basco no País Basco, finlandês e sueco na Finlândia, ou francês e inglês no Quebec. No entanto, a aprendizagem de línguas estrangeiras é apenas uma parte do problema. Uma vez adquiridas, as competências linguísticas devem ser mantidas e o apoio do Estado para este fim pode ser muito útil. Este apoio pode fazer parte de um plano de política linguística concertada.

O que nos diz a pesquisa?

Sabemos que o ensino de línguas estrangeiras no sistema escolar clássico é desigual.

Quando disponíveis, os dados quantitativos sobre as competências dos adultos em línguas estrangeiras e o contributo dos percursos de aprendizagem escolar e não escolar para as suas competências contam uma história interessante: eles indicam que os canais não escolares muitas vezes superam o ensino escolar tradicional. A importância relativa dos diferentes canais não escolares varia de acordo com a língua materna (L1) e a língua que aprendem (L2). No entanto, tendo vivido por seis meses ou mais, após os 5 anos de idade, em um ambiente onde a língua-alvo é dominante, ainda parece ser um dos principais determinantes de habilidades, como mostrado na tabela na página oposta, que utiliza

dados coletados de uma amostra representativa de 1.600 adultos (com idades entre 18 e 65 anos) na Suíça. Como estes números mostram, a vida em um ambiente onde a língua-alvo é falada sempre recebe uma pontuação alta e chega em teimosia.

No entanto, nem todos têm a oportunidade de viver num ambiente de língua estrangeira, e nem sempre se pode esperar que os adultos, apesar do seu interesse em aprender uma língua estrangeira, tenham aulas noturnas. Outra pesquisa na Suíça (de mais de 40 mil jovens adultos por volta dos 19 anos) mostra que o custo é relatado por 55,3 % e 61,6 % dos entrevistados do sexo masculino e feminino (Grin et al., 2015: 550), e deve ser visto como o principal obstáculo ao investimento de adultos na aprendizagem ou manutenção de línguas estrangeiras. Tal justifica fortemente o apoio das autoridades à aprendizagem e à manutenção de competências em línguas estrangeiras. O desafio consiste em desenvolver um sistema que ofereça uma exposição linguística (em vez da educação tradicional) tanto barata como atrativa para os adultos.

Ilustrações e provas

Tal sistema foi desenvolvido sob os auspícios do Fórum do Bilinguismo da cidade oficialmente bilingue de Biel/Bienne, que atravessa a fronteira franco-alemã Suíça. Desde 2000, o *Bilinguismo Forum*, uma fundação retrête que recebe subsídios públicos, facilitou a criação de tandems de duas pessoas, incluindo um falante nativo de alemão e um falante nativo de francês, que se reúnem uma vez por semana durante seis meses para uma conversa de uma hora, com uma língua geralmente usada por 30 minutos e a outra por 30 minutos. O *Fórum* oferece uma oportunidade para se reunir, acompanhar regularmente o processo e prestar apoio prático sob a forma de um modelo de acordo entre os membros em conjunto, um certificado de participação e uma brochura para registar progressos ou questões. A participação é gratuita. Os *tandem* atualmente (dezembro de 2017) incluem 400 participantes, mas estão noinscrits e têm uma lista de espera. Enquanto a correspondência envolve principalmente pares germano-franceses, o *Fórum* também oferece tandem envolvendo inglês, italiano e espanhol.

Implicações políticas

O apoio público ao Fórum do Bilinguismo faz claramente parte da política linguística. Embora os participantes provenham principalmente da cidade

bílingue de Biel/Bienne, onde a iniciativa foi lançada, o *Fórum* também foi encomendado pelas autoridades da cidade francófona de Neuchâtel e da cidade germanófona de Berna, com 40 km de distância e não se encontram na fronteira linguística, a fim de desenvolver uma oferta conjunta voltada especificamente para os habitantes dessas duas cidades. Os participantes do tandem reúnem-se regularmente em qualquer das cidades e os seus custos de transporte são reembolsados.

Para além de oferecer uma forma barata e flexível de manter e desenvolver as competências linguísticas, a abordagem conjunta também oferece oportunidades de encontros interculturais e intercâmbios entre

comunidades linguísticas.

Referências e aprofundamento

Griin, F. (1999) *Skills and Rewards (em inglês). O valor das línguas na Suíça*. Friburgo: Edições académicas.

Griin, F., Amos, J., Faniko, K., Fürst, G., Lurin, J., & Schwob, I. (2015). *Suíça — Sociedade Cultural. O que os jovens fazem com eles hoje*. Glarus/Chur: Rüegger Verlag (em inglês).

www.bilinguisme.ch/Tandem/Tandems-linguistiques

CONTRIBUIÇÃO PARA AS COMPETÊNCIAS EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS DE TRÊS CANAIS SELECIONADOS DE AQUISIÇÃO DE SEGUNDA LÍNGUA (NUM TOTAL DE SETE). Fonte: adaptado a partir de Grin (1999: 129).

L1	Alemão		Francês		Italiano		
	Francês	Inglês	Alemão	Inglês	Alemão	Francês	Inglês
Ensino escolar L2 (ajustado para anos de estudo)	1	4	2	3	1	2	4
Viveram num ambiente L2 durante 6 meses ou mais após os 5 anos de idade.	2	2	3	2	2	1	1
Exposição a L2 em casa, durante a infância e adolescência	3	3	1	1	3	—	—

51 Como podem ser utilizadas as competências linguísticas existentes dos migrantes para os ajudar a aprender a língua do país de acolhimento?

Sabine Fiedler, Cyril Brosch, Universidade de Leipzig

Um grande número de migrantes que chegam à Europa já falam uma língua estrangeira. Estas competências devem ser tidas em conta na sua formação linguística. Os cursos de aprendizagem de línguas locais são muitas vezes estritamente monolíngues e, por conseguinte, não utilizam o «efeito propedêutico», ou seja, o efeito positivo que o conhecimento de uma ou mais línguas estrangeiras tem na aprendizagem de uma nova língua estrangeira. Não utilizar este efeito é uma perda de tempo e potencial intelectual, seja para migrantes económicos, requerentes de asilo ou pessoas a quem é concedido o estatuto de refugiado.

O que nos diz a pesquisa?

As pessoas que migram para a Europa têm muitas vezes competências em inglês. Por exemplo, as estatísticas relativas à Alemanha em 2015 mostram que 28,1 % dos requerentes de asilo têm algum conhecimento de inglês (Rich 2016: 9). Em uma pesquisa com refugiados em Berlim, 49 % disseram que tinham algum conhecimento de inglês, com 13 % dizendo que suas habilidades linguísticas eram fluentes/perfeitos (Hochschule für Medien, Kommunikation und Wirtschaft 2016, p. 20).

Verificou-se que os aprendentes de alemão como L3, por exemplo, podem usar seus conhecimentos de inglês anteriormente adquiridos como L2, uma vez que as duas línguas estão tipologicamente ligadas. Isto é particularmente útil se a língua materna do orador não estiver ligada ao alemão. Por exemplo, o grande grupo de imigrantes que falam árabe como primeira língua, que também têm algum conhecimento do inglês como língua estrangeira, pode se beneficiar dele quando estudam alemão.

Para implementar com êxito esta constatação nos programas de ensino de línguas, especialmente no contexto da migração, é necessário dispor de dados sobre o repertório linguístico anterior de cada aluno, para que possam ser combinadas aulas homogêneas.

Os professores poderão então trabalhar de forma mais eficaz, especialmente se o seu ensino for apoiado por materiais pedagógicos adequados.

No entanto, uma vez que as pessoas têm níveis muito diferentes em inglês, seria útil determinar o nível de proficiência linguística necessário para que o conhecimento anterior fosse eficaz. Naturalmente, essa avaliação deve ter em conta o papel de outros fatores, como a literacia (ou a sua ausência), tanto na primeira

língua como noutras línguas no seu repertório. Os alunos podem se beneficiar do conhecimento do alfabeto latino e devem estar cientes do vocabulário e elementos gramaticais semelhantes em inglês e alemão, enquanto são advertidos contra a existência de «falsos amigos» entre essas duas línguas e a interferência interlingual do inglês.

Ilustrações e provas

O método comum de ensino de uma língua estrangeira apenas na língua-alvo, seja por considerações pedagógicas (quaseimersão) ou para fins práticos (ausência de uma língua comum de instrução), leva a um progresso muito lento, especialmente em cursos de iniciação, como alguns participantes em nossos estudos de entrevista relataram (Fiedler/Wohlfarth a ser publicado, transcrição de texto; @ simboliza o riso):

Alemão@ Com professores de alemão, eu acho, mesmo níveis A, eles só falam alemão. Então é muito difícil para mim imaginar, você não tem ideia da língua e, em seguida, você vai para a aula com um falante nativo.

A investigação sobre os cursos de línguas para refugiados demonstrou que, no entanto, os aprendentes utilizam as competências linguísticas existentes, quer traduzam para a sua língua materna para outros estudantes, quer mudem o código para o inglês, como indicado no seguinte excerto das nossas entrevistas:

Noprimeiro nível, como o nível B1, às vezes o professor também usou o inglês para explicar. Mas é um pouco proibido porque o nosso Direktor, como o nosso diretor diz que não é permitido usar inglês na nossa malta. Mas não conseguimos entender, ela tem de o fazer.

Como vemos, os professores às vezes usam o inglês como língua franca para facilitar a compreensão dos alunos, mas o procedimento não é adotado de forma consistente ou sempre assistida por materiais didáticos adequados, embora esses materiais comecem a aparecer, como mostrado na figura. Homogeneizar grupos de alunos com base em seus conhecimentos anteriores basear-se-ia sistematicamente nesses métodos.

Implicações políticas

As orientações possíveis são as seguintes.

1. Ao desenvolver cursos de línguas na língua local para

os migrantes, os conhecimentos linguísticos prévios devem ser sempre tidos em conta. Tal deverá contribuir para tornar os grupos de alunos mais homogêneos e, por conseguinte, mais capazes de trabalhar em conjunto.

2. Devem ser desenvolvidos e implementados materiais pedagógicos que tenham em conta os diretórios linguísticos dos alunos, em especial os seus conhecimentos de inglês.

Referências e aprofundamento

Aronin, L. & Hufeisen, B. (2009). *A Exploração do Multilinguismo: Desenvolvimento da investigação sobre L3, multilinguismo e aquisição de múltiplas línguas*. Amesterdão: É o Benjamins.

Fiedler, S. & Wohlfarth, A. (2018). Deutsch oder Englisch? Zur Sprachenwahl von Migranten em Leipzig. Em S. Fiedler & C. Brosch (Eds.), *Flucht, Exil, Migration — sprachliche Herausforderungen* (p. 13-31). Leipzig: Leipziger Universitätsverlag (em inglês).

Hochschule für Medien, Kommunikation und Wirtschaft (2016). *Flüchtlinge 2016: Studie der HMKW zu Demokratieverständnis und Integrationsbereitschaft von Flüchtlingen veröffentlicht 2016*. www.hmkw.de/news/artikel/studie-fluechtlinge-2016/
www.tagesspiegel.de/downloads/14016204/1/studie-hmkw.pdf

Rich, A.-K. (2016). Asylantragsteller im Jahr 2015: Sozialstruktur, Qualifikationslevel und Berufstätigkeit. *Kurzanalysen of Forschungszentrums Migration, Integration und Asyl des Bundesamtes für Migration und Flüchtlinge* 3.goo.gl/np4Ku

Schneider, D. L. (2018). Über die Verwendung des Englischen unter Geflüchteten Personen im Laufe des Deutschspracherwerbs. Em S. Fiedler & C. Brosch (Eds.), *Flucht, Exil, Migration — sprachliche Herausforderungen* (pp. 47-67). Leipzig: Leipziger Universitätsverlag (em inglês).

Use inglês para ensinar alemão. Extrato de: O Menschen ontem. Deutsch als Zweitsprache (em inglês). Arbeitsbuch A1.2. Munique: Hueber, 2013.

5 Ergänzen und vergleichen Sie.

Deutsch	Englisch	Meine Sprache oder andere Sprachen
der Norden	the north	
der O _____	the east	
der S _____	the south	
der W _____	the west	
Norddeutschland	Northern Germany	
Süddeutschland	Southern Germany	

52 Quem pode beneficiar da formação de competências linguísticas recetivas?

Machteld Meulleman, Alice Fiorentino, Universidade de Reims Champagne-Ardenne

As pessoas podem ser treinadas para adquirir competências linguísticas especificamente recetivas (ou intercompreensivas). Isso significa que as pessoas podem aprender a entender o que é dito ou escrito em uma língua estrangeira sem necessariamente ser capaz de falar ou escrever essa língua, desde que esteja intimamente ligada a pelo menos uma língua que já conhecem. Este tipo de treinamento foi sugerido pela primeira vez pelo matemático e filólogo Pierre Besnier do século XVII, que considerou que as línguas deveriam ser consideradas como um continuum, e argumentou que elas são, portanto, melhor aprendidas por comparação. Atualmente, a formação intercompreensão continua a basear-se, em grande medida, na exploração das semelhanças linguísticas entre as línguas relacionadas: o objetivo é desenvolver a capacidade de os alunos esclarecerem o significado das palavras semitransparentes (ver quadro).

Atualmente, está disponível uma série de recursos pedagógicos, incluindo livros didáticos e materiais áudio, para a formação intercompreensão em línguas românicas (em especial francês, italiano, português, espanhol, romeno e catalão), germânico (em especial neerlandês, alemão, sueco, norueguês, islandês, luxemburguês e feroiense) e eslavo (em especial checo e eslovaco). No entanto, a sua utilização nas escolas continua a ser muito marginal e, quando utilizada, deve-se geralmente ao forte empenho pessoal de um punhado de professores. Isto pode dever-se ao facto de a abordagem intercompreensiva ser geralmente apresentada quer como um acessório do ensino geral de línguas, quer como um subtipo de instrução linguística integrada utilizando documentos escritos em várias línguas estreitamente relacionadas (ver Escudé 2008), sem realmente identificar quem pode beneficiar mais dela e quais as necessidades especiais que pode satisfazer.

O que nos diz a pesquisa?

Para as pessoas móveis que se deslocam para um novo país, a aprendizagem de línguas é um passo importante no sentido da inclusão, embora seja geralmente uma experiência difícil e morosa. O desenvolvimento de competências linguísticas *recetivas* não pode ser um fim em si mesmo, mas pode ser um passo útil para uma aprendizagem de línguas mais abrangente, incluindo habilidades *produtivas* orais e escritas.

Uma vez que a aquisição de competências recetivas

leva muito menos tempo do que aprender a falar, esta abordagem permite que os alunos progridam rapidamente e mantenham a motivação para continuar a aprender. Além disso, proporcionar aos alunos um conjunto de ferramentas úteis para compreender o novo ambiente linguístico permite-lhes tornar-se relativamente independentes num curto espaço de tempo, dependendo da distância linguística entre a sua língua e a língua de acolhimento. Isso pode levar a um sentimento de empoderamento, o que é particularmente importante quando há menos autoestima devido ao status de dependência do aluno. A intercompreensão também facilita a integração harmoniosa e progressiva na nova língua e na sociedade, retardando o estresse muitas vezes associado à língua estrangeira.

Ilustrações e provas

Entrevistamos dez famílias adotivas italianas que estavam hospedando uma criança que não falava italiano. Os pais salientaram a importância de dar às crianças «índices e contributos» linguísticos não só para promover o desenvolvimento da língua de acolhimento, mas também para as ajudar a familiarizar-se com o novo ambiente. Muitos pais enfatizaram o quão desnecessário e às vezes contraproducente era forçar a criança a falar italiano.

Vários pais até viram a escola como um obstáculo para a inclusão linguística e social, porque se concentrava exclusivamente na falta de habilidades linguísticas produtivas da criança, desconhecendo que algumas crianças falavam uma língua que permitia inteligibilidade mútua (como espanhol versus italiano) e poderia frequentar o currículo na sua idade.

Eles o colocaram no primeiro ano, apesar do fato de que ele tinha oito anos de idade e depois eu fiquei na minha posição, e eu disse: Não, não, você entrano segundo ano, e eles disseram: Não podemos porque ele não pode falar e não pode escrever.

Um dos pais explicou como sua filha de língua espanhola manteve silêncio na escola por três meses, porque ela pensou que a equipa da escola não conseguia compreendê-la. Este tipo de situação poderia ter sido facilmente evitado se o professor tivesse tido em conta a inteligibilidade mútua da língua materna da criança e da língua da escola.

Os professores entenderam, mas não fizeram o esforço que fizemos para entender, então nossa filha se sentiu um pouco perdida.

Nosso estudo constatou que as habilidades intercompreensivas foram utilizadas espontaneamente em contextos privados para mitigar o choque cultural causado pela mobilidade, enquanto muitas vezes eram negligenciadas em contextos públicos e profissionais, como as escolas.

Implicações políticas

Devem ser consideradas as seguintes medidas:

1. Comece o treinamento de idiomas e testes para alunos móveis recebidos com foco em habilidades recetivas, adotando uma abordagem acolhedora e produtiva.
2. Oferecer formação linguística em habilidades recetivas aos professores e assistentes sociais envolvidos na recepção de alofones, permitindo-lhes desenvolver uma compreensão aproximada de uma gama mais ampla de línguas que eles encontram, em vez de aprender em profundidade apenas algumas.
3. Incentivar os professores e os colegas a valorizarem as competências linguísticas das crianças alofones recebidas, o que pode melhorar a sua própria consciência linguística.

4. Ajudar as crianças a integrarem-se nas escolas locais, incentivando-as a utilizar os conhecimentos que já possuem na sua língua adquirida (por exemplo, através de abordagens que ensinam através de uma língua de ensino estrangeira, como a compreensão integrada).

Referências e aprofundamento

- Castagne, E. (2007). Transparência lexical entre línguas vizinhas. Em E. Castagne (Ed.) *As Questões da Intercompreensão* (pp. 155-166). Coll. ICE 2, Reims: EPURE.
- Escudé, P. (2008). *Euro-mania, «Aprendo por línguas, 8-11 anos», método de aprendizagem disciplinar em intercompreensão de línguas românicas*, EACEA/CNDP/LIDEL/HUMANITAS.
- Fiorentino, A. (2017). Estratégias de manutenção linguística na adoção transnacional: que papel para os pais? *Journal of Home Language Research*, 2, 5-22.
- Hufeisen, B. & Marx, N. (2007). *EuroComGerm — Die sieben Siebe: Germanische Sprachen lesen lernen*. Aachen: Um abanador.

Da TRANSPARÊNCIA A OPACIDADE (de acordo com Castagne, 2007: 161)

Transparência direta	Transparência indireta		Opacidade	
	Subtipo 1	Subtipo 2	Subtipo 1	Subtipo 2
Il existe um equivalente lexical equivalente reconhecível em L1	sugere um elemento lexical em L1, cujo significado é impreciso, mas semelhante o suficiente para facilitar a compreensão	Existe um elemento lexical equivalente a L1, mas a sua forma pode não ser imediatamente reconhecível	Ne sugere nenhum elemento lexical para L1	Sugere um elemento lexical na L1, cujo significado é enganoso
Universidade (PT) Universidad (ES) Università (IT) Universität (FR) Universität (GB) Universiteit (NL) Universität (DE)	Chapéu de chuva (GB) chapéu de chuva (F)	Miljoen (NL) *milhões milhões (F)	Zolder (NL) sótão (F)	alcuna (I) nenhuma alguém(F)

53 Qual é o papel do inglês nos espaços de aprendizagem multilingues e multiculturais?

Manuel Célio Conceição, Elisa Caruso, Neuza Costa, Universidade do Algarve

Em toda a Europa, o ensino superior (ES) está a tornar-se cada vez mais multilingue, combinando frequentemente uma língua local ou nacional com a língua franca e outras línguas. No entanto, a educação e a pesquisa formal muitas vezes se tornam monolíngues, pois gravitam para o uso de uma única língua franca. Sob o pretexto da internacionalização, o inglês como uma língua franca (ou como *lingua academica*) é muitas vezes usado como uma solução rápida para atrair estudantes do exterior ou para preparar os alunos para atuar como atores globais e em diferentes contextos — assumindo que o inglês é necessariamente usado em todos esses diferentes contextos.

O que nos diz a pesquisa?

Enquanto espaços de aprendizagem, os campi do ensino superior estão a tornar-se cada vez mais multilingues e multiculturais¹. Estudantes, professores, investigadores e outros funcionários viajam no âmbito de diferentes tipos de programas de mobilidade. Existe um enorme capital, em grande parte oculto, da diversidade linguística e cultural que não é utilizado nestes sistemas de aprendizagem multilingues e multiculturais, e até esquecido pelas instituições quando procuram promover a mobilidade e a inclusão.

A utilização de uma língua local ou nacional é muitas vezes limitada aos estudantes locais/nacionais, mas deve ser incentivada pela mobilidade e pelos estudantes internacionais. A utilização de uma língua franca externa pode dar a impressão de que promove a inclusão. No entanto, não é necessariamente esse o caso, especialmente quando o nível de competência dos estudantes e do pessoal é baixo ou mesmo médio. O uso de um e *lang* único e dominante também pode ser visto como promovendo a mobilidade, dando aos utentes um senso de autoconfiança e dando-lhes a impressão de serem aceites em uma ampla gama de novos contextos.

No entanto, melhorias reais em matéria de mobilidade e inclusão exigem a inclusão de várias línguas, incluindo a própria língua, bem como as línguas locais/nacionais encontradas nos programas internacionais de mobilidade.

Ilustrações e provas

Uma língua comum é certamente necessária entre um

1 Para mais informações sobre sistemas de aprendizagem multilingues e multiculturais, ver IntlUni www.intluni.eu

estudante internacional recém-chegado e seu ambiente — ou seja, antes que seja possível comunicar na língua local ou nacional. É também necessário para a interação internacional. Suas funções, no entanto, devem ser cuidadosamente calibradas. Ao publicar os resultados da pesquisa, é necessário publicar para um público internacional; ao mesmo tempo, é importante publicar em linguagens locais/nacionais, para que os resultados científicos e tecnológicos cheguem à comunidade que os financia e, dependendo do assunto, tenham um impacto contextual. Além disso, esta é a única forma de evitar a perda de domínio para as línguas em causa — tendo em conta que a perda de domínio pode ser um precursor da perda parcial de línguas.

Um mal-entendido comum muitas vezes leva os gestores do ensino superior a decidir que as atividades internacionais de ensino e pesquisa devem estarsempre em inglês, geralmente assumindo que é isso que lhes dá um status. O caso bem conhecido da regra «tudo em inglês» do Politecnico de Milão ilustra esta tendência, e muitos outros exemplos podem ser encontrados nos sites de universidades em países não-ínglês que promovem programas em inglês². A agência Campus France promove o ensino superior francês, dizendo «Por isso, não é mais necessário falar francês fluente, a fim de estudar na França»³. Esta alegação revela onde o verdadeiro problema é: as instituições de ensino superior «vendem» a ideia de que as línguas são códigos intercambiáveis.

No entanto, o conhecimento é adquirido, construído e transferido através das línguas. As salas de aula universitárias são muitas vezes tornadas artificialmente monolíngues. Em geral, as línguas locais/nacionais e patrimoniais não são cientificamente relevantes e o impacto da atividade do ensino superior no contexto local parece frequentemente subestimado ou ignorado. Aqui estão exemplos do que Skutnabb-Kangas (1988: 13) chama «linguismo», um conjunto de «ideologias, estruturas e práticas que são usadas para legitimar, realizar, regular e reproduzir uma distribuição desigual

2 No entanto, em 29 de janeiro de 2018, o Consiglio di Stato italiano decidiu que o plano do Politecnico de oferecer determinados cursos apenas em inglês era inconstitucional; ver www.giustizia-amministrativa.it/cdsintra/cdsintra/AmministrazionePortale/DocumentViewer/index.html?ddocname=6RRRYBGTYVS7DABC5SMN-SYVZUQ&q

3 www.campusfrance.org/en/page/programs-taught-English

de poder e recursos (material e imaterial) entre grupos definidos com base na linguagem».

Tendo em conta as listas linguísticas dos diferentes intervenientes através de conferências multilingues, abordagens intercompreensivas e/ou estratégias de tradução, que utilizam palavras ou frases de outras línguas em conversação, permitem a utilização de diferentes línguas de acordo com as necessidades e objetivos específicos do contexto (ensino e aprendizagem, divulgação local e nacional, comunicação internacional, etc.). A utilização de diferentes línguas facilita o acesso a conceitos e conhecimentos, uma vez que a competência linguística é uma condição da competência dos conteúdos. Isso é mostrado, por exemplo, por Dukhan et al. (2016) no estudo do impacto da língua materna na tomada de apontamentos durante palestras e resultados escolares no primeiro ano de estudo.

Aumentar a utilização do apoio linguístico em linha Erasmus (OLS) é um primeiro passo possível para melhorar as competências multilingues. Esta competência pode ser consultada e reforçada utilizando o quadro conceptual desenvolvido no âmbito do projeto MAGICC (www.magicc.eu), que propõe não só uma escala de competências (sob a forma de um conjunto de descritores), mas também cenários para a criação de competências multilingues.

Vários estudos de caso realizados no âmbito do projeto MIME ajudam a compreender o impacto do uso de diferentes idiomas no processo de aquisição de conhecimento. Seus resultados mostram que quando o trabalho em salas de aula ou em laboratórios de pesquisa é realizado em MMLs reais (por exemplo, usando diferentes idiomas em grupos de trabalho para resolver problemas), o conhecimento é desenvolvido e facilmente adquirido em diferentes perspetivas, que é verbalmente diferentes línguas.

Implicações políticas

O ensino superior deve ser multilingue, porque a diversidade linguística é um trunfo e uma educação verdadeiramente multicultural não deve ser reduzida a práticas monolingues. As competências multilingues devem ser promovidas no âmbito das políticas linguísticas do ensino superior (HELP) concebidas em abordagens orientadas para o contexto e incluindo estratégias para manter um equilíbrio entre a língua franca (incluindo o ensino em inglês) e o ensino em línguas locais/nacionais, o que permitiria igualmente aos estudantes e ao pessoal aceder aos seus próprios repertórios linguísticos.

Referências e aprofundamento

Skutnabb-Kangas, T. (1988). O multilinguismo e a educação das crianças minoritárias. Em Skutnabb-Kangas, T. & Cummins, J. (Eds.), *Educação minoritária: da vergonha à luta* (p. 9-44). Clevedon, Avon: Questões multilingues.

Consultado em 13 de dezembro de 2016 Dukhan S., Cameron A., & Brenner E. (2016). Impacto da língua materna na construção de notas e desempenho académico do primeiro ano. *South African Journal of Science*, 112. doi.org/10.17159/sajs.2016/20160037

Preisler, B. et al (Ed.) (2011). *Língua e aprendizagem na universidade internacional. Da uniformidade inglesa à diversidade e à hibrididade*. Bristol: Questões multilingues

Ushioda, E. (2017). O impacto do inglês global na motivação para aprender outra língua. Rumo a um eu multilingue ideal. *The Modern Language Journal*, 101, 469-482.

Tradução, tecnologias linguísticas e estratégias alternativas

- 54 A tradução automática substituirá tradutores humanos? 144
- 55 O que é intercompreensão e para que serve? 146
- 56 Os serviços de tradução e interpretação reduzem os incentivos para aprender as línguas de acolhimento? 148
- 57 Devemos promover uma linguagem planejada como Esperanto como uma língua franca internacional? 150
- 58 Deve a tradução automática ser usada em serviços públicos? 152
- 59 Deve o inglês, como língua franca, estar disponível em várias variedades? 154
- 60 Quais são as abordagens linguísticas adequadas para atender às necessidades linguísticas dos reformados móveis? 156
- 61 Como a intercompreensão pode ser usada em contextos profissionais? 158
- 62 Quais são as melhores maneiras de trabalhar com tradução automática? 160
- 63 Quem deve trabalhar como intérprete ou tradutor? 162
- 64 Como e quando devem ser prestados serviços de tradução e interpretação aos migrantes recém-chegados? 164

54 Tradução automática substituirá tradutores humanos?

Anthony Pym, Universidade Rovira i Virgili

À medida que a qualidade da tradução automática melhora, as nossas políticas devem ser sem tradutores humanos? Alguns comentadores preveem a chegada da «singularidade», que seria o momento em que os computadores substituiriam o cérebro humano. A própria noção de «singularidade» é contestada, mas se isso acontecer, será o momento em que as nossas políticas terão de contar com máquinas em vez de pessoas? Há várias razões pelas quais isso provavelmente não acontecerá em breve. Mas as razões populares não são as mais corretas.

O que nos diz a pesquisa?

Em primeiro lugar, do ponto de vista puramente técnico, o problema dos atuais sistemas de tradução automática não é tanto a sua capacidade de processamento como as bases de dados em que operam. Em áreas muito estreitas, como manuais para máquinas grandes, não há problema em manter a lista de termos e relacionamentos estáveis e limpos. Em qualquer domínio aberto, no entanto, é muito difícil garantir a confiabilidade das bases de dados, especialmente quando os utentes publicam resultados de tradução automática como se fosse uma tradução humana, e erros são então reinjetados na base de dados aberta. Utentes mal informados podem reduzir a inteligência da máquina.

Em segundo lugar, há a questão da procura do mercado. O mercado mundial da tradução profissional tem crescido de forma constante, juntamente com o aumento global da mobilidade intercultural de pessoas e produtos. Isto apesar do aumento do inglês como língua franca, a disponibilidade de tradução automática e o aumento do uso da tradução voluntária («crowdsourcing»). À medida que a globalização aumenta a procura global de traduções, a tradução automática é utilizada para situações de baixo risco em que os benefícios não justificam o custo de um tradutor humano.

Atualmente, as máquinas não retiram o trabalho dos tradutores; eles fazem o trabalho para o qual os tradutores são muito caros. Um fenómeno semelhante parece aplicar-se à interpretação: ainda não há provas de que a tradução automática oral utilizada no Skype Translator, por exemplo, priva os intérpretes profissionais do seu trabalho. Em todos estes casos, as

tecnologias só aumentam o volume de tradução.

Em terceiro lugar, a natureza da tradução profissional está a mudar, uma vez que um novo tipo de prestação de serviços linguísticos está a afastar-se da tradução à la carte. O tradutor humano (ou intérprete) torna-se um garante de qualidade em situações de alto risco. Os tradutores passam não só para uma certa quantidade de pós-edição, mas também para reescrever e serviços de consulta intercultural, onde eles podem fornecer os níveis de confiabilidade e adaptação para os quais a tradução automática nunca foi projetada.

O único inconveniente é a gama relativamente limitada de línguas para as quais estão disponíveis bases de dados eletrónicas e outros recursos, ou, pelo menos, disponíveis a um nível que torne a tradução automática viável. As grandes línguas coloniais são bem servidas, e cerca de 90 são atualmente nomeados como disponíveis para os principais sistemas on-line, mas as muitas pequenas línguas de imigração simplesmente não têm os recursos eletrónicos necessários para a tradução automática, em alguns casos a partir da escrita codificada. Os falantes de línguas mais pequenas são, portanto, obrigados a trabalhar numa língua maior, combinando efetivamente a tradução automática com a mediação através de uma língua franca.

Ilustração e prova

Podemos divertir-nos com a tradução automática. Como pode ser visto abaixo, a canção *de Luis Fonsi* *Despacito*, renderizada em inglês por um sistema ganza em transferência de 2014, provavelmente não ajudará a seduzir ninguém, mas um sistema ganza em neurónios de 2017 poderia.

Embora erros cômicos comumente usados para sugerir que as máquinas nunca traduzirão como humanos, o sistema de tradução on al que tem sido executado desde fevereiro 2017 é muito melhor, e renderização oral também melhora no Skype Translator. Então podemos nos divertir, mas a tradução automática agora requer atenção séria.

Implicações políticas

Por conseguinte, as políticas destinadas a melhorar o multilinguismo podem integrar a tradução automática da seguinte forma.

1. Garantir que os usos e limitações da tradução automática são ensinados como parte da formação geral em língua estrangeira.

2. Incentivar a formação de tradutores em técnicas de comunicação que integrem a tradução automática, incluindo não só a pré-edição e pós-edição, mas também as competências que promovem a fiabilidade.

3. Apoiar o desenvolvimento de recursos eletrônicos em línguas menos distribuídas.

goo.gl/TjnUWk. Acessado em maio de 2017.

consultado em 15 de dezembro de 2012 Van Rensburg, A., Snyman, C. & Lotz, S. (2012). Aplicando o Google Traduzir em um ambiente de ensino superior: Produtos de tradução avaliados. *Estudos de Linguística e Linguística Aplicada da África Austral*, 30, 511-524.

Wilks, Y. (2009). *Máquina de tradução. Seu escopo e limites*. Nova Iorque: É o Springer.

Referências e aprofundamento

Turovsky, B. (2016). *Dez anos de Google Translate*.

Música original	Peixe-babel da Altavista (2014)	Google Traduzir (2017)	Outra tradução?
Despacito	Lentamente	Lentamente	
Quiero desnudarte a besos despacito	Eu quero despir-me para beijar lentamente	Quero beijar-te devagar.	
Firmo in las paredes de tu laberinto	Assinado nas paredes do seu labirinto	Assine nas paredes do seu labirinto	
Y hacer de tu cuerpo todo a manuscrito	E faça seu corpo através de um manuscrito	E faça de todo o seu corpo um manuscrito.	

55 O que é intercompreensão e para que serve?

Machteld Meulleman, Alice Fiorentino, Universidade de Reims Champagne-Ardenne

A intercompreensão (também chamada de *multilinguismo recetivo* ou *linguareceptiva*) ocorre quando as pessoas se comunicam entre si, falam sua própria língua, enquanto entendem a língua uma da outra. Isto é possível quando os falantes aprenderam a outra língua até certo ponto ou quando as línguas são mutuamente inteligíveis, ou seja, quando são suficientemente semelhantes para permitir algum grau de compreensão mútua espontânea (Gooskens & van Heuven 2017). Em geral, a intercompreensão funciona melhor quando as respectivas línguas maternas dos falantes estão próximas umas das outras em termos de vocabulário, morfologia e sintaxe, como italiano e francês ou checo e eslovaco. A intercompreensão é generalizada e bem estudada em contextos bilíngues ou multilíngues estáveis, como famílias de imigrantes ou regiões fronteiriças (por exemplo, Escandinávia). No entanto, quando se trata de interações com ou entre cidadãos móveis, o seu potencial ainda está longe de ser explorado.

O que nos diz a pesquisa?

De acordo com Braunmüller e Ferraresi (2003), a ascensão do Estado-nação monolíngue levou ao uso menos frequente da intercompreensão e da ignorância pelo público em geral. No entanto, é de esperar que a intercompreensão se torne mais comum nos contextos multilíngues da sociedade europeia, e suspeita-se que o seu uso espontâneo seja muito mais frequente do que se pensa geralmente.

A intercompreensão provou ser um dos *modos de comunicação multilíngues mais equitativos*, uma vez que permite que todos falem a sua própria língua.

Dado que é necessário menos tempo para adquirir competências recetivas e não produtivas (especialmente numa língua pertencente à mesma família linguística), a intercompreensão é também uma escolha racional de mediação para as pessoas que frequentemente viajam ou se deslocam de um país para outro; o desenvolvimento das habilidades de leitura vem muitas vezes em primeiro lugar, incentivando o progresso em outras competências. Além disso, a intercompreensão permite interações verdadeiramente interculturais, à medida que ambos os oradores se adaptam uns aos outros.

Ilustração e prova

Nos últimos 20 anos, vários projetos de investigação, incluindo alguns financiados pela Comissão Europeia

(por exemplo, EuRom4, EuroCom), examinaram muitos aspetos da intercompreensão e conduziram ao desenvolvimento de materiais didáticos especializados para professores de línguas ou aprendentes de línguas. No entanto, várias questões requerem uma análise mais aprofundada, tais como as condições para a utilização espontânea da intercompreensão por cidadãos altamente móveis, sem qualquer formação linguística específica. Por esta razão, o projeto MIME focou seus estudos empíricos na intercompreensão em dois contextos multilíngues muito específicos.

Nosso estudo principal enfocou famílias italianas que adotaram uma criança que não falava italiano. A observação de duas famílias italianas adotando uma criança do Chile mostrou que a intercompreensão foi utilizada espontaneamente por todos os membros da família. Quando questionados sobre isso, os pais afirmaram preferir a intercompreensão em relação a outras estratégias, pois isso lhes permite expressar-se com precisão.

Pai: Eu sou esse tipo de pessoa que prefere falar eu quero dizer falar minha língua [...] porque me faz sentir que eu entendo.

Naturalmente, a exatidão só pode ser comunicada se as línguas permitirem um grau suficiente de inteligibilidade mútua, como no caso do espanhol e do italiano. Além disso, é necessária uma boa cooperação para que a intercompreensão oral funcione. Os pais mencionaram que primeiro adaptaram seu discurso para facilitar a compreensão mútua e adotar uma atitude inclusiva. No contexto da adoção da criança, a intercompreensão permite a participação igual de todos os membros da família, o que fortalece os laços familiares.

Outro estudo das línguas utilizadas por profissionais de futebol internacionais na França indica que o uso da intercompreensão é muitas vezes considerado com suspeita. O treinador argentino de futebol Marcelo Bielsa, por exemplo, que usa interpretação consecutiva em conferências de imprensa, foi questionado sobre suas habilidades de intercompreensão por um jornalista, sugerindo que suas habilidades linguísticas parciais demonstram falta de desejo de falar francês.

Jornalista (em francês): Como você às vezes entende

perguntas em francês sem falar nossa língua? (Tradução em espanhol)

Marcelo Bielsa (em espanhol): Porque temo ridículo e ridicularizado. (Tradução em francês)

Jornalista (em francês): Na próxima temporada, falarás melhor em francês. (Tradução em espanhol)

Marcelo Bielsa (em espanhol): Vamos ver. (Tradução francesa)

Embora a intercompreensão seja amplamente utilizada e muito apreciada em contextos informais, ela permanece menos aceita em contextos profissionais. Felizmente, estudos de contextos profissionais mostram que quanto mais intercompreensão é usada, mais aceito é (Berthele & Wittlin 2013).

Implicações políticas

É essencial um forte apoio político para passar da potencial inteligibilidade mútua para uma verdadeira intercompreensão entre oradores. Podem ser sugeridas as seguintes iniciativas:

1. Sensibilizar para o facto de as muitas semelhanças formais entre as línguas conexas permitirem o acesso direto à informação.
2. Tranquilizar as pessoas sobre suas habilidades espontâneas de intercompreensão e incentivá-las a fortalecer essas habilidades através da prática ou treinamento.
3. Incentivar os falantes envolvidos em interações presenciais a expressarem-senas línguas quemelhor

conhecem, sempre que são capazes de se compreender suficientemente (seja porque dominam uma língua estreitamente relacionada ou porque têm um certo conhecimento passivo da língua do outro ou uma combinação das duas).

Referências e aprofundamento

- Berthele, R. & Wittlin, G. (2013). Multilinguismo recetivo no Exército Suíço. *Revista Internacional do Multilinguismo*, 10(2), 181-195.
- Blanc-Benveniste, C. (Ed.) (1997). *EuRom4: Método de ensino simultâneo de línguas românicas*. Firenze: Nuova Italia (em inglês).
- Braunmüller, K. & Ferraresi, G. (2003). *Aspetos do multilinguismo na história das línguas europeias*. Amesterdão: É o John Benjamins.
- Escudé, P. & Janin, P. (2010). *O ponto sobre a intercompreensão, a chave para o plurilinguismo*. Paris: A CLE International.
- Gooskens, C. & van Heuven, V. (2017). Medição da inteligibilidade translinguística nos grupos de línguas germânica, românica e eslava. *Comunicação do discurso*, 89, 25-36.
- Klein, H. G., I. Galinska-Inacio, D. Rutke, T. Stahlhofen & K. Wegner (2004). *EuroComOnline — Internetkurs zum Erwerb rezeptiver Kompetenzen em Italienisch — Rumänisch — Spanisch*. eurocom.httc.de/index.php

56 Os serviços de tradução e interpretação reduzem os incentivos para aprender as línguas de acolhimento?

Nike K. Pokorn, Jaka Čibej, Univerza/Ljubljani

Com o aumento da imigração, o debate público em alguns países de acolhimento começou a ligar os serviços de tradução e interpretação à incapacidade de incluir os recém-chegados natendência linguística dominante. Esta crença foi detetada nos Estados Unidos (Schuck 2009: 162, 170) e Reino Unido (Schäffner 2009). Argumentos semelhantes contra tradução e interpretação podem ser encontrados no discurso político. Por exemplo, em 2007, a Secretária de Estado das Comunidades e dos Governos Locais do Reino Unido, Ruth Kelly (2007), argumentou que a prestação de serviços de tradução e interpretação afetou negativamente os incentivos dos imigrantes para aprender inglês, uma vez que serve como uma muleta que prolonga a sua dependência da sua língua materna. Em 2015, o secretário das Comunidades do Reino Unido, Eric Pickles, disse que "os conselhos devem parar de desperdiçar o dinheiro dos contribuintes traduzindo para línguas estrangeiras. Luma tradução impede que as pessoas se integrem à sociedade britânica" (relacionado no Daily Mail Online, 10 de janeiro de 2015).

Nenhuma destas alegações se baseia em provas empíricas e nunca foi estabelecido qualquer nexo de causalidade entre a prestação de serviços de interpretação e tradução e a recusa de aprender a língua de acolhimento.

O que nos diz a pesquisa?

Foi realizado um estudo longitudinal na Eslovénia com um grupo de imigrantes recentes com serviços de interpretação e tradução gratuitos, bem como cursos de língua eslovena gratuitos. Foi utilizado um questionário para identificar os perfis linguísticos de 127 residentes dos centros de requerentes de asilo, enquanto os dados qualitativos foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas com 38 requerentes de asilo.

Os resultados a seguir refutam a hipótese de que a tradução e interpretação dificultam a inclusão.

► Tradução e interpretação não são as estratégias de comunicação preferidas. Migrantes recentes ou recém-chegados preferem usar outras estratégias de comunicação, na maioria das vezes o inglês, como a língua franca ou a língua local, uma vez que eles dominam-na. Apenas 10 % dos inquiridos não tiveram outra opção senão utilizar intérpretes na sua

vida quotidiana no país de acolhimento. No entanto, a maioria dos inquiridos (87 %) salientou que necessitava do apoio de intérpretes e tradutores em situações de alto risco nas comunidades jurídica, policial, administrativa e de cuidados de saúde.

► Os migrantes consideram a tradução e a interpretação como uma solução temporária. A maioria (61 %) vê os tradutores e intérpretes como um obstáculo, limitando a sua comunicação independente com o novo ambiente. De fato, quando solicitados a imaginar um cenário em que pudessem sempre receber assistência de um intérprete qualificado quando quisessem, todos disseram que prefeririam aprender a língua de acolhimento.

► Além de se sentirem desconfortáveis e dependentes ao usarem um mediador, alguns migrantes (31 %) disseram que nem sempre confiavam em intérpretes e tradutores para transmitir tudo o que desejavam expressar.

► O nosso estudo não encontrou qualquer correlação entre a prestação de serviços de tradução e interpretação pelo Estado e qualquer desincentivo à aprendizagem da língua de acolhimento. Cerca de 95 % dos inquiridos afirmaram ser importante conhecer a língua local na procura de emprego e na construção de relações.

Dos que se encontravam na Eslovénia há mais de seis meses, todos tinham frequentado um curso de esloveno financiado pelo Estado e um terço tinha chegado a um ponto em que tinham podido participar na entrevista eslovena.

Ilustração e prova

Por conseguinte, o Tribunal não encontrou qualquer relação negativa entre a prestação de serviços de tradução e interpretação e a motivação dos requerentes de asilo para aprenderem a língua dominante do país de acolhimento.

Implicações políticas

Os decisores políticos devem, por conseguinte, ter em conta os seguintes pontos.

► Podem ser concebidas políticas específicas de tradução para diferentes grupos de migrantes.

- ▶ O Estado deve prestar serviços de tradução e interpretação de elevada qualidade aos migrantes recém-chegados, especialmente em situações de alto risco e no início da sua estadia.
- ▶ É necessária formação de intérprete de alta qualidade para as principais combinações linguísticas.
- ▶ Devem ser ministrados cursos de línguas contínuos e gratuitos para ensinar a língua de acolhimento.

Referências e aprofundamento

Kelly, R. (2007). Transcrição da entrevista com Ruth Kelly, Secretária de Estado para Comunidades e Governo Local, por Jon Sopel no The Politics Show, BBC NEWS, domingo, 10 de junho de 2006. Consultado em 6 de abril de 2018. news.bbc.co.uk/go/pr/fr/-/2/hi/programmes/politics_

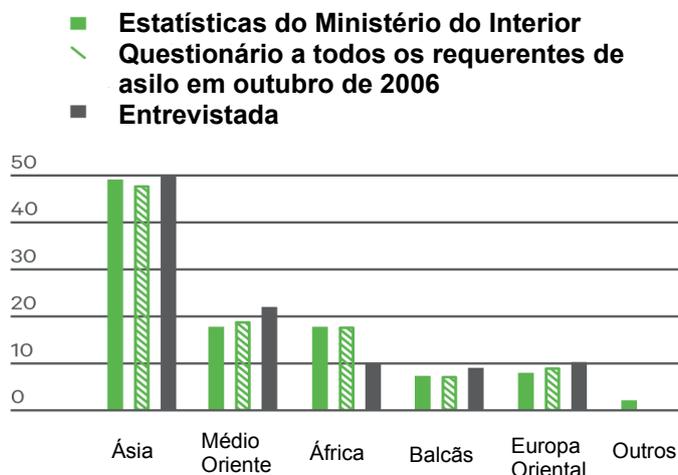
show/6725673.stm

Pokorn, N. K. & J. Čibej (2017). Interpretação e inclusão linguística — amigos ou inimigos? Resultados de um estudo de campo. *O Tradutor*. (Público em linha: 24 de novembro de 2017), [doi:10.1080/13556509.2017.1396406](https://doi.org/10.1080/13556509.2017.1396406)

Schäffner, C. (2009). Será que a tradução Hinder Integração? *Fórum*, 7, 99-122.

Schuck, P. H. (2009). Incorporação de imigrantes nos Estados Unidos após o 11 de setembro: Dois passos em frente, um passo atrás. Em J. L. Hochschild, J. H. Mollenkopf (Eds.): *Trazendo Outsiders em: Perspetivas transatlânticas sobre a incorporação política de imigrantes* (p.158-175). Ithaca e Londres: Cornell University Press (em inglês).

Origem Geográfica da Intervenção **QUE SOS COMPARADOS À POPULAÇÃO GLOBAL DOS DEMANDADORES ÁSIOS NA REPÚBLICA DA ESLOVÊNIA (2013-2016, N=1585, dados fornecidos pelo Ministério do Interior) E POPULAÇÃO EM DEMANDORS ESLOVENE ASILE IN OCTOBRE 2016 (dados recolhidos através de um questionário de 107 requerentes de asilo, representando 47 % dos 243 residentes em centros de asilo eslovenos)**



57 Devemos promover uma linguagem planejada como Esperanto como a língua franca internacional?

Sabine Fiedler, Cyril Brosch, Universidade de Leipzig

O status sociolinguístico da língua internacional Esperanto sugere que uma linguagem planejada pode ser um meio eficaz de comunicação, como qualquer língua étnica (ou «natural»). Apesar de seus 130 anos de história, Esperanto não é objeto de pesquisa linguística tão séria quanto outras línguas, e sua aquisição não é incentivada com a mesma intensidade.

O que é que nós pesquisamos?

Segundo o etnólogo, referência frequentemente utilizada em línguas modernas, o Esperanto é a segunda língua de 2 milhões de pessoas (ver também Wandel 2015); outras estimativas sugerem apenas 100.000 falantes. Desde maio de 2015, mais de 1,6 milhões de pessoas começaram a aprender a língua na plataforma Duolingo Internet. A experiência mostra que, devido à transparência da sua estrutura morfosintática, o esperanto é muito mais fácil de aprender do que outras línguas estrangeiras (ver, por exemplo, Piron 2006: 2489), embora isso seja difícil de corroborar nos estudos controlados. Estudamos o uso do Esperanto como língua franca em casos de mobilidade de longo e médio prazo (com foco em famílias que falam Esperanto) e seu uso como linguagem de negócios em uma ONG internacional na Eslováquia (ver Fiedler & Brosch 2018). Nossos resultados sugerem que a linguagem planejada pode funcionar como um meio eficaz e expressivo de comunicação intercultural, permitindo altos graus de inclusão. Os participantes no nosso estudo sobre ONG (principalmente estagiários e voluntários que trabalham para o Serviço Voluntário Europeu) confirmaram a facilidade de aprendizagem de línguas num período relativamente curto.

Enquanto alguns dos voluntários que trabalhavam na ONG conheciam Esperanto antes de seus estágios de 6 ou 12 meses, outros não começaram a aprendê-lo até que decidiram trabalhar lá.

Outro resultado interessante foi que o quadro profissional da ONG, que incluía funcionários e estagiários de seis línguas maternas diferentes, se caracterizou por práticas multilíngues que mudaram de acordo com a situação comunicativa e participantes: O Esperanto foi utilizado em cerca de 80 % de todas as interações no trabalho e também na comunicação pessoal durante os intervalos de almoço, enquanto no resto do tempo, a língua local, o eslovaco e o inglês como língua franca foram usados. Além disso, nossas

entrevistas descobriram que vários palestrantes afirmaram estar vivenciando o efeito propedêutico do Esperanto, ou seja, a aquisição bem-sucedida do Esperanto ajudou-os a aprender outras línguas estrangeiras. Esses resultados mostram que a adoção de uma linguagem planejada não significa necessariamente uma desvalorização de outras línguas.

Ilustrações e provas

O conhecimento da língua planejada facilitou a aquisição subsequente de outras línguas, incluindo a aprendizagem da língua local depois de se estabelecer num novo país de acolhimento com uma família de língua espanhola:

O esperanto ajudou muito a estimular minha capacidade de falar [...] no geral, eu nem teria tentado aprender húngaro se eu não tivesse um livro didático Esperanto para aprender húngaro, o que me tornou mais fácil.

Esperanto provou ser uma língua viva com grande potencial como um meio eficaz de comunicação em vários campos. É utilizado na conversação diária, como linguagem para uso específico e como meio de literatura original e traduzida. É a língua mais bem sucedida entre mais de 1.000 projetos linguísticos construídos. Isto deve-se, em parte, às suas propriedades estruturais: um sistema produtivo de formação de palavras, sintaxe flexível e uma redução de complexidade e exceções, tudo sem perda de expressividade. Mas o sucesso do Esperanto deve-se principalmente a fatores extralinguísticos: a língua encontrou uma comunidade suficientemente diversificada e criativa de falantes para garantir o seu desenvolvimento sustentável e divulgação. Em abril de 2012, Esperanto foi adicionado às línguas do Google Translate, e o desenvolvimento do Wikipédia (a Wikipédia Esperanto) está em andamento, com mais de 240.000 artigos em dezembro de 2017. Os poucos falantes nativos do Esperanto (cerca de 1.000 pessoas) não impõem padrões linguísticos, o que significa que todos os falantes podem se comunicar em pé de igualdade.

Por estas razões, os sistemas educativos não devem ignorar o Esperanto, mas antes reconsiderar o seu potencial como uma linguagem de comunicação igual à

das línguas naturais. Poderão ser envidados esforços para ministrar instrução na língua planeada, juntamente com outros cursos de línguas estrangeiras.

Implicações políticas

1. As línguas planeadas e interlinguísticas (o estudo das línguas planeadas) devem ser definidas como áreas de ensino e investigação nas universidades.
2. Devem ser criados materiais pedagógicos profissionais para o ensino do Esperanto nas escolas.
3. O esperanto deve ser oferecido como língua estrangeira em escolas selecionadas em toda a Europa, como parte de uma abordagem coordenada para determinar o seu valor a longo prazo em grande escala. Isso exigiria cursos de formação de professores para cada escola participante com normas que garantam um ensino de qualidade, como para outras línguas estrangeiras.

Referências e aprofundamento

Brosch, C. (2018). Esperanto als Mittlersprache bei längerfristiger Mobilität. Em S. Fiedler & C. Brosch (Eds.), *Flucht, Exil, Migration — sprachliche Herausforderungen*. Leipzig: Leipziger

Universitätsverlag, 69-90.

Brosch, C. & Fiedler, S. (2017). Der spezifische Beitrag des Esperanto zum propädeutischen Effekt beim fremdsprachenlernen (mit Schwerpunkt auf der Erwachsenenphase). Em C. Brosch & S. Fiedler (Eds.), *Jahrbuch der Gesellschaft für Interlinguistik*, 11-38.

Fiedler, S. & Brosch, C. (2018). Esperanto — uma língua franca em uso: Um estudo de caso sobre uma ONG educativa. *Problemas de Linguagem & Planejamento Linguístico*, 42, 194-219.

Pereltsvaig, A. (2017). *Estudos Esperanticos: State-of-the-Art*. Publicação em linha: www.esperantic.org/en/research/state-of-the-art/

Piron, C. (2006). Escolhendo um idioma oficial/Wahl einer Amtssprache. Em U. Ammon et al. (Eds.), *Sociolinguística/Soziolinguistik. Manual Internacional da Ciência da Língua e da Sociedade/ Ein internationales Handbuch zur Wissenschaft von Sprache und Gesellschaft* Vol. 3/3. Teilband (p. 2484-2493). Berlim/Nova Iorque: do Gruyter.

Wandel, A. (2015). Quantas pessoas falam esperanto? *Esperanto na Web. Descrição Interdisciplinar de Sistemas Complexos*, 13, 318-321.

58 A tradução automática deve ser utilizada nos serviços públicos?

Anthony Pym, Universidade Rovira i Virgili

A Tradução de Máquina (AT) está comumente disponível em formatos on-line gratuitos, os mais importantes dos quais são gerenciados pelas maiores empresas de TI do mundo, com sede nos Estados Unidos. Existe uma visão generalizada de que as traduções fornecidas por estes sistemas são incorretas e pouco fiáveis e devem ser evitadas em todas as circunstâncias. No entanto, muitas pessoas usam esses serviços on-line de forma consistente e sabem como integrar resultados em outras estratégias de comunicação. A questão não é se a tradução automática pode ser usada, mas como e quando ela pode ser usada.

O que nos diz a pesquisa?

Um inquérito sobre a utilização da AT nos serviços públicos mostra dois tipos de situações, que são fundamentalmente diferentes.

No primeiro cenário, um texto fixo (texto oficial ou possivelmente um site) é alimentado por um sistema de tradução automática on-line gratuito, ou botões são fornecidos on-line para que os utentes possam fazê-lo sozinhos. O resultado é uma tradução escrita que contém erros. Você não verá esses erros se você não sabe a língua; os erros podem não ser fatais; masele está aqui. Em muitos casos, o utente será capaz de entender o conteúdo do site ou documento, mas quase certamente haverá consequências negativas.

1. O utente sentirá que sua língua não é respeitada, o que pode ter consequências negativas para seu senso de inclusão social.
2. Existem efeitos negativos na imagem de marca do serviço público em causa.
3. Embora as ideias gerais sejam compartilhadas, o utente tende a desenvolver desconfiança racional de pormenores, o que significa que todas as informações chave ou de alto risco muitas vezes não são cruas ou precisam ser seguidas por outros canais.
4. Nas situações mais desfavoráveis, inclusive no que diz respeito aos serviços de saúde, as informações de alto risco poderiam ser acreditadas e cumpridas, com consequências potencialmente desastrosas.

Em um segundo cenário, os próprios utentes escolhem a tradução automática em um idioma que não está

disponível de outra forma e são avisados dos riscos associados. Um sítio Web dos serviços de saúde poderia fazê-lo, por exemplo, para apresentar uma lista de números de telefone que podem ser utilizados para assistência de acompanhamento (ver Liddicoat e Hale 2015), uma situação de baixo risco em que a tradução automática é certamente melhor do que nada.

Ilustrações e provas

Quando a tradução automática é aplicada a situações especializadas, como consultas médicas, pode-se proceder dividindo o diálogo em scripts fechados, com um número limitado de opções em cada etapa. Isso pode funcionar muito bem, desde que o diálogo permaneça no guião, como pode ser visto em um tradutor médico especializado que pode ser baixado gratuitamente. Assim que deixarmos o guião fechado, outras soluções são necessárias.

Nossos estudos de caso MIME em Tarragona, Leipzig e Liubliana revelaram que imigrantes recentes e requerentes de asilo usam tradução automática on-line para se preparar para eventos importantes, como visitar o médico.

Assim, eles chegam à conversação pelo menos alguma compreensão dos termos que serão usados e do tipo de coisas que serão ditas. Em tais situações, a tradução automática não é simplesmente «melhor do que nada». Trata-se de uma verdadeira ajuda a utilizar em combinação com outras estratégias de mediação: Língua franca, intercompreensão, uso da língua de acolhimento. Neste tipo de situação, o uso da tradução automática não é apenas legítimo, mas merece ser cultivado e especificamente treinado.

Implicações políticas

As implicações políticas são as seguintes.

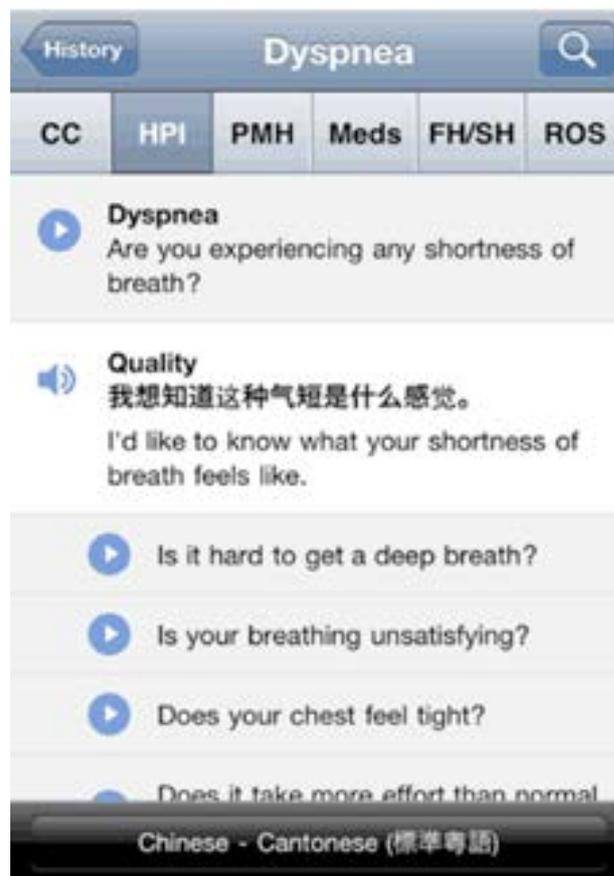
1. Em geral, a tradução automática não deve ser utilizada pelos prestadores de serviços, a menos que esteja associada a outras estratégias de comunicação (pré-edição, pós-edição). Isto é particularmente verdade para situações de alto risco.
2. Ao mesmo tempo, as ligações para a tradução automática escolhida pelo utilizador podem ser utilizadas para situações de baixo risco e para línguas

em que não é provável que seja fornecida qualquer tradução humana. A tradução automática não pode, em caso algum, ser considerada um substituto de uma tradução por um profissional qualificado.

3. Os prestadores de serviços devem reconhecer que muitos dos seus clientes utilizam a tradução automática, estando plenamente conscientes das suas limitações e através de combinações bem sucedidas com outras soluções de mediação. Não deve haver qualquer tentativa de proibitais práticas.

4. A formação na utilização inteligente da tradução automática deve fazer parte dos programas gerais de formação em mediação, que são reconhecidos como uma competência linguística básica.

O advento da tradução de máquina neuronal de 2016 melhorou a qualidade de saída para muitos pares de idiomas, e não há dúvida de que os utentes mais jovens são, quanto mais eles sabem como integrar a tradução automática em conjuntos de estratégias de comunicação.



Referências e aprofundamento

García, I. (2010). A tradução automática já está pronta? *Alvo*, 22, 7-21.

Liddicoat, A. & Hale, S. (2015). O significado da precisão e da cultura, e a ascensão da máquina na interpretação e tradução. *Cultus: The Journal of Intercultural Mediation and Communication*, 8, 14-26.

59 Deve o inglês, como uma língua franca, estar disponível em várias variedades?

Helder De Schutter, Nenad Stojanović, Sergi Morales-Gálvez, Katholieke Universiteit Leuven

Nos últimos anos, vários filósofos políticos reexaminaram o uso do inglês como língua franca mundial, incluindo se esse papel dominante é compatível com os princípios da justiça. Durante o mesmo período, um novo debate crescente emergiu na linguística sobre o uso do inglês como língua franca, sugerindo que quando usado por falantes não nativos, o inglês é de fato substituído por outro idioma distinto, um pouco como outros comentaristas falam de «Glorblish» em oposição ao inglês padrão em uma de suas muitas variedades nativas (veja, por exemplo, Seidlhofer 2011, Jenkins 2014). Alguns argumentam que o tipo de inglês usado como língua franca não deve ser considerado «propriedade» por falantes nativos de inglês. Em vez disso, o inglês como uma língua franca (ELF) deve ser considerado legítimo em si mesmo, e não como uma forma deficiente do inglês.

O que nos diz a pesquisa?

O interesse linguístico na ELF e o interesse dos filósofos políticos na justiça linguística desenvolveram-se simultaneamente, mas as duas literaturas ainda não se aproximaram (exceto, por exemplo, Gazzola e Grin 2013). Van Parijs (2011), um forte defensor do uso do inglês internacionalmente, bem como vários de seus seguidores, assumem que o inglês usado internacionalmente não é diferente do inglês como língua materna (ENL). Pelo contrário, os apoiantes da ELF consideram-nos essencialmente diferentes. No entanto, além de algumas referências, ele não estava interessado em questões levantadas por filósofos políticos interessados em justiça linguística. Esta falta de atenção é problemática, uma vez que pode conduzir a erros graves no diagnóstico das questões em causa.

Por exemplo, a afirmação de que os falantes de inglês não nativos já não estão em desvantagem em comparação com os falantes nativos quando o inglês é falado na língua franca (no sentido de «ELF»; ver Jenkins 2014: 39-40; Seidlhofer 2011: 16) permanece vago. Para fundamentar tal alegação, precisamos primeiro de uma compreensão clara do que constitui injustiça ou desvantagem não relacionada, e como a ELF resolve ou reduz. Só então se poderá dar uma opinião adequada sobre a maior justiça da ELF.

Ao mesmo tempo, se o uso do inglês por falantes não nativos puder ser dissociado do uso do inglês por falantes nativos, isso deve levar os filósofos a

reconsiderar a alegação de que o uso do inglês como língua veicular global é injusto. Algumas características do argumento ELF devem então entrar na discussão normativa da justiça linguística global, levando a uma remodelação das posições atuais e a uma reorientação de argumentos predominantes.

A pesquisa identifica quatro fontes de injustiça linguística global em um mundo onde o inglês seria usado como uma língua franca global.

1. **Injustiça comunicativa:** os falantes não-ínglês terão habilidades de comunicação comparativamente mais baixas, o que pode dificultar sua comunicação.

2. **Desigualdade de recursos:** os falantes não nativos precisam investir recursos consideráveis na aprendizagem de inglês, enquanto os falantes nativos não precisam fazê-lo.

3. **Injustiça do mundo da vida:** línguas não-ínglês são relegadas para a arrabalde, enquanto os falantes dessas línguas se encontram gastando uma parte crescente de suas vidas em um ambiente de língua inglesa e referências (o que os filósofos políticos chamam de «mundo da vida»).

4. **Injustiça da dignidade:** o status mais elevado do inglês implica, correlativamente, um status mais baixo para as outras línguas, e um mais pequeno grau de dignidade e prestígio para eles.

Ilustrações e provas

Reconceptualizar o inglês como um ELF não elimina a injustiça linguística. Em primeiro lugar, o investimento em recursos continua a ser fundamentalmente desigual. Em segundo lugar, uma vez que o ELF não é estável e intrinsecamente dinâmico, não é claro para os oradores qual é a finalidade comunicativa, o que pode levar a incerteza comunicativa. Além disso, na maioria dos casos, ainda existe uma lacuna de competências entre falantes nativos e falantes não nativos. Terceiro, embora seja teoricamente possível «desculturalizar» a língua inglesa e «reculturalizar» como uma língua verdadeiramente compartilhada e neutra, isso não é plausível, especialmente à luz da instabilidade fundamental do ELF, que contrasta acentuadamente com a forte raiz cultural da ENL em países de grande importância econômica, política e demográfica, como a

Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a Austrália, etc. (Mackenzie, 2014). Em quarto lugar, precisamente devido à diferença entre uma ELF instável e uma ENL há muito estabelecida com fortes tradições literárias e nacionais, é pouco provável que o prestígio da ELF corresponda ao da ENL.

Implicações políticas

Uma alternativa possível, dado que o inglês tem uma influência considerável e é atualmente mais utilizado do que qualquer outra língua na comunicação internacional, é procurar outra estratégia no que diz respeito ao uso do inglês. Pode, em particular, ser concebida como uma língua franca policêntrica, assim como as *línguas maternas* como o alemão, o holandês (e o próprio inglês!) também são policêntricas. O envolvimento daí resultante não se traduz diretamente em medidas políticas, mas pode alargar o âmbito das considerações relacionadas com os objetivos da política linguística.

Se a própria língua franca é considerada policêntrica, o uso do inglês na comunicação internacional deve abranger a forma como o inglês é falado com base na L1, o que torna a língua mais diversificada internamente. Esta abordagem fornece um padrão de comunicação mais claro para evitar a incerteza jurisdicional (como seria o caso se o FLE fosse considerado um objetivo de aprendizagem). Como mostra De Schutter, permite transferir as características e expressões L1 para o inglês, garantindo assim uma reculturalização mais estável, e restabelece uma dignidade mais igual ao apropriar-se da língua,

estabelecendo padrões para ela e dando aos utentes ingleses não nativos a confiança de que o que eles falam também é (bom) inglês, de acordo com as regras locais, cuja padronização dá aos falantes um contrapeso mais credível às normas ENL do que a volatilidade do ELF.

Referências e aprofundamento

Apresentada por Schutter, H. (embreve). *Justiça Linguística Global e Inglês como Língua Franca*. Em F. Grin & P. Kraus (Eds.), *A Política do Multilinguismo. Governação linguística, globalização e europeização*. Amesterdão: É o John Benjamins.

Gazzola, M. & Grin, F. (2013). A ELF é mais eficaz e justa do que a tradução? Uma avaliação do regime multilingue da UE. *Revista Internacional de Linguística Aplicada*, 23, 93-107.

Jenkins, J. (2014). *Inglês como língua franca na universidade internacional: A política da política académica da língua inglesa*. Oxford: É o Routledge.

Mackenzie, I. (2014). *Inglês as a Lingua Franca. Teorização e Ensino de Inglês*. Oxford: É o Routledge.

Seidlhofer, B. (2011). *Entendendo Inglês como uma Lingua Franca*. Oxford: Oxford University Press (em inglês).

Van Parijs, P. (2011). *Justiça Linguística para a Europa e para o Mundo*. Oxford: Oxford University Press (em inglês).

60 Quais são as abordagens linguísticas adequadas para atender às necessidades linguísticas dos reformados móveis?

Por Gustafson, Ann Elisabeth Laksfoss, Cardozo, Uppsalauniversitet

A migração de pensionistas relativamente ricos do Norte da Europa para destinos de reforma ao longo das costas mediterrânicas dá origem a contextos sociolinguísticos distintos. Muitos migrantes reformados não aprendem a língua do país de acolhimento, pelo menos em profundidade. Em vez disso, os migrantes e outros intervenientes locais utilizam uma série de estratégias linguísticas para satisfazer as suas necessidades de comunicação. Quais são essas estratégias e como devem os decisores locais navegar no complexo panorama linguístico da migração internacional na reforma?

O que nos diz a pesquisa?

Podem ser identificadas duas perspetivas normativas sobre a mobilidade e a diversidade linguística na Europa. Em primeiro lugar, as questões linguísticas desempenham um papel proeminente nas discussões sobre a integração dos imigrantes. É frequentemente considerado essencial que os imigrantes aprendam a língua do país de acolhimento para aceder ao mercado de trabalho e participar em processos políticos, bem como por razões culturais relacionadas com a pertença e a identidade. Deste ponto de vista, o resultado preferido é o multilinguismo a nível individual, ou seja, os imigrantes aprendem a língua do país de acolhimento para além da sua língua materna.

Em segundo lugar, existem políticas europeias e nacionais em matéria de direitos das línguas minoritárias, que, por vezes, também se aplicam aos migrantes. Estes direitos implicam que os residentes legais com uma língua materna diferente da maioria ou da língua oficial devem, em determinadas circunstâncias, ter a oportunidade de utilizar a sua língua materna. Deste ponto de vista, o resultado preferido é o multilinguismo a nível societal: a sociedade de acolhimento fornece informações não só na língua maioritária, mas também nas línguas minoritárias relevantes, estando a interpretação ou tradução disponível em determinadas situações.

Quando confrontados com as necessidades linguísticas dos pensionistas móveis, os decisores políticos têm de encontrar um equilíbrio entre estas duas perspetivas.

Ilustrações e provas

No caso da migração internacional de pensionistas, a pesquisa MIME identificou uma série de estratégias

linguísticas utilizadas pelos pensionistas móveis.

1) Muitos pensionistas — pelo menos aqueles de comunidades linguísticas mais pequenas — tentam inicialmente aprender a língua do país de acolhimento. As autoridades locais podem ter um papel a desempenhar na oferta de cursos de línguas adaptados às necessidades dos pensionistas estrangeiros, a menos que outros intervenientes o façam. Por exemplo, os reformados tendem a preferir concentrar-se nas competências de comunicação em vez da correção gramatical, e os cursos em linha podem ser úteis em destinos em que muitos migrantes sazonais não podem frequentar cursos regulares no local.

No entanto, a educação linguística não é suficiente. Muitas vezes, os idosos têm dificuldade em aprender uma nova língua e têm menos oportunidades e incentivos do que os jovens para aprender a língua local. A pesquisa do MIME mostra que os pensionistas que migram por razões de «estilo de vida» muitas vezes ganham pouco domínio das línguas de seu novo país de origem.

2) Em vez disso, os migrantes reformados são muitas vezes capazes de usar a sua língua materna. A pesquisa MIME identificou quatro maneiras de fazê-lo. Em primeiro lugar, muitos destinos de reforma assistiram ao surgimento de comunidades expatriadas, onde os migrantes reformados podem viver uma grande parte da sua vida quotidiana na sua língua materna.

Em segundo lugar, os pensionistas podem recorrer a serviços de interpretação ou tradução, que estão frequentemente disponíveis em locais onde muitos reformados estrangeiros se instalaram. No entanto, o estudo MIME constatou que estes serviços linguísticos são frequentemente prestados por amigos, conhecidos ou intérpretes sem qualificações formais. Em situações sensíveis, isso pode ser um problema. Em terceiro lugar, a intercompreensão (compreensão mútua entre utilizadores de línguas próximas) tem sido relatada em alguns contextos. Em quarto lugar, os migrantes podem regressar temporariamente ao seu (antigo) país de origem para realizar determinadas atividades, por exemplo para consultar o seu médico. Esta estratégia pode ser descrita como uma «saída».

3) Finalmente, o inglês é cada vez mais usado como uma língua franca em destinos de reforma, já que ambos os pensionistas e residentes locais ganham um melhor conhecimento do inglês. Para muitos migrantes reformados, isso facilita a vida se eles são capazes de se comunicar em inglês e não na língua local. Mas a predominância do inglês também envolve questões de poder e status que podem ser sensíveis na interação entre nativos e estrangeiros e, portanto, para a coesão social. Além disso, as autoridades locais parecem, por vezes, ter demasiada confiança em inglês e acreditam que as informações fornecidas em inglês são acessíveis a todos os estrangeiros.

Não é esse o caso, uma vez que nem todos os reformados móveis compreendem o inglês e mesmo aqueles que, em geral, podem compreender melhor se receberem informações na sua língua materna. O inglês é muitas vezes útil para a comunicação diária e divulgação de informações gerais, mas a interpretação ou tradução para a língua materna é necessária para complementar certos grupos e indivíduos, e em situações particularmente sensíveis.

Implicações políticas

Os migrantes reformados utilizam uma vasta gama de estratégias linguísticas para gerir a comunicação quotidiana. Os decisores políticos têm de reconhecer e adaptar-se a esta diversidade, evitar soluções «tamanho-um» e estar preparados para utilizar abordagens linguísticas diferentes consoante a situação. Tal pode incluir uma educação linguística favorável aos migrantes, cooperação com associações étnicas, serviços de interpretação e tradução públicos de boa qualidade e uma utilização bem pensada do inglês como língua franca. Se as autoridades do país de acolhimento

puderem e estiverem dispostas a prestar serviços de interpretação em domínios que não sejam processos judiciais, quando exigido pelo direito da UE, deve ser dada prioridade aos cuidados médicos.

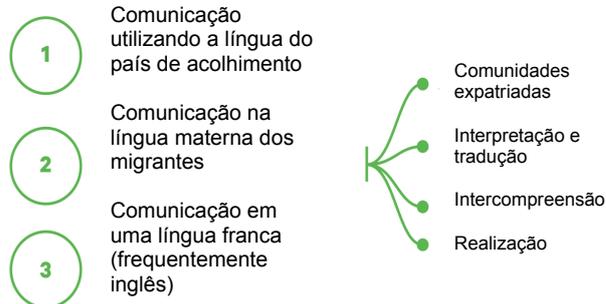
Referências e aprofundamento

Casado-Díaz, M. A. (2006). Reformar-se para Espanha: Uma análise das diferenças entre os nacionais do Norte da Europa. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 32, 1321-1339.

O'Reilly, K. (2008). *Conversas sobre a Costa*. Publicado por Lulu.com

Torkington, K., David, I., & Sardinha, J. (Eds.). (2015). *Praticando a boa vida: Migração de estilo de vida em práticas*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars (em inglês).

ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE PENSIONISTAS



61 Como a intercompreensão pode ser usada em contextos profissionais?

Machteld Meulleman, Alice Fiorentino, Universidade de Reims Champagne-Ardenne

Um dos principais desafios com que se deparam as instituições públicas e privadas na Europa é a forma de gerir uma grande variedade de contextos de comunicação multilingues, incluindo o trabalho. A investigação em economia da língua mostra que um nível elevado de inglês não é necessariamente suficiente e que as competências noutras línguas estrangeiras podem ser amplamente recompensadas porque oferecem uma vantagem competitiva adicional (por exemplo, Grin, Sfreddo e Vaillancourt 2010). As soluções alternativas para as empresas que operam num contexto multilingue incluem o recrutamento de falantes nativos, a utilização de intérpretes e tradutores profissionais e a prestação de formação linguística interna. Paralelamente a estas estratégias bem conhecidas, o potencial de intercompreensão continua a ser largamente subexplorado, quer oral quer escrito.

O que nos diz a pesquisa?

Em contextos profissionais, observou-se o uso da intercompreensão oral em reuniões presenciais, tanto entre colaboradores próximos (Ribbert & de Thije 2007) quanto informais (Klaveren & De Vries 2012). Foi reivindicada uma série de vantagens para este método de mediação, especialmente em contextos que envolvem o trabalho em equipa. Sempre que os colegas falam (ou têm conhecimentos suficientes) de línguas relacionadas (ou seja, relativamente próximas umas das outras), estas competências linguísticas comuns podem ser utilizadas para poupar tempo, evitar fadiga mental e transmitir a compreensão cultural mútua.

Em contextos profissionais envolvendo documentos escritos em línguas estrangeiras, a intercompreensão é bastante difundida, especialmente quando combinada com o uso de dicionários ou ferramentas de tradução. As habilidades recetivas escritas são altamente económicas por duas razões principais.

Em primeiro lugar, oferecem a máxima flexibilidade, uma vez que, com um pouco de formação, é perfeitamente possível não só alcançar uma compreensão de elevada qualidade das línguas conexas, mas também recuperar informações de documentos escritos em línguas menos estreitamente relacionadas, mas também de línguas de contacto (Castagne 2007). Em segundo lugar, não implicam custos diretos e

podem reduzir a necessidade de serviços de interpretação e tradução. Uma simulação da comunicação interna entre as instituições europeias e os Estados-Membros sugere que a aplicação da intercompreensão entre os deputados ao Parlamento Europeu e os funcionários europeus, em alternativa a um modelo baseado exclusivamente na interpretação e tradução entre todas as línguas oficiais da UE, reduziria significativamente o número de pares de tradução, poupando aos Estados-Membros vários milhões de euros (Grin 2008), promovendo simultaneamente práticas multilingues.

Ilustrações e provas

Para explorar a intercompreensão em círculos profissionais, realizamos um estudo com 10 ex-graduados da Universidade de Reims Champagne-Ardenne, treinados há dois anos em habilidades recetivas em pelo menos três idiomas românicos (italiano, espanhol, português) e três idiomas germânicos (alemão, inglês e holandês). Nove em cada dez participantes referiram utilizar a intercompreensão escrita mais frequentemente em combinação com o uso de um dicionário. No entanto, apenas alguns participantes relataram usar suas habilidades de intercompreensão para documentos orais apenas em contextos privados.

Assim, mesmo os profissionais treinados em multilinguismo recetivo tendem a não utilizar essas habilidades em contextos orais.

Isso sugere que o uso profissional da intercompreensão oral ainda não é visto como uma alternativa real a estratégias como a lingua franca. Uma solução possível poderia ser incentivar os profissionais a chegarem a um acordo explícito sobre as estratégias de mediação que podem utilizar, por exemplo, discutindo brevemente os respetivos repertórios linguísticos quando começam a trabalhar em conjunto.

Implicações políticas

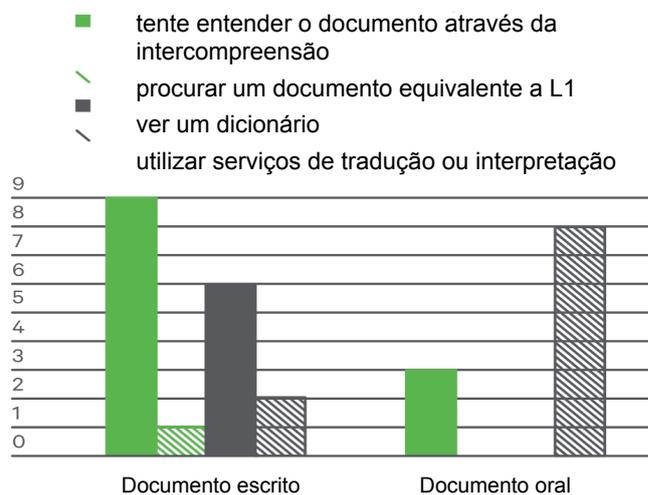
À luz do que precede, os decisores políticos poderão considerar as seguintes ações.

1. Incentivar e ajudar as organizações profissionais a implementar projetos-piloto que promovam o uso da intercompreensão, tanto para processar documentos escritos como para interações presenciais dentro das

equipas.

2. As organizações profissionais devem proporcionar formação individual em competências interativas de intercompreensão para o pessoal envolvido em equipas multilingues e competências de receitividade escrita para os membros do pessoal que são frequentemente confrontados com documentos produzidos em línguas mutuamente inteligíveis ou já parcialmente conhecidas.

3. Incluir formação em competências intercompreensões para perfis profissionais com orientação multilingue e intercultural.



RESPOSTAS DOS INQUIRIDOS À PERGUNTA: «EM FACE DE UM DOCUMENTO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA, QUE ESTRATÉGIAS UTILIZA?»

Referências e aprofundamento

- Castagne, E. (Ed.) (2007). *As questões da intercompreensão*. Coll. ICE 2, Reims: EPURE.
- Rin, F. (2008). Intercompreensão, eficiência e equidade. Em V. Conti & F. Grin (Eds.), *Concordo entre línguas vizinhas: à Intercompreensão* (p. 79-109). Genebra: É o Georg.
- Griin, F., Sfreddo, C. & Vaillancourt, F. (2010). *The Economics of the Multilingual Workplace (em inglês)*. Nova Iorque: É o Routledge.
- Klaveren, S. & De Vries, J. (2012). *A prática e os potenciais da Intercompreensão. Investigação sobre a eficiência da interpretação no que diz respeito ao fluxo de trabalho na Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia*. Universidade de Utrecht.
- Ribbert, A. & ten Thije, J. D. (2007). Multilinguismo recetivo na cooperação entre equipas interculturais holandesas e alemãs. Em J. D. ten Thije & L. Zeevaert (Eds.), *multilinguismo recetivo: análises linguísticas, políticas linguísticas e conceitos didáticos* (pp. 73-101). Amesterdão: É o John Benjamins.

62 Quais são as melhores maneiras de trabalhar com tradução de máquina?

Anthony Pym, Universidade Rovira i Virgili

É fácil obter uma tradução on-line gratuita, ficar chocado com erros e declarar que os sistemas são inúteis, e os seres humanos sempre traduzirão melhor. Mas quando os serviços de tradução automática on-line atraem mais de 500 milhões de utentes e estão disponíveis em mais de 100 idiomas (Turovsky 2016), é claro que as pessoas os acham úteis, especialmente em situações de mobilidade intensiva. O desafio é saber exatamente o que tradução de máquina é certo, e quando usá-lo.

O que nos diz a pesquisa?

Uma vez que a tradução automática é usada em muitos campos diferentes, os pesquisadores são capazes de selecionar as áreas que melhor se adequam aos resultados que eles querem alcançar. Apesquisa realizada por desenvolvedores e suas empresastende, portanto, a superestimar o desempenho geral, tão facilmente quanto a busca de resistência dos tradutores tradicionais poucos superestima o desempenho ruim. Nossa pesquisa sobre como a tradução automática é realmente usada em serviços públicos identifica vários cenários muito diferentes.

Tradução automática em áreas fechadas: enquanto um número limitado de coisas está ligada de um número limitado de maneiras, por exemplo, em manuais de máquina ou produtos de computador específicos, a qualidade bruta da tradução automática pode ser muito alta, mesmo que os resultados devam ser verificados ('post—edited') em caso de comunicação de alto risco. Quando os motores internos de tradução automática são usados desta forma, eles funcionam como grandes memórias de tradução.

Tradução automática para comunicação de baixo risco: em todas as situações em que os custos dos erros são mínimos e são compreendidos pelos utilizadores, é comum fornecer tradução automática por iniciativa do utilizador para línguas que, de outra forma, não receberiam traduções.

Isto pode acontecer em sítios Web municipais, por exemplo, em que o utilizador tem de clicar na língua em causa e deve ser informado de que a tradução pode estar incorreta. O mesmo princípio se aplica nas situações em que o feedback dialógico permite a verificação verbal de traduções, como em consultas médicas. Em tais situações, a tradução automática tende a ser uma das soluções usadas por pessoas móveis.

Pós-edição em domínios abertos ou de alto risco: uma vez que os critérios acima não se aplicam, as traduções

automáticas devem ser corrigidas ('post—edited') pelo homem, talvez de várias maneiras diferentes. Em muitas áreas, o post—editar tradução automática produz traduções de uma qualidade semelhante à de traduções totalmente humanas com algumas economias de tempo.

Não-tradutores como pós-publicadores: em muitos campos técnicos, especialistas de campo que não sabem a língua inicial pode com sucesso pós-editar a saída de tradução automática. Podem ser voluntários interessados, como no caso de «contratos participativos». Seu trabalho pode então ser verificado por tradutores profissionais, dependendo da qualidade necessária.

Pré-edição quando são necessárias várias línguas de destino: a principal alternativa à pós-edição é a « pré-edição», onde o texto inicial é escrito em uma linguagem simplificada e controlada antes de ser alimentado por um sistema de tradução automática. A qualidade pode ser muito alta, e os ganhos de eficiência aumentam com cada idioma de destino adicional necessário. Como regra geral, se você traduzir para mais de cinco línguas de destino, a pré-edição será melhor do que pós-edição.

Ilustrações e provas

Há muitas maneiras de integrar a tradução de máquina em fluxos de trabalho. Um modelo de maximização é o diagrama anexo de Carson-Berndsen et al. (2009). O texto entra no canto superior esquerdo, onde os elementos traduzíveis são extraídos e são automaticamente segmentados (geralmente em frases) para processamento em sistemas de memória de trânsito. Os segmentos são então introduzidos em um sistema de tradução automática, que dá uma versão que pode ser revista por profissionais voluntários ou especialistas em línguas-alvo no campo em questão. Em seguida, os tradutores profissionais revisam o resultado e, em seguida, realizam uma revisão estilística e uma revisão da língua de destino. Os elementos traduzíveis são então inseridos no formato original («reconstrução»), com qualquer material gráfico, e a tradução está pronta para entrega. Obviamente, não é necessário ter todas estas etapas em todos os projetos, mas tudo pode ser considerado de acordo com as necessidades. Não é necessário seguir esta ordem específica: Temizöz (2013), por exemplo, descobriu que a qualidade era maior quando engenheiros na língua-alvo revisaram a publicação de tradutores do que na outra direção. O ponto importante é que ninguém no campo profissional apresenta a tradução de máquina crua como o produto

final.

Implicações políticas

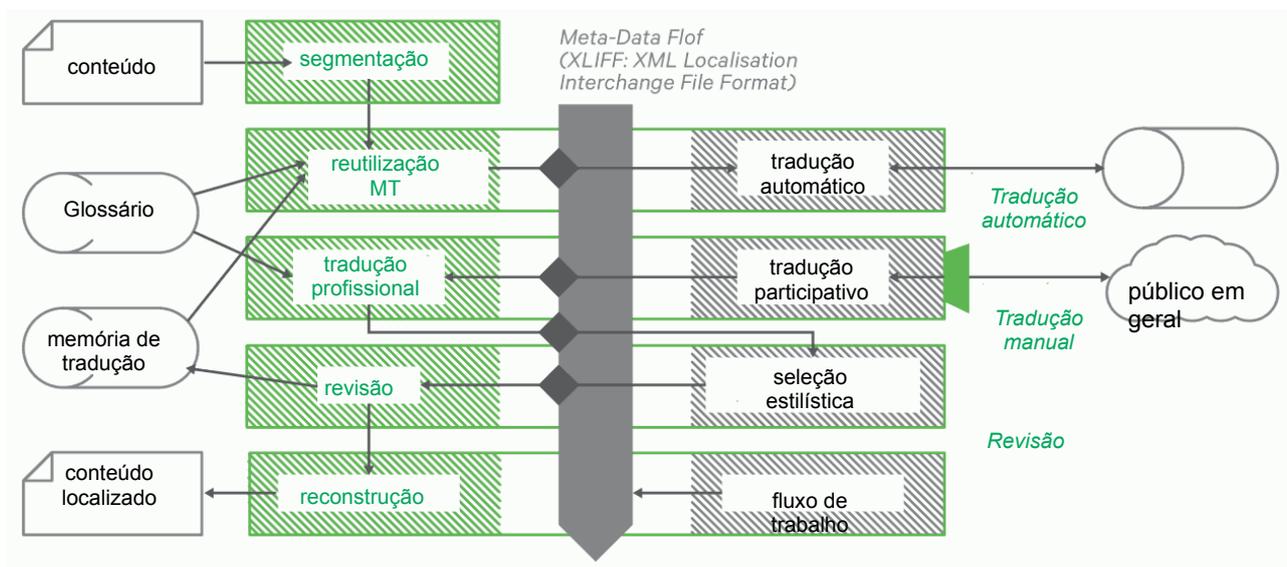
Os decisores políticos envolvidos na tradução automática devem ter em conta as seguintes orientações:

- ▶ a tradução automática pode ser integrada em fluxos de trabalho que incluem pós-edição e/ou pré-edição;
- ▶ A tradução automática em bruto só deve ser apresentada em situações de baixo risco quando o utilizador toma a iniciativa, os limites são compreendidos e a língua não será traduzida de outra forma. Por conseguinte, a tradução automática bruta não pode, por si só, satisfazer os requisitos baseados nos direitos linguísticos;
- ▶ A formação de tradutores deve incluir pós-edição e pré-edição, devendo ser empregados profissionais

com estas competências.

Referências e aprofundamento

- Carson-Berndsen, J., Somers, H., Way, A., & Vogel, C. (2009). Tecnologia de linguagem integrada como parte da localização da próxima geração. Foco na localização: *The International Journal of Localization*, 8, 53-66.
- Temizöz, Özlem (2013). *Postiting saída de máquina-tradução e sua revisão*. Tese de doutoramento. Universitat Rovira i Virgili. tdx.cat/handle/10803/128204
- Turovsky, B. (2016). *Dez anos de Google Translate*. goo.gl/TjnUWk. Acessado em maio de 2017.



63 Quem deve trabalhar como intérprete ou tradutor?

Nike K. Pokorn, Jaka Čibej, Univerza/Ljubljani

Migrantes recém-chegados, membros bilingues da família, profissionais de outras áreas (por exemplo, enfermeiros) e funcionários bilíngues (por exemplo, limpeza em instalações de saúde) trabalham frequentemente como corretores culturais em contextos altamente sensíveis relacionados com cuidados de saúde, serviços jurídicos, polícia e escola, com pouca ou nenhuma formação para essas tarefas. Estes intérpretes e tradutores improvisados são regularmente empregados pelo Estado e por outras partes interessadas em diferentes Estados-Membros da UE. Então, precisamos de treinar tradutores e intérpretes, ou podemos usar bilíngues e especialistas não treinados para esses fins de comunicação?

O que nos diz a pesquisa?

Vários estudos têm analisado situações em que a interpretação foi realizada por profissionais que não tinham sido treinados como intérpretes. Mostram que, muitas vezes, os profissionais transmitem informações errôneas que levam a uma comunicação deficiente. Por exemplo, Elderkin-Thompson et al. (2001) analisaram 21 pacientes de língua espanhola que contataram seu médico com a ajuda de enfermeiros intérpretes. Verificaram que cerca de metade dos encontros resultou em graves erros de comunicação, comprometendo a compreensão dos sintomas pelo médico e comprometendo a credibilidade das preocupações do paciente. Da mesma forma, Berg-Seligson (2011) estudou policiais atuando como intérpretes durante interrogatórios de suspeitos e descobriu que sua mediação levou à transferência de informações incorretas que levaram a sérios erros de comunicação.

Outras pesquisas mostram que existem riscos significativos associados ao uso de intérpretes e tradutores improvisados, incluindo a imprecisão da transferência (omissões e adições) e a falta de imparcialidade e confidencialidade.

Intérpretes improvisados frequentemente apresentam suas próprias opiniões, desafiam declarações feitas pela pessoa que interpretam a declaração, orientam respostas ou respondem a perguntas em nome da pessoa que interpretam, e muitas vezes se envolvem em outras tarefas fora da conversa interpretada (Cambridge 1999, Flores et al. 2003, Martínez-Gómez 2014; Lesch and Saulse 2014 (em inglês).

Ilustrações e provas

Intérpretes e tradutores improvisados também podem introduzir uma desconfiança considerável na comunicação. O inquérito MIME aos requerentes de asilo na Eslovênia, em 2016, revelou que os migrantes que têm de utilizar intérpretes na sua comunicação com as autoridades sabem que os intérpretes não treinados são frequentemente utilizados na comunicação interpretada e que esta falta de formação resulta numa comunicação deficiente. Um homem de 33 anos do Irão disse:

Os tradutores oficiais e intérpretes que traduzem documentos, sim, são qualificados. Mas os outros que são apenas intérpretes... Alguns deles, eles não estudaram, a maioria deles, eles não estudaram nessa área, então eles... Porque eles sabem a língua, eles vêm para o trabalho. [...] às vezes houve um mal-entendido entre as pessoas, ou uma má tradução entre as pessoas.

Esta mão de obra pouco qualificada leva então à frustração, como disse um afegão de 22 anos:

Eu tenho notado muitas vezes que a maioria dos tradutores não são capazes de entender o que você quer entender... ou eles não são capazes de entender, ou eles não são capazes, eu não sei... ou talvez você não possa explicar como você gosta, você sabe. E desta forma, a informação é perdida no seu caminho para a terceira pessoa.

Pesquisas mostram que o uso de pessoas bilíngues não treinadas pode levar a uma rutura da comunicação e aumentar a frustração entre os participantes.

Implicações políticas

A fim de evitar falhas de comunicação devido à interpretação ou tradução por intérpretes e/ou tradutores não treinados, os decisores políticos devem considerar o seguinte:

1. subsidiar a formação de profissionais, com ênfase na aquisição de habilidades em interpretação e tradução;
2. proporcionar formação aos professores bilíngues, com destaque para a aquisição de competências temáticas (isto é, conhecimentos da área), competências de interpretação e tradução e ética profissional;

3. desenvolver oportunidades de formação a preços acessíveis para que os migrantes possam aceder à profissão de intérprete e tradutor comunitário.

Referências e aprofundamento

Berk-Seligson, S. (2011). Negociação e alojamento comunicativo em questões bilíngues de fonte: uma perspetiva crítica de interação sociolinguística. *Revista Internacional da Sociologia da Linguagem*, 207, 29-58.

Cambridge, J. (1999). Perda de informação em entrevistas médicas bilíngues através de um intérprete não treinado. *O tradutor*, 5, 201-219.

Elderkin-Thompson, V., Silver R. C., & Waitzkin, H. (2001). Quando os enfermeiros dobram como

intérpretes: Um estudo de pacientes de língua espanhola em um ambiente de atenção primária dos EUA. *Ciências Sociais e Medicina*, 52, 1343-1358.

Flores, G. et al. (2003). Erros na interpretação médica e suas potenciais consequências clínicas nos encontros pediátricos. *Pediatrics*, 111, 6-14.

Lesch, H. M. & Saulse, B. (2014). Revisitar o serviço de interpretação no setor da saúde: uma visão geral descritiva. *Perspetivas*, 22, 332-348.

Martínez-Gómez, A. (2014). Criminosos que interpretam para criminosos: quebrando ou moldando normas? *O Jornal de Tradução Especializada*, 22, 147-193.

Weisskirch, R. S. (Ed.) (2017). *Corretor de Idiomas em Famílias Imigrantes: Teorias e Contextos*. Londres: É o Routledge.

64 Como e quando devem ser prestados serviços de tradução e interpretação aos migrantes recém-chegados?

Nike K. Pokorn, Jaka Čibej, Univerza/Ljubljani

Os recentes fluxos migratórios dificultaram o apoio à tradução ou interpretação no contexto de atividades cívicas, sociais, económicas e políticas. Estes serviços são frequentemente representados nos meios de comunicação social como uma fuga significativa e desnecessária de fundos públicos. Várias políticas linguísticas especificam quando a tradução e interpretação devem ser fornecidas. Na UE, foram garantidos nos procedimentos de asilo pela Diretiva 2013/32/UE e em processos penais pela Diretiva 2010/64/UE. No entanto, não existe legislação da UE que garanta o acesso mediado a instituições públicas (escolas, universidades, centros comunitários, etc.), serviços humanos e sociais (centros de refugiados, centros de autoajuda), instituições de saúde, organizações religiosas ou serviços de emergência.

Quais são os contextos em que o apoio à tradução e à interpretação é crucial e deve ser prestado pelo Estado e a que custo?

O que nos diz a pesquisa?

Vários estudos sobre a utilização de intérpretes não formados nos tribunais demonstraram que uma interpretação de elevada qualidade é essencial para assegurar um processo judicial equitativo (Hertog 2015). Outros estudos demonstram a importância do apoio à interpretação e tradução de alta qualidade nas organizações de saúde.

No contexto dos cuidados de saúde, a ausência de apoio linguístico adequado pode levar a um diagnóstico inadequado ou a um diagnóstico deficiente, a um tratamento médico tardio ou incorreto, a consultas demasiado frequentes com o médico, ao prolongamento da permanência hospitalar e à duplicação de exames. Lindholm et al. (2012) analisaram os prontuários de 3.071 pacientes em um hospital dos Estados Unidos entre 2004 e 2007.

O tempo de internação para pacientes com conhecimento limitado de inglês foi consideravelmente mais pequeno quando os intérpretes profissionais foram utilizados na admissão ou na admissão e saída. Pacientes sem interpretação profissional tiveram uma permanência média de 0,75 a 1,47 dias maior do que os pacientes que tiveram intérprete tanto na admissão quanto na saída. Além disso, os pacientes que recebiam

serviços de interpretação na admissão e/ou saída foram menos propensos a serem readmitidos após 30 dias. As economias são bastante claras, considerando que o custo médio de um dia de hospitalização nos Estados Unidos em 2013 variou de US \$ 1,791 (para hospitais com fins lucrativos) a US \$ 2,289 (hospitais sem fins lucrativos), enquanto o salário médio para um tradutor ou intérprete em um hospital dos EUA era de US \$ 22,90 por hora. Isso significa que um intérprete deve passar cerca de 80 horas com um paciente antes que os custos de interpretação excedam o custo do tempo economizado no hospital.

A incapacidade de prestar assistência de qualidade na interpretação e tradução no domínio dos cuidados de saúde também pode dar origem a queixas e litígios. Quan e Lynch (2010) relatam que em quatro Estados dos Estados Unidos entre 2005 e 2009, houve 35 reivindicações no total de US \$ 2.289.000 por danos ou liquidação e US\$ 2.793,800 em custos legais devido à falta de serviços linguísticos adequados nas unidades de saúde.

Ilustrações e provas

Um estudo realizado pela Universidade de Liubiana entrevistou 38 requerentes de asilo e colocou uma ênfase especial na utilização de tradutores e intérpretes (ver Pokorn & Čibej 2017).

Os resultados mostram que, mesmo quando os migrantes foram capazes de aprender a língua de acolhimento, muitas vezes carecem de competências para interagir em contextos especializados, tais como entrevistas para procedimentos de asilo e nomeações com advogados e médicos, como evidenciado por um entrevistado iraniano de 26 anos, que ocasionalmente interpreta nos cuidados de saúde:

Sim, lá fora ou no consultório médico. De fArsi a Inglês. Mas eu não entendo muitas palavras para médico, para o corpo, mas eu aprendo muito alto.

Uma pessoa afegã de 22 anos que esteve na Eslovénia durante cinco anos na altura da entrevista foi suscitada de forma semelhante:

Eu usei principalmente tradutores e intérpretes no

início, quando eu não conhecia esloveno. Eu precisava principalmente deles para relacionamentos oficiais, como entrevistas ou outras obrigações, ou no hospital, quando eu estava conversando com um médico, eu sempre precisava de alguém que pudesse explicar o que eu queria dizer.

Por conseguinte, a tradução e a interpretação desempenham um papel importante no início do processo de inclusão e prestam apoio em algumas das situações mais vulneráveis que os migrantes enfrentam.

Implicações políticas

À luz destas conclusões, a interpretação e a tradução dos serviços públicos devem ser financiadas pelo Estado e fornecidas aos migrantes recém-chegados em situações de alto risco, em especial nas estruturas jurídicas, policiais e de saúde. Esse apoio contribuiria para acelerar o processo de inclusão, reduzindo simultaneamente os custos, especialmente no domínio dos cuidados de saúde.

Referências e aprofundamento

Ertl, A. & Pöllabauer (2010). Intérpretes de formação

(médicos) — a chave para as boas práticas. Medint: Uma Perspetiva Europeia Conjunta de Formação. *O Jornal de Tradução Especializada*, 14, 145-164.

Hertog, E. (2015). Diretiva 2010/64/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao direito à interpretação e tradução em processo penal: estratégias de transposição em matéria de interpretação e tradução em processos penais. *Monti*, 7, 73-100.

Lindholm, M., Hargraves J.L., Ferguson W. J., & Reed, G. (2012). Interpretação de linguagem profissional e tempo de internação e taxas de readmissão. *Journal of General Internal Medicine*, 27, 1294-99.

Pokorn, N. K. & J. Čibej (2017). Interpretação e inclusão linguística — amigos ou inimigos? Resultados de um estudo de campo. *O Tradutor*. (Público em linha: 24 de novembro de 2017). doi.org/10.1080/13556509.2017.1396406

Quan, K. & Lynch J. (2010). *The High Costs of Language Barriers in Medical Malpractice (em inglês)*. Universidade da Califórnia: Escola de Saúde Pública, Programa Nacional de Direito da Saúde. www.healthlaw.org/publications/the-high-costs-of-language-barriers-in-medical-malpractice#.Vj78naR-QhY

Tópicos especiais

- 65 Como aplicar o conceito de inclusão aos pensionistas móveis? 168
- 66 As pessoas multilingues são mais criativas? 170
- 67 Como funciona a proteção do multilinguismo na legislação da UE em matéria de defesa do consumidor? 172
- 68 Como podemos evitar a manipulação de divisões étnicas para fins geopolíticos? 174
- 69 O monolinguismo no comércio mundial afeta o ensino e a prática das finanças? 176
- 70 A abordagem dos ciganos à aprendizagem de línguas contém lições úteis para a política de ensino de línguas? 178
- 71 O que pode ser feito para ajudar os reformados móveis que precisam de cuidados institucionais? 180
- 72 Como promover o multilinguismo na legislação europeia dos consumidores? 182

65 Como aplicar o conceito de inclusão aos pensionistas móveis?

Por Gustafson, Ann Elisabeth Laksfoss, Cardozo, Uppsalauniversitet

O quadro MIME, bem como os atuais debates políticos e científicos sobre a integração dos imigrantes, abordam a inclusão na sociedade de acolhimento. No entanto, no caso da migração internacional para a reforma (RM = RM), a inclusão ocorre frequentemente em comunidades expatriadas, definidas por uma nacionalidade e uma língua comuns, e não em relação à sociedade de acolhimento. Muitos migrantes reformados não estão familiarizados com a língua do país de acolhimento. Como devem os decisores políticos locais abordar a constelação específica de mobilidade e inclusão representada por migrantes intraeuropeus mais velhos relativamente privilegiados?

O que nos diz a pesquisa?

«Migração internacional de reforma» refere-se a pensionistas do mundo ocidental que se deslocam, permanente ou temporariamente, para um novo país em busca de uma melhor qualidade de vida. Os fatores relacionados com o clima, a saúde e outros estilos de vida são frequentemente fatores importantes para os migrantes, bem como os fatores económicos.

A migração internacional para a reforma difere de outros tipos de migração, dificultando a inclusão social, cultural e linguística nas sociedades de acolhimento. É difícil aprender uma nova língua em idade avançada e as pessoas que migram após a reforma têm menos oportunidades do que os trabalhadores migrantes para se encontrarem com a população local. Os pensionistas móveis migram frequentemente sazonalmente entre os seus antigos e os novos países e, por conseguinte, estão ausentes do seu novo local de residência durante uma parte do ano. Além disso, muitos migrantes reformados vivem em subdivisões construídas e vendidas diretamente a compradores estrangeiros. Todos estes fatores são obstáculos à aprendizagem de línguas e à inclusão social.

O baixo nível de inclusão dos pensionistas nas sociedades de acolhimento reflete também as paisagens sociolinguísticas específicas que se desenvolveram em destinos importantes de RI. Estes são caracterizados por grandes comunidades expatriadas (clubes étnicos, igrejas, empresas e redes sociais), uso generalizado do inglês como língua franca e sobreposição entre MIR e

turismo. Estas paisagens linguísticas permitem a muitos pensionistas móveis alcançar uma boa qualidade de vida e um elevado grau de inclusão em contextos expatriados sem aprender a língua do país de acolhimento.

No entanto, a literatura científica está preocupada com o facto de a inclusão em enclaves étnicos e não na sociedade maioritária poder comprometer a coesão social global. Há também exemplos de preocupações locais e de frustração nos destinos MIR sobre o fracasso da integração dos pensionistas migrantes. No entanto, os sentimentos xenófobos ou antiimigrantes graves não foram geralmente relatados com esta categoria de migrantes.

Ilustrações e provas

A investigação realizada no âmbito do projeto MIME revela uma série de formas pelas quais as autoridades do país de acolhimento podem tentar facilitar a inclusão dos migrantes reformados. Podem fomentar encontros, interações e intercâmbios entre migrantes reformados e povos indígenas. Eles podem apoiar e colaborar com organizações expatriadas locais, organizar festivais conjuntos e celebrações, e iniciar várias reuniões sociais e educacionais.

Estes intercâmbios podem ser organizados entre pensionistas estrangeiros que desejam praticar a língua do país de acolhimento e os nativos que desejam melhorar o seu inglês (ou outras línguas estrangeiras), por exemplo, convidando migrantes reformados para escolas locais. De um modo mais geral, as autoridades locais podem disponibilizar informações sobre eventos culturais e outros aos residentes estrangeiros na sua própria língua para que se sintam bem-vindos. Clubes étnicos, associações e igrejas podem ser parceiros úteis na colaboração e divulgação de informações relevantes.

A evolução da habitação em destinos costeiros importantes do MIR tem sido claramente prejudicial para a inclusão. Muitas unidades habitacionais construídas para residentes estrangeiros estão localizadas fora dos centros da cidade, com às vezes pouco acesso aos transportes públicos. Estas áreas são grandes enclaves de expatriados isolados de freguesias com habitantes indígenas. Um melhor planeamento urbano pode controlar a segregação étnica residencial e

facilitar a interação entre os povos indígenas e os migrantes.

No entanto, a investigação realizada no âmbito do projeto MIME sugere que a plena inclusão na sociedade de acolhimento não é realmente uma opção nos ambientes sociais e linguísticos específicos que caracterizam atualmente importantes destinos MIR europeus. Em vez disso, a inclusão ocorre principalmente em comunidades expatriadas. Ao mesmo tempo, a migração intraeuropeia proporciona a muitos pensionistas móveis uma melhor qualidade de vida. Se esses reformados satisfizessem maiores requisitos de adaptação linguística, eles provavelmente seriam menos propensos a migrar. Além disso, em parte devido à sua associação com o turismo e a um privilégio relativo, a migração de reformados geralmente não conduz a graves hostilidades, protestos ou outras reações xenófobas nas sociedades de acolhimento.

Implicações políticas

As sociedades de acolhimento podem incentivar encontros interculturais locais e tomar medidas para combater a segregação residencial, a fim de melhorar a inclusão. No entanto, a inclusão de migrantes reformados, pelo menos nos principais destinos do MIR, será em grande parte em comunidades expatriadas com base na origem nacional e numa língua comum. Os resultados do estudo MIME sugerem que os decisores locais não devem esperar ou exigir uma ampla integração linguística por parte dos migrantes reformados, mas sim desenvolver abordagens institucionais e linguísticas para gerir a situação atual.

Referências e aprofundamento

- Betty, C., & Durán, R. (2008). Expatriados britânicos retirados com referência à importância dos clubes sociais e da integração na sociedade espanhola local: Um estudo de caso. Málaga: Observatório Europeo de Gerontomigraciones, Universidade de Málaga. hdl.handle.net/10630/7279
- Gustafson, P. (2008). Transnacionalismo na migração de reforma: O caso dos reformados do Norte da Europa em Espanha. *Estudos étnicos e raciais*, 31, 451-475.
- King, R., Warnes, T., & Williams, A. (2000). *Vida ao pôr do sol: Migração britânica da reforma para o Mediterrâneo*. Oxford: É o Berg.

FATORES QUE AFETAM APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS E A INCLUSÃO NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE REFORMA



66 As pessoas multilingues são mais criativas?

Guillaume Fürst, François Grin, Observatório das Finanças da Universidade de Genebra

Muitas vezes afirma-se que a diversidade gera criatividade. Trata-se, no entanto, de uma questão ampla que suscita um debate considerável. A questão específica do multilinguismo-criatividade faz parte deste debate. Considerando que o multilinguismo está positivamente ligado à criatividade, tal poderia justificar a promoção da aprendizagem e da utilização de várias línguas em diferentes contextos — desde a educação até às empresas e à vida pessoal.

Esta questão coloca um desafio conceptual e empírico e levanta uma série de questões conexas: O que é criatividade? Como podemos mensurá-la e quantificar a sua relação com o multilinguismo? Podemos visar especificamente a diversidade linguística e distingui-la de outras formas de experiência pessoal relacionadas com a diversidade cultural? Os resultados individuais podem ser generalizados a outros níveis (como pequenos grupos ou empresas inteiras)?

O que nos diz a pesquisa?

Essencialmente, a criatividade pode ser vista como uma capacidade cognitiva complexa: a integração de várias habilidades (por exemplo, pensamento divergente, raciocínio, conhecimento geral e específico de campo), levando em conjunto à produção de novas ideias, sua avaliação, seleção e desenvolvimento. Muitos outros fatores, como traços de personalidade ou oportunidades ambientais, estão intimamente ligados à criatividade. No entanto, uma definição focada nos aspetos cognitivos da criatividade certamente reflete muitas de suas dimensões essenciais. Estudos sobre o impacto do bilinguismo na *cognição* mostraram que o bilinguismo, manifestado pela mudança de linguagem, está positivamente ligado a processos cognitivos, como flexibilidade de atenção e capacidade de filtrar informações não relevantes.

Além disso, os benefícios do bilinguismo para esses processos cognitivos parecem ser generalizáveis para outros processos cognitivos, tanto verbais quanto não verbais (Bialystok, 2017).

No entanto, o estudo específico da relação entre *criatividade* (distintamente da *cognição*) e *multilinguismo* (em oposição ao *bilinguismo*) tem recebido pouca atenção até agora. Alguns estudos pioneiros sugerem que o bilinguismo é realmente propício à criatividade, mas muitos deles se concentram exclusivamente em populações específicas, como imigrantes, crianças ou bilíngues de alto nível. Além disso, nestes estudos é muitas vezes difícil determinar se as competências linguísticas são, por si só, propícias

à criatividade ou à experiência multicultural global que muitas vezes está associada ao multilinguismo.

Ilustrações e provas

A pesquisa empírica original realizada no projeto MIME testou ainda mais a hipótese do multilinguismo-criatividade, evitando as limitações acima mencionadas. Os dados coletados de quatro estudos mutuamente compatíveis (com uma amostra total de 592 pessoas) foram usados para testar uma variedade de modelos usando métodos estatísticos avançados.

Neste estudo, o multilinguismo foi conceituado como um conjunto de habilidades, combinando o número total de línguas conhecidas, bem como capacidades produtivas e recetivas em uma segunda, terceira e quarta língua (avaliado usando um instrumento padrão ganza no *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*).

A criatividade foi avaliada utilizando-se dois conjuntos de variáveis: 1) questionários de criatividade, que combinam formação sobre a criação global de ideias e a capacidade de selecionar ideias, bem como informações sobre atividades criativas e realizações em vários domínios (por exemplo, artes visuais, música, ciência); e 2) tarefas de criatividade, que combinam as pontuações obtidas em três tarefas diferentes (estas pontuações basearam-se tanto na avaliação interpares como em procedimentos de avaliação objetiva).

Ao resumir esses resultados, o gráfico em anexo mostra que, para ambos os conjuntos de medidas de criatividade, uma pessoa selecionada ao acaso na população tem uma hipótese de 50 % de ter uma pontuação de criatividade acima da média, enquanto que, se essa pessoa for multilingue, essa probabilidade aumenta para cerca de 60 %. Estes são valores médios, e quanto mais multilingue uma pessoa é, maior a probabilidade de serem criativas.

O multilinguismo também está ligado à experiência estrangeira. As pessoas multilingues, em média, têm viajado e vivido mais frequentemente no estrangeiro, e outras análises mostram que esta experiência também está positivamente ligada à criatividade. Embora estes e outros fatores como a idade, o género ou a educação sejam tidos em conta, o impacto do multilinguismo continua a ser positivo e significativo, especialmente nas tarefas criativas.

Implicações políticas

Nesta fase, podemos dizer que é muito plausível que, a nível individual, o multilinguismo promova a criatividade — diretamente, mas também indiretamente, através da experiência multicultural.

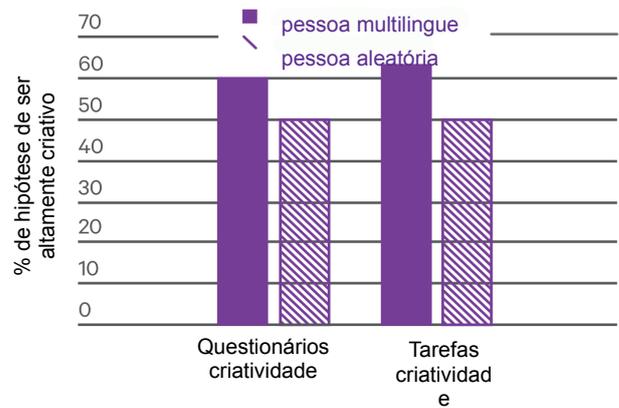
Por outras palavras, a conceção de políticas para aumentar o multilinguismo deve resultar numa maior criatividade. Em especial:

► a aprendizagem de línguas estrangeiras pode ser defendida devido ao seu provável impacto benéfico na criatividade e na cognição geral, e devido ao efeito «kick» que dá à experiência multicultural, que, por sua vez, também está ligada à criatividade;

► Este efeito é mais claro para as competências numa gama mais vasta de línguas, o que sugere que a exposição a mais de uma língua estrangeira é particularmente benéfica.

Embora tenha sido encontrada uma correlação positiva entre o multilinguismo e a criatividade a nível individual, a transposição destes resultados para grupos (e, por extensão, para toda uma sociedade) não é simples. No entanto, a investigação bibliográfica sugere que o multilinguismo e, de um modo mais geral, a diversidade cultural também estão positivamente ligados à criatividade a nível do grupo e podem, em seguida, ser conducentes à inovação. As contribuições da psicologia social demonstraram que os grupos sem diversidade interna são altamente vulneráveis à reflexão coletiva; as pessoas desses grupos muitas vezes querem consenso, levando a decisões prematuras e muitas vezes subótimas. Inversamente, grupos com pelo menos um membro de uma minoria parecem ser mais criativos, provavelmente porque as minorias estimulam

pensamentos divergentes e múltiplas perspetivas.



Referências e aprofundamento

- Bialystok, E. (2017). A adaptação bilingue: Como as mentes acomodam a experiência. *Boletim psicológico*, 143(3), 233262.
- Fürst, G. & Grin, F. (2017). Multilinguismo e criatividade: A Multivariate Approach, *Journal of Multilingual and Multicultural Development*. doi.org/10.1080/01434632.2017.1389948
- Kharkhurin, A. V. (2012). *Multilinguismo e criatividade*. Bristol, Reino Unido: Questões multilingues.
- Paulus, P. B., & Nijstad, B.A. (Eds.) (2003). *Criatividade do Grupo: Inovação através da colaboração: Inovação através da colaboração*. Oxford University Press, EUA.

67 Como funciona a proteção do multilinguismo na legislação da UE em matéria de defesa do consumidor?

Christine Kaddous, Laura Marcus, Universidade de Genebra

O multilinguismo é um atrito frequente nas tensões entre a integração económica da União Europeia e a soberania dos Estados-Membros. Estes últimos têm competência sobre o regime linguístico aplicável nos respetivos territórios, o que significa que os cidadãos têm de utilizar ou conhecer uma língua específica. Na maioria dos casos, são estabelecidas regras para proteger uma ou mais línguas nacionais ou oficiais. Esses requisitos nacionais podem entrar em conflito com o direito primário e/ou derivado da União, que proíbe qualquer disposição nacional que constitua uma restrição à sua aplicação, exceto por motivos razoáveis.

O que nos diz a pesquisa?

O direito dos consumidores é um domínio em que o legislador da UE adotou legislação para regulamentar a utilização de diferentes línguas. No entanto, esta legislação não harmoniza totalmente os aspetos linguísticos das relações entre os comerciantes e os consumidores. Tal deve-se à falta de competência geral da UE neste domínio.

Por conseguinte, os regulamentos adotados pelo legislador da UE dirigem-se principalmente aos Estados-Membros e dizem respeito a domínios específicos. Regra geral, os regulamentos não impõem aos agentes económicos obrigações diretas de utilização de uma língua específica. Pelo contrário, impedem os Estados-Membros de restringirem as escolhas que estes intervenientes podem fazer para escolher uma língua ou outra quando estabelecem uma relação económica com um consumidor. Por conseguinte, o legislador da UE adota critérios linguísticos gerais (sem competências linguísticas enquanto tal, a UE não pode pedir aos agentes económicos que utilizem uma língua específica).

Os Estados-Membros da UE terão de implementar, no âmbito das respetivas disposições jurídicas, as diretivas da UE em matéria de defesa dos consumidores e os agentes económicos terão de cumprir os requisitos linguísticos específicos da legislação nacional adotada em conformidade (ver figura).

Ilustrações e provas

Tomemos exemplos de requisitos linguísticos a nível da UE no domínio das mercadorias, por exemplo em matéria de rotulagem e comercialização, que podem ser considerados como «modalidades de venda». Alguns

regulamentos exigem que os operadores económicos utilizem uma «língua facilmente compreendida pelo consumidor», enquanto outras exigem a utilização de «língua oficial(s) dos Estados-Membros». Quando implementados a nível nacional, estes requisitos adquirem um significado específico: a «língua oficial do Estado-Membro» em França será o francês; uma «língua facilmente compreendida pelo consumidor» será o francês e o neerlandês na Bélgica.

No caso de serviços ou contratos, não existe uma regra linguística específica da UE, mas um requisito geral de coerência linguística para a celebração e execução dos contratos. A nível nacional, este requisito implica que os agentes económicos devem fornecer aos consumidores informações adequadas sobre as línguas em que um contrato pode ser celebrado ou um serviço prestado, devendo a transação ter lugar na língua acordada.

Implicações políticas

Os requisitos linguísticos gerais adotados a nível da UE podem ser interpretados pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE). A jurisprudência do TJUE define os requisitos linguísticos da UE, o que reduz a flexibilidade dos Estados-Membros na adoção dos requisitos linguísticos. Por exemplo, uma «língua facilmente compreendida pelo consumidor» é, na maioria dos casos, a língua oficial do Estado-Membro em causa, a menos que exista outra língua facilmente compreensível e uma ou mais outras línguas que possam ser acrescentadas pelo agente económico (além da «língua facilmente compreendida» ou da «língua oficial»).

Embora o sistema judicial funcione bem para satisfazer os critérios linguísticos acima referidos em caso de litígio, é, no entanto, necessário aperfeiçoar os requisitos linguísticos em conformidade com os objetivos prosseguidos pela legislação da UE. Atualmente, não existem critérios claros para que o legislador da UE aplique a escolha de um ou de outro requisito linguístico aquando da adoção de nova legislação. O desenvolvimento de tais critérios seria certamente útil.

Referências e aprofundamento

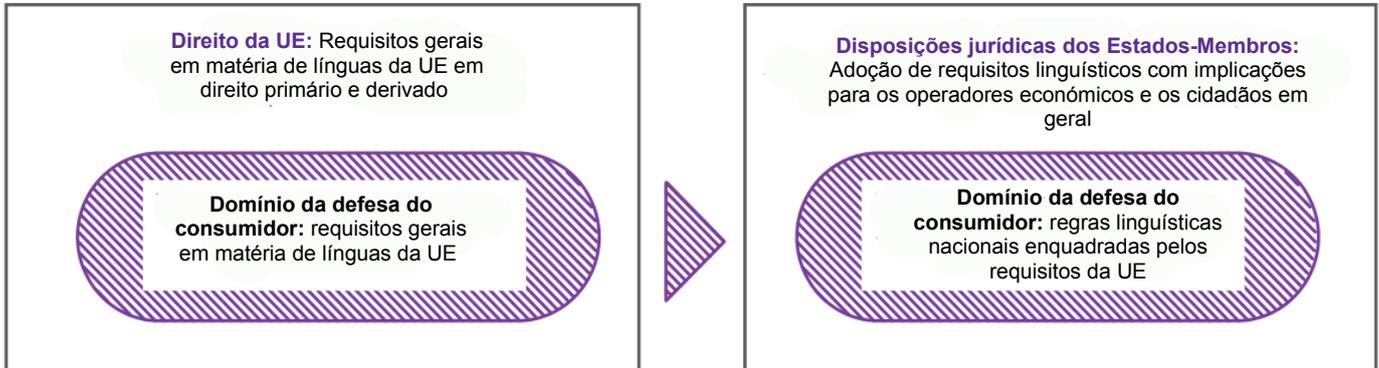
Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Europeu e Social Europeu e ao Comité das Regiões - *Multilinguismo: um trunfo*

para a Europa e um compromisso comum", COM(2008) 566 final de 18 de setembro de 2008.

Van Hamme, J. (2007). Equivalência das línguas no mercado interno: a contribuição do Tribunal de Justiça, *Documentos de Direito Europeu*, 43, 359-380.

De Witte, B. (2014). Direito do Mercado Interno e Políticas Linguísticas Nacionais. Em K. Purnhagen & P. Rott (Eds.), *Variedades do Direito Económico Europeu e do Regulamento* (p. 419-435). Berlim: É o Springer.

LEGISLAÇÃO EUROPEIA EM MATÉRIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E REGULAMENTAÇÃO DO MULTILINGUISMO



68 Como evitar a manipulação de divisões étnicas para fins geopolíticos?

Žaneta Ozoliņa, Rihards Bambals, Latvijas Universitāte

Uma força importante para a UE reside na grande diversidade cultural, histórica e linguística dos seus membros. No entanto, terceiros, quer sejam estatais ou não, podem explorar o ambiente multilingue, com consequências sociais e políticas negativas. Tais ações podem comprometer a segurança geopolítica a nível da UE ou dos seus diferentes Estados-Membros, ou dentro de algumas das suas minorias etnolinguísticas constituintes. A adoção de medidas específicas para reforçar a resiliência societal de todos os grupos linguísticos, em especial das minorias que partilham características semelhantes com potencial deterceiros, pode ajudar a UE e os seus parceiros a evitar tensões, a manter a estabilidade e a reforçar a segurança. Esta entrada no Vade-mécum analisa o caso do maior vizinho da UE, a Federação da Rússia, tendo em conta que esta situação não é única.

O que nos diz a pesquisa?

Desde a anexação da península da Crimeia e a interferência externa nos assuntos internos ucranianos, os académicos e os decisores políticos em toda a UE prestaram especial atenção ao estudo e à procura de soluções para a nova «ameaça híbrida» (Racz: 2015; Winnerstig: 2014). Utilizando vários instrumentos de «soft power» e de «poder duro», como as operações de desinformação ou de informação, terceiros podem, a fim de promover os seus próprios interesses, tentar influenciar os assuntos internos de outro país imediatamente abaixo do limiar de um conflito aberto. O multilinguismo tem sido um elemento fundamental das estratégias híbridas. Ao explorar o contexto multiétnico-linguístico das minorias que partilham uma ligação histórica, étnica ou linguística como terceiro partido, as comunidades nacionais podem ser viradas contra o seu estabelecimento político nacional.

A Federação da Rússia deu explicitamente prioridade à proteção dos falantes russos no estrangeiro na sua política externa, política de segurança e doutrina militar. Devido ao legado da era soviética e aos fluxos migratórios do século XX, existem importantes comunidades de língua russa, tanto na UE (Estónia, Letónia, Lituânia) como nos países da Parceria Oriental com laços históricos, culturais e linguísticos estreitos com a Federação da Rússia. A UE adotou várias medidas políticas para prevenir iniciativas potencialmente desestabilizadoras que possam manipular a presença destas comunidades para fins conflitantes. Em maio de 2015, todos os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE acordaram em elaborar

propostas sobre a forma de combater as ameaças híbridas e promover a resiliência ¹. No mesmo ano, foi criado o Grupo de Trabalho East StratCom (SEAE), com um mandato explícito para identificar e refutar a desinformação em toda a UE². O *Centro Europeu de Excelência para a Luta contra as Ameaças Híbridas* (Helsínquia, Finlândia) também ajudou a encontrar soluções práticas ³.

O reforço da resiliência, especialmente a nível societal, é uma das possíveis respostas às ameaças híbridas. A nível estatal, a resiliência consiste em instituições políticas e militares fortes e estáveis, combatendo a corrupção e superando outras vulnerabilidades importantes entre todas as comunidades etnolinguísticas. Além disso, há que ter em conta a dimensão da própria comunidade minoritária, a sua proximidade geográfica com o terceiro e a influência dos meios de comunicação social por ela controlados, uma vez que se trata de dimensões essenciais para lidar com situações geopolíticas sensíveis. No interior do Estado, a resiliência da sociedade depende, em particular, do sentimento de pertença das pessoas, do grau de inclusão da economia, da perceção dos riscos, das competências linguísticas e de outras aptidões nas comunidades etnolinguísticas, tanto da maioria como das minorias.

Ilustrações e provas

O caso dos Estados Bálticos é um exemplo de resistência bem sucedida às ameaças híbridas. A Letónia e a Estónia conseguiram manter um elevado nível de segurança nacional, integrando-se na UE e na NATO, evitando ao mesmo tempo quase completamente qualquer conflito importante entre as suas comunidades etnolinguísticas. A nível estatal, estas nações bálticas não preenchem necessariamente todas as condições necessárias para resistir às ameaças híbridas: estão geograficamente próximos da Rússia, têm grandes

1 Conselho da UE, 18 de maio de 2015 (8971/15).

2 O grupo de trabalho East StratCom publica revistas semanais sobre desinformação; ver www.euvsdisinfo.eu

3 Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Letónia, Lituânia, Países Baixos, Noruega, Polónia, Espanha, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos. A participação no Centro está aberta aos Estados-Membros da UE e aos aliados da NATO. A UE e a NATO são convidadas a aderir às atividades do Centro. www.hybridcoe.fi/about-us

grupos linguísticos minoritários e enfrentam a forte presença dos meios de comunicação social controlados pelas autoridades russas. A comunidade de língua russa da Letónia demonstrou uma vitalidade linguística e cultural considerável no quadro da política de integração na Letónia após a restauração da independência (1991). No entanto, inquéritos, entrevistas e estatísticas mostram que milhares de falantes de russo ainda não se candidatam à cidadania letã; a simpatia pela era soviética parece ainda difundida em grande parte da comunidade de língua russa; muitos lamentam a adesão da Letónia à OTAN e uma grande parte da comunidade pretende reforçar os seus laços com a Rússia. Ao mesmo tempo, as sondagens de opinião mostram uma forte lealdade da comunidade de língua russa à Letónia. Apenas uma pequena parte desta comunidade já ouviu falar de ONG patrocinadas pelo governo russo na Letónia (ou seus líderes) que apoiam o conceito de «mundo russo»; poucos querem viver na Rússia, ou estão inclinados a participar em manifestações em grande escala para apoiar esse programa. Pesquisas na vizinha Estónia mostram tendências semelhantes dentro da comunidade de língua russa.

Implicações políticas

O equilíbrio entre a segurança nacional, a inclusão e a resiliência de todos os grupos etnolinguísticos nos países da UE e no seu contexto nacional pode ser reforçado pelas seguintes políticas:

- ▶ Estabelecer um sistema de indicadores mensuráveis da resiliência social como instrumento analítico prático, que contribuiria para medir a eficácia das políticas de inclusão das comunidades minoritárias adotadas a nível da UE e a nível nacional;
- ▶ encomendar um estudo pan-europeu sobre campanhas híbridas e ameaças e potenciais soluções para promover a resiliência das comunidades

linguísticas maioritárias e minoritárias nos Estados-Membros da UE e nos países parceiros;

- ▶ Reforçar a cooperação entre as várias agências especializadas que estudam as ameaças híbridas e as formas de promover a resiliência e combater a propaganda, otrolling na Internet, as notícias falsas e a desinformação;

- ▶ Promover a literacia mediática entre todos os grupos linguísticos, especialmente na zona geográfica pós-soviética, que, segundo os relatórios semanais da UE contra a desinformação, é frequentemente alvo de campanhas de desinformação (especialmente em russo). Poderia ser acompanhada pela criação de um canal mediático pan-europeu de equivalente em língua russa em termos de recursos e gestão de conteúdos na BBC ou na CNN como fonte alternativa de informação para as comunidades de língua russa que vivem na UE.

Referências e aprofundamento

Ozoli Ž (em inglês). (ED.) (2016). *Segurança social: Inclusão — Exclusão Dilema. Um retrato da Comunidade de língua russa na Letónia*. Riga: Zinātne (em inglês).

Kallas K. (2016). Reivindicando a diáspora: A política de compatriota da Rússia e a sua receção pela população estónio-russa. *Journal on Ethnopolitics and Minority Issues in Europe (em inglês) Journal on Ethnopolitics and Minority Issues in Europe*, 15, 1-25.

Racz A. (2015). *Guerra Híbrida da Rússia na Ucrânia: Quebrando a capacidade do inimigo de resistir*. Instituto Finlandês de Relações Internacionais.

Winnerstig M. (Ed.) (2014). *Ferramentas de Destabilização: Poder suave russo e influência não militar nos Estados bálticos*. Publicado pela FOI.

69 O monolinguismo no comércio mundial afeta o ensino e a prática das finanças?

Marc Chesney, Paul H. Dembinski, Philippe Rudaz, Observatório das Finanças

Dadas suas raízes históricas na pesquisa norte-americana, a maioria das teorias financeiras dominantes tomam as leis e instituições americanas como o ambiente « normal », cujos apoiadores esperam que ele se expanda, eventualmente, prevaleça em todo o mundo. Como resultado, o inglês tornou-se a língua dominante das finanças, tanto em empresas como em salas de conferências, onde a economia e a administração de empresas são ensinadas. Por exemplo, muitos falantes não nativos usam inglês em seu trabalho diário. Embora possam dominar o jargão profissional e técnico associado ao seu trabalho diário, nem sempre são capazes de levar plenamente em conta a posição normativa implícita e implícita da teoria financeira atual. Isto aplica-se, em especial, às opiniões integradas sobre questões institucionais e jurídicas.

Ao mesmo tempo, as empresas financeiras em países de língua inglesa tornaram-se globais. Isto levanta, em primeiro lugar, problemas de comando e de comunicação de informações, em que o multilinguismo é visto como um obstáculo. Inglês (ou melhor, um jargão profissional altamente ganancioso em inglês) tornou-se gradualmente a língua franca da gestão de muitas empresas multinacionais que operam em uma escala global. A segunda questão diz respeito à dimensão de governança corporativa das empresas e seus esforços para desenvolver canais de comunicação internos e externos unificados.

O que nos diz a pesquisa?

Uma das consequências plausíveis das tendências observadas é a crescente homogeneização das linguagens e visões de mundo nos círculos financeiros. Uma pesquisa realizada no âmbito do projeto MIME revela em que medida essa homogeneização afeta os valores que regem a prática profissional.

A crise financeira global revelou algumas fragilidades na ética das culturas financeiras e corporativas. Os dados sugerem várias explicações não recíprocas: a) Preeminência de abordagens técnicas em matéria de educação e gestão financeira, com pouco interesse em implicações éticas; B) a diferença geralmente observada entre o contexto profissional do trabalho nas finanças e a « vida real »; um corolário é que os atores que operam num ambiente profissional abstrato têm dificuldade em reconhecer as consequências práticas profundas das

suas decisões; (C) a falta de ferramentas para identificar rapidamente os dilemas éticos que podem surgir. Portanto, os problemas são abordados e tratados como questões puramente técnicas, enquanto suas dimensões éticas e dilemas relacionados não são abordados pelas instituições. A questão, portanto, é se o monolinguismo difundido no ensino e na prática financeira contribui para essa situação, incentivando a cegueira ética.

Ilustrações e provas

Dois grupos de respondentes (estudantes e profissionais) foram entrevistados e solicitados a responder a dois conjuntos de perguntas. Um primeiro conjunto de perguntas analisa a extensão e a profundidade do seu multilinguismo, em termos de competências e de utilização. Um segundo conjunto de perguntas centra-se na capacidade dos inquiridos para lidar com questões éticas complexas em inglês, em comparação com outras línguas que estão bem informadas. Os resultados sugerem que sua compreensão dos dilemas éticos e sua sensibilidade a esses dilemas são mais fracas em inglês do que em outra língua — muitas vezes a língua materna do entrevistado. Como mostrado na figura, a porcentagem de entrevistados que experimentam dilemas éticos é mais pequeno entre aqueles cujo inglês não é a língua materna e que trabalham em inglês (40 %) do que aqueles que trabalham em sua língua materna - incluindo o inglês — e que podem lidar com questões éticas mais facilmente.

Este resultado tem duas implicações importantes. Em primeiro lugar, o papel do inglês como língua franca nas finanças é geralmente limitado às questões técnicas de « business as usual ». O fato de que as habilidades de inglês não nativo são tendenciosas em relação ao conteúdo técnico torna a comunicação em inglês sobre questões « soft », como dilemas éticos, problemáticos em muitas empresas multinacionais. Isso pode levar a um declínio geral da consciência ética entre os profissionais, como mostra a figura.

Implicações políticas

Embora o inglês tenha se tornado a língua franca das finanças e dos negócios, ainda não é a língua franca em que as pessoas estão mais confortáveis em identificar e discutir questões éticas e valores associados. Isso

aumenta a assimetria entre desafios técnicos e éticos. Ao evitar que dilemas éticos sejam abordados quando surgem, esse paradoxo pode semear as sementes de futuras crises financeiras. A promoção do multilinguismo «profundo» (o que implica uma melhor compreensão da língua, para além das competências linguísticas técnicas) é, por conseguinte, um elemento importante da responsabilidade da empresa.

Esta constatação sugere ainda que o multilinguismo pode contribuir para reforçar os quadros éticos e de responsabilização utilizados na Europa, tal como apresentado no Guia das Práticas de Governação das Empresas na União Europeia (IFC 2015), e acrescenta peso à abordagem multilingue proposta pelo Guia Linguístico para as Empresas Europeias (Comissão Europeia 2011). Reconhece-se que uma cultura corporativa ética é crucial, mas difícil de regular com «leis duras». No entanto, tal como proposto na política de governação das sociedades na União Europeia - através do prisma do investidor (Pitt-Watson & Dallas, 2016), a UE pode exigir informações mais coerentes sobre a governação social e ambiental (ESG). A promoção do multilinguismo nas empresas pode então ser incluída nos quadros ESG. Por último, deve ser dada maior atenção à diversidade linguística nas escolas económicas e empresariais, a fim de evitar a crescente anglicização das disciplinas económicas e financeiras e de equilibrar adequadamente as competências linguísticas dos estudantes.

Referências e aprofundamento

Dembinski, P. H. (2017). *Ética e Confiança nas Finanças*. Routledge: Em Londres.

ECODA (2015). Guia das práticas de governação das empresas na União Europeia. ECODA, IFC. goo.gl/E3kf5K

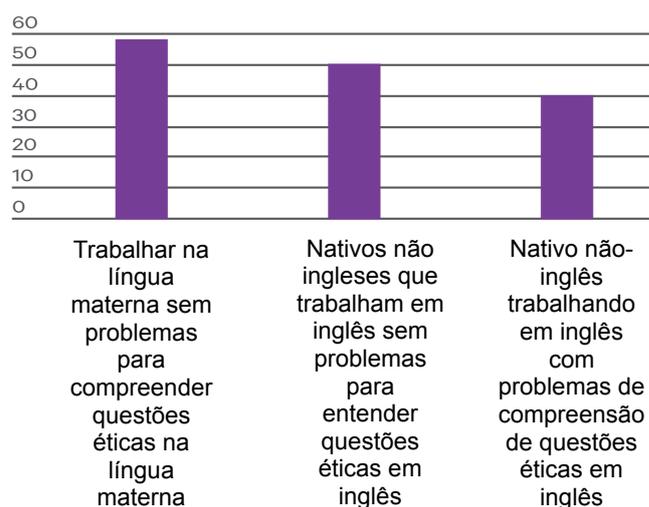
Comissão Europeia (2011). *Guia linguístico para as empresas europeias*. goo.gl/Z3LkTk

Geipel, J., Hadjichristidis, C. & Surian, L. (2015). Como a língua estrangeira molda o julgamento moral. *Journal of Experimental Social Psychology*, 59, 8-17.

Gural, S. K. & Smokotin, V.M. (2014). A língua da comunicação mundial e da globalização linguística e cultural. *Língua e Cultura*, 1, 4-13.

Pitt-Watson, D. & Dallas G. (2016). *Política de governação empresarial na União Europeia — através de uma lente de investidor*. Instituto CFA. goo.gl/GjYBkw

PERCENTAGEM DE RESPONDENTES ENFRENTOU DILEMAS ÉTICOS



70 Abordagem dos ciganos à aprendizagem de línguas contém lições úteis para a política de ensino de línguas?

Lia Pop, Mona Stănescu, Universitatea din Oradea

A população cigana na Europa é frequentemente pobre e marginalizada e muitas vezes tem acesso limitado à educação formal, e muito menos à educação através da sua principal língua comunitária, o romani. Além disso, a tradição nômade dos romanichéis implica um encontro e confronto constantes com outras línguas — especialmente as faladas pela população sedentária maioritária em toda a Europa. Em resposta a estes desafios, os ciganos desenvolveram um método exclusivamente oral, flexível e informal para a aquisição de línguas estrangeiras. Esta experiência única pode conter elementos valiosos para abordagens inovadoras da política linguística num contexto de mobilidade crescente.

O que nos diz a pesquisa?

A investigação sobre os ciganos multilingues em Bihor, na Roménia, destacou uma abordagem da aprendizagem de línguas que pode ser descrita como «aprendertudo». Esta abordagem está enraizada na comunidade, onde é construída e transmitida socialmente. Os estudos pedagógicos não descrevem especificamente tal método, mas têm semelhanças com o método de aprendizagem de línguas de Michel Thomas, que enfoca a oralidade, a confiança na facilidade de transferência de conhecimentos e a identificação de semelhanças e simplificações linguísticas¹. Ele também atende algumas das características do método de Maria Montessori, que se concentram num ambiente de aprendizagem agradável em várias faixas etárias.

A abordagem dos ciganos continua a ser invulgar, uma vez que visa ajudar os grupos ciganos tradicionais a adaptarem-se às implicações linguísticas da mobilidade, recorrendo aos seus próprios recursos, independentemente de qualquer sistema de ensino formal.

Além de ser exclusivamente oral, suas principais características são flexibilidade e adaptação constante ao contexto, abertura à improvisação e melhoria por parte de membros talentosos e inclusão de todo o grupo. Tem dois objetivos principais: (I) assegurar interações linguísticas imediatas com os não-falantes ciganos como possíveis clientes de produtos e serviços ciganos e (ii) permitir que os ciganos identifiquem rapidamente novas oportunidades. No entanto, pode ser abordado em termos de aspetos normalizados de um processo educativo, nomeadamente: I) conteúdos de ensino e

aprendizagem; II) os papéis de professores e alunos; III) técnicas pedagógicas.

Ilustrações e provas

Conteúdos de ensino e aprendizagem específicos: as abordagens concentram-se nos elementos lexicais e utilizam efetivamente fonética aproximada, enquanto as estruturas gerativas — os sujeitos regulares da aprendizagem formal — não são consideradas de interesse significativo. O vocabulário é selecionado para ser eficaz no contexto e para utentes específicos. A qualidade do conteúdo compartilhado é garantida pelo Pakiv (Hora Romana), e a vontade de partilhá-lo corretamente e efetivamente deriva da Fralipa (fraternidade Romana).

Papéis flexíveis dos professores e dos alunos: o foco no papel e não no status permite que crianças, jovens ou raparigas inteligentes atuem em pé de igualdade, quando compartilham conhecimentos, com idosos respeitados. Por exemplo, uma menina de 13 anos, o único membro alfabetizado da família, tornou-se o intérprete de família e «professor» na França. O acesso às novas tecnologias facilita a transição do estatuto para o papel.

As técnicas de aprendizagem baseiam-se no incentivo coletivo em atitudes, procedimentos e avaliações que promovem o progresso da aprendizagem.

As atitudes desempenham um papel crucial e os ciganos estão muito conscientes das necessidades de aprendizagem de línguas do grupo, procurando oportunidades para tirar o máximo partido de todos os recursos e obter o apoio do grupo a este respeito. Novas aquisições são apreciadas, mas também anunciadas e compartilhadas com outros membros do grupo. Além de gerar prestígio dentro do grupo, essas atitudes promovem experiências positivas de aprendizagem ou adaptação linguística em diferentes contextos.

A abordagem tradicional dos ciganos «aprender com todos» é um método de grupo orientado para as necessidades do grupo e da aprendizagem em grupo. Sua simplicidade, bem como seu caráter livre de estresse e barato, recomendam a outros grupos que enfrentam condições sociais, culturais e económicas semelhantes. Assim, este método parece ser utilizado principalmente pelos pobres na mobilidade, incluindo os adultos vulneráveis do ponto de vista socioeconómico no mercado de trabalho, como os trabalhadores agrícolas em trânsito, que muitas vezes têm pouco acesso à literacia.

¹ www.michelthomas.co.uk/how-it-works.php, consultado em maio de 2017.

Implicações políticas

O apoio da UE ao desenvolvimento de competências linguísticas enquanto mais-valia prática para os grupos desfavorecidos poderia explorar as possibilidades de transferir a experiência dos ciganos para estas outras categorias de potenciais utilizadores.

Os ciganos multilingues, familiarizados com a abordagem «Aprender todos», bem como os membros instruídos da comunidade cigana que também beneficiaram de técnicas formais na sua própria experiência de aprendizagem de línguas, são ajudantes óbvios. Poderão ser criados projetos-piloto que envolvam ativistas ciganos, apoiados pela UE e controlados pelos órgãos de poder local ou regional, para testar a eficácia da transferência, acompanhando não só o desenvolvimento de competências linguísticas, mas também outros indicadores socioeconómicos.

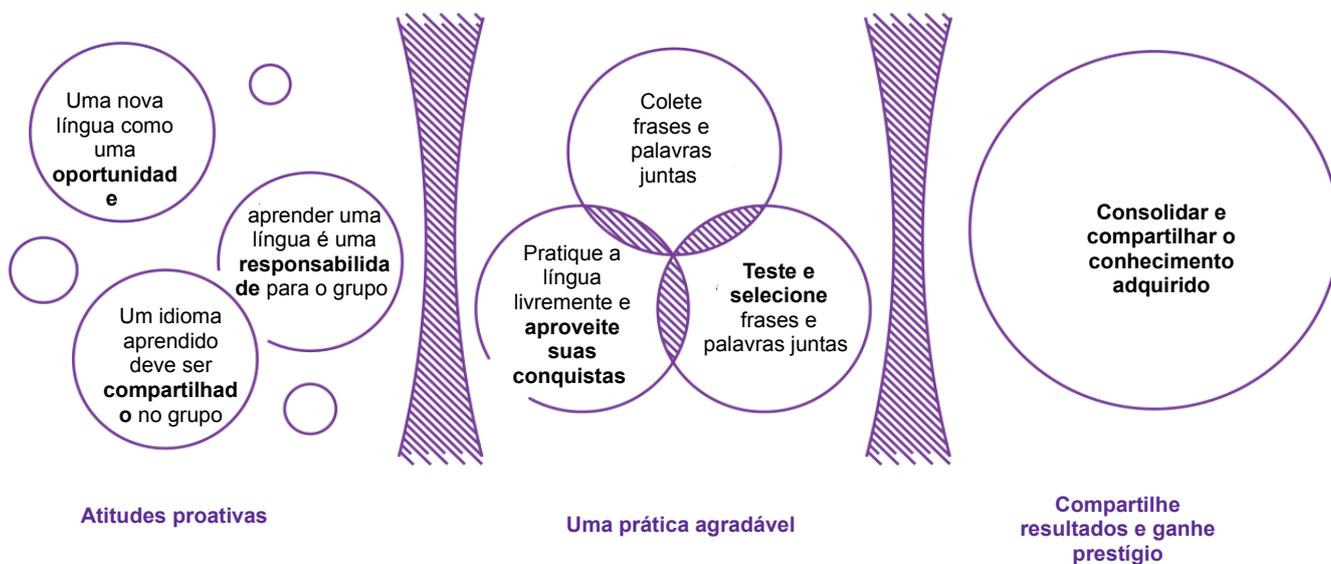
Referências e aprofundamento

Grigore, D., Neacsu, M., et al. (Eds.) (2009). *Evaluarea politicilor publice educaționale pentru rromi* [Avaliação das políticas públicas para a educação dos ciganos], Bucureste, Editura ALPHA DND.

Hancock, I.F. (2003). Linguagem Corpus e Política Linguística: The Case of the Standardization of Romani (em inglês). Em F. Daftary & F. Grin (Eds.), *Nation-Building, Ethnicity and Language Politics in Transition Countries* (pp. 267-286). Flensburg: Centro Europeu para as Questões das Minorias & Budapeste: LGI Books (em inglês).

Marác, L. (2016). *A Relevância das Línguas e a Comunicação Multilingue para a Europa Social?* Vestnik Tomskogo gosudarstvennogo Universiteta. *Kul'turologia i Iskusstvovedenie*, 22, 83-98.

APRENDA TUDO COM TODOS



71 O que pode ser feito para ajudar os pensionistas móveis que precisam de cuidados institucionais?

Por Gustafson, Ann Elisabeth Laksfoss, Cardozo, Uppsalauniversitet

Os problemas mais graves no contexto da migração internacional de reforma dizem respeito aos pensionistas que necessitam de cuidados e que não falam suficientemente a língua local e que não dispõem de meios económicos para permanecer num hospital privado ou num lar de idosos onde possam utilizar a sua língua materna. Trata-se de idosos com doenças físicas ou mentais graves. O que os decisores políticos podem fazer para ajudar essas pessoas?

O que nos diz a pesquisa?

A migração intraeuropeia de animais selvagensé, na sua maioria, uma forma de mobilidade relativamente privilegiada. Os pensionistas do Norte da Europa mudam-se para destinos de reforma onde podem viver da reforma e onde um clima mais quente e outras instalações lhes permitem viver confortavelmente. Vários estudos mostram que, muitas vezes, os pensionistas não aprendem grande parte da língua do país de acolhimento, mas que, de um modo geral, concordam com a utilização da sua língua materna ou do inglês. No entanto, à medida que envelhecem e sua saúde se deteriora, sua situação pode se tornar problemática.

Nesses casos, as sociedades de acolhimento só podem, de um modo geral, oferecer cuidados públicos nas instituições linguísticas locais, ao passo que os antigos países de origem ou os municípios dos pensionistas podem não querer ajudar se os pensionistas tiverem emigrado oficialmente e já não estiverem inscritos no seu sistema de segurança social. Para os idosos gravemente doentes que necessitam de cuidados num hospital ou num lar de terceira idade, a incapacidade de falar a língua local pode ser um problema grave, especialmente nos casos de audição e demência. A comunicação insuficiente devido às limitações de linguagem pode levar ao isolamento e ao agravamento dos problemas de saúde física e mental. Estas condições também podem, por sua vez, contribuir para o declínio das competências linguísticas.

Cuidados domiciliários, serviços de ajuda domiciliar e apoio aos pais dos doentes também podem ser difíceis para aqueles que não falam a língua local.

Ilustrações e provas

Um estudo de caso de reformados escandinavos residentes na província de Alicante, em Espanha, realizado no âmbito do projeto MIME, destaca a situação dos migrantes idosos em situação de saúde precária. Os cuidados públicos aos idosos em Espanha são menos desenvolvidos do que nos países escandinavos, e os migrantes reformados que necessitam de assistência ou de cuidados institucionais dependem principalmente de prestadores de serviços privados. Havia alguns lares privados para reformados escandinavos que precisavam de ajuda em suas vidas diárias, com funcionários que falavam escandinavos, acesso a canais de televisão escandinavos, e refeições e outras rotinas diárias adaptadas aos hábitos escandinavos. Também estavam disponíveis serviços de atendimento domiciliar com funcionários de língua escandinava. No entanto, as alternativas retrêtes são dispendiosas, especialmente para aqueles que precisam de cuidados institucionais de longa duração.

Os pensionistas que não falavam espanhol, que não podiam cuidar de si mesmos e que não podiam pagar os cuidados privados podem estar em perigo na sua própria casa ou socialmente isolados numa instituição espanhola. Assistentes sociais de uma igreja escandinava ou voluntários da comunidade escandinava poderiam visitar e fornecer ajuda, mas a melhor solução em tais casos parecia ser retornar ao antigo país de origem dos reformados.

A «saída permanente» parece, na verdade, ser uma estratégia linguística importante. Muitos pensionistas não querem estar dependentes de cuidados institucionais num país estrangeiro, onde não podem usar a sua língua materna.

Eles tinham tomado a decisão de mudar-se para o exterior com o pressuposto de que seriam capazes de retornar «casa» se ficassem gravemente doentes.

Informantes-chave disseram que aqueles que querem voltar geralmente fazem isso. Consulados e igrejas escandinavos, bem como hospitais internacionais, por vezes contribuíram para o repatriamento. No entanto, os pensionistas que não conseguem organizar o seu próprio regresso devido, por

exemplo, a doenças graves, demência ou alcoolismo — ou que não querem regressar — podem não encontrar uma solução satisfatória.

Podem também surgir problemas formais com o acesso aos cuidados de saúde e às prestações sociais no antigo país de origem se os pensionistas estiverem registados como residentes em Espanha. Os primeiros países de origem têm práticas diferentes a este respeito, que dependem, em parte, da forma como aplicam os atuais regulamentos europeus em matéria de coordenação dos sistemas de segurança social.

Implicações políticas

As autoridades nacionais dos países de origem e de destino devem desenvolver, se necessário numa base bilateral, procedimentos para prestar cuidados adequados aos migrantes reformados gravemente doentes que não falam a língua local. Um exemplo pode ser o desenvolvimento da colaboração entre lares nas sociedades de acolhimento e instituições de ensino superior nos países de origem, a fim de facilitar os estágios e a formação profissional para futuros médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde nos principais destinos de RI. Algumas iniciativas deste tipo já existem em Espanha.

No entanto, em alguns casos, o repatriamento é claramente a melhor opção. O repatriamento pode ser uma questão politicamente sensível nas sociedades de

origem se a migração de reforma estiver associada à «busca» de benefícios fiscais e sociais, especialmente nos casos em que as sociedades de acolhimento aplicam vários sistemas fiscais favoráveis para atrair pensionistas estrangeiros ricos. Este sub-leilão orçamental pode comprometer a coesão e a solidariedade intraeuropeias em geral. Em especial, pode comprometer os esforços para criar oportunidades legítimas de saída para os pensionistas móveis que, numa fase tardia das suas vidas, teriam de regressar ao seu antigo país de origem.

Referências e aprofundamento

- Blaakilde, A. L. (2015). Onde está o «lugar» no lugar do envelhecimento? Questões transnacionais para o Estado dinamarquês e os seus migrantes reformados no estrangeiro. *Jornal de Habitação para os Idosos*, 29, 146-163.
- Centro de Estudos de Futuro. (2009). *Cuidar em Espanha: Estudo sobre as necessidades atuais e futuras de cuidados da comunidade britânica Ex-Service residente permanentemente em Espanha*. Cantuária: Centro de Estudos de Futuro.
- Hall, K., & Hardill, I. (2016). Migração de retirada, a «outra» história: Cuidar de idosos frágeis cidadãos britânicos em Espanha. *Idade e Sociedade*, 36, 562-585.

72 Como promover o multilinguismo no direito do consumidor da UE?

Christine Kaddous, Laura Marcus, Universidade de Genebra

Não existe uma abordagem única da UE em matéria de requisitos linguísticos para os Estados-Membros nas relações entre empresas e consumidores («B2C»). Esta situação pode gerar insegurança jurídica.

O que nos diz a pesquisa?

Os requisitos linguísticos variam de uma legislação da UE para outra e não são necessariamente coerentes. Algumas situações ilógicas podem até ocorrer. Por exemplo, no domínio da rotulagem, o requisito linguístico aplicado à rotulagem dos alimentos destinados a animais (que exige a utilização da «língua oficial do Estado-Membro») parece ser mais rigoroso do que o requisito linguístico aplicado à rotulagem dos alimentos para «humanos» (que exige apenas a utilização de uma «língua facilmente compreendida pelo consumidor»). Não há dúvida de que a «língua oficial do Estado-Membro» oferece melhor proteção aos consumidores num determinado Estado, o que dificulta a compreensão das razões pelas quais o legislador da UE oferece mais proteção aos animais do que aos alimentos para consumo humano.

Ilustrações e provas

A situação atual apresenta uma série de regras linguísticas aplicáveis aos diferentes domínios do direito dos consumidores regidos pelo direito da UE. A diversidade neste domínio pode gerar insegurança jurídica, uma vez que os Estados-Membros, os operadores económicos e os consumidores não podem confiar numa abordagem coerente. Pelo contrário, a legislação da UE parece estar a utilizar uma abordagem caso a caso. Os critérios linguísticos não são escolhidos por uma razão específica, como a vulnerabilidade dos consumidores em causa, a área em que um bem ou um serviço é vendido, etc. Esta ambiguidade jurídica pode criar incerteza e ineficiência.

Implicações políticas

Podem ser previstas melhorias nos requisitos linguísticos da UE, uma vez que os Tratados fundadores não incluem competências específicas que permitam à UE regular a utilização das línguas nos Estados-Membros. Devem ser satisfeitas duas necessidades específicas para promover o multilinguismo na legislação da UE em matéria de defesa do consumidor.

A primeira necessidade diz respeito à adaptação das regras linguísticas para a proteção dos consumidores, a fim de assegurar a coerência global. Isto aplica-se principalmente ao domínio dos bens e às modalidades de venda. Poderia também aplicar-se aos serviços, mas o atual requisito de coerência linguística que se aplica na maior parte do tempo neste domínio (bem como a proibição de práticas comerciais desleais) é suficiente para resolver quaisquer problemas linguísticos. A imposição de critérios específicos impediria, por vezes, os operadores económicos e os consumidores de escolherem uma língua diferente da «língua oficial» ou «língua facilmente compreendida». Em alguns casos, tal não beneficiaria as Partes Contratantes, uma vez que há mais margem para negociação no domínio dos serviços do que no domínio das mercadorias. Por conseguinte, a imposição de critérios linguísticos específicos reduziria esta margem de negociação, bem como a livre circulação de serviços; avaliar quando esta restrição é benéfica e quando não é benéfica é uma questão que exige uma análise mais aprofundada, prestando especial atenção ao princípio da proporcionalidade.

No que diz respeito aos acordos de bens e de venda, é necessário adaptar o sistema existente, mas não substituí-lo inteiramente. Foram poucos os litígios entre 1) operadores económicos e consumidores e 2) Estados-Membros.

Desde a década de 1990, muito poucos requisitos linguísticos impostos aos Estados-Membros e aos operadores económicos conduziram a um litígio no Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE). Mesmo nestes casos, a jurisprudência forte do TJUE permitiu a sua resolução (a maioria das questões relacionadas com a rotulagem).

No entanto, mesmo que essa jurisprudência exista e resolva a maior parte dos problemas, o legislador da União precisa ainda de qualificar melhor as exigências linguísticas.

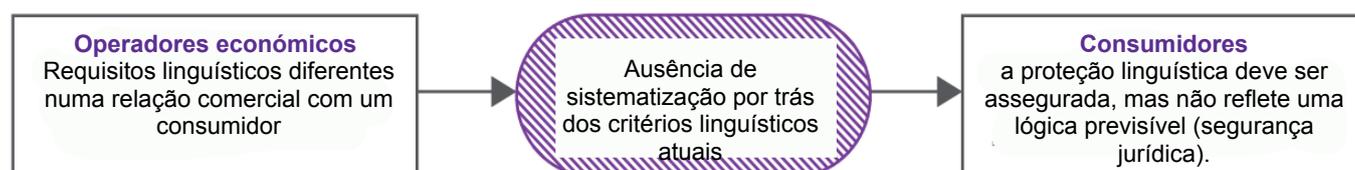
► Em primeiro lugar, no domínio dos bens e do regime de venda, é útil criar uma escala nas exigências linguísticas, em função do objetivo prosseguido pelo legislador da União e da situação em causa. Os critérios de «língua facilmente compreendida pelo consumidor», tal como interpretados pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (que, na maioria dos casos, significa a língua oficial, a menos que exista outra

língua mais facilmente compreendida pelo consumidor médio, juntamente com uma ou mais outras línguas) devem tornar-se a regra geral, uma vez que tal cria um equilíbrio entre a necessidade de informar adequadamente o consumidor médio (se necessário e em último recurso, através de pictogramas e símbolos, tal como interpretados pelo Tribunal de Justiça) e a necessidade de assegurar a livre circulação efetiva de mercadorias na União.

► Em segundo lugar, quando for necessário reforçar a proteção (por exemplo, para grupos específicos de consumidores, como as crianças), «a(s) língua(s) nacional(is) dos Estados-Membros» deve (m) ser aplicável(s). Este critério é normalmente aprovado pela Comissão e pelos Estados-Membros, uma vez que a informação é, em princípio, mais bem fornecida ao consumidor na sua própria língua nacional («uma língua facilmente compreensível») pode ser diferente da língua oficial da região em que o consumidor está situado).

► Em terceiro lugar, e a fim de evitar uma harmonização completa dos requisitos linguísticos da legislação da UE em matéria de defesa do consumidor, o que poderia conduzir a uma rigidez excessiva, impedindo a adaptação a situações imprevistas, o legislador da UE deve ser autorizado a lidar com situações específicas que possam não se enquadrar nas duas categorias acima mencionadas (por exemplo, turistas, «expatriadas» ou minorias linguísticas para as quais uma regra como a língua oficial dos Estados-Membros não é muito útil).

LEGISLAÇÃO DA UE EM MATÉRIA DE CONSUMO E LÍNGUA: IMPLICAÇÕES HORIZONTAIS PARA AS MERCADORIAS



A segunda necessidade diz respeito à promoção geral do multilinguismo em todas as políticas da UE, incluindo no domínio da defesa dos consumidores. A este respeito, os artigos 21.º e 22.º do Tratado dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que instam a UE a respeitar a diversidade linguística, devem ser aplicados pelas instituições da UE. Terão de ser considerados em conjugação com o artigo 3.º (respeito pela diversidade cultural e linguística) e o artigo 4.º (respeito pela identidade nacional dos Estados-Membros) do Tratado da União Europeia, a fim de promover o multilinguismo e a diversidade linguística como um objetivo transversal a incluir como tal em todas as políticas da UE, e não apenas como acessório de um objetivo económico, tal como atualmente previsto na jurisprudência da UE.

Referências e aprofundamento

Touijer, K. (2016). Diversidade linguística e proteção dos consumidores. *Revisão dos Assuntos Europeus*, 3, 381-390.

van der Jeught, S. (2015). *Direito linguístico da UE*. Groningen: Lei Europa.

Weerts, S. (2014). Igualdade de línguas? A evolução do regime linguístico da União à luz da jurisprudência, *Journal of European Law*, 6, 234-241.

Lista de contribuidores

Guias de turismo

Universidade de Latvijas

Cyril Brosch

Universidade de Leipzig

Astrid von Busekist

Ciência Po Paris

Brian Carey

Universidade de Limerick

ELISA Caruso

Universidade do Algarve

Marc Chesney

Observatório das Finanças

Jaka Čibej

Univerza v Ljubljani

Marco Civico

Universidade de Genebra

Vicent Climent-Ferrando

Universidade de Augsburg

Manuel Célio Conceição

Universidade do Algarve

Neuza Costa

Universidade do Algarve

Helder De Schutter

Katholieke Universiteit Leuven

Paul H. Dembinski

Observatório das Finanças

Edgár Dobos

MTA Társadalomtudományi
Kutatóközpont, Budapeste

Robert Dunbar

Universidade de Edimburgo

Nesrin el Ayadi

Universiteit van Amsterdã

Marca Fettes

Università di Milano-Bicocca

Sabine Fiedler

Universidade de Leipzig

Alice Fiorentino

Universidade de Reims
Champanhe-Ardena

Melanie Frank

Universidade de Augsburg

Guillaume Fürst

Observatório das Finanças

Núria Garcia

Universidade de Augsburg

Michele Gazzola

Humboldt-Universität zu Berlin

Jean-François Grégoire

Ciência Po Paris

François Grin

Universidade de Genebra

Por Gustafson

Uppsalauniversitet

Christopher Houtkamp

Universiteit van Amsterdã

Gabriele Iannàccaro

Università di Milano-Bicocca

Rudi Janssens

Vrije Universiteit Brussel

Christine Kaddous

Universidade de Genebra

Peter A. Kraus

Universidade de Augsburg

Ann Elisabeth Laksfoss Cardozo

Uppsalauniversitet

Virgínia Mamadouh

Universiteit van Amsterdã

László Marác

Universiteit van Amsterdã

Laura Marcus

Universidade de Genebra

Róisín McKelvey

Universidade de Edimburgo

Machteld Meulleman

Universidade de Reims

Champanhe-Ardena

Sergi Morales-Gálvez

Katholieke Universiteit Leuven

Žaneta OzoliŌa

Universidade de Latvijas

Nike K. Pokorn

Univerza v Ljubljani

Lia Pop

Universitatea din Oradea

Anthony Pym

Universidade Rovira i Virgili

Philippe Rudaz

Observatório das Finanças

Andrew Shorten

Universidade de Limerick

Mona Stănescu

Universitatea din Oradea

Nenad Stojanović

Katholieke Universiteit Leuven

Templin de Torsten

Humboldt-Universität zu Berlin

Balázs Vizi

MTA Társadalomtudományi

Kutatóközpont, Budapeste

Bengt-Arne Wickström

Humboldt-Universität zu Berlin